



LOCUS
revista de história

Vol. 31 n.2
2025

DOSSIÊ

O Brasil, a América
Latina e a Segunda
Guerra Mundial

AMERICANOS TODOS
★
LUCHAMOS POR LA
VICTORIA

★ **AMERICANS ALL** ★
LET'S FIGHT FOR VICTORY

Programa de Pós- graduação em História
Universidade Federal de Juiz de Fora



LOCUS
revista de história



Legenda: Todos Americanos: Vamos Lutar pela Vitória/ Americanos Todos:
Luchamos Por La Victoria (NAID 513803, ID Local 44-PA-353).

Fonte: National Archives and Records Administration (NARA)

Capa e concepção gráfica: Jessica Marques Toledo

Equipe Editorial

Editora

Profa. Dra. Hebe Mattos
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Editor Assistente

Prof. Dr. Odilon Caldeira Neto
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Conselho Editorial

Profa. Dra. Ágnes Judit Szilágyi
Universidade Eötvös Loránd, Hungria

Prof. Dr. Ernesto Bohoslavsky
Universidad Nacional de General Sarmiento, Argentina

Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo
Universidade Federal do Pará, Brasil

Prof. Dr. James Green
Universidade Brown, EUA

Prof. Dr. Álvaro Garrido
Universidade de Coimbra, Portugal

Prof. Dr. Leandro Duarte Rust
Universidade de Brasília, Brasil

Profa. Dra. Armelle Enders
Universidade de Paris 8, França

Profa. Dra. Maraliz Christo
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Profa. Dra. Barbara Weinstein
Universidade de Nova Iorque, EUA

Prof. Dr. Vitor Izecksohn
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Profa. Dra. Wlamyra Albuquerque
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Prof. Dr. Carlos Manuel Dias Fernandes
Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique

Profa. Dra. Cláudia Viscardi
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Gerentes Editoriais

Alina dos Santos Nunes
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Gabriel Benedito Machado
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Ana Amélia Gimenez Dias
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Jessica Marques Toledo
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Chrigor Augusto Libério
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Joyce Mirella Alves de Souza
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Assistentes Editoriais

Amanda Pimentel Lira Cruz
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Bruna Giovanna da Silva
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Danielle Aparecida Arruda
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Giovana de Andrade Figueira
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Guilherme Abizaid David
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Gyovana de Almeida Félix Machado
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Laíza de Oliveira Rodrigues
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Lucas Oliveira Ribeiro
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Luís Roberto da Silva Cruz
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Mayara Aparecida Machado Balestro dos Santos
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Mayara de Oliveira Jardim
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Nilciana Alves Martins
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Tatiana Olegário da Silva
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Vitória Almeida Machado
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Wazime Mfumukala Guy Baudouin
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Yuri Alan Maciel Tesch
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Conselho Consultivo

Profa. Dra. Alda Saúte Saíde
Universidade Pedagógica de Maputo,
Moçambique

Profa. Dra. Amélia Polónia
Universidade do Porto, Portugal

Profa. Dra. Ana Maria Mauad
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Profa. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Profa. Dra. Angela de Castro Gomes
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,
Brasil

Prof. Dr. António Costa Pinto
Instituto de Ciências Sociais da Universidade
de Lisboa, Portugal

Prof. Dr. Antônio Luigi Negro
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Prof. Dr. Antônio Montenegro
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Prof. Dr. Benjamin Arthur Cowan
Universidade da Califórnia em San Diego, EUA

Prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Prof. Dr. Charles Monteiro
Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul, Brasil

Prof. Dr. Federico Finchelstein
New School for Social Research, EUA

Prof. Dr. Fernando Londoño Torres
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
Brasil

Prof. Dr. Francisco Javier Dosil Mancilla
Universidade Michoacán de San Nicolás
de Hidalgo, México

Prof. Dr. Gerardo Caetano
Universidade da República, Uruguai

Profa. Dra. Helena Hisako Toida
Departamento de Estudos Luso-Brasileiros
/ Universidade Sophia (上智大学), Japão

Profa. Dra. Heloisa Starling
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Prof. Dr. Henrique Espada Lima
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Prof. Dr. Ismael Saz
Universidade de Valência, Espanha

Prof. Dr. Jean Gormo
Universidade de Maroua, Camarões

Prof. Dr. Jens R. Hentschke
Universidade de Newcastle upon Tyne,
Reino Unido

Prof. Dr. Juan Carlos Ruiz Vasquez
Universidade de Rosário, Colômbia

Prof. Dr. Juan Pan-Montojo
Universidade Autônoma de Madri, Espanha

Prof. Dr. Júlio Cláudio Silva
Universidade do Estado do Amazonas, Brasil

Prof. Dr. Marcelo Casals
Universidade Adolfo Ibáñez, Chile

Profa. Dra. Maria Dolores Lorenzo
Universidade Nacional Autônoma, México

Profa. Dra. Maria Inácia Rezola
Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Profa. Dra. Maria Lígia Prado
Universidade de São Paulo, Brasil

Profa. Dra. Marina Franco
Universidade Nacional de San Martín, Argentina

Prof. Dr. Mario Sznajder
Universidade Hebraica de Jerusalém, Israel

Prof. Dr. Matteo Pasetti
Universidade de Bolonha, Itália

Prof. Dr. Olivier Compagnon
Universidade Sorbonne Nouvelle, França

Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Prof. Dr. Peter Blasenheim
Colorado College, EUA

Prof. Dr. Roger Griffin
Oxford Brookes University, Reino Unido

Profa. Dra. Regina Horta Duarte
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Profa. Dra. Solange Pereira Rocha
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Profa. Dra. Sônia Gomes Pereira
Escola de Belas Artes da Universidade Federal
do Rio de Janeiro, Brasil

Prof. Dr. Stefan Rinke
Universidade Livre de Berlim, Alemanha

Prof. Dr. Xosé Manoel Núñez Seixas
Universidade de Santiago de Compostela, Espanha

Índice

Editorial: Celebrando a renovação!	01
<i>Hebe Mattos</i>	

Dossiê

Apresentação: O Brasil, a América Latina e a Segunda Guerra Mundial	03
---	----

Ismara Izepe de Souza e Filipe Queiroz de Campos

As crenças e valores de Getúlio Vargas e seus informantes na política externa brasileira antes da Segunda Guerra Mundial	08
--	----

Filipe Queiroz de Campos

Direito e Criminalidade na Segunda Guerra Mundial: a Justiça Militar e os soldados da FEB	32
---	----

Adriana Gomes e Fernando da Silva Rodrigues

Recursos minerais como ativo estratégico do Brasil e o paradigma norte-americano na Segunda Guerra Mundial: revisão do pensamento econômico militar	56
---	----

Bernardo Rocha Carvalho

O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: Reinventando o Estado nacional no contexto de transição de hegemonia global	82
--	----

Alexandre Fortes

“Não há tristeza que resista”: as escolas de
samba, o Estado Novo e a Segunda Guerra
Mundial (1942-1946) 100

*Ana Beatriz Ramos de Souza e Carlos Roberto
Carvalho Daróz*

Iconografia da Vitória: imagens da Segunda
Guerra Mundial na Revista Em Guarda (1941–
1945) 130

*Aline V. Locastre, Roger D. Colacios e Wilson
de Oliveira Neto*

A guerra entra no faz de conta: Segunda
Guerra Mundial, cultura de guerra em
brincadeiras infantis no Brasil e nos Estados
Unidos 155

Marina Helena Meira Carvalho

Forgotten Visits in a Global War
Song Meiling in Brazil, 1943 and 1944 175

Helena F. S. Lopes

Seção Livre

Os interesses do estado do Amazonas na
Constituinte de 1890-1891 193

Geisimara Soares Matos

O anarquismo italiano e a contrarrevolução
preventiva: a análise de Luigi Fabbri sobre o
fascismo 214

Rafael Viana da Silva

“Alforrias e libertos na ascensão da economia
cacaueira do sul da Bahia: Ilhéus, 1810-1850

240

*Marcelo Loyola, Ivanice Ortiz e Raiza da
Hora*

Editorial

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2025.v31.51281>

Celebrando a renovação!

Celebrating renewal!

¡Celebrando la renovación!

Hebe Mattos

<https://orcid.org/0000-0002-9158-2397>

É com senso de dever cumprido que apresento o segundo número do Volume 31 da *Locus: Revista de História*. O novo número é todo formado por artigos inéditos.

O dossiê ora publicado, organizado por Ismara Izepe de Souza, do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, e por Filipe Queiróz de Campos, pesquisador no Laboratório de História Política e Social do PPGH/UFJF e professor substituto no Departamento de História da mesma instituição, reflete sobre os 80 anos do final da Segunda Guerra Mundial, abordando o tema de uma perspectiva, ao mesmo tempo, global e latino-americana. Os artigos reunidos no dossiê “O Brasil, a América Latina e a Segunda Guerra Mundial” honram a tradição das linhas de pesquisa do PPGH/UFJF, em suas reflexões mais amplas sobre história global, saberes situados, história política e usos políticos do passado. Convido os leitores a lerem a apresentação, escrita pelos organizadores, e a conhecerem os oito instigantes artigos que revisitam este tema clássico da historiografia de uma perspectiva latino-americana.

Três artigos avulsos fecham o volume, abordando temas clássicos de história política e da história social, também de uma perspectiva global e situada. O artigo “Os interesses do estado do Amazonas na Constituinte de 1890-1891”, de Geisimara Soares Matos, analisa a atuação política do Amazonas na elaboração da constituição de 1891. Em “O anarquismo italiano e a contrarrevolução preventiva: a análise de Luigi Fabbri sobre o fascismo”, Rafael Viana da Silva descortina o caráter pioneiro da análise crítica do fascismo italiano elaborada pelo pensador anarquista Luigi Fabri (1877-1935). Por fim, os sentidos das alforrias no processo de expansão

escravista da cultura do cacau na Bahia da primeira metade do século XIX é o tema do artigo “Alforrias e libertos na ascensão da economia cacaueira de Ilhéus (BA), 1810-1850”, de Marcelo Loyola, Ivanice Ortiz e Raiza da Hora.

Este editorial foi escrito e o presente número definitivamente fechado pela equipe de gerentes editoriais, eles próprios e suas equipes todos pós-graduandas e pós-graduandos do PPGH/UFJF, entre as festas de final de ano de 2025. Sem Ana Amélia Gimenez no controle do fluxo de artigos, Alina Nunes e Chrigor Libério na revisão editorial, Gabriel Machado na diagramação final, Jéssica Toledo no design gráfico e Joyce Mirella na coordenação de comunicação, ele não existiria. Com este segundo número de 2025, celebramos dois anos de trabalho conjunto e eu concluo meu período como editora da revista. Ao grupo de gerentes editoriais e às suas equipes, meu muito obrigado!

Foi um trabalho gratificante. A partir do próximo número, minha colega Denise Nascimento assumirá a tarefa. Bem-vinda!

A todos, boa leitura.

Hebe Mattos,
Editora, 29/12/2025

Apresentação

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2025.v31.51279>

Apresentação **O Brasil, a América Latina e a Segunda Guerra Mundial**

Presentation
Brazil, Latin America and the Second World War

Presentación
Brasil, América Latina y la Segunda Guerra Mundial

Ismara Izepe de Souza^{1*}
<https://orcid.org/0009-0004-9588-3527>

Filipe Queiróz de Campos^{2**}
<https://orcid.org/0000-0001-8820-9957>

A historiografia da Segunda Guerra Mundial tem passado, desde a década de 1970, por um processo significativo de ampliação temática e metodológica, distanciando-se das abordagens clássicas centradas em batalhas, campanhas militares e decisões estratégicas de alto comando. Esse movimento tem incluído novas perspectivas que consideram dimensões sociais, culturais, econômicas e políticas dos conflitos armados. No Brasil, de acordo com Nuno Severiano Teixeira (2024), o esforço é recente, ou seja, busca-se novas perspectivas para a história diplomática e militar, principalmente a partir do processo de redemocratização no Brasil.

No contexto latino-americano, essa renovação historiográfica se manifesta em estudos que buscam compreender não apenas o envolvimento militar direto, mas também os efeitos mais

^{1*} Professora associada do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), atuando na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais – Estudos do Sul Global. É mestre e doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: ismara.izepe@unifesp.br

^{2**} Doutor em História Política pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com ênfase em História das Relações Internacionais, mestre e graduado em História pela Universidade. Em estágio pós-doutoral pela UFRRJ e pela UNIFESP, professor substituto na UFJF, autor dos livros “Os informantes de Getúlio Vargas e a política externa brasileira (1930-1945)”, “Diplomacias Secretas: o Brasil na Liga das Nações” e “Uma Pátria no Lugar de Deus? Os Conceitos de Secularização e Laicização na Constituinte de 1890-1891”. E-mail: filipeqc@hotmail.com

amplos da guerra sobre as sociedades, os Estados e suas relações internacionais. Em trabalho recente, por exemplo, Francisco Doratioto (2022) afirmou que a neutralidade argentina durante a Guerra esteve ligada à recusa de Buenos Aires em aceitar a iniciativa do Presidente Roosevelt de um panamericanismo voltado para a defesa do hemisfério americano, ou seja, que a neutralidade argentina precisa ser compreendida também pela perspectiva de uma manifestação anti-imperialista contra os EUA, o que traz novos horizontes para se entender a dinâmica do conflito na região.

Francisco César Alves Ferraz (2024) e Vinícius Mariano de Carvalho (2024) apontam que o crescimento dos estudos sobre a América Latina na Segunda Guerra Mundial tem incorporado objetos como a moral dos combatentes e civis, a mobilização de recursos nacionais, os impactos culturais da guerra e os processos de desmobilização e reintegração dos veteranos. A guerra é, portanto, abordada como um fenômeno total, afetando todos os aspectos da vida social, inclusive nas nações consideradas neutras. Nesse sentido, a ideia de “guerra total” se impõe como chave interpretativa para compreender os impactos difusos e multifacetados do conflito na América Latina.

A contribuição de Andrew Buchanan e Ruth Lawlor (2025) é central para essa nova abordagem, ao propor uma redefinição espacial e temporal da Segunda Guerra Mundial. Para os autores, o conflito deve ser entendido não apenas como um episódio bélico ocorrido entre 1939 e 1945, mas como parte de um processo mais amplo que se inicia com a invasão da Manchúria em 1931 e se estende até o fim da Guerra da Coreia, em 1953.

Essa perspectiva permite analisar a Segunda Guerra como catalisadora de múltiplas crises, econômicas, políticas, sociais e culturais, que já vinham se acumulando desde o período entreguerras, como a crise de 1929, a instabilidade do Sistema de Versalhes e os temores de revoluções sociais. A partir disso, os autores também questionam a separação artificial entre a Política de Boa Vizinhança dos anos 1930 e o engajamento militar explícito dos Estados Unidos após 1941, argumentando que ambas fazem parte de uma mesma estratégia de guerra, que combinava poder duro (*hard power*) e poder brando (*soft power*) no esforço de integração hemisférica.

Esse dossiê vai ao encontro desses novos esforços de ampliação das perspectivas sobre o conflito no cenário da América Latina. Os oito artigos aqui apresentados, de autoria de pesquisadores provenientes de diferentes regiões e instituições, trazem contribuições diversas, que transitam por temáticas que vão desde novas abordagens sobre os interesses econômicos dos EUA na América Latina, até distintas formas de influência que a guerra teve junto às crianças brasileiras.

Em “As crenças e valores de Getúlio Vargas e seus informantes na política externa brasileira antes da Segunda Guerra Mundial”, Filipe Queiroz de Campos, inspirado pelas propostas da História Transnacional e pela Teoria das Elites, analisa as crenças e valores de Getúlio Vargas e seus informantes nos “bastidores da diplomacia” quanto ao cenário político e econômico que antecedeu a Segunda Guerra. Ao investigar a perspectiva dos membros da elite da política externa brasileira entre 1934 e 1937, o autor sugere o quanto as possibilidades de um novo confronto mundial já definia os rumos da estratégia internacional brasileira ainda nesse período.

Adriana Gomes e Fernando da Silva Rodrigues, em “Direito e criminalidade na Segunda Guerra Mundial: a Justiça Militar e os soldados da FEB”, analisam a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial por meio da atuação da Justiça Militar na campanha da Itália. Ao invés de se concentrar em operações de combate ou narrativas heroicas, o estudo volta-se aos crimes cometidos por soldados da Força Expedicionária Brasileira e às formas jurídicas e políticas de seu enquadramento, destacando a interação entre a Justiça Militar brasileira e o V Exército dos Estados Unidos. Ao tratar os processos criminais não como registros factuais, mas como construções narrativas marcadas por disputas simbólicas e estratégias de proteção da imagem da FEB, o trabalho aplica de maneira inovadora os referenciais da Nova História Militar para o cenário da América Latina na guerra.

Em “Recursos minerais como ativo estratégico do Brasil e o paradigma norte-americano na Segunda Guerra Mundial: revisão do pensamento econômico militar”, Bernardo Rocha Carvalho analisa a política econômica do Estado Novo a partir da atuação e das ideias dos militares ligados ao governo, revelando como eles influenciaram decisões estratégicas sobre mineração e siderurgia em meio à Segunda Guerra Mundial. Ao recorrer à documentação primária, como as Atas do Conselho Superior de Segurança Nacional, o autor enfatiza o papel de figuras como Juarez Távora na revisão do pensamento econômico das forças armadas. O estudo evidencia a tensão estrutural entre nacionalismo e dependência externa, especialmente diante da crescente influência dos Estados Unidos no processo de industrialização durante a guerra. Logo, a dimensão econômica no âmbito militar é apresentada como fundamental para se compreender o contexto latino-americano.

O artigo de Alexandre Fortes, “O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: Reinventando o Estado nacional no contexto de transição de hegemonia global”, analisa o conflito mundial a partir do horizonte teórico da história global, procurando demonstrar suas consequências para o Estado brasileiro, especialmente em sua relação com a sociedade, tangenciando temáticas tais como identidades étnico-raciais e conflitos de classe.

O dossiê também conta com artigos que auxiliam o entendimento das múltiplas influências culturais e sociais que a guerra teve junto ao povo brasileiro. Nessa direção, encontra-se o artigo de Ana Beatriz Ramos de Souza, intitulado “‘Não há tristeza que resista’: as escolas de samba, o Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial (1942-1946)”, que trabalha a relação entre as escolas de samba e o governo Vargas durante a Segunda Guerra Mundial, destacando como uma manifestação cultural inicialmente marginalizada foi incorporada ao projeto político do Estado Novo. Ao investigar a atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o uso das escolas de samba como instrumento de mobilização e legitimação da entrada do Brasil no conflito, Souza mostra como práticas culturais urbanas foram politicamente reconfiguradas para servir a objetivos estratégicos do regime, iluminando dimensões simbólicas e políticas que extrapolam o campo militar e diplomático tradicionalmente analisado.

O universo imagético construído por fotografias do conflito mundial é o tema central do texto “Iconografia da vitória: imagens da Segunda Guerra Mundial na revista *Em Guarda* (1941-1945)” de autoria de Aline Locastre, Roger Colacios e Wilson de Oliveira Neto. O artigo demonstra como a revista impressa em Nova York e distribuída em larga escala nos países latino-americanos retratava a vitória dos Aliados, trazendo para a discussão as estratégias utilizadas pelos EUA para promover uma imagem positiva dos Aliados junto ao povo da América Latina. No que tange ao Brasil, os autores afirmam que a circulação da revista influenciou os processos de persuasão política da sociedade brasileira.

Ainda na dimensão das influências culturais da guerra no Brasil está o artigo “A guerra entra no faz de conta: Segunda Guerra Mundial, cultura de guerra e brincadeiras infantis no Brasil e nos Estados Unidos”, escrito por Marina Helena Meira Carvalho. O texto centra-se na análise da forma pela qual a cultura de guerra foi apropriada pela lógica cotidiana do brincar através da publicidade sobre brinquedos no Brasil e nos EUA, tendo como fontes as fotorreportagens publicadas nas revistas *Life Magazine* (Estados Unidos) e *O Cruzeiro* (Brasil). A autora demonstra como elementos da cultura de guerra se infiltraram nas práticas cotidianas e lúdicas das infâncias, discutindo também como os produtores culturais mobilizaram as crianças como parte dos esforços de guerra.

Pouco conhecida na historiografia brasileira, as relações entre a China e a América Latina no contexto da Segunda Guerra Mundial se fazem presentes no artigo de Helena Lopes intitulado “Forgotten Visits in a Global War: Song Meiling in Brazil, 1943 and 1944”. Utilizando fontes jornalísticas brasileiras e chinesas, a autora descreve as visitas que Song Meiling, esposa do líder Chiang Kai-Shek, fez ao Brasil nos anos de 1943 e 1944, desvelando a importância dessa

figura feminina não só para as relações sino-brasileiras, como também para as interações da China com a América Latina.

Assim, o dossiê que ora apresentamos atesta a existência de uma historiografia da Segunda Guerra Mundial multifacetada e dinâmica, que demonstra que os impactos do conflito mundial no Brasil e nos demais países da América Latina foram muito além daqueles relacionados à esfera econômica e militar. A diversidade de perspectivas dos textos inseridos neste dossiê nos faz renovar a aposta na continuidade de iniciativas de pesquisas sobre as múltiplas interações entre a Segunda Guerra Mundial, a América Latina e o Brasil.

Referências bibliográficas:

Buchanan, Andrew, e Ruth Lawlor, eds. *The Greater Second World War: Global Perspectives*. Ithaca: Cornell University Press, 2025.

Doratioto, Francisco Fernando Monteoliva. “A geopolítica platina da Argentina na Segunda Guerra Mundial”. *História*, 41 (2022): e2022024.

Ferraz, Francisco Cesar Alves, e Vinícius Mariano de Carvalho. “Uma historiografia em crescimento: os estudos sobre Brasil e América latina na Segunda Guerra Mundial”. *Antíteses*, 17, 17, n. 34 (2024): 13-21.

Teixeira, Nuno Severiano. “A história militar e a historiografia contemporânea”. *A Defesa Nacional*, 81, v. 768 (2021): 194-196. Disponível em: <https://ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/7057>. Acesso em 21 jun. 2024.

Dossiê: O Brasil, a América Latina e a Segunda Guerra Mundial

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2025.v31.48392>

As crenças e valores de Getúlio Vargas e seus informantes na política externa brasileira antes da Segunda Guerra Mundial

The Beliefs and Values of Getúlio Vargas and his Informants in Brazilian Foreign Policy before the Second World War

Las creencias y valores de Getúlio Vargas y sus informantes en la política exterior brasileña antes de la Segunda Guerra Mundial

Filipe Queiroz de Campos*

<https://orcid.org/0000-0001-8820-9957>

RESUMO: O artigo investiga os impactos das crenças e valores de Getúlio Vargas e de seus informantes no processo de formulação da política externa brasileira, sobretudo nos “bastidores da diplomacia”, entre 1934 e 1937. A investigação inspira-se nas propostas da História Transnacional e na Teoria das Elites, para analisar como o conjunto de crenças e valores do presidente e de sua elite de informantes relacionaram-se a decisões estratégicas e práticas diplomáticas confidenciais. A análise demonstra como a rede de informantes operava nos bastidores da diplomacia, oferecendo uma leitura não tradicional das relações exteriores brasileiras que antecederam a Segunda Guerra Mundial.

Palavras-chave: Getúlio Vargas. Política externa. História Transnacional. Segunda Guerra Mundial. Elites políticas.

ABSTRACT: The article investigates the impact of the beliefs and values of Getúlio Vargas and his informants on the formulation of Brazilian foreign policy, especially in the “backstage of diplomacy,” between 1934 and 1937. The research is inspired by the approaches of Transnational History and Elite Theory to analyze how the set of beliefs and values held by the president and his elite group of informants influenced strategic decisions and confidential diplomatic practices. The analysis shows how this network of informants operated behind the scenes, offering a non-traditional perspective on Brazil’s foreign relations in the years leading up to the Second World War.

* Doutor em História Política pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com ênfase em História das Relações Internacionais, mestre e graduado em História pela mesma universidade. Em estágio pós-doutoral pela UFRRJ e pela UNIFESP, professor substituto na UFJF, autor dos livros *Os informantes de Getúlio Vargas e a política externa brasileira (1930-1945)*, *Diplomacias Secretas: o Brasil na Liga das Nações* e *Uma Pátria no Lugar de Deus? Os Conceitos de Secularização e Laicização na Constituinte de 1890-1891*. E-mail: filipeqc@hotmail.com

Keywords: Getúlio Vargas. Foreign policy. Transnational history. Second World War. Political elites.

RESUMEN: El artículo investiga los impactos de las creencias y valores de Getúlio Vargas y sus informantes en el proceso de formulación de la política exterior brasileña, especialmente en los “bastidores de la diplomacia”, entre 1934 y 1937. La investigación se inspira en los enfoques de la Historia Transnacional y la Teoría de las Élite para analizar cómo el conjunto de creencias y valores del presidente y su élite de informantes influyó en decisiones estratégicas y prácticas diplomáticas confidenciales. El análisis demuestra cómo esta red de informantes actuaba tras bambalinas, ofreciendo una interpretación no tradicional de las relaciones exteriores brasileñas que precedieron a la Segunda Guerra Mundial.

Palabras clave: Getúlio Vargas. Política exterior. Historia transnacional. Segunda Guerra Mundial. Élite políticas.

Como citar este artigo:

Campos, Filipe Queiroz de. “As crenças e valores de Getúlio Vargas e seus informantes na política externa brasileira antes da Segunda Guerra Mundial”. *Locus: Revista de História*, 31, n. 2 (2025): 08-31.

Introdução aos informantes do presidente

Era 1932, Getúlio Vargas já havia chegado ao poder pela força, por meio da parceria entre a Aliança Liberal e os tenentistas (Fausto 1995). Desde o início do processo que levou a queda de Washington Luís, Vargas constituiu uma rede de informantes fora do Brasil, que atuou na Argentina, Paraguai e Uruguai. Homens como Lindolfo Collor (Collor 1930) Orlando Leite Ribeiro (Ribeiro 1933) e Oswaldo Aranha (Aranha 1930) eram gaúchos que se exilaram no exterior e cuidaram de um elemento fundamental para a derrubada do presidente paulista: o financiamento e armas vindos do exterior. Já no poder, no chamado Governo Provisório, Vargas passou a enfrentar a resistência de São Paulo ao seu governo. Nesse contexto, a rede de informantes não foi desmantelada, mas, sim, continuou a ser útil e foi robustecida não apenas para combater opositores, mas também para a execução da política externa do novo presidente nos “bastidores da diplomacia”.

Naquele ano de 1932, Getúlio Vargas leu a carta de seu informante confidencial nos EUA, Paulo Germano Hasslocher sobre a Guerra Civil Paulista contra o governo federal. O informante escreveu que o principal responsável pelas articulações entre brasileiros e estadunidenses em apoio aos paulistas era o diretor da Faculdade Fluminense de Medicina, Manoel José Ferreira, que estava vivendo uma temporada nos EUA. Ferreira esteve em contato com W.P Brown e E.H Ligget,

fornecendo dinheiro para rebeldes no Brasil (Hasslocher 1932). Ao longo da guerra civil, o informante foi a principal fonte internacional de Vargas sobre o conflito, monitorando dinheiro e armas dos rebeldes em solo estadunidense. Após o conflito, Vargas destinou a missão a Hasslocher de continuar repostando a ele os detalhes sobre o cenário internacional. O presidente dava, portanto, confiança e prestígio ao que Hasslocher dizia.

Em 1933, Hasslocher escreveu muito alarmado: “Getúlio, a crise de superprodução, o abuso do crédito agravado pelas dívidas de guerra e pelas barreiras alfandegárias, mais as lutas de partidos na Europa, as guerras e as revoluções na América do Sul estão levando o mundo para verdadeiro caos” (Hasslocher 1933), ele descrevia que após a falência do banco de Michigan, houve um efeito dominó na falência de bancos. Diante da crise, a Argentina estava buscando se afastar do dólar, investindo na compra de outras moedas. Aconselhou Vargas a não se distanciar dos EUA, para garantir que a hegemonia na América do Sul fosse brasileira. Além disso, relatou: “Por toda parte se pedem ditaduras e aqui mesmo, no berço do Governo Representativo, pretende-se dar ao presidente poderes discricionários. A salvação do povo é a suprema lei” (Hasslocher 1933, 2).

Para Hasslocher, o futuro dos EUA era de um “presidencialismo forte”, e o Brasil estava na contramão das transformações internacionais com os apelos pela redemocratização. Escreveu: “Quer melhor paradoxo do que o discurso inaugural do Presidente Roosevelt que, eleito num pleito memorável de agitação democrática, começa por pedir a concentração de todos os poderes em suas mãos para o bem da pátria?” (Hasslocher 1933, p.3).

O informante dava certeza a Vargas de que se o Brasil permanecesse no “regime de representação”, estaria desalinhado das tendências internacionais. Insistiu:

A desorganização em que está o mundo é o resultado da vitória da massa. É o predomínio de todos sem a responsabilidade de ninguém. O que se deu na Itália foi a vitória de Mussolini sobre a multidão alucinada e também o que se está dando na Alemanha em torno de Hitler. Nos EUA, estão procurando ver em Roosevelt o ditador (Hasslocher 1933, 3-4).

Germano terminou dizendo que o próprio adversário de Roosevelt, Hoover, concedeu entrevista dizendo que todos “devem cerrar fileiras em torno” de Roosevelt, diante da gravidade do momento. Naquele mesmo ano, outro informante trocava cartas diretamente junto a Vargas, era Valentim Fernandes Bouças, que, a pedido do presidente, também enviava suas impressões sobre a realidade dos EUA (Bouças 1933).

Ele aconselhava que Vargas adiasse ao máximo as eleições de 1934 e impedisse que o congresso fosse recriado no Brasil. Narrou que se o Brasil fosse uma democracia, o governo teria que negociar com o Congresso enquanto bancos seriam fechados e faltariam os recursos. O resultado disso é que o Congresso, na visão de Bouças, teria que votar poderes excepcionais ao presidente. “Para quê, nesse momento, vamos nós criar essa caríssima máquina?” Completou: “o

exemplo dos EUA deveria servir de grande lição ao nosso povo. Mais uma vez afirmo a v.exc: perder a oportunidade da ditadura (...) seria imperdoável” (Bouças 1933, 2-3). Mas quem eram esses homens que Vargas pedia para prestar serviços de informação?

Germano Hasslocher, o pai, foi um destacado político, advogado e jornalista gaúcho, servindo como deputado federal pelo Rio Grande do Sul entre 1900 e 1911. Germano Hasslocher Filho teve uma carreira marcada por forte atuação política e intelectual, sendo conhecido por sua postura anticlerical e por suas contribuições ao jornalismo e à literatura brasileira. Ele se tornou diplomata com laços políticos com a família Vargas, contava também com a amizade de Aranha (Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, n.d., verbete “Cascardo, Hercúlio”). Hasslocher foi escolhido por Vargas para investigar a política nos EUA até o fim da gestão de Getúlio em 1945. A pedido de Vargas, ele monitorou os passos do próprio Oswaldo Aranha durante anos. Durante os últimos momentos da Segunda Guerra Mundial, Hasslocher concluiu que Aranha abusava de sua autoridade para alcançar projetos próprios e, não raras vezes, sua intenção era a de limitar o poder de decisão de Getúlio Vargas (Hasslocher 1945, 1).

Em 1917, Valentim Bouças tornou-se representante no Brasil da International Business Machines Corporation (IBM), mas também fundou a Companhia Serviços Hollerith, que passou a alugar máquinas da IBM no Brasil, usadas na imprensa e na máquina pública brasileira. No governo de 1930, ele se destacou como analista das dívidas do Brasil, e Oswaldo Aranha desenvolveu relações de confiança com Bouças, recrutando-o para representar o serviço brasileiro de reavaliação das dívidas do país em Washington (Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, n.d., verbete “Valentim Bouças”).

Pelas cartas que Vargas trocou junto a esses dois, fica claro que o presidente confiava na visão de mundo que eles tinham. Diante das interpretações dos informantes do presidente, cabe uma pergunta: qual o impacto dessas crenças na política externa brasileira?

Entre 1930 e 1945, Vargas gestou 51 informantes, pessoas que forneciam a ele não apenas um quadro geral de suas percepções sobre a política internacional, mas que também atuaram em missões nos “bastidores da diplomacia”. Vargas interessava-se pelas interpretações de seus informantes, isso podemos dizer, porque classificamos como informantes apenas aqueles que trocaram cartas com frequência ou escreveram sobre essas trocas frequentes, demonstrando ter a atenção e executar missões junto a Vargas ao longo do tempo. Personagens que apenas enviavam cartas em busca de interesses pontuais ou que não tinham a atenção de Vargas não foram contabilizados.

Entre 1930 e 1945, como explica Sergio Danese, Vargas inaugurou uma “diplomacia presidencial” (Danese 2017), com visitas mais constantes a outros países e forte protagonismo

internacional. A novidade investigativa em tela, contudo, é qual foi o papel das crenças de Vargas e de seus informantes no protagonismo que o presidente exerceu nos “bastidores da diplomacia”, não apenas da brasileira, mas também no âmbito de vários outros países. Houve trocas de percepções de mundo entre o presidente e elites no exterior, então como essas interpretações afetaram a prática da política externa?

Os informantes eram jornalistas, diplomatas militares, empresários ou amigos que compunham elites daqueles tempos que tiveram acesso ao poder. O conjunto de crenças dessa elite encontrava eco nas crenças do próprio Vargas, como demonstraremos. Compreender a importância da crença dessas elites é um exercício de investigação importante que nos leva a trocas transacionais de valores e interpretações sobre os tempos que antecederam a Segunda Guerra Mundial. Estudamos as crenças desses atores políticos, por meio de um aporte metodológico que nos permite compreender os informantes como elites políticas, bem como permite-nos compreender o estudo do serviço dos informantes do presidente como um exercício de História Transnacional.

Abordagens metodológicas

Francisco César Alves Ferraz e Vinícius Mariano de Carvalho (Ferraz 2024) apontam que o crescimento dos estudos sobre a América Latina na Segunda Guerra Mundial tem incorporado novas abordagens. Entre as tendências atuais, chama a atenção a proposta de Andrew Buchanan e Ruth Lawlor (Buchanan 2024) ao proporem uma redefinição espacial e temporal da Segunda Guerra Mundial. Para os autores, o conflito deve ser entendido não apenas como um episódio bélico entre 1939 e 1945, mas como parte de um processo mais amplo que se inicia com a invasão da Manchúria em 1931 e se estende até o fim da Guerra da Coreia, em 1953.

Essa perspectiva permite analisar a Segunda Guerra como catalisadora de múltiplas crises — econômicas, políticas, sociais e culturais — que já vinham se acumulando desde o entreguerras, como a crise de 1929, a instabilidade do Sistema de Versalhes e os temores de revoluções sociais (Buchanan e Lawlor 2024, 31).

Logo em 04 de janeiro de 1934, o general Góes Monteiro, ainda antes de assumir o cargo oficial de Ministro da Guerra, que o fez no dia 18, enviou um relatório robusto a Vargas indicando porque o Brasil deveria se preparar urgentemente para uma guerra mundial. Ele afirmou: “os preparativos para uma conflagração internacional prosseguem febrilmente” (Monteiro 1934, 15-16). Ele entregou um relatório que descrevia a Vargas os passos que julgava mais importantes para o Brasil se preparar para um conflito mundial que, segundo ele, era apenas uma questão de tempo para acontecer. Para Hasslocher, Bouças e Monteiro, a dimensão internacional exigia que Vargas

instalasse uma ditadura no Brasil como reação mais adequada. Para a compreensão da política externa de Vargas, essas crenças importam, eram homens que o presidente queria ouvir.

Por isso, propomos analisar a perspectiva dos informantes de Getúlio Vargas e do próprio presidente por meio da proposta de Lawlor e Buchanan, que não se pretende teleológica, ou seja, não é uma tentativa de “enxergar a Segunda Guerra antes do conflito em si acontecer”, mas perceber que os contemporâneos da década de 1930 compartilhavam a interpretação de que uma nova guerra mundial era iminente. Dessa maneira, investigamos as crenças dos informantes e do presidente e, para isso, apoiamo-nos no valor que Wright Mills (2019) e Robert Dahl (1997) conferem às crenças das elites.

A Teoria das Elites emergiu como crítica ao ideal democrático de participação igualitária, oferecendo uma perspectiva mais realista, e muitas vezes pessimista, sobre o funcionamento do poder nas sociedades modernas. Três autores fundadores — Vilfredo Pareto (1916), Gaetano Mosca (1923) e Robert Michels (1911) — formularam teses que, embora distintas, compartilham uma convicção comum: o poder está concentrado inevitavelmente nas mãos de uma minoria. Mais tarde, C. Wright Mills, em *The Power Elite* (1956), deu novas formas à essa análise ao relacionar elites econômicas, políticas e militares, sublinhando a importância dos seus valores e visões de mundo como elementos-chave da dominação.

Wright Mills buscou tratar os valores da elite como uma categoria analítica central. A unidade dessa elite é garantida pela homogeneidade de sua formação social: frequentam as mesmas escolas, participam das mesmas organizações e compartilham uma mesma cultura de classe. Esses valores influenciam diretamente as decisões políticas, militares e econômicas, afetando toda a sociedade. Para Mills, os valores da elite não são apenas instrumentos de legitimação, como em Pareto e Mosca, mas constituem uma estrutura ideológica que guia o próprio exercício do poder.

O enfoque na crença dessas elites nos importa enquanto inspiração metodológica. Em sua obra clássica *Poliarquia*, publicada em 1997, Robert Dahl defende: “o que acontece com o beisebol e o críquete acontece na política: aquilo em que acreditamos influencia não só o que queremos que aconteça, mas também o que efetivamente pensamos que acontece” (Dahl 1997, 128). Além disso, ele explica: “Este enfoque não significa que as crenças presentes nas camadas menos influentes sejam irrelevantes, mas apenas que uma abordagem mais consistente pode ser feita tratando-se das crenças da camada politicamente mais atuante” (Dahl 1997, 129).

Analisando a rede de informantes de Vargas pela perspectiva do que propõe Robert Dahl, compreendemos que o conjunto de crenças do presidente e de seus informantes sobre o mundo de sua época importa para investigarmos a maneira pela qual ele operou a sua política externa. O

presidente, de fato, era parte da elite, mas por que os informantes do presidente comporiam uma elite?

A definição de elite proposta por Wright Mills é posicional, uma vez que os membros da elite seriam definidos de acordo com as posições de mando ocupadas, e institucional, pois as posições de mando o são por pertencerem às instituições mais importantes da estrutura social do país. Nas palavras do autor

A elite do poder é composta de homens cuja posição lhes permite transcender o ambiente comum dos homens comuns, e tomar decisões de grandes consequências. Se tomam ou não tais decisões é menos importante do que o fato de ocuparem postos tão fundamentais: se deixam de agir, de decidir, isso em si constitui frequentemente um ato de maiores consequências do que as decisões que tomam (Mills 1982,12).

Tomamos, portanto o conceito de “elites do poder” de Mills para elencarmos alguns informantes-chave entre 1934 e 1937 que não apenas enviaram ao presidente suas impressões sobre a realidade da política internacional, mas atuaram em nome de Vargas, mesmo que de maneira velada, para praticar projetos em consonância às suas crenças e valores. Oswaldo Aranha é o primeiro deles. Também gaúcho, compartilhava junto a Vargas os valores e crenças dos “revolucionários de 1930”. Também investigaremos

São pessoas que tinham uma posição privilegiada de acesso ao poder, Vargas se interessava por essa “elite na informação”. No que acreditavam? O que acreditavam teve alguma influência no que decidiu Vargas para a sua política externa?

Escolhemos o ano de 1934 como início da investigação, pois, ao estudar os arquivos de Oswaldo Aranha e de Getúlio Vargas, disponíveis no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil CPDOC, foi possível identificar que, apesar de o Brasil passar a viver um regime constitucionalmente democrático e o poder Executivo ser mais cerceado que no Governo Provisório, foi justamente a partir de 1934 que o número de informantes e as ações de Vargas nos “bastidores da diplomacia” mais se multiplicaram, sendo, portanto, um período mais profícuo para análise de crenças e ações dos informantes. Adotamos o ano de 1937 como fim da análise, por ser quando se inicia o Estado Novo, momento em que a dinâmica de relação entre Vargas e alguns de seus informantes muda, e o início do conflito mundial fica mais próximo, se distanciando de nossa proposta de análise, que se liga às tensões mais anteriores ao conflito em si.

Nessa análise, também nos interessa como esses “medos e angústias” dessa elite de informantes se relacionam com crenças já em circulação na política internacional da época, buscando contextualizar as estruturas de crenças desses agentes, por meio da importância que a História Transnacional confere às ligações entre o que é mais nacional e local e o que é mais macro e internacional.

As abordagens de história global e história transnacional emergem, segundo Sebastian Conrad (2019, 53), como uma crítica direta ao nacionalismo metodológico e ao eurocentrismo, pilares que sustentaram a historiografia tradicional centrada nos Estados-nação, como já salientava Sanjay Subrahmanyam (2017, 237). Ambas compartilham o objetivo de superar essas limitações, mas diferem em seus métodos, escalas e focos analíticos, como explicam Fábio Morales e Uiran Gebara da Silva (2020, 133).

A história global, conforme aponta Conrad (2019), tende a enfocar grandes processos de integração — econômicos, culturais e sociais — entre sociedades e regiões diversas, buscando entender as transformações estruturais globais. Nessa perspectiva, o historiador busca compreender processos de integração entre mercados, culturas e sociedades, tratando as conexões como evidências de dinâmicas transcontinentais amplas.

Por sua vez, a história transnacional concentra-se em fenômenos geograficamente mais limitados, atentando para as mobilidades, transferências e entrelaçamentos entre indivíduos, ideias, produtos e instituições. Ainda que vá além das fronteiras nacionais, não nega o papel do Estado-nação, mas o reinsere como um elemento ativo dentro de redes maiores (Conrad 2019).

Akira Iriye (2013), por exemplo, entende que a história transnacional estuda conexões internacionais a partir de agentes, redes e agendas que operam além das fronteiras, mas sem eliminar a nação como categoria de análise. Nesse sentido, a transnacionalidade reconhece a persistência da nação como “esfera fundamental de análise de processos”, como reforça também Barbara Weinstein, que vê nesse ponto a principal distinção entre o viés transnacional e o global (Weinstein, 2020).

É nessa perspectiva que nos interessa a proposta da História Transnacional como metodológica de análise: investigar os informantes de Getúlio Vargas permite-nos jogos de escalas entre crenças e valores locais. Identificavam-se como “revolucionários de 1930”, compartilhavam de uma “responsabilidade” de fazer continuar os ideais da revolução, mas também como gaúchos queriam fazer valer interesses e desejos estaduais relacionados a essas identidades, por meio da política externa. Essas crenças e valores entrelaçaram-se à apreciação de ideias fascistas ou totalitárias ou ao antiliberalismo em uma leitura brasileira das discussões internacionais.

A História Transnacional convida a analisarmos trocas, permutas dialéticas de valores e crenças. É essa a perspectiva que adotamos. Desenhar os traços desses entrelaces de crenças faz questionar limites estanques entre a política interna e externa, mas também cria, a partir de jogos de escalas entre o que é nacional e internacional, novas possibilidades analíticas.

Crenças de Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha

No citado relatório que Góes Monteiro enviou a Vargas em janeiro, o general lamentava o regime constitucional de 1934, e escreveu: “V.exc. não teve outro recurso senão apelar para o processo clássico do liberalismo moribundo, convocando a reunião da Assembleia Constituinte”. Argumentou que o Brasil apenas se manteve unido após a ocupação de Portugal, devido ao poder centralizador da monarquia, caso contrário teria se dividido “como fez a América Espanhola” (Monteiro 1934, 7). Com a República, o Brasil “se dividiu em regime regional-caudilhesco”, correndo o risco de se desintegrar. Por isso, para ele, a missão da “Revolução de 1930” era a de manter o país unido, e apenas uma ditadura faria isso. O que ele chamou de “estadualismo” teria um outro grande risco: deixar o Brasil totalmente despreparado para um conflito mundial, por isso lamentou que Vargas estava permitindo a “Revolução” perder seu fim principal.

Monteiro também explicou que, provavelmente, o novo conflito mundial começaria no oriente, com uma guerra imperialista entre União Soviética e Japão. Afirmou: “o estado de guerra é latente e as potências dos dois hemisférios preparam-se ativamente para a nova conflagração” (Monteiro 1934, 6-7). Como o Brasil deveria se preparar? Para ele, “Desde que o Brasil se encontre aparelhado para suportar uma guerra com a mais poderosa nação sul-americana” (Monteiro 1934, 7), estaria então apto a estar razoavelmente preparado ou seja, para Góes, a “política de guerra” do Brasil precisava ter o poderio da Argentina como base. Contudo, tanto a população brasileira era muito sensível a uma política aberta de preparação para a guerra, quanto a Argentina. Se Vargas reequipasse o Brasil de maneira visível, seria impedido antes de concretizar seus planos. O presidente, recomendava Monteiro, precisava trabalhar de maneira invisível.

Em um discurso a ser lido na constituinte de 1934, Getúlio Vargas escreveu sobre a nova constituição: “Ela fragmenta e dilui a autoridade, instaura a indisciplina e confunde, a cada passo, as atribuições dos poderes da República”. Para ele, de forma geral, os outros poderes acabavam “invadindo o poder executivo” (Vargas 1934). Portanto, as preocupações de Monteiro fizeram coro com aquelas de Hasslocher e Bouças, que aconselhavam Vargas a uma ditadura como única maneira de salvaguardar o Brasil, mas também com as do próprio presidente. Ele governaria com uma constituição sobre a qual não concordava, preferia uma ditadura.

Sobre a “invisibilidade”, recomendada por Monteiro, também podemos encontrar eco nas crenças do presidente. Em carta para Oswaldo Aranha, preocupado com a Guerra do Chaco que se desenrolava, Vargas confessou ao amigo gaúcho:

Como sabes a preparação armamentista da Argentina tem derivado da nossa inepta loquacidade. Traçamos programas de preparação bélica e os enunciamos. Na previsão de tais programas, os argentinos executam a contrapartida e nós nos contentamos com as palavras. Assim foi no passado. É mister que o presente não o imite, para a garantia dum melhor futuro (Vargas 1934, 10).

Mesmo discordando da constituição, Vargas a aceitou temporariamente, mas no que diz respeito à política externa, encontrou maneira de agir “nas sombras”. Vamos observar que Vargas driblou meios oficiais do governo, para ter a liberdade que julgava necessária para conduzir sua política externa. Um de seus principais alicerces para a execução de uma “diplomacia dos bastidores”, que garantiria a “invisibilidade”, recomendada por Góes Monteiro, foi Oswaldo Aranha. As crenças de Vargas e Aranha sobre a política internacional foram fundamentais para a execução dessa política.

Vargas estava alarmado com a situação da embaixada brasileira nos EUA e enviou o amigo como futuro embaixador. Contudo, Aranha passou antes pela Itália com a missão de conversar com Benito Mussolini sobre novos acordos comerciais entre Brasil e Itália. O gaúcho ficou alarmado com o clima belicoso e escreveu:

Vou te enviar, Getúlio, as minhas impressões da Europa, através da Itália. A Europa está, meu caro, em estado potencial de guerra. “Os governos estão em um jogo insaciável de combinações secretas. Os governos estão se preparando para o choque e as indústrias bélicas em uma atividade sem precedentes (...) estão como feras arrepiadas em ofensiva”. Os povos presentem o mal tempo. A tempestade desenha-se no horizonte. Não é possível prever o dia em que se vai desencadear. A Europa está sob a ação de dois extremos — a guerra que passou e a que virá (Aranha 1934a, 5-7).

Aranha não conseguiu visitar Mussolini, que estava fora de Roma e nem mesmo havia sido avisado de que o brasileiro estava indo visitá-lo. O futuro embaixador ficou furioso, narrando a Vargas que estava estarecido com as condições de péssima representação do Brasil na Itália e que podia afirmar que o mesmo estava acontecendo em outros países da Europa (Aranha 1934b, 1-4).

Ele estava surpreso com a ausência da imagem brasileira: “Na Europa, sobre o Brasil, Getúlio, não há nenhuma notícia! A Argentina manda boletins diários de sua vida” (Aranha 1934a, 3-4). Continuou: “aqui há muita propaganda: A Itália, esta faz a propaganda de fundo destacando a ação e a figura do Duce” (Aranha 1934a, 3-4). Alertou que “quando chegasse o momento trágico”, falando da guerra iminente, o Brasil deveria aproveitar para se mostrar como “refúgio para o trabalho e para o capital”. Então escreveu: “Precisamos iniciar uma campanha mostrando que o Brasil não é como se afirma e crê: a) um país de negros b) um país de doenças c) um país tórrido. As despesas com essa propaganda serão largamente compensadas” (Aranha, 1934a, 4-5).

Mais uma vez, pediu a Vargas urgência na preparação do Brasil: “estamos na antevéspera e grandes acontecimentos”, e completou: “Prepare a ti e ao Brasil faça enfrentar essa reviravolta universal (...) as autoridades, o armamentismo, as ditaduras conduzirão o mundo a uma grande convulsão”. Para ele, a Itália não funcionava mais como um país capitalista, porque esgotava todos seus recursos com sua máquina de guerra, sendo um possível conflito internacional seu grande objetivo. Escreveu: “Luis XIV foi café pequeno (...) a Europa está dominada por grandes loucos.

A Itália, Getúlio, está militarizada da cabeça aos pés (...) é pobre em matéria prima e faz seu povo trabalhar dia e noite” (Aranha 1934b, 7-8).

Em 2 de outubro de 1934, ele assumiu a Embaixada do Brasil em Washington. De lá, denunciou a Vargas que as administrações anteriores eram lentas e desorganizadas, que o embaixador anterior estava informando coisas opostas à realidade ao Itamaraty e não produzia dados. Aranha escreveu surpreso: “aqui não temos arquivos, nem bibliotecas, nem dossiês, a parte econômica está vazia” (Aranha 1934c, 5-6). Já em 1935, Oswaldo Aranha escreveu a Vargas sobre como essa negligência de embaixadas anteriores prejudicou a geopolítica brasileira.

Para ele, os EUA desconfiavam da posição do Brasil quanto à sua fidelidade em uma possível guerra. Relatou que eles estavam alarmados pelo desinteresse do Brasil pela Embaixada ao longo da atuação do embaixador Domício da Gama. Na visão de Aranha, era devido a esse comportamento que os EUA foram se aproximando muito mais da Argentina, que havia, naquele ano, fechado um acordo de missão naval com Washington.

Na carta, respondeu ao principal desejo de Vargas: armar o Brasil com a ajuda dos EUA. O gaúcho respondeu que seria possível, sim, fazer acordos de armas com os EUA, mas “tudo terá que ser feito com discrição, com segredo, com seriedade, porque esta gente trata as coisas com segurança e a menor revelação comprometerá tudo” (Aranha 1935a, 3). A “invisibilidade diplomática” como estratégia era reforçada pela visão do novo embaixador. Havia duas questões que mais importavam para Aranha em termos geopolíticos ao Brasil: 1) como driblar os entraves da Argentina ao Brasil 2) como superar os desafios de um mundo que, para ele, entrava em colapso.

Aranha explicou a Vargas, em nova carta de 1935, que seu grande obstáculo geopolítico para as relações Brasil-EUA era a Argentina, cuja hegemonia sul-americana sempre foi impedida pelo “poder de veto dos EUA”, mas que, devido às crises mundiais e à necessidade de os EUA se aproximarem da América Latina, o “veto à hegemonia argentina” estava para enfraquecer. Era por isso, explicava a Vargas, que precisam agir tanto nos “bastidores” (Aranha 1935b, 10). Como superar o prestígio argentino dentro dos EUA?

Para o embaixador, se o Brasil acertasse as negociações de dívidas e negociassem novos acordos militares com os EUA, evitariam o crescimento do prestígio argentino. Esse acerto, para ele seria “o maior feito da Revolução” (Aranha 1935b, 3). O ideal revolucionário de 1930, via o gaúcho, seria concretizado, em termos de política externa, com a recuperação da hegemonia brasileira na América do Sul, o que seria apenas possível, por meio da parceria com os EUA. O segundo maior obstáculo seria a questão comercial.

Em 1935, Aranha escreveu ao amigo que enxergava uma grande mudança no comércio internacional. Para ele, os mais ricos países do mundo estavam voltando seus olhos para a rápida e

barata exploração de matérias-primas da Ásia e da África em franca substituição às relações comerciais intensas com a América Latina. Assim, ou o Brasil conseguia chamar a atenção desses países ricos ou perderia sua chance história de se “tornar um país forte” (Aranha 1935d).

Ele entendia que a redução mundial do volume internacional de comércio estava apenas começando. Escreveu:

A redução do poder aquisitivo de quase todos os povos, dada a concentração da riqueza em poucos e do estoque de ouro em dois ou três, tornou inatingível esse ideal, salvo uma mova redistribuição das riquezas entre as nações, coisa impossível. As nações europeias começaram a procurar nas suas colônias a solução dos seus problemas, criando uma segunda “Santa Aliança” econômica, mais ameaçadoras que foi a “política” para a nossa independência (Aranha 1934e 3).

Para o embaixador: “a Inglaterra criou uma autarquia colonial com terras em todos os climas e com 500 milhões de súditos. A Itália, dando prova mais evidente dessa nova orientação, quer procurar na Abissínia o algodão, madeira, café e minério” (Aranha 1934e 4). Para ele, os Acordos de Ottawa e as políticas protecionistas que foram desencadeadas pelo isolamento comercial estavam levando o mundo a um clima de guerra inevitável.

De fato, os Acordos de Ottawa, firmados em 1932 durante a Conferência Econômica da Commonwealth, estabeleceram um sistema de preferência imperial entre os países membros do Império Britânico, mediante a adoção de tarifas alfandegárias diferenciadas. Essa política aprofundou o clima de protecionismo econômico iniciado com a Grande Depressão, restringindo o comércio com países fora da Commonwealth. O efeito imediato foi a fragmentação do mercado internacional, aumentando a desconfiança entre as potências (Kindleberger 1973, 208-273). Aranha chamou essa onda de aumentos tarifários, vinda de países ricos, de “nova política colonial” (Aranha 1934e).

A Vargas, afirmou que o Brasil, mesmo tendo grandes riquezas para exportar, não conseguiria vender muito, porque estava sendo “arrastado a uma vida neocolonial” baseada nas dívidas e nas novas tarifas dos ricos (Aranha 1934e).

Era por isso, explicou, que via no comércio entre Brasil e EUA a única via de ação assertiva: “Os Estados Unidos, por sua vez, tomando o mundo o rumo do “comércio colonial” terá que retornar à política de expansão colonial, procurando na América Central terras de produção tropical. Oxalá essa expansão não se torne uma ameaça política para nós” (Aranha 1935d 8). O amigo gaúcho anunciava ao presidente uma nova era:

Ainda agora, o Japão, com menos de 70 milhões de habitantes está ocupando os 400 milhões da China, e os Estados Unidos ocuparam ou compraram tudo compulsoriamente, quase todo o oeste e o Sul, tomando-os ao domínio espanhol ou indo-espanhol. Não tenho dúvidas de que uma mova era de ambições coloniais, determinada por fatores econômicos, mais do que propriamente políticos, vai assenhorar-se dos destinos universais. Só uma guerra poderá alterar o curso desses acontecimentos. Devemos, pois, refletir muito e preparar-nos (Aranha 1934d 8).

Para a execução de uma “revolução comercial” necessária diante desse cenário, Vargas e Aranha compartilhavam da mesma impressão, seria necessário driblar a “diplomacia tradicional”. Em 1934, Vargas escreveu a seu amigo Aranha, explicando que acreditava que a maior obra que poderia fazer para a política externa era restaurar a diplomacia brasileira nos EUA, que, segundo ele, estava abandonada. “Confiemos à inépcia de altas figuras da nossa diplomacia (...) sem a menor eficiência intelectual muito louvadas no Itamaraty, talvez por certas preocupações puramente burocráticas”, por isso escreveu: “estou convencido da necessidade urgente de adaptarmos a nossa diplomacia a um programa moderno, construtor, de expansão comercial e de política econômica (Vargas 1934, 2). Registrou:

É preciso renovar a nossa representação com gente capaz e eficiente, aproveitando nela espíritos cultivados, homens de inteligência pronta, sabedores da nossa história, conhecedores do nosso patriotismo, estudiosos dos nossos problemas e não burocratas passeadores, cômicos de que toda a arte diplomática se resume em falar impecavelmente idiomas (Vargas 1934, 2).

Aranha também compartilhava dessa forte crítica à maneira pela qual os diplomatas brasileiros trabalhavam e a diplomacia brasileira funcionava. Em abril de 1935, escreveu a Vargas que estava conseguindo executar uma completa renovação da dinâmica e estrutura da Embaixada brasileira nos EUA. Em carta do dia 05 de junho, ele disse que, até então, a Embaixada brasileira nos EUA era “estufas de parasitas”, afirmou a Vargas sobre os diplomatas:

é uma casta que vive ao longe, sem ação e sem desejo de agir. Não sua culpa. É uma herança da burocracia internacional e da displicência nacional. Foi útil na nossa formação para delimitar as fronteiras, fazer reconhecer a Independência, prestigiar o Império e pouco mais. O seu conteúdo político, passadas essas épocas, reduziu-se e os nossos diplomatas ficaram num vazio sem ter o que fazer (Aranha 1935d, 3). Afirmou Aranha a Vargas que “diplomacia política precisava ser “a chave para a expansão comercial” (Aranha 1935d, 5).

Em julho de 1935, Aranha enviou as sugestões confidenciais de Franklin Delano Roosevelt propondo uma conferência interamericana para revisar os compromissos de paz. “Não quero tomar essa iniciativa sem conhecer a opinião do Presidente Vargas” (Aranha 1935c, 2), disse o estadunidense. Vargas respondeu que ele mesmo pensou em um modelo mais amplo que o sugerido por Roosevelt, por isso certamente aceitaria o convite, mas, a Aranha, confessou: estava convencido de que “as velhas estruturas da civilização” estava abalada: elencou tudo que o fazia pensar assim:

devemos orientar os nossos destinos para rumos diferentes. A situação política da Europa e da Ásia, o imperialismo agressivo, os nacionalismos econômicos com tendência a se fixarem na autarquia, o acordo de Otawa, que asfixiou o tradicional livre-cambismo da Inglaterra, a colonização da África com o objetivo de dispensar o consumo dos produtos americanos (Aranha 1935c, 3).

Vargas disse que leu a carta de Aranha aos membros do Conselho de Comércio Exterior, porque estava certo de que eram os elementos que estavam mudando o mundo. Por isso o que ele queria que Aranha propusesse a Roosevelt era um “panamericanismo comercial e econômico”, a

criação de meios de transformação do panamericanismo jurídico em panamericanismo comercial. Confessou ao amigo que eram apenas as suas utopias, mas que já surtiavam efeitos na política nacional (Aranha 1935c, 2). Apesar de saber serem ideias difíceis de se concretizar, divulgava as premissas de uma união comercial e econômica entre os países americanos nos seus discursos, como fizeram em Buenos Aires e no Congresso Médico Panamericano, explicou (Aranha 1935c, 4).

Vargas terminou a carta muito preocupado: “uma tempestade se avizinha e nem todos estão percebendo” (Aranha 1935c, 6). Em agosto de 1935, voltou a enfatizar com Aranha que seu grande projeto pessoal para as calamidades que estava prevendo era a formação “de um bloco dos países americanos, como medida de ação política para defender interesses comuns” (Vargas 1935d). Se mostrou muito preocupado com “a pressão do nacionalismo econômico, a política de bastar-se e de não comprar aos outros” (Vargas 1935d, 3). Explicou: “Contamos para o pagamento das nossas dívidas externas apenas com os saldos da balança comercial. Se estes continuarem a cair, apresentar-se-á uma situação de fato que nos obrigará a desatender o cumprimento dos nossos compromissos no estrangeiro” (Vargas 1935d, 3).

Aqui surgia um ponto de forte de inflexão entre os dois: como medida nacionalista e de defesa, Vargas planejava preparar o país para declarar moratória, suspender o pagamento de dívidas, Aranha dizia que “a suspensão do pagamento das dívidas” seria “o fim de tudo”, de todo o esforço de conquistar prestígio ao Brasil. Entendia que era uma medida popular, mas que arrancaria do Brasil a confiança conquistada. Enquanto o embaixador via que a única saída era conquistar a confiança com negociações da dívida, Vargas entendia que medidas nacionalistas fortes de suspensão levariam a negociações melhores depois, ao se mostrar força. Os amigos não se entenderam sobre esse ponto, que permaneceu inconcluso. Cuidar do exterior, para Vargas era, se necessário, mostrar força, para Aranha havia apenas a via da conquista pelo prestígio (Vargas 1935d, 17-18).

Das ideias às ações

Oswaldo Aranha iniciou um processo de compra de *destroyers*, munições e equipamentos para o Brasil nos EUA em 1935 (Aranha 1936a), mas, quando o acordo quase foi fechado, os EUA desistiram da venda. Vargas ficou muito frustrado, porque havia suspenso negociações que já estavam ocorrendo com Itália e Alemanha, para dar preferência aos EUA.

Aranha garantiu a Vargas que a desistência ocorreu porque o ministro das Relações Exteriores, Macedo Soares, ao buscar protagonismo no processo, circundando a figura de Aranha e de Vargas, acabou dando publicidade demais ao que vinha sendo feito de maneira velada. Então,

Argentina protestou sobre o processo, se dizendo ameaçada e os EUA preferiram desistir (Aranha 1936b). Foi exatamente a falta de “invisibilidade” às negociações que impediu o processo.

Depois, desse episódio, se Aranha e Vargas já combinavam uma série de decisões circundado o ministro das Relações Exteriores, passaram a combinar de driblar o Itamaraty sistematicamente nos assuntos mais sensíveis, sobretudo, aqueles sobre armas. Em 1936, de maneira secreta, os EUA estavam oferecendo o arrendamento de seis *destroyers*, e Aranha reforçou junto ao amigo: “nada faça pelo Itamaraty” (Aranha 1936 c, 6).

Além de passarem a negociar sem a ciência do Itamaraty, Vargas e Aranha atuaram juntos de maneira confidencial, usando a imprensa nos EUA a favor do Brasil. Em 1937, quando, novamente, a Argentina buscava frustrar novas compras de navios de guerra que o Brasil fazia dos EUA, os dois amigos fizeram publicar notícias coordenadas na imprensa de Washington sobre as vantagens de acordos militares entre Brasil e EUA. Segundo Aranha, em suas cartas a Vargas, essa ação foi fundamental, pois pressionou os negociadores dos EUA a fecharem logo os acordos e, naquele ano, finalmente, o Brasil fechou acordos não de compra, mas de arrendamento de navios de guerra dos EUA (Documento 1937).

Em outros episódios a ação coordenada e confidencial de Vargas e Aranha foi fundamental: em maio de 1935, por exemplo, Aranha alertou Vargas de que os acordos compensados com a Itália, ou seja, a troca de produtos brasileiros por produtos italianos não apenas estava sendo benéfica para o lado brasileiro, bem como estava levando Vargas a ser associado demais à imagem de Mussolini nos EUA. A reação e resposta de Vargas foram rápidas.

O presidente escreveu que Brasil estava mesmo saindo prejudicado, a Itália, disse Vargas “compra-nos algodão e café em marcos bloqueados, oferecendo ágio e revende-os, depois, a outros países, recebendo em pagamento moeda de curso internacional. Logo que soube disso, determinei providências para que cessassem semelhantes transações” (Vargas 1935). Ou seja, graças à ação coordenada e não oficial entre os dois, Vargas construía uma política externa que dependia bastante do que acontecia nos “bastidores”.

Um outro exemplo, é que, na mesma carta, Vargas responde a Aranha sobre suas provocações quanto à necessidade de se organizar o serviço internacional de propaganda: “Estou organizando o serviço de propaganda e turismo, utilizando o rádio, o cinema e outros meios de publicidade” (Vargas 1935, 8).

As relações entre as crenças e as ações nos “bastidores da diplomacia” entre Vargas e Aranha constituem, portanto, um ângulo fundamental para se compreender os rumos da política externa brasileira. Não obstante, o eixo Vargas-Aranha não foi o único.

Episódios da “diplomacia dos bastidores”

Paulo Silveira

Para o amigo gaúcho de Vargas, a Itália era um lugar sombrio e perigoso, do qual Vargas devia se inspirar apenas em sua máquina de propaganda, mas não era isso que outro informante aconselhava.

O diplomata mineiro, tio do político Virgílio de Melo Franco, Paulo Silveira escreveu da Itália, de onde Vargas o pediu para investigar, a partir de 1934. Silveira disse que estava trabalhando na biografia de Vargas que o próprio presidente o pediu, livro que serviria de divulgação sobre o Brasil e a figura de seu líder na Itália, e elogiou o governo de Mussolini. Também disse que reportaria sobre o cenário europeu como combinado, segundo ele, Oswaldo Aranha nos EUA era decisão acertada de Vargas, para colocar em execução os “ideias da Revolução”, referindo-se à “Revolução de 1930” (Silveira 1934a).

Silveira atuava como diplomata na França e fora, segundo ele, o próprio Vargas que o transferiu para a Itália, onde deveria descrever ao presidente sobre Mussolini e sua política. Registrou: “Saí da confusão parlamentar da França para entrar no templo claro e linear da Itália. A vontade latina do Duce acabou com o complicado labirinto da velha política italiana” (Silveira 1934b 2-3). Narrou: “o dogma romântico do contrato social de Rousseau (...) foi substituído pela férrea doutrina do fascismo que põe o Estado acima do indivíduo aparafusando-o na poderosa máquina do governo” (Silveira 1934b, 3). Disse a Vargas que a Itália era a frente de combate ao comunismo na Europa, porque eliminou “posições liberais, democráticas e a impertinência liberal”, que seriam, segundo ele, a chave que o comunismo usava para invadir os países (Silveira 1934b, 4).

É interessante que, para Silveira, Mussolini também era a única chance de uma ditadura latina vencer a ditadura alemã, pois Hitler era o grande perigo do mundo, junto ao comunismo:

Hitler é o açougueiro wagneriano do macabro carnaval de sangue da Baviera (...) Hitler é um explosivo perigoso que a intransigência do Quai d'Orsay está comprimindo no buraco do Tratado de Versalhes. Se o velho literato Barthou continuar com a sua política antipática de negar pão e água à Alemanha a guerra do desespero vem aí para destruir o templo da paz mundial. A URSS, tentou ser "o velho cordeirinho da paz" com medo do Japão "entrando na desmoralizadíssima Sociedade das Nações (Silveira 1934b, 4).

O “Barthou” a que se refere era Louis Barthou, Ministro das Relações Exteriores da França, cargo que assumiu em fevereiro daquele ano no governo de Gaston Doumergue. Ele teve papel de destaque na diplomacia europeia no período entre-guerras, especialmente nas negociações para reintegrar a União Soviética à Liga das Nações. Para Silveira, a Liga das Nações era o grande problema geopolítico de seu tempo: permitia o espalhamento do comunismo ao integrar a União

Soviética às relações internacionais e, ao mesmo tempo, impedia a integração da Alemanha, provocando a postura de confronto (Silveira 1934b, 4).

Recomendava Vargas distanciar o Brasil da Liga das Nações, pois: "Eu que conheço muito bem a topografia psicológica da Liga das Nações, pois lá estive durante dois anos, sei que aquele laboratório de intrigas internacionais está preparando cuidadosamente a próxima guerra" (Silveira 1934b 4). Para ele, a política externa de Vargas era revolucionária, porque enfraquecia as ligações entre Brasil e a Sociedade das Nações. Dizia que o projeto de Afrânio de Melo Franco de fazer do Brasil um membro permanente na Liga tinha um terrível erro geopolítico: colocava todos os países vizinhos do Brasil como antagonistas, ao querer colocar o Brasil como representante único das nações latino-americanas no órgão. Descreveu o problema: "se o Brasil entrasse para o Conselho como membro permanente estava implicitamente reconhecida pelas grandes potências a nossa hegemonia na América do Sul" (Silveira 1934b, 4). Segundo Paulo Silveira, foi o seu relatório ao então governo de Arthur Bernardes que, ao demonstrar os riscos geopolíticos para o Brasil na América do Sul, convenceu o então presidente a retirar o Brasil da Sociedade (Silveira 1934b, 5).

Para Silveira, a fraqueza da França seria o ponto de inflexão da guerra: "a França da liberdade sente-se cercada de nações robustas, fortalecidas por um regime político totalitário que as funde num bloco só de energias dominadas por uma só vontade (...) a França não poderá resistir a um próximo e matemático ataque da Alemanha" (Silveira 1934b, 7).

Em 1938, já no Estado Novo, Paulo Silveira fez publicar o terceiro capítulo sobre a biografia de Vargas, capítulos que eram publicados e divulgados aos poucos na imprensa italiana (Carrazzoni 1938, 3), sua atuação demonstra como Getúlio Vargas desenvolveu sua propaganda personalizada e personalista para além dos mecanismos oficiais do governo.

Herculino Cascardo e Luís Simões Lopes

Entre os informantes do presidente, é possível notar o quanto as questões geopolíticas estiveram entrelaçadas às comerciais. Em 1934, foi criado o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), pelo Decreto nº 24.429 de 20 de junho de 1934, o órgão presidido pelo próprio Chefe do Governo em uma tentativa de impulsionar o comércio internacional do Brasil. Enquanto medidas oficiais eram tomadas, Vargas prosseguia com sua "diplomacia dos bastidores".

Ele combinou, com Herculino Cascardo, uma missão secreta na União Soviética. O objetivo era sondar as possibilidades de se reatar as relações comerciais entre o Brasil e o bloco soviético, para incrementar o comércio brasileiro. Cascardo havia participado do movimento tenentista em São Paulo quando ainda era militar da Marinha. Após ter sido preso, foi ao Rio Grande do Sul e auxiliou os rebeldes ligados à Aliança Liberal que lutaram pela queda de Washington Luís.

No Governo Provisório, integrou o Clube 3 outubro, cúpula de militares que buscavam coordenar as ações do governo e, logo depois, foi interventor federal no Rio Grande do Norte. Em 1934, estava em um curso de aperfeiçoamento da Marinha, na Inglaterra, quando executou sua missão secreta. Hercolino disse ter enviado um telegrama para felicitar o presidente pela eleição, mas enviava a referida carta ao “amigo revolucionário”. Disse, escrevendo de Londres:

Como revolucionário e amigo das horas incertas, fica-me a tristeza de vê-lo definitivamente perdido para a causa que defendíamos. Se a constituição foi a vala comum de todas as nossas aspirações, a organização do Ministério e a volta à política dos grandes Estados encerram sob forma irrisória o ciclo de nossas reivindicações. Deixemos a Revolução. Ela está morta e qualquer tentativa de ressuscitá-la deve ser forçosamente recebida com desconfianças dentro do regime legal (Cascardo 1934).

Concomitante à missão de Cascardo, Vargas conduziu importantes investigações na Europa junto a Luís Simões Lopes. Luís Simões Lopes nasceu em um ambiente marcado por fortes vínculos com a elite imperial brasileira. Sua trajetória familiar remonta ao seu avô, João Simões Lopes, que recebeu o título de Visconde da Graça e exerceu o cargo de presidente da província do Rio Grande do Sul no ano de 1871. Seu pai, Ildefonso Simões Lopes, também ocupou posições de destaque: atuou como Ministro da Agricultura entre os anos de 1919 e 1922 e, posteriormente, como deputado federal durante o período de 1922 a 1930.

Influenciado por essa tradição política familiar, Luís Simões Lopes iniciou sua atuação na administração pública integrando o quadro do Ministério da Agricultura. Atuou como secretário da Aliança Liberal e compartilhava, junto a Vargas, Aranha e outros o sentimento de que fazia o Rio Grande do Sul chegar ao poder, por meio da “Revolução de 1930”. Vargas confiava em Lopes e o enviou a missões secretas na Europa.

Ele investigou o mercado de carnes brasileiras na Inglaterra (Lopes 1934a), na Itália e França (Lopes 1934b), para onde Vargas gostaria de incrementar as vendas, tudo de maneira informal. A intenção era acelerar negociações, criar contatos e deixar quadros de negociações prontos para, depois, oficializar o trabalho. Avesso aos métodos tradicionais da diplomacia, Vargas preferia homens de confiança e a invisibilidade. Lopes criou contatos com grandes compradores de carne na Inglaterra e afinou pontos junto a Vargas (Lopes 1934a).

Também executou missões na Alemanha: Vargas o pediu para tudo relatar sobre os detalhes da máquina de propaganda nazista. O informante escreveu: “Em Berlim, estou tomando informações sobre o sistema da propaganda, fiquei oito dias colhendo notas principalmente da moderna legislação alemã sobre o trabalho, a propaganda” (Lopes 1934c, 1-2).

Segundo Lopes, as ideia-força que motivavam a máquina de propaganda nazista era a teoria judaico-comunista, ou seja, de que o comunismo era uma faceta do judaísmo para dominar o mundo: “calcula-se que ainda tenha 12 ou 13 milhões de cidadãos simpáticos ao comunismo, que

os alemães consideram obra exclusiva dos judeus (Marx, Trotsky, Stálin etc. são judeus) em premeditada destruição geral de tudo para que eles, judeus, se apossam, de fato, do mundo (Lopes 1934c, p.2). Lopes disse ter tido dificuldade de compreender como exatamente o judaísmo estaria por trás do comunismo, mas essa era a teoria mais forte entre os alemães, que viam nos planos tanto de judeus, quanto de comunistas, uma expressão do liberalismo econômico.

O informante recomendou a Vargas que se copiasse a máquina de propaganda nazista e o sistema de administração pública no Brasil, devido à eficiência que ele pôde vislumbrar. O informante estava fascinado com o sucesso econômico e com a felicidade dos trabalhadores: “Sobre o problema dos sem trabalho, há medidas na lei interessantíssimas visando a aumentar as compras, dando mais trabalho. Quem compra um automóvel e mostra o recibo se exime de pagar parte dos impostos sobre a renda” (Lopes 1934 5-6).

Lopes concluiu que o desemprego atingia 5 milhões antes de Hitler e o número havia sido reduzido a menos de 3 milhões. Relatou: “Os “dacinings” e cinema, antes frequentados pela elite estão repletos de povo, que vive satisfeito e distraído, esquecido da política, mal se recordam da matança do último movimento que abalou profundamente a Alemanha” (Lopes 1934), disse referindo-se à Primeira Guerra.

Por fim, em 1936, ele foi reenviado à Europa. Rosalina Coelho Lisboa, outra informante de confiança de Vargas elogiou a decisão (Lisboa 1936), visto que sabia que a viagem era para uma missão secreta importante: colher todos os dados possíveis sobre o funcionamento da máquina de propaganda italiana. Lopes, na Itália, passou a relatar suas impressões sobre o Instituto Poligráfico do Estado, entidade incumbida de produzir e supervisionar os materiais de propaganda vinculados ao regime fascista.

Luís Simões Lopes demonstrou grande admiração pela estrutura administrativa e pela atuação eficiente dos servidores ligados ao instituto. Entre as observações feitas, destacou, como um fator relevante, o fato de que o Instituto não contava com servidores públicos fixos, preferindo contratar e dispensar seus trabalhadores conforme a necessidade. De acordo com seu relato, a instituição “já emprega mais de 4.000 funcionários” e constituía “a organização mais extraordinária que se pode imaginar” (Lopes 1936, 3). Ele ainda recomendou que, antes de se promover qualquer reforma na imprensa nacional, seria fundamental estudar atentamente o funcionamento desse instituto (Lopes 1936, 3-4).

Reflexões finais

Para Paulo Silveira, a Liga das Nações era apenas um aparato usado pela França para isolar a Alemanha, e pela União Soviética para espalhar o comunismo. Apenas Mussolini seria capaz de

deter Hitler, e Vargas, para honrar os ideais da “Revolução de 1930”, precisaria encontrar uma maneira de instalar a ditadura no Brasil, seria essa a única alternativa ao país para permitir que o Brasil reagisse aos desafios daquele tempo.

Luís Simões Lopes levou sua experiência com o funcionalismo público na Itália e Alemanha, afinal tornou-se, em 1938, o primeiro presidente do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público). Admirou a máquina nazista e fascista de fazer propaganda, escolheu o sistema fascista como o mais apropriado ao Brasil e passou das ideias às ações.

Para Oswaldo Aranha, o Brasil deveria apoiar sua estratégia geopolítica junto aos EUA, como única maneira possível de reagir a uma guerra mundial iminente e ao colapso do sistema comercial internacional. Getúlio Vargas também se mostrava impactado por esse colapso, compartilhava das crenças de Aranha e apostava que a melhor revolução externa para o Brasil era a comercial, contudo, sem renunciar a um nacionalismo forte e disposto a romper com o exterior. Vargas e Aranha corroboravam com a interpretação alarmista de Hasslocher e Bouças, para eles, uma guerra internacional era inevitável e o Brasil apenas poderia reagir com um mínimo de eficiência se apostasse em uma ditadura. Isso tudo ainda entre 1933 e 1934.

Analisar esse quadro de crenças e ações baseadas nessas crenças nos permite romper com limites entre a política externa e interna. A instalação do Estado Novo e o apoio que recebeu precisa, por exemplo ser contemplada pelas crenças que Vargas e seus informantes já nutriam sobre como o mundo de seu tempo funcionava desde, pelo menos 1933. Não se trata de dizer que eram crenças “certas ou erradas”, mas de compreender como eles fizeram uso dessas ideias para fundamentar ações, por exemplo: é partindo dessas preocupações que fica mais compreensível enxergar o movimento da “diplomacia dos bastidores” de Vargas, para ele, era urgente se afastar de uma “diplomacia tradicional” e ultrapassada e, enquanto não conseguia reformar seus quadros, conduzia negociações e investigações paralelas aos aparelhos oficiais de governo.

Sobre a História Transnacional, Ian Tyrrel afirma: “A história transnacional objetivou (...) explicar a nação em termos de suas influências entrecruzadas” (2007), a História Transnacional preocupa-se com trocas dialéticas, ou seja, não há apenas uma nação influenciando as outras, há trocas dialéticas de visões de mundo. A elite do governo Vargas não sofreu influência, de maneira passiva, do contexto em que se inseria. Então como o nacional reagiu ao internacional? Como os impactos de um mundo que passava pelos efeitos da Crise de 1929, por ondas de protecionismo e novos avanços territoriais do imperialismo foram lidos pelo presidente e seus informantes?

Aranha, Vargas e muitos de seus informantes tinha participado diretamente nos eventos que os fizeram estar no poder, a “Revolução de 1930”, essa memória comum gerava entre o grupo uma necessidade de “mudanças estruturais”, afinal, é isso que fazem as revoluções. Fazer a

revolução era um valor comum entre essa elite. Observando suas trocas sobre as relações internacionais daquele tempo, é possível concluir que uma das importantes chaves de leitura que adotaram sobre os eventos internacionais fora a perspectiva de que precisavam realizar a revolução também na política externa.

Os revolucionários sentiam-se parte de um mesmo projeto e a revolução na política externa seria, principalmente, pela via comercial, afinal até mesmo a possibilidade de reatar relações entre Brasil e União Soviética foi aventada em nome da expansão comercial, como vimos com a missão de Hercolino Cascardo. Vargas e sua elite de informantes viam um mundo prestes a entrar em guerra, sentiam-se correndo contra o tempo, e esse conjunto de crenças passa a ser instrumento analítico importante para compreender o próprio processo da formulação da política externa brasileira para o período.

Referências bibliográficas

Buchanan, Andrew, e Ruth Lawlor. “Latin America, the Good Neighbor, and the Global Second World War”. *Antíteses*, 17, n. 34 (2024): 22-50.

Conrad, Sebastian. “Abordagens Concorrentes”. Em *O que é a História Global?* Lisboa: Edições 70, 2019.

Dahl, Robert Alan. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 2022.

Danese, Sérgio. *Diplomacia presidencial: história e crítica*. 2ª ed. rev. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2017.

Fausto, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

Ferraz, Francisco Cesar Alves, e Vinícius Mariano De Carvalho. “Uma historiografia em crescimento: os estudos sobre Brasil e América latina na Segunda Guerra Mundial.” *Antíteses*, v. 17, n. 34 (2024): 13-21.

Kindleberger, Charles P. *The World in Depression, 1929–1939*. Berkeley: University of California Press, 1973.

Mills, C. Wright. “The power elite”. Em *Social Stratification, Class, Race, and Gender in Sociological Perspective*, Second Edition, 170-178. Routledge, 2019.

Morales, Fábio, e Uiran Gebara da Silva. “História Antiga e História Global: afluentes e confluências”. *Revista Brasileira de História*, 40, n. 83 (2020): 125-150.

Subrahmanyam, Sanjay. “Em busca das origens da História Global: aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de novembro de 2013”. *Estudos Históricos*, 30, n. 60 (2017): 219-240.

Tyrrel, Ian. “What Is Transnational History?” *Australian Journal of Politics and History*, 52, n. 3 (2007): 447–463.

Weinstein, Barbara. “Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional”. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 14 (2013): 13-29.

Fontes consultadas

Aranha, Oswaldo Euclides de Sousa. 1930. “Telegrama a Getúlio Vargas”. 22 de outubro. Informa sobre a organização das tropas revolucionárias no Rio Grande do Sul e a compra de material bélico na Argentina. CPDOC/FGV, Arquivo de Getúlio Vargas, GV c 1930.10.22/4.

Aranha, Oswaldo. 1935b. “Carta a Getúlio Vargas”. Washington, 6 de março. Defende uma maior aproximação econômica, política e militar entre o Brasil e os Estados Unidos diante da conjuntura internacional. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. XVII/52, GV c 1935.03.06/1.

Aranha, Oswaldo. 1935c. “Carta a Getúlio Vargas”. Washington, 9 de abril. Informa que o governo americano concordou com o pagamento gradual das dívidas atrasadas e aguarda dados sobre o acordo com a Inglaterra. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. XVIII/18, GV c 1935.04.09/1.

Aranha, Oswaldo. 1935c. “Telegrama a Getúlio Vargas”. Washington, 20 de julho. Transmite sugestão de Franklin Roosevelt para realização de uma conferência interamericana com o objetivo de revisar os acordos de paz entre os países. Anexo: resposta de Getúlio Vargas, apoiando a proposta e sugerindo a formação de um bloco continental para defesa da paz e solução de problemas internos do continente. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. XIX/11 e 13, GV c 1935.07.20.

Aranha, Oswaldo. 1935d. “Carta a Getúlio Vargas”. Washington, 4 de junho. Comunica a realização da próxima “Convenção do Café” em Chicago e ressalta a importância da participação brasileira para a defesa dos seus interesses. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. XVIII/69, GV c 1935.06.04.

Aranha, Oswaldo. 1936a. “Carta a Getúlio Vargas”. Washington, 30 de março. Comenta a chegada de Darci Vargas aos Estados Unidos, a conferência do Pacto Interamericano de Segurança Coletiva em Buenos Aires e o movimento nos estados do Norte em torno de seu nome para a sucessão presidencial. Informa também sobre o escritório comercial em Nova York e a compra de navios aos Estados Unidos. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. XXI/82, GV c 1936.03.30.

Aranha, Oswaldo. “Carta a Getúlio Vargas”, 1º de setembro de 1934a, a bordo do *Augustus*, acervo CPDOC, GV c 1934.09.01/1, Vol. XVI/1.

Aranha, Oswaldo. “Carta a Getúlio Vargas”. A bordo do *Rex*, 5 de setembro de 1934b. Acervo CPDOC. GV c 1934.09.05, Vol. XVI/7.

Aranha, Oswaldo. “Carta a Getúlio Vargas”. Washington, 25 de setembro de 1934c. Acervo CPDOC. GV c 1934.09.25, Vol. XVI/23.

Aranha, Oswaldo. 1936c. “Carta a Getúlio Vargas”. Washington, 19 de julho. Trata da colaboração americana ao Programa Naval Brasileiro e confirma a possibilidade de arrendamento, por seis meses, de destroyers ao Brasil. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. XXIII/27, 29a, 29b, 30, 32a, 32b, 38, GV c 1936.07.19.

Bouças, Valentim Fernandes. “Carta a Getúlio Vargas”. Nova York, 8 de março de 1933. Acervo CPDOC. GV c 1933.03.08/1, Vol. X/62.

Carrazoni, André. “Carta a Getúlio Vargas”. Com anexo de Paulo Silveira, 3º capítulo de livro sobre Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2 de abril de 1938. Acervo CPDOC. GV c 1938.04.02, Vol. XXIX/43.

Cascardo, Hercolino. “Carta a Getúlio Vargas”. Londres, 24 de agosto de 1934. Acervo CPDOC. GV c 1934.08.24, Vol. XV/82.

Collor, Lindolfo. 1930. “Telegrama a Oswaldo Aranha”. 16 de outubro. Informa sobre a disposição do chefe do Estado-Maior argentino em auxiliar a revolução. CPDOC/FGV, Arquivo de Getúlio Vargas, GV c 1930.10.22/3.

Documento. 1937. “Documentos sobre o adiamento da autorização do Governo americano relativo ao arrendamento do Brasil, em virtude de protesto do Governo da Argentina”. Inclui nota de Saavedra Lamas justificando a objeção argentina ao arrendamento; referência à publicação de nota conjunta dos governos brasileiro e americano; e nota do governo chileno opinando sobre a questão. Rio de Janeiro; Washington, 13 de agosto. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. XXVII/4, 5a, 5b, 5c, 6a, 6b, 6c, 7a, 7b, 8, 9a, 9b, 9c, 9d, 10, 13, 14a, 14b, 14c, 17a, 17b, 17c, GV c 1937.08.13.

Fundação Getulio Vargas (FGV), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). “Cascardo, Herculino”. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, n.d. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CASCARDO,%20Herculino.pdf>. Acesso em 19 abr. 2025.

Fundação Getulio Vargas (FGV), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). “Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República: verbetes da letra H”. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, n.d. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/1%20Verbetes%20letra%20H.pdf>. Acesso em 19 abr. 2025.

Hasslocher, Paulo Germano. “Carta a Getúlio Vargas”. Nova Iorque, 1º de novembro de 1932. Acervo CPDOC. GV c 1932.11.01/3, Vol. IX/20.

Hasslocher, Paulo Germano. “Carta a Getúlio Vargas”. Nova York, 7 de março de 1933. Acervo CPDOC. GV c 1933.03.07.

Hasslocher, Paulo Germano. “Carta a Getúlio Vargas”. Panamá, 6 de junho de 1945. Acervo CPDOC. GV c 1945.06.14.

Lisboa, Rasalina Coelho. 1936. “Carta a Getúlio Vargas”. Buenos Aires, setembro. 6 fls. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. XXIII/84, GV c 1936.09.00/2.

Lopes, Simões. 1934a. “Carta a Getúlio Vargas”. Londres, 27 de setembro. Envia impressões sobre a cidade e comenta as possibilidades de expansão comercial do Brasil na Europa. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. XVI/24, GV c 1934.09.27/1.

Lopes, Simões. 1934b. “Carta a Getúlio Vargas”. Paris, 9 de outubro. Informa ter sido procurado pelo representante da Companhia Weddel para tratar das dificuldades no comércio de carnes brasileiras com a França e a Itália. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. XVI/30, GV c 1934.10.09/3.

Lopes, Simões. 1934c. “Carta a Getúlio Vargas”. Londres, 22 de setembro. Relata visita a Berlim, elogia a organização do governo nacional-socialista, especialmente o Ministério da Propaganda, e sugere a criação de órgão similar no Brasil. Comenta ainda a ausência de Silvio Romero no posto de Conselheiro Comercial em Varsóvia e sua má reputação em Berlim. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. XVI/20, GV c 1934.09.22.

Lopes, Simões. 1936. “Carta a Getúlio Vargas”. Roma, 23 de dezembro. Trata da importância do comércio de café com a Itália e sugere a reorganização da Imprensa Nacional nos moldes do Instituto Poligrafico dello Stato. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. 98b, GV c 1936.12.23.

Monteiro, Pedro Aurélio de Góes. 1934. “Carta a Getúlio Vargas”. Rio de Janeiro, 4 de janeiro. Critica a formação liberal da Assembleia Constituinte, o caráter regionalista da política brasileira e

defende a criação de um partido centralizador. Menciona a proximidade de um novo confronto mundial e anexa sugestões para uma política de guerra. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. XIV/16, GV c 1934.01.04.

Monteiro, Pedro Aurélio de Góes. “Carta a Getúlio Vargas”. 4 de janeiro de 1934. Acervo CPDOC. GV c 1934.01.04, Vol. XIV/16.

Ribeiro, Orlando Leite. 1933. “Correspondência a Getúlio Vargas e David Alvisteguil”. Rio de Janeiro; Buenos Aires, 7 de novembro. Trata do conflito entre Paraguai e Bolívia na região do Chaco, abordando a mediação proposta pelos governos do Brasil e da Argentina. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. XIII/25, 26, 32, 35, 36, 39, 40, 47, 48, 49, GV c 1933.11.07.

Silveira, Paulo. “Carta a Getúlio Vargas”. Florença, 21 de setembro de 1934a. Acervo CPDOC. GV c 1934.09.21, Vol. XVI/19.

Vargas, Getúlio. 1934. “Carta a Oswaldo Aranha”. 16 de outubro. CPDOC/FGV, Fundo Oswaldo Aranha, OA340302.

Vargas, Getúlio. 1934. “Cartas a Getúlio Vargas sobre as conversações para cessação das hostilidades na região do Chaco”. Rio de Janeiro, 8 de dezembro. Inclui a aceitação do governo boliviano da interferência do Brasil e notícias sobre possíveis consequências da guerra do Paraguai. 11 fls. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. XVI/70, 69 e 80, GV c 1934.12.08/1.

Vargas, Getúlio. 1935a. “Carta a Oswaldo Aranha”. Rio de Janeiro, 10 de maio. Elogia a atuação de Aranha na Embaixada; sugere maior reserva nas informações fornecidas aos correspondentes de jornais, especialmente no tocante à política interna brasileira; e comunica a saída de Góes Monteiro do Ministério da Guerra. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. XVIII/62, GV c 1935.05.10/1.

Vargas, Getúlio. 1935b. “Carta a Oswaldo Aranha”. Rio de Janeiro, 3 de julho. Felicita Aranha pela organização do “bureau” técnico de propaganda e informações comerciais na Embaixada brasileira; informa sobre o trabalho de esclarecimento da opinião pública quanto ao tratado comercial com os Estados Unidos. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. XIX/2, GV c 1935.07.03/1.

Vargas, Getúlio. 1935d. “Carta a Oswaldo Aranha”. Rio de Janeiro, 13 de agosto. Comenta a crise econômica mundial e seus reflexos no comércio brasileiro; propõe solução para o pagamento da dívida externa e solicita a opinião de Aranha sobre o local de instalação do bureau comercial do Brasil nos Estados Unidos. Anexo: resposta de Oswaldo Aranha sugerindo Washington como sede do bureau e opinando sobre a dívida. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. XIX/26 e 36, GV c 1935.08.13.

Vargas, Getúlio. 1936c. “Carta a Oswaldo Aranha”. Rio de Janeiro, 28 de maio. Informa ter recomendado ao Ministro das Relações Exteriores maior reserva quanto aos assuntos tratados com a Embaixada em Washington e comenta as manifestações comunistas contra o governo brasileiro devido à prisão de Prestes. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. XXII/55, GV c 1936.05.28.

Vargas, Getúlio. “Discurso”. 15 de julho de 1934. Acervo CPDOC. GV c 1934.07.15/2.

Recebido: 19 de abril de 2025

Aprovado: 21 de novembro de 2025

Dossiê: O Brasil, a América Latina e a Segunda Guerra Mundial

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2025.v31.48965>

Direito e Criminalidade na Segunda Guerra Mundial: a Justiça Militar e os soldados da FEB

*Law and Criminality in World War II: Military
Justice and the Soldiers of the FEB*

*Derecho y Criminalidad en la Segunda Guerra Mundial:
la Justicia Militar y los soldados de la FEB*

Adriana Gomes*

<https://orcid.org/0000-0002-2220-4456>

Fernando da Silva Rodrigues**

<https://orcid.org/0000-0003-3743-7970>

RESUMO: O artigo analisa a atuação da Justiça Militar brasileira durante a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial, com foco nos crimes cometidos por soldados na Itália entre 1944 e 1945. A partir de processos da Justiça Militar e do dossiê Reclamações de civis italianos por intermédio do Exército Americano, investiga-se como esses delitos foram juridicamente enquadrados e administrados sob a subordinação da FEB ao V Exército dos Estados Unidos. A abordagem fundamenta-se na Nova História Militar, tratando os autos como construções narrativas atravessadas por disputas simbólicas e institucionais, e não

* Universidade Salgado de Oliveira, doutora em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Autora do livro *A judicialização do Espiritismo: o “crime indígena” de João Baptista Pereira e a jurisprudência de Francisco José Viveiros de Castro*, e do artigo “O pensamento jurídico de Francisco José Viveiros de Castro sob a perspectiva da Escola Positiva do Direito: a teoria e a prática na análise de processos criminais (1890-1900)”. Estuda História das Religiões e das Religiosidades, com destaque para o Espiritismo; História do Direito na Primeira República; História da Medicina, da Ciência, sobretudo as teorias evolucionistas e criminológicas do oitocentos. Docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), coordenadora do Laboratório de Estudos de Política e Ideologia (LEPIDE), do NECREJI (Núcleo de Estudos de Culturas Políticas, Religiosas Jurídicas e Institucionais) e do NUESHE (Núcleo de Estudos de História do Espiritismo), credenciados ao CNPq. Pesquisadora APQ1 Faperj. E-mail: adrigomes.rj@gmail.com

** Universidade Salgado de Oliveira, doutor em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Autor do livro *Indesejáveis: instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército brasileiro (1905-1946)*, e do livro *A Amazônia na Primeira República através do acervo documental do Arquivo Histórico do Exército*. Estuda Nova História Militar, História Política, Conflitos Militares e História das Fronteiras. Docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, coordenador do Laboratório de História Militar, Política e Fronteiras, coordenador do GT de História Militar da Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil), pesquisador associado do Centro de Estudos e Pesquisa em História Militar do Exército (Brasil). E-mail: fernandoahex@gmail.com

como registros objetivos do real. Os resultados indicam que a maior parte dos crimes ocorreu fora da frente de combate, envolvendo principalmente acidentes de trânsito, lesões corporais e homicídios culposos, além de casos graves como estupro e homicídio, com destaque para o episódio de Madognana. A análise revela seletividade punitiva e o uso político de medidas de clemência, voltadas à preservação da imagem da FEB no exterior. Ao examinar dimensões jurídicas, morais e simbólicas pouco exploradas, o estudo preenche lacuna historiográfica e amplia a compreensão sobre o funcionamento da Justiça Militar em cenário de guerra e sobre as tensões que atravessam disciplina, direito e relações diplomáticas.

Palavras-chave: Força Expedicionária Brasileira. Justiça Militar. Militares do Exército. Processos Criminais. Segunda Guerra Mundial.

ABSTRACT: This article examines the role of Brazilian Military Justice during the participation of the Brazilian Expeditionary Force (FEB) in World War II, focusing on crimes committed by Brazilian soldiers in Italy between 1944 and 1945. Drawing on Military Justice proceedings and the dossier Complaints by Italian Civilians through the American Army, the study investigates how these offenses were legally framed and handled under FEB's subordination to the U.S. Fifth Army. Grounded in the principles of the New Military History, the analysis treats the judicial records as narrative constructions shaped by symbolic and institutional disputes rather than as objective representations of reality. The findings indicate that most crimes occurred away from the battlefield and involved primarily traffic accidents, bodily injuries, and involuntary manslaughter, as well as serious offenses such as rape and homicide, with particular attention to the Madognana case. The study reveals punitive selectivity and the political use of clemency measures aimed at preserving FEB's public image abroad. By exploring legal, moral, and symbolic dimensions that remain underexamined in the historiography, the article fills an important gap and contributes to a broader understanding of the functioning of Military Justice in wartime and of the tensions that shape the relationships between discipline, law, and diplomatic dynamics.

Keywords: Força Expedicionária Brasileira (FEB). Military Justice. Army soldiers. criminal proceedings. World War II.

RESUMEN: El artículo analiza la actuación de la Justicia Militar brasileña durante la participación de la Fuerza Expedicionaria Brasileña (FEB) en la Segunda Guerra Mundial, con énfasis en los delitos cometidos por soldados en Italia entre 1944 y 1945. A partir de procesos de la Justicia Militar y del dossier Reclamaciones de civiles italianos por intermedio del Ejército estadounidense, el estudio investiga cómo estos delitos fueron jurídicamente encuadrados y gestionados bajo la subordinación de la FEB al V Ejército de los Estados Unidos. Basado en los postulados de la Nueva Historia Militar, el análisis interpreta los autos judiciales como construcciones narrativas atravesadas por disputas simbólicas e institucionales, y no como registros objetivos de la realidad. Los resultados indican que la mayoría de los delitos ocurrió fuera del frente de combate y se relacionó principalmente con accidentes de tránsito, lesiones corporales y homicidios culposos, además de delitos graves como violación y homicidio, con especial atención al episodio de Madognana. El estudio revela selectividad punitiva y el uso político de medidas de clemencia orientadas a preservar la imagen de la FEB en el exterior. Al abordar dimensiones jurídicas, morales y simbólicas poco exploradas, el artículo llena una laguna historiográfica y amplía la comprensión sobre el funcionamiento de la Justicia Militar en un contexto de guerra y sobre las tensiones que atraviesan la disciplina militar, el derecho y las relaciones diplomáticas.

Palabras clave: Força Expedicionária Brasileira (FEB). Justicia Militar. Militares del ejército. Procesos Criminales. Segunda Guerra Mundial.

Como citar este artigo:

Gomes, Adriana e Fernando da Silva Rodrigues. “Direito e Criminalidade na Segunda Guerra Mundial: a Justiça Militar e os soldados da FEB”. *Locus: Revista de História*, 31, n. 2 (2025): 32-55.

Introdução

Este artigo visa analisar a atuação da Justiça Militar em relação à Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a Segunda Guerra Mundial, com foco em alguns incidentes militares selecionados envolvendo três países distintos: Itália, onde ocorreram os delitos e se originaram as denúncias; Estados Unidos, que atuaram como comunicadores das reclamações e cujo comando operacional estavam os autores dos fatos; e Brasil, país de origem dos envolvidos. Esses incidentes e processos ocorreram na Itália durante a participação do Brasil no conflito. Nesse sentido, este estudo visa proporcionar uma análise dos aspectos jurídicos e delituosos que envolveram algumas praças da FEB na Segunda Guerra Mundial, destacando a complexa interação entre diferentes sistemas jurídicos e as implicações políticas e militares decorrentes dessa colaboração internacional.

A Segunda Guerra Mundial teve início na Europa em 1939, mas foi apenas em 31 de agosto de 1942 que o Brasil declarou estado de guerra contra a Alemanha e a Itália, através do Decreto nº 10.358 (Brasil 1942), assinado pelo presidente Getúlio Vargas. O envio das tropas brasileiras ao teatro de operações italiano foi retardado devido às dificuldades em organizar, armar e treinar eficazmente uma força expedicionária capaz de operar no exterior, pois dependia principalmente, do fornecimento de material bélico novo e eficaz dos Estados Unidos da América. A declaração de guerra aos países do Eixo tornou-se inevitável após ataques de submarinos alemães aos navios mercantes brasileiros nas costas da América do Norte, do Caribe e do Nordeste brasileiro em 1942 (Blajberg 1942, 250). Nesse contexto, a investigação busca entender a organização da Força Expedicionária Brasileira (FEB), enviada ao teatro de operações do Mediterrâneo (Itália) como parte das atividades conjuntas na relação político-militar entre Brasil e Estados Unidos. A adesão do Brasil à causa aliada na Segunda Guerra Mundial foi formalizada após a Conferência dos Chanceleres no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942.

Com relação aos procedimentos metodológicos, a pesquisa utilizou documentos impressos e manuscritos da Série Força Expedicionária Brasileira, especificamente do Acervo da Justiça

Militar (processos criminais, documentos administrativos da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, e relatório secreto do comandante da FEB), abrangendo o período de 1942 a 1945. Os processos selecionados e trabalhados estão compilados e identificados em um conjunto documental depositado no Arquivo Histórico do Exército, intitulado *Reclamações de civis italianos por intermédio do Exército americano*, totalizando 103 páginas entre capa e conteúdo. Esses registros escritos constituem o objeto de estudo da nossa investigação, fornecendo informações sobre o cotidiano da justiça militar relacionada aos operadores do direito na Itália, que podem ser analisadas de forma detalhada. Nesse sentido, as fontes aguardam para serem analisadas e as narrativas construídas a partir delas esperam ser reconstruídas. Como afirmou Marc Bloch (2001, 68) “Uma ciência, entretanto, não se define apenas por seu objeto. Seus limites podem ser fixados, também, pela natureza própria de seus métodos”.

Nesse sentido, os documentos são construções que refletem as intenções de seus autores, e é crucial reconhecer a subjetividade presente nas narrativas. Um erro comum na pesquisa histórica é tratar a produção de conhecimento como uma representação direta da realidade, ignorando sua natureza construída. Assim, em vez de buscar uma maior quantidade de dados para preencher um conhecimento histórico objetivo e verdadeiro, é necessário entender que as fontes não falam por si mesmas e não contêm toda a história (Bloch 2001, 68).

O processo criminal, quando abordado como fonte para a pesquisa histórica, revela-se uma instância documental marcada pela multiplicidade de vozes e pela intensidade de significados. Essas características conferem-lhe uma complexidade analítica singular, além de um valor etnográfico notável. Sua utilização, contudo, demanda do pesquisador um repertório metodológico especializado, distinto daquele aplicado a outras fontes. É necessário recorrer a estratégias de leitura que permitam identificar e interpretar os diferentes níveis de sentido presentes nos autos processuais, como se fossem camadas arqueológicas que guardam vestígios dos valores sociais, morais e jurídicos de uma determinada época (Ginzburg 1991, 15; Bueno 2013, 1-12).

Além disso, o pesquisador precisa dominar elementos técnicos específicos do campo jurídico. Isso implica compreender não apenas a estrutura normativa e os procedimentos formais que regem o processo penal, mas também o funcionamento das instituições judiciais, as práticas dos profissionais do direito e a linguagem técnica empregada nos documentos. Trata-se, portanto, de uma fonte que exige articulação entre saberes históricos, jurídicos e hermenêuticos (Ginzburg 1991, 15).

Sob essa perspectiva, o processo penal deve ser entendido como um espaço de disputa simbólica, no qual se confrontam diferentes versões de um mesmo fato: de um lado, a acusação de

transgressão à ordem legal; de outro, a tentativa de resistência, defesa ou justificativa diante da norma violada. O papel do Estado, por meio de suas instituições repressivas, é construir uma narrativa que se pretenda legítima - uma verdade jurídica - da qual decorre a sanção ou absolvição. Todavia, essa relação entre fato, norma e atuação estatal não é simples nem direta. Ao contrário, ela é mediada por múltiplas instâncias de elaboração discursiva que precisam ser analisadas com cautela, já que não se reduzem a uma reprodução factual dos acontecimentos (Fausto 1994, 21; Rosenberg; Souza 2009, 169).

Os autos do processo, longe de constituírem um registro objetivo da realidade, devem ser compreendidos como construções discursivas elaboradas no interior do campo jurídico. Neles se inscrevem, simultaneamente, o ato transgressor e a dinâmica institucional de julgamento. Esses documentos traduzem, de forma particular, tanto o conflito jurídico quanto as tensões sociais que o atravessam. Em sua materialidade textual, revelam-se os embates entre diferentes atores sociais e como o direito busca controlar, ordenar ou punir tais disputas (Ginzburg 2002).

Embora usualmente considerados provas formais, os documentos judiciais também podem ser analisados como produções narrativas voltadas à construção de uma versão dos fatos. Nesse sentido, o processo judicial opera como um experimento historiográfico singular, em que os elementos documentais não apenas são reunidos e organizados, mas também confrontados e dramatizados em um esforço de reencenação simbólica do evento julgado. Assim, o julgamento pode ser interpretado como um exercício de desempenho institucional, cuja lógica interna obedece a princípios próprios, muitas vezes distantes da verdade empírica dos fatos (Ferrajoli 2002, 48; Chalhoub 2001, 41-42).

Essa condição faz do processo penal uma fonte resvaladiça, sobretudo quando se pretende acessar, por meio dele, a história dos sujeitos subalternizados, vencidos ou silenciados. Ainda assim, mesmo por vias indiretas, é possível extrair das práticas jurídicas e da linguagem institucionalizada os traços das experiências sociais, das visões de mundo e dos sistemas de valores que atravessam o cotidiano dos envolvidos.

Diante disso, ao pesquisador cabe a delicada tarefa de empreender uma leitura crítica e minuciosa dos processos criminais, buscando neles não apenas os fatos narrados, mas também as representações, disputas e tensões que constituem os conflitos sociais e políticos de seu tempo. O processo penal, mais do que um simples arquivo de decisões jurídicas, deve ser compreendido como um espaço de elaboração simbólica, onde se forjam sentidos, se negociam verdades e se revelam dinâmicas profundas da vida institucional e cultural.

Os documentos selecionados e investigados foram submetidos a uma análise qualitativa, com enfoque na análise textual. Esta abordagem buscou examinar a bibliografia, os processos criminais da Justiça Militar e os relatórios produzidos pela FEB, considerando os textos como discursos de época que precisam ser compreendidos e questionados em relação à ação dos sujeitos históricos. Cada registro é portador de um discurso e não deve ser visto apenas como uma reprodução da verdade. Um texto não pode ser dissociado de seu contexto de produção. Para analisar um documento escrito, a análise do discurso deve contemplar três dimensões fundamentais: intratexto, intertexto e contexto. O intratexto refere-se aos aspectos internos do texto, implicando na avaliação do texto como objeto de significação marcado pelas tensões do conflito em outro país. O intertexto diz respeito ao relacionamento do texto com outros textos produzidos, comprovando sua veracidade. O contexto relaciona-se com a realidade que produziu o texto e o envolve (Barros 2002, 136-137), que no nosso caso, foi o ambiente hostil do território italiano, envolvido na guerra.

Albuquerque Júnior (2009, 223) define discurso como uma fala dirigida a uma audiência específica, podendo ser escrita previamente ou dita de improviso. Ao utilizar a análise de discursos como metodologia de pesquisa, é fundamental não apenas perguntar o que esses registros nos dizem sobre o passado, mas também considerar as informações que esses discursos nos trazem. É necessário questionar como esses discursos foram produzidos, em que momento, por quem e em quais circunstâncias. Entendemos que os discursos participam dos fatos de uma determinada época, contribuindo para tornar o passado e seus personagens vivos. O autor também destaca a importância de se atentar à parte externa dos discursos, considerando tudo o que cerca o autor, as circunstâncias ao seu redor, o período, a localização e os objetivos do autor (Albuquerque Júnior 2009, 228-238).

No que tange à instrumentação teórica, desde o século XIX, os eventos militares têm sido investigados do ponto de vista científico, mediante estudos metódicos enfatizando estudos sobre o Estado, a formação territorial, as fronteiras e a diplomacia (Sanches 2010, 6), no que foi chamada de História Militar Tradicional. Dois modelos teóricos principais seguidos pela História que estuda os conflitos armados foram elaborados, um por Karl Von Clausewitz (s/d, 6), em *Da Guerra*, onde a guerra é vista como a continuação da política por outros meios, e outro por Leopoldo Von Ranke, um dos fundadores da história científica alemã, que se baseava na História Narrativa, buscando apresentar os fatos históricos com objetividade e neutralidade. Ranke utilizava principalmente documentos diplomáticos para escrever a história do Estado e suas relações exteriores, acreditando que essas relações determinavam as iniciativas internas do Estado (Reis 1996, 11).

Neste contexto, o estudo sobre a justiça militar brasileira durante a Segunda Guerra Mundial será fundamentado na Nova História Militar. Essa vertente, que busca renovar temas, metodologias e aportes teóricos, desenvolveu-se nos Estados Unidos da América após o fim da Segunda Guerra Mundial, utilizando contribuições teóricas da sociologia militar, da psicologia do combatente, da ciência política, da história das ideias e da teoria organizacional (Teixeira 2021, 194-196).

A Nova História Militar, em uma perspectiva interdisciplinar, expandiu seu campo de investigação, passando a se relacionar com áreas como economia, política, sociologia, antropologia, entre outras, propondo novas metodologias e abordagens (Soares 2012, 113-114). Essa expansão marcou a transição da história militar tradicional, focada em guerras, campanhas, batalhas e ações de grandes generais, para uma história problematizadora de diversos aspectos das instituições militares e sua relação com a sociedade. Exemplos dessa abordagem incluem estudos sobre padrões de discriminação na seleção dos oficiais do Exército brasileiro entre 1937 e 1945 (Rodrigues 2013).

No Brasil, o processo renovador coincidiu com o fim da ditadura militar (1964-1985) e a promulgação da nova Constituição Federal em 1988, que contribuíram para o início de uma distensão político-ideológica entre os pesquisadores civis acadêmicos e os militares (Pedrosa 2019, 9). Essa mudança foi particularmente significativa no que diz respeito à carência de apoio e infraestrutura básica para estudos sobre as Forças Armadas nas universidades brasileiras (Castro 2004, 13). Assim, observa-se que no trabalho de renovação da História Militar, tornou-se crucial o acesso e a investigação de novos registros de pesquisa. Esta prática não só enriquece o campo de estudo, mas também proporciona uma compreensão mais ampla e profunda das complexas interações entre as instituições militares e a sociedade.

Com relação à historiografia, a produção nacional sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a relação Brasil-Estados Unidos e a Força Expedicionária Brasileira em suas diversas dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais, está bem representada por autores que seguem a linha da Nova História Militar, como Dennison de Oliveira (2015), Francisco Cesar Ferraz (2012), Cesar Campiani (2010) e Giovani Latfalla (2029), além dos clássicos da História Militar tradicional produzidos por sujeitos que integraram a tropa expedicionária na Itália, como o marechal João Batista Mascarenhas de Moraes (1947), Demócrito Cavalcanti Arruda e outros (s/d), e o marechal Floriano de Lima Brayner (1968). Além dessas obras, diários, memórias individuais e coletâneas (Rodrigues, Silva e Pitillo 2021) têm sido produzidos para comemorar efemérides importantes, mantendo a história viva, promovendo debates e incentivando novas pesquisas e publicações.

No entanto, ao tratar da atuação da Justiça Militar junto à FEB, identificamos uma lacuna historiográfica significativa. Poucos livros abordam esse tema específico. Entre as obras existentes, destaca-se *A Justiça Militar na Campanha da Itália: constituição, legislação, decisões*, de Bento Costa Lima Leite de Albuquerque, integrante do serviço jurídico da FEB na Itália, republicada pelo Superior Tribunal Militar em 1995 como parte das comemorações do 60.º aniversário da Justiça Militar da União. A publicação original de 1958 visava documentar as atividades das duas Auditorias Militares na Segunda Guerra Mundial, compilando vários documentos sobre o serviço de justiça, e continua sendo uma fonte essencial para entender a organização administrativa do serviço e realizar pesquisas sobre processos e sentenças.

Um trabalho acadêmico relevante é *Justiça Expedicionária Brasileira: atuação no Teatro de Guerra da Itália (1944-1945)*, de William Laport (2017), fruto de sua dissertação de mestrado em História. Laport faz um levantamento histórico da organização e atuação da justiça militar do Brasil na Itália, além de uma análise robusta dos processos criminais e decisões, utilizando documentação do Superior Tribunal Militar. Sua pesquisa revela aspectos menos enobrecedores dos ex-combatentes brasileiros, considerados crimes de guerra, preenchendo parte da lacuna existente.

A Força Expedicionária Brasileira: organização e a tensão na seleção dos combatentes

A Força Expedicionária Brasileira (FEB) foi formada pela 1.ª Divisão de Infantaria Expedicionária e por unidades não divisionárias, em 9 de agosto de 1943 (Portaria Ministerial 1943). Ela foi enviada à Itália em 1944, sob o comando do general de divisão João Batista Mascarenhas de Moraes, para combater as forças do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). A FEB englobou as forças armadas brasileiras de terra, mar e ar que participaram ativamente da Segunda Guerra Mundial, incluindo o Corpo de Civis que apoiaram as operações bélicas (Rodrigues 2018).

A partir de 05 de agosto de 1944, quando chegou à região de Tarquínia, na Itália, a FEB foi incorporada ao 4º Corpo comandado pelo general Willis D. Crittenger, do V Exército norte-americano comandado pelo general Mark W. Clark, uma força multinacional reunindo americanos, ingleses, poloneses, canadenses, indianos, neozelandês e brasileiros (Ferraz 2012, 79). O V Exército estadunidense, com o VIII Exército britânico, integrava o XV Grupo de Exércitos Aliados, sob o comando geral do inglês Sir Harold Alexander.

Além dos integrantes divisionários de combate, a FEB incluiu elementos não divisionários civis e militares. Organizacionalmente, esses elementos eram formados pela Inspetoria Geral, Depósito de Intendência, Depósito de Pessoal, Serviço de Saúde, Pagadoria Fixa, Banco do Brasil, Serviço de Fundo, Serviço Postal, Posto Regulador Postal de Ultramar, Conselho Superior de

Justiça (com sede em Nápoles até dezembro de 1944, e depois retorna para o Rio de Janeiro funcionando na Escola de Educação Física do Exército/Fortaleza de São João Urca) e duas Auditorias Militares. É importante destacar que a Justiça Militar atuou junto à FEB, mantendo autonomia de ação, assim como os correspondentes de guerra e o 1.º Grupo de Aviação de Caça (Rodrigues 2018).

Antes mesmo da entrada em operação militar na Itália, ainda em território brasileiro, o período de preparação para a guerra revelou uma série de problemas significativos, destacando-se, principalmente, aqueles relacionados à seleção dos expedicionários. A reestruturação organizacional das unidades militares combatentes, que deveriam ser enviadas para o teatro de operações, não encontrou no Brasil instalações adequadas para suas atividades. Um regimento, que originalmente comportava cerca de mil homens, passou a abrigar cinco mil, o que gerou uma sobrecarga física e logística nas antigas unidades. As dificuldades logísticas de prover abrigo, alimentação, fardamento e outras necessidades essenciais tornaram a vida nas cidades-sede das mobilizações e treinamentos uma experiência caótica (Oliveira 2015, 53).

As unidades de treinamento estavam distribuídas em quatro localidades (Duque de Caxias, Caçapava, São João Del Rey e Aquidauana), criando sérios obstáculos para uma fiscalização eficaz do andamento da instrução do pessoal, da correção disciplinar e do controle direto das transformações doutrinárias que as unidades deveriam passar, conforme o novo tipo de organização imposto pelo Aviso Reservado nº 481-408, de 18 de outubro de 1943 (Brasil 1943-1945, 11).

Outro problema significativo estava relacionado à dificuldade na seleção do pessoal enviado para combater na Itália. Segundo o historiador Alcemar Ferreira Júnior (2007, 2), o recrutamento para a FEB entre 1943 e 1944 foi marcado por clientelismo e redes de proteção, bem como por isenções criadas e incorporadas em 1942, na Lei do Serviço Militar de 1939. Esses critérios foram frequentemente usados pelos convocados para evitar o serviço na guerra. Ferreira Júnior inovou ao analisar a resistência ao recrutamento, principalmente entre os filhos dos segmentos da sociedade brasileira mais favorecidos economicamente, incluindo licenciamentos por pedidos de políticos e empresas, e movimentações de oficiais para unidades não divisionárias, longe das frente de combates. A partir de 1942, vários Avisos Ministeriais modificaram a Lei do Serviço Militar de 1939, criando isenções para arrimos de família, aqueles com irmãos já incorporados, casados, sustentadores de filhos, funcionários públicos e portadores de diplomas de curso superior, que eram mobilizados para funções sem riscos à vida (Ferreira Junior 2007, 5-7).

Alcemar Ferreira Júnior (2007, 2) afirma que houve uma batalha para completar os efetivos da FEB de mais de 25 mil homens e uma ainda maior para tentar escapar da convocação. Essa afirmativa é corroborada pela leitura do livro *A FEB por seu Comandante*, onde o marechal Mascarenhas de Moraes aponta falhas na convocação, nas inspeções de saúde e no trato com os soldados, além de outras questões. O marechal Floriano de Lima Brayner também destacou as deficiências da tropa brasileira, como a baixa qualidade do fardamento, dos sapatos e do equipamento, observadas em sua obra *A Verdade sobre a FEB: memórias de um Chefe de Estado-Maior na Campanha da Itália 1943-1945*.

Essas dificuldades no processo de recrutamento podem ter refletido diretamente na disciplina da tropa e na abundante quantidade de delitos criminais processados nas auditorias militares na Itália, principalmente aos relacionados as deserções e a lesões corporais ocorridas por acidentes de trânsito por seus condutores estarem alcoolizados. Os incorporados na FEB para lutar na Itália provinham majoritariamente de segmentos sociais menos favorecidos economicamente da sociedade brasileira, e muitos desenvolveram significativa revolta devido ao recrutamento forçado. Essa situação resultou em casos de indisciplina militar, deserções e licenciamentos por questões disciplinares, contribuindo para o elevado número de processos criminais envolvendo militares brasileiros durante a campanha na Itália.

Justiça Militar Brasileira na Segunda Guerra Mundial: arcabouço jurídico nacional e internacional aplicado ao direito dos militares

O direito militar é o ramo do direito relacionado à legislação que regula as atividades dos militares enquanto servidores do Estado, e tem a sua origem no Direito Romano, onde era utilizado para manter a disciplina das tropas de legionários. Por vezes é conhecido como Direito Castrense, palavra de origem latina que designa o direito aplicado nos acampamentos do Exército Romano. Assim sendo, a existência de regras normatizadoras para condutas relativas aos militares, remonta a antiguidade clássica com a criação dos primeiros exércitos, com vistas à possibilidade de se aplicar um regime rígido e com sanções igualmente severas e de aplicação imediata, com o intuito de manutenção da disciplina.

Nesse sentido, e com relação ao arcabouço jurídico que aborda os conflitos armados durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), é necessário compreender que ainda não existia na época um Tribunal Militar Internacional unificado para regular os crimes de guerra cometido por militares. Nos anos 1940, o auditor do Conselho Superior de Justiça Militar Mário Tibúrcio Gomes Carneiro, observou que havia vários tratados internacionais relacionados à conduta das forças militares em operações de guerra e instruções sobre conduta e manutenção de prisioneiros

de guerra, bem como fontes consuetudinárias associadas ao Direito Internacional Humanitário. Ele foi o responsável por coligir, em 1943, para uso da FEB, todos os tratados internacionais relativos à conduta da força em operação na guerra, trabalho que recebeu o título de *As leis da guerra nas convenções internacionais*. Estes instrumentos incluem a Declaração de Paris de 1856, que marcou o Acordo de Paz após a Guerra da Crimeia (1853-1856); a Convenção Internacional de Genebra de 1864, que visava melhorar as condições dos militares feridos e enfermos em campanha; a Declaração de São Petersburgo de 1868, que proibiu a utilização de certos projéteis em guerra; a Convenção de Haia de 1899, que regulamentou a guerra terrestre e adaptou os princípios da Convenção de Genebra de 1864 à guerra marítima; a Convenção de Haia de 1907, que revisou a Convenção de 1899; a Convenção de Genebra de 1929, que revisou e complementou a Convenção de Genebra de 1906 e abordou o tratamento de prisioneiros de guerra; e o Pacto Roerich de 1933, que trata da proteção de bens culturais em tempos de guerra (Carneiro 1943).

Nesse contexto, percebe-se que a partir da segunda metade do século XIX, surgiram tratados para regular a guerra, inclusive para proteger civis. Nesse período, houve uma evolução do direito internacional humanitário, influenciada pelo trabalho de juristas como Francis Lieber, autor do Código de Lieber de 1863, a primeira tentativa de reunir leis e costumes de guerra em um documento visando limitar a crueldade dos exércitos em batalha, inicialmente voltado para os soldados da União na Guerra Civil dos Estados Unidos da América.

Em 1864, em Genebra, foi adotada a Convenção sobre o Socorro aos Feridos nos Campos de Batalha, que inaugurou o direito internacional humanitário contemporâneo (*jus in bello*). Tratava-se de uma compilação de leis e costumes de guerra para reduzir o sofrimento dos soldados doentes e feridos, além da população civil afetada por conflitos armados, que passavam por avanços significativos na tecnologia militar. A partir desses marcos, as discussões evoluíram de maneira prática, baseadas na observação das atrocidades humanas, buscando regular a conduta humana em grandes conflitos bélicos.

Nesse sentido, é importante registrar o campo de aplicação da Convenção de Genebra de 1864:

[...] o Direito Internacional Humanitário enuncia as regras aplicáveis durante os conflitos armados, internacionais ou não, que visam um duplo objectivo: restringir os direitos dos combatentes através da limitação dos métodos e meios de guerra e proteger os direitos dos não combatentes, civis e militares fora de combate (Deyra 1998, 14).

O Tratado de Genebra inicialmente destinava-se à proteção dos militares feridos em combate, mas seu escopo foi expandido para incluir vítimas não militares, com o intuito de mitigar a violência contra civis durante os conflitos armados.

Para a atuação da Justiça Militar junto à Força Expedicionária Brasileira na Itália, foram fundamentais diversas referências bibliográficas nacionais e atos normativos do direito militar. O livro *As leis das guerras nas convenções internacionais* (1943) do auditor Mário Tibúrcio Gomes Carneiro, foi importante, no entanto, outra contribuição significativa foi a obra *Leis Penais de Guerra* (1943), do promotor da Justiça Militar Amador Cysneiros do Amaral, que condensou em um único volume as legislações da Justiça Militar brasileira em tempo de guerra e a Lei de Segurança Nacional de 1935, que definia crimes contra a ordem política e social.

Além dessas bibliografias referenciais, foram cruciais alguns atos e instrumentos jurídicos aperfeiçoados que regulavam o direito militar como: a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934, que em seu artigo 63, registra que os juízes e tribunais militares passaram a fazer parte da estrutura do Poder Judiciário (como Justiça Militar); o Código da Justiça Militar, instituído pelo Decreto-Lei n.º 925 de 2 de dezembro de 1938, que passou a regular a organização, as competências e o funcionamento da Justiça Militar no período de paz e em tempo de guerra; e o Código Penal Militar (CPM), instituído pelo Decreto-Lei n.º 6.227 de 24 de janeiro de 1944, que previa no artigo 40, a pena de morte por fuzilamento, e pelo qual serviria de base para a tipificação dos delitos processados pela Justiça Militar junto a FEB. Conforme o CPM 1944 (Art. 13), o tempo de guerra, para efeito da aplicação da lei penal militar, começava com a declaração de guerra, ou com o decreto de mobilização e consequente reconhecimento do estado de guerra, e terminava quando ordenada a cessação das hostilidades.

Para que advogados, auditores, promotores e juízes pudessem operar o direito no teatro de operações europeu, foi organizada a Justiça Militar junto a Força Expedicionária Brasileira (FEB), por meio do Decreto-lei n.º 6.396 (Presidência da República do Brasil 1944), de 1º de abril de 1944, que regulava o seu funcionamento, usando como instrumento de dosagem para a penas, o Código Penal Militar de 1944. Não era novidade, já que o Código da Justiça Militar de 1938, em seu Título VII previa a organização e o funcionamento de uma Justiça Militar em Tempo de Guerra, que envolveria juízes, escrivães e membros do Ministério Público.

Nesse contexto, a Justiça Militar na campanha da Itália era representada em três níveis a saber: Conselho Supremo de Justiça Militar (2.ª instância – servia para processar e julgar, inicialmente, oficiais gerais); Conselhos de Justiça (constituído para cada processo e era responsável sobre arquivamento ou instauração de processos, além de julgar oficiais até o posto de coronel); e Auditorias, funcionando junto à 1.ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1.ª instância – presidiam a instrução e julgavam os processos de praças, civis e oficiais até o posto de tenente coronel). O Conselho Supremo de Justiça militar era composto por dois oficiais gerais da ativa

ou da reserva, e um magistrado militar de carreira de preferência do Supremo Tribunal Militar, nomeado pelo Presidente da República, além de um procurador geral do Ministério Público da Justiça Militar. O Conselho de Justiça era composto por um juiz militar de carreira e por dois oficiais de maior ou igual patente a dos acusados. A Auditoria era composta por um auditor, um promotor, um advogado de ofício, um escrivão e escreventes designados pelo Ministério da Guerra (Albuquerque 1958).

Segundo o artigo 8º, do Decreto-lei n.º 6.396, caberia ao auditor presidir instrução criminal dos processos em que fossem réus praças, civis e oficiais até o posto de tenentes-coronéis, além de julgar as praças e civis. Ao Conselho de Justiça caberia o julgamento dos oficiais até o posto de tenente-coronel. Ao Conselho Supremo de Justiça Militar caberia o processo e julgamento de oficiais gerais e coronéis, julgar as apelações interpostas das sentenças proferidas pelos auditores e Conselho de Justiça, e o julgamento dos embargos opostos às decisões proferidas nos processos de sua competência originária.

Em 18 de maio de 1944, é assinado o Decreto-lei n.º 6.509 (Presidência da República do Brasil, 1944d), criando um Quadro Especial de Oficiais na Reserva de 1ª Classe do Exército para atuar como juízes e escrivães membros da Justiça Militar, incluídos nesse quadro, os membros do Ministério Público Militar, os quais deveriam atender às peculiaridades da FEB. Membros da magistratura, do Ministério Público, advogados e demais servidores (oficiais de justiça e escrivães) foram comissionados em postos militares.

Os órgãos da Justiça Militar da Força Expedicionária Brasileira organizada pelo Decreto-Lei n.º 6.396/1944 foram extintos em 26 de dezembro de 1945, pelo Decreto-Lei n.º 8.443 (Presidência da República do Brasil, 1945a), assinado pelo presidente José Linhares passando suas atribuições a serem exercidas, em primeira instância, pelas Auditorias da 1.ª Região Militar na cidade do Rio de Janeiro e, em segunda instância pelo Supremo Tribunal Militar. Todos os membros da Justiça Militar Especial voltaram às suas primitivas funções, desconvocados respectivamente. Após a data de publicação do documento, o Conselho Supremo de Justiça Militar e as respectivas auditorias tiveram trinta dias para encerrarem seus trabalhos e apresentarem seus relatórios.

Dos delitos de brasileiros na Itália: reclamações e processos

Em 2 de maio de 1945, com o fim das hostilidades na Itália e a rendição do último corpo do Exército Alemão, a Divisão Expedicionária Brasileira (FEB) ocupava a cidade de Alessandria, na Itália, estabelecendo ligação com o Exército francês em Susa, próximo à fronteira entre os dois países. A guerra estava encerrada para as tropas brasileiras. O custo foi a morte de 443 expedicionários do Exército e de 8 oficiais do Grupo de Caça da Força Aérea Brasileira. A FEB

permaneceu na Itália até o dia 3 de junho como tropa de ocupação, retornando posteriormente ao Brasil (Rodrigues 2018, 60).

O fim da Segunda Guerra Mundial deu-se a 8 de maio de 1945, com a vitória dos Aliados na Europa após a queda dos Nazistas. Com isso, surgiram as primeiras reflexões sobre pontos de tensão política, como a recusa do Brasil em participar como força de ocupação dos países do Eixo, especificamente na Áustria.

No ofício n.º 90, de 27 de fevereiro de 1945¹, o general Mascarenhas de Moraes, comandante da Força Expedicionária Brasileira/1.ª Divisão de Infantaria Expedicionária, expôs ao general Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra suas ponderações sobre a possibilidade de o Brasil ser convidado a atuar como tropa de ocupação. Mascarenhas registrou a contraindicação da FEB para tal missão em qualquer país europeu, destacando inicialmente a má vontade das nações aliadas do Eixo em relação aos exércitos das Nações Unidas combatentes em seu solo. Terminada a guerra, essa indisposição se agravaria com a miséria, a fome e os delicados problemas políticos emergentes. Para conter excessos e revoltas no pós-guerra, as tropas de ocupação teriam de agir com energia ou violência, muitas vezes não satisfazendo os anseios da população. Esse procedimento, em pouco tempo, colocaria a tropa de ocupação em situação contrária à liberdade civil perante a nação ocupada. Por mais serena que fosse a atitude da tropa brasileira, jamais conseguiria evitar a irritação natural de um país ocupado contra os soldados estrangeiros, que lembrariam diariamente a população de sua condição de povo vencido.

Além dos problemas políticos, o comandante da FEB destacou que a apresentação da tropa era insuficiente, pois os uniformes eram de péssima qualidade, especialmente em comparação com as tropas inglesas e norte-americanas, cujos uniformes eram considerados impecáveis. Sob o aspecto disciplinar, Mascarenhas reconheceu outro ponto de tensão: a tropa havia recebido instrução militar deficiente antes de embarcar, além do que considerava ser o mais importante, a fraqueza das leis penais e regulamentos brasileiros, que não eram suficientemente severos para coibir e reprimir abusos que poderiam aumentar com o fim da guerra.

A partir da reflexão historiográfica sobre o processo criminal enquanto fonte complexa e multifacetada, esta investigação propõe uma análise aprofundada de documentos judiciais vinculados a crimes de guerra atribuídos a militares brasileiros durante a Campanha da Itália, no contexto da Segunda Guerra Mundial. Reconhecendo a natureza polifônica e discursivamente elaborada dos autos processuais, buscamos compreender de que modo essas fontes traduzem não

¹ Arquivo Histórico do Exército. Série Força Expedicionária Brasileira. Acervo do general Mascarenhas de Moraes.

apenas os eventos em si, mas também os conflitos simbólicos, institucionais e culturais que os envolveram. Assim, partimos do pressuposto de que os processos judiciais não se limitam a registrar atos jurídicos, mas se constituem como espaços de disputa de narrativas e de produção de sentidos sobre o comportamento dos sujeitos e o funcionamento do próprio Estado em contextos extremos de exceção e violência.

O artigo concentra-se na análise de processos criminais específicos movidos contra integrantes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), acusados de práticas como estupro, saques e homicídios de civis italianos durante o período de ocupação militar. Esses autos judiciais, frequentemente pouco explorados pela historiografia tradicional, oferecem um campo fértil para a compreensão das formas como a justiça militar brasileira construiu - ou silenciou - certas verdades sobre a conduta de seus soldados em território estrangeiro. Ao confrontar as representações jurídicas dos crimes com as tensões sociais, políticas e morais inscritas nos documentos, buscamos lançar luz sobre as estratégias de regulação, legitimação e invisibilidade dos atos de violência praticados sob a égide do poder militar em tempos de guerra.

Um exemplo é o caso de um grave delito sexual contra uma menor de idade italiana de 15 anos, seguido da morte de um familiar da vítima, cometido por dois soldados do Pelotão de Defesa do Quartel General da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, em Madognana, na noite de 9 de janeiro² de 1945. A pena de morte imposta foi indultada pelo Presidente da República para 30 anos de prisão, sendo posteriormente reduzida para 6 anos ao final da Segunda Guerra Mundial.

A análise dos documentos processuais da Justiça Militar junto à FEB revelou que grande parte dos crimes julgados foram cometidos por militares do Exército fora da frente de combate, com os mais comuns sendo deserção, lesão corporal e homicídio culposos. Os casos de lesão e homicídio geralmente envolveram condutores de veículos motorizados ou o manuseio imprudente de armas de fogo. No entanto, também foram observados alguns casos de homicídios dolosos relacionados a estupros de mulheres e crianças, além de outros crimes violentos como assassinatos. Em alguns desses casos, duas sentenças resultaram em condenação à pena máxima, morte por fuzilamento, posteriormente comutada pelo Presidente da República para 30 anos de prisão e, por fim, reduzida a 6 anos³. Muitas das sentenças não foram cumpridas devido ao Decreto n.º 20.082 (Presidência da República do Brasil, 1945b), de 3 de dezembro de 1945, que concedeu indulto a

² Disponível em <https://arquimedes.stm.jus.br/index.php/pena-de-morte>. Acesso em 30 mai. 2024. Para a sentença na íntegra, ver Albuquerque 1958, 221-223.

³ Esses processos relacionados a crimes sexuais violentos foram muito bem explorados na dissertação de Laport (2017).

todos os militares e civis integrantes da Força Expedicionária que tivessem cometido crimes de homicídio doloso ou deserção, que tivessem sido ou não julgados e condenados.

A partir daqui, podemos examinar com mais atenção alguns processos criminais selecionados dos militares brasileiros, documentos que se encontram no Arquivo Histórico do Exército e nos arquivos do Supremo Tribunal Militar. Para dar continuidade à investigação, foi escolhido um conjunto documental específico sobre crimes de trânsito que chamou atenção dentre a vasta quantidade de processos existentes, tipificados como lesão corporal e homicídio culposo. A coletânea produzida pelo comando da FEB foi baseada na documentação do V Exército dos EUA, intitulada *Reclamações de Civis Italianos por Intermédio do Exército Americano*, identificando vários crimes relacionados à condução de veículos. O Exército estadunidense criou um Serviço de Reclamações para atender a fatos como os analisados, e, pelo enquadramento operacional da tropa brasileira, a FEB ficou subordinada ao Escritório Regional VII do Serviço de Reclamações dos Estados Unidos.

Ao analisar os autos processuais dos militares brasileiros da Força Expedicionária Brasileira (FEB), presente no Acervo da Justiça Militar, depositado no Arquivo Histórico do Exército, identificamos uma coletânea produzida pelo comandante dos Órgãos Não Divisionários ao comandante da FEB, com diversas reclamações contra motoristas brasileiros e outros tipos de delitos enviadas pelo VII Escritório Regional do Serviço de Reclamação dos EUA. É importante ressaltar que os pedidos de resolução das ocorrências transitaram por diversas vezes entre as autoridades estadunidenses, que cobravam soluções, e as brasileiras, que demonstraram um certo amadorismo ou falta de vontade em resolver tais questões. Entre as reclamações incluem: acidentes de trânsito envolvendo viatura da FEB; reclamação de Leandro Calugi sobre o atropelamento de um cavalo que puxava uma carroça; reclamação de Lisindo Del Roso, cuja motocicleta foi atropelada por uma viatura brasileira em Pistoia; e o incidente ocorrido em Pistoia, onde o marido da reclamante Clelia Franchini foi atropelado e fatalmente ferido por uma viatura brasileira.

Além dessas reclamações, a coletânea contém o Ofício n.º 1525 da Ajudância Geral da 1.ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1.ª DIE) com uma investigação do Serviço de Reclamação dos EUA sobre um acidente de trânsito, em Pistoia, envolvendo o 2º sargento Miguel Mario Gomes, do 1.º Grupo de Artilharia. Outra investigação refere-se a um acidente envolvendo um soldado do Depósito de Pessoal da FEB, investigado pelo 11.º Batalhão de Infantaria Motorizada dos EUA.

A troca de documentação administrativa entre oficiais do V Exército dos EUA, através do seu Serviço de Reclamação, e oficiais da Força Expedicionária Brasileira, através da Inspeção

Geral da 1.^a DIE, evidencia diversas tentativas de solucionar os delitos cometidos pela tropa brasileira. No entanto, esses esforços frequentemente esbarravam em entraves burocráticos e conflitos nos procedimentos no Quartel General do Comando da FEB/1.^a DIE, resultando em documentos perdidos, encaminhamentos equivocados, retornos à origem para reinício da tramitação, dificuldades linguísticas (o documento original vinha escrito em inglês e traduzido para o português antes de ser distribuído aos responsáveis brasileiros) e informações truncadas.

Em 1º de junho de 1945, o general Olympio Falconiere da Cunha, comandante dos Órgãos Não Divisionários, encaminhou ao comandante da FEB, o ofício n.º 274⁴, contendo um relatório de investigação sobre as diversas ocorrências delituosas envolvendo militares brasileiros, solicitado cordialmente pelo tenente-coronel F. Coburn Gayle (oficial responsável pelas reclamações), do V Exército dos EUA, que pediu uma resposta urgente sobre os delitos antes do retorno da tropa ao Brasil. Para entender melhor as nuances do relatório, montamos a tabela abaixo identificando todos os delitos que compõe a coletânea, para melhor compreensão dos fatos, envolvendo as tropas brasileiras sob o comando do V Exército dos EUA e do Escritório de Reclamações VII:

Reclamante	Natureza do Incidente	Local e Data	Danos	Autor/unidade militar
Lisindo Del Roso	Tráfego	Pistoia – 11/12/1944	Atropelamento por viatura brasileira resultando em ferimentos e danos materiais a sua motocicleta – lesão e danos materiais	Viatura da FEB
Clelia Franchini	Tráfego	Pistoia – 24/11/1944	O marido da reclamante foi atropelado e ferido fatalmente – homicídio culposo	Viatura da FEB
Luigi Bargagli Bardi Bandini	Danos a propriedade	Pisa e Florença – 20/12/1944 e abril 1945	Destruição de propriedade e de 10.000 metros cúbicos de Pinheiros – danos materiais	Coronel Mário Travassos
Leandro Calugi	Tráfego	13 de janeiro de 1945	Atropelamento de um cavalo que puxava uma carroça causado por um caminhão conduzido por um soldado – morte do cavalo e danos materiais à carroça	Soldado Ali Americano do Sul, do 11º Regimento de Infantaria
Maria Villani	Tráfego	Pistoia – 25/2/1945	acidente de tráfego, que resultou na morte de Fosca Innocenti, filha de Maria Villani – homicídio culposo	2º sargento Miguel Mario Gomes, do 1º Grupo de Artilharia
Adolfo Bojola	Tráfego	Florença – 11/3/1945	Colisão de viatura militar brasileira e britânica que danificaram janela de uma loja	Antonio Alves Gomes e Hildebrando Carvalho Bastos da 1ª DIE
Antonio Fedi	Tráfego	Pistoia – 13/3/1945	Atropelamento por veículo brasileiro enquanto andava de bicicleta que foi destruída - lesão	Viatura da FEB
Carlo Laffi	Tráfego	Estrada 66 – 1/4/1945	Colisão entre viatura Aliada e veículo civil – danos materiais	viatura da FEB

⁴ Arquivo Histórico do Exército. Série Força Expedicionária Brasileira. Justiça Militar. *Reclamações de civis italianos por intermédio do Exército americano.*

11º Batalhão de Infantaria Motorizada dos EUA	Tráfego	5/4/1945	Acidente de Trânsito	soldado José Dubiel, do Depósito de Pessoal da FEB
Francesco Guaschini	Tráfego	Fucecchio – 11/4/1945	Atropelamento por veículo brasileiro - lesão	Viatura da FEB
3rd Convalescent Hospital	Extravio de Material	3rd Convalescent Hospital – 16/5/1945	Ter extraviado um cobertor de lã que lhe foi distribuído pelo Hospital de Convalescença dos EUA – extravio de material	Soldado Clovis Vieira Costa
3rd Convalescent Hospital	Extravio de Material	3rd Convalescent Hospital – 17/5/1945	Ter extraviado um cobertor de lã que lhe foi distribuído pelo Hospital de Convalescença dos EUA – extravio de material	Soldado Eloy Francisco dos Santos – 1º Regimento de Infantaria
Legione Territoriale dei Carabinieri Reali di Bologna	Tráfego	Brugnata di S. Nicolo / Bologna – 23/5/1945	Acidente com viatura da FEB conduzindo 30 civis italianos, que ficaram feridos - lesão	Viatura da FEB conduzida por soldado brasileiro
Fernanda Piccinini	Tráfego	Tortona - 26/5/1945	Acidente de viatura com destruição de propriedade - danos materiais	Viatura da FEB
Comandante da Companhia de Polícia Militar da 1ª DIE	Desobediência	Rota 7 direção a Nápoles – 30/6/1945	Desobediência ao controle da Polícia Militar que solicitou parada obrigatória para fiscalização de viatura, partindo em grande velocidade	1º sargento Washington do Rêgo Barros do Serviço de Material Bélico (SMB) da 1ª DIE e o cabo motorista Antonio Gagliano do SMB/1ª DIE
Antonio Pedi	Tráfego	Não identificado	Atropelamento - lesão	Soldado José Palomo do 1º Regimento de Infantaria
Leoni Casello	Furto	Alla Chiesa – sem data	Desaparecimento de objetos da residência do reclamante - furto	Praças da Polícia Militar da FEB
Não identificado	Tráfego	Estrada de Gaggio Montano – sem data	Acidente de Tráfego - lesão	Soldado Bento Pinto de Andrade, do 11º Regimento de Infantaria

Tabela 1: Ocorrências delituosas atribuídas a militares da FEB na Itália (1944-1945)

Fonte: Os autores, 2025.

A coletânea demonstra que a maioria dos incidentes era relacionada ao tráfego de viaturas, que geraram lesões, danos materiais e homicídios culposos quando não se tem a intenção de cometer o crime. De uma maneira geral, quase todas as reclamações estavam ligadas as praças, que mesmo sendo elas parte integrante das unidades da frente de combate como o 1.º e 11.º Regimento de Infantaria (Regimento Sampaio e Tiradentes), no momento do evento estavam na retaguarda dos conflitos, transitando por cidades fora das áreas deflagradas.

No caso do atropelamento do cavalo e destruição da carroça de propriedade de Leandro Calugi, o Ofício n.º 221⁵, de 7 de junho de 1945, da Inspeção Geral da 1.ª Divisão de Infantaria

⁵ Arquivo Histórico do Exército. Série Força Expedicionária Brasileira. Justiça Militar. *Reclamações de civis italianos por intermédio do Exército americano.*

Expedicionária, identificamos a recomendação para a abertura de uma sindicância que resultou na prisão por 30 dias, na proibição de dirigir veículos motorizados e na cassação da habilitação do soldado Ali Americano do Sul, do 11º Regimento de Infantaria. O Boletim Diário da 1.^a DIE registrou essas punições, enquadrando o soldado no n.º 117 do artigo 13 do Regulamento Disciplinar do Exército (transgressão grave), destacando que ele estava alcoolizado e dirigindo em zigue-zague no momento da transgressão.

Além dessa coletânea de documentos encontrada no Arquivo Histórico do Exército (AHEx), com predomínio de incidentes causados por acidentes de veículos motorizados, observamos outros processos de igual natureza na Coleção Força Expedicionária Brasileira depositados digitalmente no site Arquimedes, que trata da Difusão da Memória da Justiça Militar da União. A ferramenta de busca revelou mais alguns processos relacionados a atropelamentos processados pela 2ª Auditoria Militar⁶. Esses processos envolvem colisões de veículos militares, resultando em morte, atropelamento seguido de morte de civis italianos sem prestação de socorro, atropelamento de outro soldado em uma bicicleta, e um motorista de ambulância que causou a morte de um soldado⁷. Um caso particular é o atropelamento de duas mulheres italianas seguido de morte, cometido por um soldado brasileiro dirigindo um caminhão entre Roma e Livorno. O processo n.º 33/1945/FEB (2AUD1DIE)⁸ autuado em 16 de março de 1945 e encerrado em 7 de maio de 1946, julgado no Supremo Tribunal Militar⁹, resultou na condenação do autor conforme § 3º do art. 181, combinado com o art. 314 do Código Penal Militar (CPM) de 1944.

Analizamos também sentenças diversas registradas no livro de Bento Albuquerque (1958), focando em processos relacionados ao uso de veículos motorizados como instrumento do crime. As sentenças identificam os militares apenas pelas iniciais dos nomes. No primeiro bloco, referente às sentenças da 1.^a Auditoria Militar, destacam-se dois casos: o soldado J. N., do 1.º Batalhão de Saúde, foi condenado a oito meses de prisão simples por dirigir embriagado, sem permissão e sem habilitação, causando danos a uma viatura ao colidir com um caminhão em Vechiano (Albuquerque 1958, 100-102); e o soldado C. A. da P., do 1.º Batalhão de Saúde, foi condenado a dez meses e dez dias de prisão por dirigir uma ambulância embriagado e sem autorização, colidindo com um jipe e ferindo outro soldado e um sargento em Crociola e Gaggio Montano (Albuquerque 1958, 150-151).

⁶ Disponível em: <https://arquimedes.stm.jus.br/index.php/capitanea>. Acesso em 24 mai. 2024.

⁷ A sentença desse processo pode ser vista em Albuquerque, 1958, pp. 274-276.

⁸ 2ª Auditoria Militar da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária.

⁹ Disponível em: <https://arquimedes.stm.jus.br/index.php/processo-33-1945-feb-2aud1die>. Acesso em 24 mai. 2024.

No segundo bloco, referente às sentenças da 2.^a Auditoria Militar, dois casos se destacam: o soldado G. R., do 1.^o Grupo de Artilharia, foi condenado a um ano de prisão por atropelar a italiana Armida Petruzzi, de 74 anos, enquanto dirigia um caminhão sem autorização e sem habilitação (Albuquerque, 1958, p. 243); e o cabo L. M. V. S., da Companhia de Intendência, foi absolvido por falta de provas conclusivas após atropelar o italiano Ennio Bracci em sua bicicleta, resultando em morte, e fugir do local sem prestar socorro em Florença (Albuquerque 1958, p. 294-295).

Conclusão

A análise da atuação da Justiça Militar brasileira durante a campanha da Itália, no contexto da Segunda Guerra Mundial, permitiu não apenas lançar luz sobre uma dimensão frequentemente negligenciada na historiografia da Força Expedicionária Brasileira (FEB), mas também revelar como a guerra, enquanto fenômeno social total, reorganiza profundamente os dispositivos jurídicos, as práticas institucionais e os valores simbólicos que operam sobre os indivíduos em situação de conflito armado. Ao examinar os processos judiciais instaurados contra militares brasileiros por crimes cometidos fora do campo de batalha - em especial aqueles denunciados por civis italianos -, este estudo evidenciou que a Justiça Militar, longe de funcionar como uma instância neutra de responsabilização, esteve inserida em uma complexa teia de negociações políticas, diplomáticas e simbólicas.

A partir de uma abordagem metodológica ancorada na Nova História Militar e no tratamento hermenêutico das fontes jurídicas, compreendeu-se que os autos processuais, mais do que simples registros legais, funcionam como artefatos históricos densos, atravessados por disputas de sentido, estratégias de poder e silenciamentos seletivos. A leitura crítica dessas fontes permitiu identificar, por um lado, o esforço do Estado brasileiro em preservar a imagem da FEB diante dos aliados e da opinião pública; por outro, revelou o caráter ambíguo da Justiça Militar como mecanismo de contenção, mas também de acomodação institucional.

As tensões internas vividas pela FEB – desde o recrutamento desigual, passando pela indisciplina generalizada, até as dificuldades logísticas e de comando – comprometeram o ideal de ordem e hierarquia militar, desafiando o próprio funcionamento da Justiça Militar no exterior. O reconhecimento dessas fragilidades não apenas reforça a necessidade de se historicizar a guerra a partir da experiência dos soldados comuns, mas também de interrogar os limites das estruturas jurídicas em contextos excepcionais. Ao recuperar episódios emblemáticos de julgamento, indultos e comutações de penas, a pesquisa evidenciou que os instrumentos legais foram, muitas vezes, mobilizados mais como ferramentas de controle simbólico e reintegração institucional do que

como expressões de justiça plena. Nesse sentido, o Decreto n.º 20.082/45 – que concedeu indulto à maioria dos militares da FEB – sintetiza o esvaziamento da função punitiva da Justiça Militar, comprometendo sua legitimidade e revelando a distância entre norma e prática no campo da justiça de guerra.

Assim, este artigo não apenas reafirma a relevância do estudo da Justiça Militar como uma chave interpretativa fundamental para compreender a experiência brasileira na Segunda Guerra Mundial, mas também contribui para alargar o debate sobre as interseções entre guerra, direito, memória e poder. Em tempos em que o papel das Forças Armadas volta a ocupar o centro das disputas públicas e institucionais no Brasil, revisitar criticamente episódios do passado torna-se um gesto necessário – e político – de afirmação do compromisso acadêmico com a produção de conhecimento histórico rigoroso, sensível e comprometido com a verdade e a justiça. Ao propor uma leitura que articula aspectos jurídicos, sociais e simbólicos da atuação da FEB e de sua Justiça Militar, este trabalho oferece subsídios valiosos para a construção de uma memória coletiva mais plural, crítica e democrática sobre o passado bélico brasileiro.

Referências Bibliográficas

- Albuquerque, Bento Costa Lima Leite de. *A justiça militar na campanha da Itália: constituição, legislação, decisões*. Brasília: Superior Tribunal Militar, 1958.
- Albuquerque Júnior, Durval Muniz. “A dimensão retórica da historiografia”. Em *O historiador e suas fontes*, org. Carla Bassanezi Pinsky, 223-249. São Paulo: Contexto, 2009.
- Barros, José D’Assunção. *O Campo Histórico: as especialidades e a abordagem da História*. Rio de Janeiro: Editora Celta, 2002.
- Blajberg, Israel. “1942 – Um ano singular: os 75 anos dos torpedamentos e da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial”. Em *Guerra, cultura e política: novos estudos sobre o Brasil na Segunda Guerra Mundial*, org. Fernando Rodrigues, Francisco Carlos Teixeira da Silva e João Cláudio Platernik Pitillo, 246-60. Rio de Janeiro: Conexão 7, 2021.
- Bloch, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Edição anotada por Étienne Bloch. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- Bueno, Almir de Carvalho. “Processos-Crime e micro-história. Perspectivas e limitações em um estudo de caso”. *Mneme – Revista de humanidades*, 14, n. 32 (2003): 1-12.
- Campiani, Cesar. *Barbudos, sujos e fatigados*, São Paulo: GRUA, 2010.
- Carneiro, Mario Tiburcio Gomes. *As leis da guerra: Convenções Internacionais*. Rio de Janeiro: Gabinete Fotocartografico do Ministério da Guerra, 1943.
- Chalhoub, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- Deyra, Michel. *Direito Internacional Humanitário*. Brasília: Procuradoria Geral da República, 1998.
-

Castro, Celso, Victor Izecksohn, e Hendrik Kraay, org. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV/Bom Texto, 2004.

Clausewitz, Carl von. *Da Guerra*. Tradução para o inglês por Michael Howard e Peter Paret; tradução do inglês para o português por Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle; ensaios introdutórios de Peter Paret, Michael Howard e Bernard Brodie, com comentário de Bernard Brodie. [s.l.]: [s.n.], s.d.

Fausto, Boris. *Crime e Cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Ferrajoli, Luigi. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

Ferraz, Francisco César Alves. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)*. Londrina: EdUEL, 2012.

Ferreira Junior, Alcemar. “Uma visceral rebeldia: clientelismo e isenções no recrutamento da Força Expedicionária Brasileira (1943-1944)”. Em *Estudos – vol. II – Série Grupo de Pesquisa LEPH/Programa de Mestrado em História Social/Universidade Severino Sombra*, org. Cláudia R. Andrade dos Santos *et al.*, 15-33. Curitiba, 2007.

Latfalla, Giovani. *Relações Militares: Brasil-EUA 1939/1943*. Rio de Janeiro: Gramma Editora, 2019.

Laport, William. *Justiça Expedicionária Brasileira: atuação no Teatro de Guerra da Itália (1944-1945)*. Brasília: UnB, 2017.

Ginzburg, Carlo. “O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações”. Em *A micro-história e outros ensaios*, org. Carlo Ginzburg, Enrico Castelnovo e Carlo Pono, 203-214. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

Ginzburg, Carlo. *Relações de Força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Gomes Neto, Paulo, Francisco Carlos Teixeira da Silva, e João Cláudio Platernik Pitillo, org. *A Segunda Guerra Mundial 70 anos depois*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2016.

Pedrosa, Fernando Velôzo Gomes. “Por Uma História Militar Global: da História Militar tradicional à Nova História Militar”, *Revista Brasileira de História Militar*, X, n. 25 (2019): 6-26.

Oliveira, Dennison. *Aliança Brasil-Estados Unidos: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Curitiba: Juruá, 2015.

Reis, José Carlos. *A história entre a filosofia e a ciência*, São Paulo: Editora Ática, 1996.

Rodrigues, Fernando da Silva, Francisco Carlos Teixeira da Silva, e João Cláudio Platernik Pitillo, org. *Guerra, cultura e política: novos estudos sobre o Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Conexão 7, 2021.

Rodrigues, Fernando da Silva. *Os indesejáveis: Instituição, Pensamento Político e Formação Profissional dos Oficiais do Exército Brasileiro (1905 a 1946)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

Rodrigues, Fernando da Silva. “Desafios históricos para organização, preparação e emprego da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial”. *Revista Artigos Estratégicos*, 5, n. 2 (2018): 49-64.

Rosemberg, André, e Luís Antônio Francisco de Souza. “Notas sobre o uso de documentos judiciais e policiais como fonte de pesquisa histórica”. *Revista Patrimônio e Memória*, 5, n. 2 (2009): 159-173.

Sanches, Marcos Guimarães. “A guerra: problemas e desafios do campo da história militar brasileira”, *Revista Brasileira de História Militar*, I, n. 1 (2010): 6-16.

Soares, Luiz Carlos. “História Militar: a ‘velha’ e a ‘nova’”. Em *Novos domínios da história*, org. Ciro Flamarion Santana Cardoso e Ronaldo Vainfas, 113-132. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Teixeira, Nuno Severiano. “A história militar e a historiografia contemporânea”. *A Defesa Nacional*, 81 (2021): 194-196.

Fontes

Arquivo Histórico do Exército. Série Força Expedicionária Brasileira. Acervo da Justiça Militar.

Arquivo Histórico do Exército. Série Força Expedicionária Brasileira. Acervo da Justiça Militar. *Reclamações de civis italianos por intermédio do Exército americano*.

Arquivo Histórico do Exército. Série Força Expedicionária Brasileira. Acervo do general Mascarenhas de Moraes.

Arquivo Histórico do Exército. Portaria Ministerial nº 4744, de 9 de agosto de 1943, publicada no Boletim Reservado do Exército do dia 13 de agosto. O documento estrutura a tropa expedicionária baseada no modelo do exército dos EUA constituída pela 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária e por órgãos não divisionários.

Brasil. Decreto n.º 10.358, de 31 de agosto de 1942. Declara o estado de guerra em todo o território nacional. Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil: secção 1, Rio de Janeiro, RJ, ano 81, n. 204, p. 13.413, 1 set. 1942. Disponível em <https://dspace.stm.jus.br/handle/123456789/90690>. Acesso em 13 abr., 2024.

Brasil. Ministério da Guerra. *Força Expedicionária Brasileira. Relatório Secreto*, Volume 1, Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército. Seção Força Expedicionária Brasileira, 1943-1945.

Código de Lieber de 1863. Disponível em: <https://opil.ouplaw.com/display/10.1093/law:epil/9780199231690/law-9780199231690-e2126?prd=OPIL>. Acesso em 01 jun. 2024.

Convenção de Haia de 1899. Disponível em: <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/conferencia-da-paz>. Acesso em 01 jun. 2024.

Convenção de Haia de 1907. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca/download/II-conferencia-da-paz-daia-1907.pdf>. Acesso em 01 jun. 2024.

Convenção de Genebra de 1906. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/6196/1/6443.pdf>. Acesso em 01 jun. 2024.

Convenção de Genebra de 1929. Disponível em: <https://www.mpm.mp.br/portal/wp-content/uploads/2019/08/genebra-convencoes.pdf>. Acesso em 01 jun. 2024.

Convenção Internacional de Genebra de 1864. Disponível em <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/comite-internacional-da-cruz-vermelha>. Acesso em 01 jun. 2024.

Declaração de São Petersburgo de 1868. Disponível em: <https://www.dhnet.org.br/direitos/sip/dih/dih/02.html>. Acesso em 01 jun. 2024.

Declaração de Paris de 1856. Disponível em: <https://opil.ouplaw.com/display/10.1093/law:epil/9780199231690/law-9780199231690-e732>. Acesso em 01 jun. 2024.

Estatuto do Tribunal Militar Internacional de Nuremberg. Disponível em: <https://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/nuremberg/index.html>. Acesso em 01 jun. 2024.

Pacto Roerich. Disponível em: <https://roerich.org.br/pacto-roerich/>. Acesso em 01 jun. 2024.

Presidência da República do Brasil. Lei de Segurança Nacional. Lei n.º 38, de 4 abr. 1935. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/10038.htm. Acesso em 30 mai. 2024.

Presidência da República do Brasil. Código da Justiça Militar. Decreto-Lei n.º 925, de 2 dez. 1938. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-925-2-dezembro-1938-350271-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 30 mai. 2024.

Presidência da República do Brasil. Decreto-Lei n.º 10.451, de 16 set. 1942, definia como seria a mobilização geral. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-10451-16-setembro-1942-468273-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 31 mai. 2024.

Presidência da República do Brasil. Decreto n.º 6.268, de 14 fev. 1944a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6268-14-fevereiro-1944-452547-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Cria%20o%20Dep%C3%B3sito%20do%20Pessoal%20do%20Ex%C3%A9rcito%20da%20For%C3%A7a%20Expedicion%C3%A1ria%20Brasileira>. Acesso em 30 mai. 2024).

Presidência da República do Brasil. Código Penal Militar. Decreto-Lei n.º 6.227, de 24 jan. 1944b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6227-24-janeiro-1944-417391-publicacaooriginal-65269-pe.html>. Acesso em 30 mai. 2024.

Presidência da República do Brasil. Decreto-Lei n.º 6.396, de 1º abr. 1944c. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6396-1-abril-1944-452608-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 13 mai. 2024.

Presidência da República do Brasil. Decreto-Lei n.º 6.509, de 18 mai. 1944d. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8443-26-dezembro-1945-458482-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Extingue%20os%20%C3%B3rg%C3%A3os%20da%20Justi%C3%A7a,1944%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>. Acesso em 30 mai. 2024.

Presidência da República do Brasil. Decreto-Lei n.º 8.443, de 26 dez. 1945a. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8443-26-dezembro-1945-458482-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Extingue%20os%20%C3%B3rg%C3%A3os%20da%20Justi%C3%A7a,1944%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>. Acesso em 30 mai. 2024.

Presidência da República do Brasil. Decreto-Lei n.º 20.082, de 3 dez. 1945b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20082-3-dezembro-1945-327308-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 mai. 2024.

Recebido: 30 de maio de 2025

Aprovado: 21 de novembro de 2025

Dossiê: O Brasil, a América Latina e a Segunda Guerra Mundial

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2025.v31.49222>

Recursos minerais como ativo estratégico do Brasil e o paradigma norte-americano na Segunda Guerra Mundial: revisão do pensamento econômico militar*

*Mineral resources as a strategic asset of Brazil and the North American paradigm during
Second World War:*

A review of military economic thought

*Recursos minerales como activo estratégico de Brasil y el paradigma norteamericano en
la Segunda Guerra Mundial:
revisión del pensamiento económico militar*

Bernardo Rocha Carvalho**

<https://orcid.org/0000-0001-8365-9959>

RESUMO: No Estado Novo, regime sustentado pelo equilíbrio instável entre elementos civis e militares, o Estado brasileiro assume a direção de setores da economia considerados estratégicos, como a mineração e a siderurgia. Almejava-se alcançar maiores graus de independência econômica, mas a aliança militar com os Estados Unidos nos momentos iniciais da Segunda Guerra significou o aprofundamento da dependência do capital externo no processo de industrialização do Brasil. Na formulação da política econômica do regime, os militares participaram com destaque, e a revisão pela qual passou, em geral, o pensamento econômico das forças armadas é aqui analisada com base em documentação primária, com ênfase no papel desempenhado por Juarez Távora, oficial do Exército que foi um dos protagonistas do debate sobre o futuro da exploração mineral no país. O artigo conclui que a dualidade entre nacionalismo e dependência externa se expressou particularmente nos debates sobre recursos naturais e seu caráter estratégico, e consistiu em um dos eixos de formação e evolução de um pensamento econômico militar.

* Este artigo corresponde a versão revisada e adaptada do sexto (e último) capítulo da tese de doutorado intitulada *Política e minério de ferro na formação do nacionalismo econômico brasileiro no período entreguerras*, defendida em julho de 2024 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A pesquisa contou com o financiamento da CAPES por meio do Programa de Excelência Acadêmica. Agradeço aos três avaliadores anônimos deste artigo por seus respectivos pareceres e sugestões. Também sou grato ao professor Stanley Hilton, que ao responder com grande solicitude aos meus e-mails, me estimulou a continuar a pesquisa.

** Doutor em História pela UFMG, bolsista de Desenvolvimento em Ciência, Tecnologia e Inovação da FAPEMIG no projeto “Sistema Multiusuário do Centro de Memória Cultural do Sul de Minas: Documentação, Conservação, Oralidade e Imagens”, da Universidade do Estado de Minas Gerais, unidade Campanha. brc.his@proton.me.

Palavras-chave: Recursos Minerais; Estado Novo; Segunda Guerra; Juarez Távora; Relações Brasil-Estados Unidos.

ABSTRACT: Under the Estado Novo regime, supported by the unstable balance between civilian and military elements, the Brazilian state took control of strategic sectors of the economy, such as mining and steel. The aim was to achieve greater economic independence, but the military alliance with the United States during the early years of World War II deepened the reliance on external capital in Brazil's industrialization process. The military played a prominent role in shaping the regime's economic policy, and the article analyses the revision of economic thought within the armed forces, based on primary documentation, with a focus on Juarez Távora, an Army officer who was a key figure in the debate on the future of mineral exploration in the country. The article concludes that the duality between nationalism and external dependence was particularly evident in discussions about natural resources and their strategic nature, forming a central axis in the development and evolution of military economic thought.

Key-words: Mineral Resources; Estado Novo; Second World War; Juarez Távora; Brazil-United States Relations.

RESUMEN: En el Estado Novo, régimen sostenido por el equilibrio inestable entre elementos civiles y militares, el Estado brasileño asume la dirección de sectores de la economía considerados estratégicos, como la minería y la siderurgia. Se aspiraba a alcanzar mayores niveles de independencia económica, pero la alianza militar con Estados Unidos en los momentos iniciales de la Segunda Guerra Mundial significó el fortalecimiento de la dependencia del capital externo en el proceso de industrialización de Brasil. En la formulación de la política económica del régimen, los militares participaron con protagonismo, y la revisión que, en general, atravesó el pensamiento económico de las fuerzas armadas es aquí analizada con base en documentación primaria, con énfasis en el papel desempeñado por Juarez Távora, oficial del Ejército que fue uno de los protagonistas del debate sobre el futuro de la explotación mineral en el país. El artículo concluye que la dualidad entre nacionalismo y dependencia externa se expresó particularmente en los debates sobre los recursos naturales y su carácter estratégico, y constituyó uno de los ejes de formación y evolución de un pensamiento económico militar.

Palabras clave: Recursos minerales; Estado Novo; Segunda Guerra Mundial; Juarez Távora; Relaciones Brasil-Estados Unidos.

Como citar este artigo:

Carvalho, Bernardo Rocha. "Recursos minerais como ativo estratégico do Brasil e o paradigma norte-americano na Segunda Guerra Mundial: revisão do pensamento econômico militar". *Locus: Revista de História*, 31, n. 2 (2025): 56-81.

No período entreguerras se estabeleceu no Brasil um importante debate sobre o futuro da exploração mineral no país. Desde o final do século XIX se acumulava conhecimento geológico, sobretudo a respeito da região central de Minas Gerais, e era reconhecido um enorme potencial mineral, diante da quantidade e da qualidade, em teor metálico, das jazidas de minérios de ferro e manganês. Deste debate participaram políticos, empresários e engenheiros, civis e militares, e das muitas – e intensas – discussões travadas resultou um dos eixos de formação da cultura política nacional-desenvolvimentista característica da conjuntura intelectual das décadas subsequentes. Aos problemas econômicos relativos à almejada expansão da exploração de minerais metálicos, que constituem insumos da indústria siderúrgica, somaram-se problemas de segurança nacional e inserção geopolítica, e após a Revolução de 1930, a questão passou a integrar a lista de prioridades na agenda do governo Vargas.

Neste artigo, exploramos como os recursos minerais do Brasil foram tidos como um ativo estratégico para o país, em um contexto de acirramento das rivalidades entre potências europeias e da afirmação dos Estados Unidos como a potência industrial-militar que deveria exercer sua hegemonia sobre o hemisfério americano. Nesta conjuntura crítica, os militares brasileiros projetaram seu envolvimento nos diversos escalões de governo, e procederam à revisão de seu pensamento econômico, sob grande influência justamente da evolução das discussões sobre o aproveitamento do potencial mineral do país, tanto na forma econômica, como geopolítica. As fontes primárias utilizadas foram as atas de duas reuniões do Conselho Superior de Segurança Nacional (em 1939 e 1942), além de dois importantes artigos publicados por Juarez Távora (em 1938 e 1954), um dos militares mais influentes do período, sobretudo na questão mineral. O artigo se subdivide em três partes seguidas de breve conclusão.

Comércio e conflito: minerais estratégicos e posição geopolítica

Ao longo dos anos 1930, enquanto o comércio mundial começava a recuperar o ritmo e os volumes perdidos com a crise de 1929 e a Grande Depressão subsequente, um novo conflito armado entre potências europeias despontava cada vez mais ameaçadoramente no horizonte. O belicismo se difundia entre lideranças do mundo todo, embalado por aspirações de conquista ou por instinto de sobrevivência. No Brasil, em meados da década, o alto comando militar se inquietava com um eventual desequilíbrio de forças no Cone Sul, ante a compra de armamento moderno por parte da Argentina e do Chile. As impressões dos respectivos estrategistas militares refletiam, no continente, a escalada geral de tensões entre países europeus, em que os mais bem armados se precipitavam em abandonar a hesitação quanto ao recurso às ações militares para fins de afirmação geopolítica e expansão econômica – aliás, em praticamente qualquer região do mundo,

dado o alcance propiciado pela expansão das marinhas de guerra e da aviação militar.

Disputas históricas entre potências europeias pelo acesso e controle de recursos naturais situados fora de suas fronteiras ressurgiam agora com renovado apelo ideológico. Estrategistas alemães, por exemplo, sustentavam seu programa expansionista ao remobilizar o antigo conceito de “espaço vital” (*Lebensraum*), formulado ainda antes da Primeira Guerra, que preconizava as conquistas territoriais necessárias ao estabelecimento do almejado Grande *Reich* Germânico. No entanto, sob a parafernália ideológica, alguns observadores especulavam a respeito de quais seriam as motivações concretas para o conflito. Em 1937, durante a Guerra Civil Espanhola, a revista britânica *The Economist* oferecia uma leitura materialista dos interesses europeus ali diretamente envolvidos:

Se o general Franco for vitorioso, obviamente a Itália e a Alemanha vão obter acesso aos suprimentos de minérios estratégicos tão necessários para sua busca de autossuficiência diante das dificuldades mercantis. Novas reservas de minério de ferro iam beneficiar enormemente os ampliados setores metalúrgicos e siderúrgicos da Alemanha e da Itália, ambos padecendo atualmente a escassez de insumos (*apud* Rankin 2017, 507).

De fato, a vitória de Franco na Espanha foi um marco importante para os objetivos alemães e italianos na Europa, mas apesar da identificação entre nazistas e franquistas, e ainda entre o regime de Antônio Salazar em Portugal, o fator mais determinante nas relações entre a Alemanha e os países ibéricos era claramente o interesse econômico, segundo Christian Leitz (2003). A conclusão do autor, aliás, se estende ao mundo ibero-americano. As aquisições de equipamento bélico pela Argentina e pelo Chile foram realizadas principalmente junto à Alemanha, opção que logo seria igualmente adotada pelo Brasil. Em troca, a potência europeia aceitava, eventualmente, matérias-primas diversas, nos termos do comércio compensado.¹ Ainda segundo Leitz, no centro das investidas comerciais alemãs, para “alcançar um nível substancial de influência econômica sobre outros países, estava a exportação de material de guerra (e de perícia militar) para a Península Ibérica e para a América Latina” (2003, 185).² As remessas de armamento alemão, portanto, não eram geralmente motivadas por lucro, e mostraram-se cruciais, em alguns momentos, para evitar a redução no volume ou mesmo a interrupção de importações vitais de matérias-primas, e “Países como Brasil, Espanha e Portugal e, em menor medida, Argentina e Chile, foram parte certa desta estratégia” (Leitz 2003, 193).

¹ O comércio compensado consistia em intercâmbios realizados sem a intermediação de moedas fortes, naquele momento sobretudo a libra-esterlina e, depois, o dólar. O acordo era especialmente atrativo em um contexto de recuperação econômica, em que é baixa a liquidez, e de grande necessidade de reequipamento bélico, em que é alta a pressão geopolítica sobre cada país, conforme as circunstâncias regionais. Para os alemães, era uma forma de escoar parte da volumosa produção industrial-militar e de assegurar acesso fácil a matérias-primas não produzidas no próprio país, além de, como dissemos, exercer influência econômica sobre possíveis parceiros militares.

² Todos os trechos de obras em língua estrangeira aqui citados diretamente são traduções próprias.

Estes acordos comerciais bilaterais, sobretudo no caso da América Latina, afrontavam diretamente o interesse norte-americano na região, tida por Washington como parte de seu entorno estratégico. Berlim estaria, assim, sabotando o panamericanismo e o livre-comércio, ideais do supremacismo hemisférico estadunidense, chegando ao extremo de oferecer subsídios ao governo brasileiro para a construção de sua tão acalentada grande siderurgia em 1938. Oferta que provocou imediatamente a reação do governo Roosevelt, determinado a preservar a parceria histórica e estratégica de seu país com o Brasil, que remontava aos tempos do Barão do Rio Branco. Até que a política comercial alemã tivesse assumido este caráter disruptivo no mundo Atlântico, e enquanto as potências imperialistas europeias disputavam entre si o controle de territórios que não haviam caído sob domínio britânico, as condições para a industrialização pesada em países periféricos ao sistema europeu haviam sido muito mais duras, e, em geral, envolviam a contratação de empréstimos junto àqueles países ricos, dos quais paradoxalmente se almejava conquistar níveis maiores de independência econômica.

Este cenário se flexibilizou em termos relativos a partir da prática desviante da Alemanha nazista – e, em menor grau, também da Itália fascista – em relação a países periféricos do capitalismo internacional, mas estrategicamente importantes no contexto de uma grande guerra, como o Brasil, impondo aos Estados Unidos a reformulação de sua política externa para o continente americano. O agravamento da rivalidade comercial entre as potências industriais representadas por Berlim e Washington fez alargar, ainda que em termos relativos, as margens de exercício de soberania de alguns países ainda pouco industrializados, exportadores de *commodities*. Decorria, desde a quebra da bolsa novaiorquina em 1929, o que Peter Gourevitch identificou como sendo uma “crise da divisão internacional do trabalho” (1986, 126), e para alguns países em posição desprivilegiada, esta crise pôde ser tida como uma oportunidade de reconfigurar os termos da interdependência econômica.

Para Ted Fertik (2019), o Brasil exerceu papel-chave na reconfiguração da política externa norte-americana diante do desafio posto pelos alemães. Como vimos, dentre os países americanos tradicionalmente mais alinhados aos Estados Unidos, o Brasil foi o de maior peso a aderir às facilidades comerciais oferecidas pela Alemanha. Alguns generais brasileiros, além disso, estavam genuinamente impressionados com a máquina de guerra do Terceiro *Reich*, e sonhavam com algumas peças de artilharia importadas de lá, preocupados com a posição bastante retardatária do país na corrida armamentista que se desenhava no Cone Sul. Mais do que qualquer outro país, segundo Fertik, o Brasil de Vargas despertou nos Estados Unidos de Roosevelt a necessidade de

reconfigurar os termos de sua política da Boa Vizinhança,³ no sentido de torná-la mais ativa, recorrendo ao dólar como principal instrumento de política externa.

A postura diligente do governo Roosevelt para viabilizar o capital e a expertise necessárias à construção de uma grande usina siderúrgica no Brasil, de modo a neutralizar as investidas europeias em geral, e alemãs especificamente, nas Américas, será um caso paradigmático de transferência de capital e tecnologia de um país desenvolvido para um país periférico.⁴ Na verdade, a própria Alemanha tinha um histórico significativo de cooperação econômica, sobretudo em projetos de infraestrutura, com países periféricos ao sistema europeu, que remontava ao final do século XIX. Um dos primeiros destes projetos foi, por exemplo, a bem-sucedida construção das ferrovias do Império Otomano por empresas alemãs, em um contexto de aproximação política entre Berlim e Constantinopla. Depois da Primeira Guerra, os norte-americanos começaram a praticar mais sistematicamente uma política de exportação de capitais, mas a Grande Depressão os obrigou a abandonar este mercado, para o qual, ao final da década de 1930, finalmente, já era tempo de retornar. Contudo, houve forte oposição a estas políticas por parte de empresários e políticos estadunidenses. Fertik demonstrou a obstinação de Roosevelt em superar as muitas objeções internas que enfrentou com relação ao cumprimento das expectativas brasileiras, pagando altos custos políticos, mas sendo, ao final, bem-sucedido:

De fato, os Estados Unidos neutralizaram poderosos interesses domésticos, já que oficiais dos departamentos de Estado e do Tesouro temiam a crescente ameaça alemã aos interesses econômicos e de segurança norte-americanos para a América Latina; e porque Vargas, impulsionado por forças nacionalistas de sua coalizão de governo, havia definido a cooperação econômica para o desenvolvimento de uma indústria siderúrgica brasileira como o campo no qual se decidiria o alinhamento do Brasil na política internacional (Fertik 2019, 810).

Do ponto de vista de Washington, o contexto era ainda mais desafiador, considerando-se a nacionalização do petróleo no México pelo governo Lázaro Cárdenas, em 1938, que estabelecia um precedente alarmante para as empresas multinacionais. A maioria das companhias expropriadas pelo governo mexicano era estadunidense, e os seus diretores passaram a cobrar imediatamente de Roosevelt uma intervenção militar no país, para que os seus ativos fossem recuperados e o governo

³ Entre o final do século XIX e o início do XX, a política externa dos Estados Unidos para a América Latina foi marcada por um intervencionismo agressivo, exemplificado pelo envio de tropas para a Revolução Mexicana (1910-1920), em que lideranças populares de esquerda foram perseguidas, e a ocupação militar de países da América Central e do Caribe, como a Nicarágua, em 1912 e o Haiti em 1915. Na década de 1930, sofrendo com os efeitos da Grande Depressão, há uma mudança extrema de orientação, e foi lançada pelo governo Roosevelt a política da Boa Vizinhança, baseada no princípio da não-intervenção, do respeito à autodeterminação, da convivência pacífica e do progresso comercial entre os Estados Unidos e a América Latina.

⁴ Ver, a propósito, a obra pioneira de Gerson Moura (2012 [1982]) sobre a busca de autonomia pela política externa brasileira no contexto da Segunda Guerra.

mexicano fosse devidamente punido. Mas a intervenção não foi seriamente cogitada pela Casa Branca, e diante do risco de que o ato escalasse e se convertesse em um *front* americano da iminente guerra europeia, Roosevelt optou pelos canais diplomáticos.

O presidente Cárdenas, em seus pronunciamentos, explicava que a indústria petrolífera tinha caráter estratégico para o México, e que, portanto, não poderia continuar sob controle de multinacionais estrangeiras. Roosevelt encarava, então, o fato de que o nacionalismo econômico era um fenômeno plenamente em voga, e que as suas expressões mais extremas envolviam inclusive a estatização de recursos e de companhias privadas. O Brasil, que em 1937 já havia optado por declarar a moratória de sua dívida externa, se mostrava temerariamente na vanguarda do nacionalismo econômico periférico. Conviria se antecipar, e quando chegou o momento, o próprio presidente dos Estados Unidos agenciou as condições para a criação das empresas estatais brasileiras de mineração e siderurgia.

As atitudes de Cárdenas e de Vargas, dentre outros líderes latino-americanos, eram favorecidas, ainda, pelo fato de que o próprio governo Roosevelt, com o seu *New Deal*, se orientava por uma economia política sustentada prioritariamente por um sentido de cooperação entre Estado, capital, produtores rurais, classe trabalhadora e ainda, eventualmente, outros países, com os quais se lograsse encontrar identidade de vistas nestas e em outras questões.⁵ Se o nacionalismo econômico era intolerado em Wall Street, em Washington, por outro lado, estava assegurado amplo espaço para diálogo, mesmo porque este era um ideário muito mais simpático para o governo norte-americano do que o comunismo. No caso do Brasil, o fato de que o regime do Estado Novo era uma ditadura inspirada pelo pensamento corporativista não chegou a ser um fator de dissenso com os Estados Unidos; as proximidades entre ambos os governos prevaleceram sobre as diferenças.⁶ O sentimento pró-Alemanha que até certo ponto prevaleceu entre alguns membros da cúpula varguista se explica, pelo menos em parte, pela formação do robusto complexo industrial-militar do Terceiro *Reich*, que inspirava sobretudo os generais do alto comando do Exército brasileiro, eles mesmos fiadores do regime estadonovista. Contudo, em pouco tempo, a preferência dos generais em termos de alinhamento estratégico se deslocará para os Estados Unidos, que passava a prometer futuras remessas de armamento para as forças armadas brasileiras, como

⁵ Ver, a propósito, Carvalho (2022).

⁶ Observe-se, aliás, que o *New Deal* de Roosevelt também teve alguns traços de corporativismo, na medida em que, segundo Gourevitch, aos produtores rurais, sindicatos e alguns setores privados foi permitido que organizassem, em certa medida, os seus mercados, de acordo com as demandas de cada classe, de modo a protegê-las “das forças desenfreadas do mercado” (Gourevitch 1986, 152).

subproduto da diplomacia presidencial entre os respectivos chefes de Estado.⁷

Ao governo brasileiro não escapava o fato de que os gastos militares das potências europeias e dos Estados Unidos (bem como do Japão, no extremo oriente) se convertiam em fator de recuperação econômica e, portanto, contribuíam para adiantar o almejado fim da Grande Depressão. O *New Deal* de Roosevelt, por exemplo, contemplava gastos militares nada desprezíveis, direcionados para grandes projetos, como a construção de navios de guerra cujo comissionamento fez da Marinha norte-americana, em pouco tempo, a dona da maior frota do mundo. De fato, como nos diz Gourevitch, “O nacionalismo e a política econômica moldaram-se um ao outro nos anos 1930, e questões comerciais se misturaram a questões militares” (1986, 165). No Brasil não só não foi diferente, como foi até mais intensa essa mistura. Justamente pelo fato de não sermos uma potência industrial-militar, as relações comerciais foram tidas, pelo alto comando, como um canal prioritário para que o país se armasse minimamente à altura dos graves problemas de segurança mundial que o final dos anos 1930 prometia. A própria moratória da dívida externa, declarada em 1937, teve como uma de suas principais motivações o redirecionamento dos recursos empenhados no pagamento dos serviços da dívida para a aquisição de equipamento bélico. O alto comando militar brasileiro havia consensuado, segundo Fertik, que “o Brasil precisava de armas, mais do que de uma boa avaliação em cadernetas de crédito de banqueiros [estrangeiros]” (Fertik 2018, 420).

Oficiais militares de quase todos os patamares da hierarquia passaram a se dedicar – alguns integralmente – à questão da industrialização. Dentre eles, se destaca o engenheiro Edmundo de Macedo Soares, major do Exército em 1939, quando foi enviado pelo governo à Europa e aos Estados Unidos para entabular negociações com grandes companhias siderúrgicas e interessá-las em instalar no Brasil uma usina de grande porte. Deve ser sublinhado o fato de que a proposta enviada pelo governo brasileiro por meio de Macedo Soares consistia, basicamente, na troca de minério de ferro pela instalação da planta industrial (Fertik 2018). Esta era uma solução para o problema siderúrgico brasileiro aventada desde a Primeira República, mas que jamais havia saído do papel (Carvalho 2024).

Desta vez a proposta, reciclada, despertou interessados na Alemanha e nos Estados Unidos. Da Casa Branca partiram as diligências necessárias para que a gigante U.S. Steel assumisse o negócio, contudo, apesar do interesse inicial demonstrado pelos representantes da empresa que

⁷ Os acordos bilaterais entre Brasil e Estados Unidos naquele momento envolveram também a concessão de uso de bases militares aéreas e navais no Nordeste brasileiro para as forças norte-americanas, nos pontos mais próximos da costa africana e, portanto, também da Europa. Tratava-se de uma medida de defesa do espaço atlântico, onde já realizavam operações algumas forças do Eixo; contudo, não deixou de ser também mais uma medida de consolidação do Brasil no perímetro estratégico hemisférico dos Estados Unidos.

vieram ao Brasil, seu conselho financeiro rejeitou os termos exigidos pelo Palácio do Catete para a realização do massivo empreendimento (Fertik 2018). Na ocasião, a voz mais proeminente do conselho da empresa advertia a seus pares que “a atitude do governo brasileiro com relação aos detentores de títulos em dólares [da dívida] brasileira não indicava um forte senso de proteção ao capital estrangeiro” (U.S. Steel *apud* Fertik 2018, 489). A negativa da empresa conduziu Vargas e sua assessoria econômica à preferência por um projeto siderúrgico integralmente estatal, uma vez que a iniciativa privada estrangeira que tinha condições de arcar com o projeto se opôs com veemência ao ideário nacionalista econômico em voga num país ainda pouco industrializado.

A definição do governo brasileiro se expressou na criação da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional em 1940, presidida pelo empresário industrial e membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF) Guilherme Guinle, e tendo como diretor técnico o major Macedo Soares. Ambos representavam dois dos setores que mais se identificavam com o programa varguista de governo: a burguesia industrial nacional que vislumbrava o crescimento do mercado interno, e a camada de oficiais militares, sobretudo de médio escalão, comprometida com a industrialização.

Guilherme Guinle era como um arquétipo do empresário mais desejável para o país, segundo a visão de mundo varguista. Figura das mais atuantes nos círculos de assessoria econômica do Catete, pelo menos desde 1938 se credenciara para o exercício da direção da Comissão do Plano Siderúrgico, argumentando condizer esta indústria “com a nossa segurança e defesa militar, tão necessária à manutenção de independência e soberania nacionais” (Guinle *apud* Carone 1980, 146). O empresário se opunha à exportação de minério de ferro por empresas estrangeiras, como a Itabira Iron Ore Company, que pretendia, desde a década de 1910 escoar o minério da região central de Minas Gerais para os mercados mundiais. Guinle e outros opositores do projeto Itabira Iron procuravam demonstrar que não muito mais do que apenas as despesas correntes das operações da empresa ficariam no país, sendo seus lucros presumidamente exportados através do mercado cambial. Segundo ele, seria este, aliás, “o caráter próprio da indústria extrativa quando exercida por indivíduos ou empresas estrangeiras e possuidoras de jazidas. Torna-se, do ponto de vista nacional, uma indústria que tudo tira do país e comercialmente quase nada lhe deixa” (Guinle *apud* Carone 1980, 136, enfatizado no original). Sua sensibilidade com relação à conjuntura se demonstrava ao argumentar que naqueles tempos, “quando assistimos aos fatos mais desconcertantes nas relações internacionais”, não seria despropositado ao Brasil se precaver contra a entrega ao controle estrangeiro de um “precioso sistema”, que consistia em “*Jazidas de minério ligadas por uma estrada de ferro a um porto de mar*. Tudo isso *contratualmente assegurado aos exclusivos interesses*

alienígenas por uma concessão praticamente perpétua?” (Guinle *apud* Carone 1980, 138, enfatizado no original).

A denúncia contra as ambições da empresa estrangeira compõe o argumento que justifica que o governo brasileiro assuma as negociações com alemães e norte-americanos relativas à fórmula “exportação de ferro/installação de usina siderúrgica de grande porte”. Em 1940, os trabalhos da Comissão do Plano Siderúrgico, com efeito, se basearam no estabelecimento de uma relação direta entre o governo brasileiro e os eventuais parceiros “alienígenas”, intermediada pelos respectivos governos interessados em atrair ou consolidar a parceria potencialmente estratégica do Brasil.

Nos Estados Unidos, logo depois da recusa da U.S. Steel em firmar o acordo aventado, a equipe de Roosevelt assumiu as negociações, advertida pelo embaixador norte-americano no Rio de Janeiro, Jefferson Caffery, de que “o país que fornecer ao Brasil sua tão ambicionada usina siderúrgica conquistaria uma ‘entrada importante [...] na vida econômica e militar brasileira” (Caffery *apud* Fertik 2018, 494). Guinle e Macedo Soares foram para Washington, e com representantes diretos de Roosevelt formularam um projeto sem precedentes de financiamento externo de uma usina siderúrgica de grandes proporções. O governo norte-americano faria um empréstimo direto à contraparte brasileira em condições excelentes, e proveria toda a assistência técnica necessária até que a usina entrasse em pleno funcionamento, quando seria transferida integralmente ao controle brasileiro. A origem do empréstimo seria o Export-Import Bank, mas o seu montante excedia o total permitido pela legislação que regulava as atividades do banco público, então, um projeto de lei foi levado ao Congresso especialmente para viabilizar a parceria. Segundo Fertik, a estratégia do bloco de congressistas do partido Democrata (o mesmo de Roosevelt) que promoveu o projeto e o conduziu à aprovação consistiu em associá-lo ao *New Deal*, cuja “marca” serviria, então, para legitimar o programa de financiamento da industrialização pesada em país estranho aos pagadores de impostos estadunidenses. Pelo menos um deputado apresentou argumento mais economicamente pragmático: “à medida que [outros] países têm se industrializado, eles tornam-se cada vez melhores clientes dos Estados Unidos” (Gore *apud* Fertik 2018, 498).

A celeridade e o sucesso das negociações intergovernamentais neutralizaram definitivamente o interesse alemão em ser o fiador da grande siderurgia brasileira. O processo de afastamento entre Brasil e Alemanha, que em 1942 irá culminar na declaração de guerra, coincide, aliás, com o abrandamento do entusiasmo do alto comando militar brasileiro com relação ao estabelecimento de uma indústria de base em tempo apreciável. A priorização do setor siderúrgico, imprescindível para a produção de insumos industriais básicos, foi sendo relativizada por alguns

generais do alto comando, enquanto sua maior preocupação imediata era o reequipamento bélico, tido como questão de urgência. As aspirações industrialistas dos generais não foram abandonadas, mas suas prioridades se readequaram de acordo com um sentido militar de percepção das ameaças – e oportunidades – apresentadas pela conjuntura belicosa. Segundo Stanley Hilton, ao se observar o comportamento do alto comando durante a década de 1930,

É relativamente fácil encontrar artigos nos periódicos militares enaltecendo, explícita ou implicitamente, as vantagens de um aumento na capacidade de fabricação do aço ou solicitando o estabelecimento de novas indústrias baseadas em matérias-primas nacionais. Também em caráter particular, os chefes militares encaravam com ansiedade o dia em que o Brasil se tornaria autossuficiente na produção de armamentos. Mas a preocupação principal desses chefes continuava a ser a deficiência de material, e, por isso, davam seu mais ativo apoio ao programa comercial do governo (Hilton 1977, 208).

Não será de todo simplista dizermos que se formava uma clivagem na estrutura do Exército entre oficiais ativistas da industrialização, como Macedo Soares, e os pragmáticos, como o general Góis Monteiro, mais preocupados com a iminência de um conflito armado, fosse entre o Brasil e uma eventual nação hostil, ou internamente, como, aliás, de fato sugeria a conjuntura agitada dos anos 1930. A diferença mais sensível entre o major Macedo Soares e o general Góis Monteiro se percebe “no papel conferido pelo primeiro ao desenvolvimento da indústria, da ciência e da técnica como uma prioridade a ser elencada na doutrina do Exército, enquanto para o segundo, a razão de ser da corporação era a preparação constante para a guerra” (Brandão *et. al.* 2023, 93), – uma guerra, aliás, possivelmente imediata, o que lhe fazia pensar nas condições de dissuasão disponíveis naquele momento e em como incrementá-las. Justifica-se, assim, o apoio ativo do alto comando ao programa comercial do governo, conforme Hilton, sobretudo enquanto este programa, a partir de meados da década, abriu caminho para o intercâmbio entre gêneros primários e armamento, com os acordos de compensação.

Este tipo de acordo comercial parecia interessar especialmente a Vargas e sua equipe justamente por ser um meio de atender em tempo às demandas urgentes do alto comando. Nestes termos fora assinado contrato com os alemães em 1938, de fornecimento de equipamento militar em troca de gêneros agrícolas brasileiros, no entanto, com a eclosão da guerra no ano seguinte, a remessa do material desde a Europa foi posta em questão. Mas a perspectiva do intercâmbio de produtos entre o Brasil e outros países não se perdeu com o conflito, sendo antes reforçada. Em reunião do Conselho Superior de Segurança Nacional⁸ em julho de 1939, Oswaldo Aranha, na

⁸ Com origem no Conselho da Defesa Nacional, concebido em 1927 pelo governo Washington Luís, este órgão passou a funcionar efetivamente apenas em 1934, com o nome de Conselho Superior de Segurança Nacional. O órgão saía do papel graças à grande pressão neste sentido exercida pelo general Góis Monteiro. Tinha como integrantes permanentes o presidente da República, que também o presidia, os ministros civis e militares e os chefes do Estado-Maior de cada uma das forças armadas. As reuniões, na década de 1930, foram bastante esparsas, e ocorreram apenas

titularidade da pasta das Relações Exteriores, sugeria: “Temos possibilidades de realizar exportações maciças de café para vários Estados da Europa, que se comprometem a guardá-las como estoque de guerra, dando, em troca, produtos de que temos necessidade de fazer depósitos” (Ata... [1939]⁹). O ministro da Fazenda, Artur de Souza Costa, em consonância com o alto comando militar foi mais explícito, defendeu a abertura de edital de concorrência, “como meio de interessar o maior número de países”, na “remessa de algodão e café em troca do material bélico de que necessitamos” (Ata... [1939]). Logo, os minérios também surgiram como elemento de troca:

O sr. Ministro da Viação [general João de Mendonça Lima] julga essencial a remodelação e aparelhamento da Linha [férrea?] do Centro, que deve ser eletrificada até Lafaiete [em Minas Gerais], para permitir o escoamento fácil do minério.

O sr. Presidente da República recomenda todos os esforços no sentido do Brasil ficar em condições de exportar no caso de uma nova guerra na Europa.

O sr. Ministro da Educação [Gustavo Capanema] indaga o que exportaremos. Vários srs. Ministros respondem: café, madeira, algodão, milho, minérios, carne, etc.

O sr. Ministro do Exterior faz considerações sobre a exportação, para salientar que não se pode deixar de contar com a diminuição da exportação. A escala, no caso de guerra, descera (Ata... [1939]).

Estabelecido o consenso, segundo o qual a prioridade imediata era equipar propriamente as forças armadas, os nossos recursos naturais passavam a ser disponibilizados para este fim. A partir da diferenciação que logo acima fizemos, entre uma vertente de cariz programático, mais interessada na política industrial, e outra, mais pragmática, dedicada à política comercial, em meio aos escalões da média e alta hierarquia do Exército Brasileiro, compreendemos que, também neste caso, Vargas exerceu suas conhecidas habilidades de conciliador e equilibrista entre interesses díspares. No entanto, tudo tem um limite, inclusive o alcance de tal postura de constante balanceamento em meio a grupos de pressão, e alcançar este limite pode ser especialmente dramático quando um (ou mais) destes grupos possuem armas e se dispõem a usá-las. As diferenças entre Vargas e o alto comando do Exército, que de modo algum se resumiam às respectivas opiniões sobre política econômica, sendo muito mais graves em outros assuntos, por sinal, provocaram o golpe que o chefe do Estado Novo irá sofrer dos generais em 1945, tramado e conduzido a partir do próprio Ministério da Guerra, então comandado por Góis Monteiro (Brandão *et. al.* 2023).

Quanto à posição que ocupava o problema do fomento e do grau de controle estatal da

quatro vezes (1934, 1935, 1937 e 1939); durante a Segunda Guerra, foram duas (1942 e 1944), e a partir de então foram mais frequentes, pelo menos duas vezes por ano. Em algum momento entre 1939 e 1942 o termo “Superior” foi suprimido do nome do órgão, que passou a se chamar apenas Conselho de Segurança Nacional.

⁹ Ata da Quarta Sessão do Conselho Superior de Segurança Nacional (04/07/1939). Disponível em: *Livro de Actas do Conselho Superior de Segurança Nacional [1934-1951]*. Localização: Arquivo Nacional. Código de Referência: BR DFANBSB N8.0.ATA.1, 27. A paginação é referente ao arquivo digitalizado, disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

indústria de base entre as agendas de governo de Vargas e do alto comando militar, predomina na literatura sobre o período uma interpretação que trata como indistintos os objetivos do presidente e dos generais. Contudo, a Primeira Guerra Mundial havia deixado a lição, especialmente cara aos militares, de que para vencer uma guerra moderna, isto é, industrializada, era preciso ter uma economia nacional moderna – industrializada. Generais como Góis Monteiro e Eurico Dutra percebiam que, no caso de conflito entre o Brasil e um vizinho, como a Argentina, ou de guerra civil, este conflito não teria as características de uma guerra total como na Europa já ocorrera e se desenhava novamente e, portanto, para eles, não convinha investir na industrialização para a guerra em tempo hábil. Era não apenas preferível, como muito mais exequível, adquirir equipamento bélico moderno diretamente das potências militares, recorrendo-se, para isso, à nossa pauta de exportações, devidamente instrumentalizada. E apesar do fascínio provocado pela máquina de guerra nazifascista em figuras como Dutra, em pouco tempo ficou claro para ele e Góis Monteiro que se atrelar como um apêndice ao complexo industrial-militar estadunidense era a opção mais viável. Assim, o alto comando abandonava, progressivamente, as perspectivas de estatização das cadeias produtivas de ferro, aço e maquinário, que estiveram muito em voga no pós-Revolução de 1930.¹⁰

Juarez Távora e a expressão do pensamento econômico militar

Se as ponderações sobre política econômica, e particularmente sobre a economia dos recursos naturais, podiam variar entre os militares, apesar da retórica unificada, pelo menos um deles expressou o que se poderia considerar uma “média ponderada” da evolução do pensamento econômico militar entre os anos 1930 e 1950. Trata-se de Juarez Távora, o veterano do tenentismo e da Revolução de 1930, um dos oficiais mais influentes do período, não apenas entre os demais militares, mas na vida pública brasileira em geral. Em 1934, o então major era ministro da Agricultura do Governo Provisório, e participou da Assembleia Nacional Constituinte naquele ano em defesa dos princípios estatizantes que balizaram a formulação do primeiro Código de Minas brasileiro, que nacionalizou os recursos do subsolo, antes pertencentes aos respectivos proprietários dos terrenos onde se encontrassem.¹¹

¹⁰ Em suma, segundo Hilton (1977, 207), “Os líderes do Exército compreendiam que estava num distante futuro o dia em que o Brasil seria industrialmente autossuficiente, e, por conseguinte, quando da alocação de recursos, atribuíram mais peso aos projetos imediatos ligados à mobilização: combustíveis e transportes, fornecimentos individuais (armas leves e vestuário), bem como munições para os armamentos pesados adquiridos no exterior”.

¹¹ Deve-se observar, contudo, que o governo deu prazo de um ano para que a posse de minas e jazidas fosse declarada por seus proprietários. Portanto, os recursos minerais efetivamente nacionalizados foram aqueles não declarados, incluindo-se, obviamente, os que ainda poderiam ser descobertos. Nestes casos, a exploração privada poderia se dar por meio de concessão do governo federal.

Em março de 1937, já afastado do governo e de volta à carreira militar, o agora tenente-coronel realizou uma conferência na Escola Politécnica do Rio de Janeiro intitulada “O contrato de ‘The Itabira Iron Ore Co. Ltd.’, em face dos interesses da economia nacional e do problema da siderurgia brasileira”. O teor da exposição de Távora não deixa de demonstrar coerência com relação ao nacionalismo econômico tenentista, mas já revela certa flexibilização com relação à participação do capital externo no desenvolvimento industrial, chegando a contradizer, ainda que sutilmente, algumas das determinações do Código de Minas. O conceito norteador de sua análise do contrato que o governo deveria assinar com a empresa, que era então tema de debates no Congresso, é, com efeito, o de uma “política econômica nacional”, que, segundo ele, era afrontada por certas cláusulas presentes nos contratos anteriormente negociados, prejudiciais à solução do problema siderúrgico brasileiro.

No entanto, Távora já era um decidido entusiasta da exportação de ferro conjugada à importação de carvão mineral, o que para ele era, aliás, a fórmula mais exequível de financiar a grande usina siderúrgica nacional, conforme já vinha sendo aventado há tempos por outros participantes deste debate. Mas, para ele, o ideal é que a fórmula fosse adotada a partir da “intervenção direta do poder público”, o que se justificava tanto em função da “incapacidade do nosso mercado interno para absorver, pelo menos inicialmente, uma produção [de ferro e aço] em larga escala” – além das incertezas relativas à introdução destes produtos no mercado sul-americano, como em função dos “imperativos da defesa nacional, ligados diretamente à indústria bélica” (Távora 1938, 29).

O projeto seria viabilizado, portanto, tendo como base uma “transação comercial entre governos”, que, afinal, se reduzia à troca de minério de ferro pela construção da usina; Távora estava certo de que os entendimentos entre o governo brasileiro e os dos países importadores da matéria-prima e exportadores do combustível (o carvão), “especialmente a Alemanha e Inglaterra”, conduziriam ao levantamento “dos recursos necessários ao aparelhamento de exploração de jazidas, transporte terrestre e marítimo para o minério exportado e de uma grande usina siderúrgica [...] – tudo, provavelmente, contra pagamento em minério!” (Távora 1938, 48). Vimos que, de fato, foi despertado interesse na Alemanha para o negócio, e que o governo norte-americano se interpôs às negociações até suplantá-las com uma proposta de teor diferente, que na conjuntura da guerra se mostrou irrecusável, e que ao se concretizar significou a desvinculação das duas questões: a da exportação de minério de ferro e a da consolidação da grande siderurgia.¹²

¹² Cabe notar, segundo Gail Triner, que ao separarem-se estas questões, a justificativa para o projeto exportador será adaptada, baseando-se então em argumentos relativos à arrecadação de divisas, à melhoria da infraestrutura de

Mas nem por isso Távora deixou de antever na ocasião as linhas gerais de um projeto que seria de fato realizado pelo governo Vargas durante a guerra. Assumindo postura propositiva, o então tenente-coronel fixou cinco pontos fundamentais, acompanhados de suas respectivas justificativas, que deveriam servir de base “a qualquer solução obediente aos princípios da política econômica nacional”. Vamos transcrever estes pontos, mas as justificativas serão incluídas apenas nos casos em que considerarmos mais relevante:

1º) *Podemos e devemos exportar em larga escala o nosso minério de ferro [...].*

2º) *O vale do rio Doce é o escoadouro natural do nosso minério exportável: a) porque abre privilegiadamente, na Serra do Mar, o único boqueirão, permitindo tráfego ferroviário pesado, por simples aderência – entre o litoral e o “hinterland” brasileiro –, em todo centro sul do País [...].*

3º) *A solução do nosso problema siderúrgico pode e deve fazer-se imediatamente, à base da exportação do minério brasileiro e da importação do carvão estrangeiro [...].*

4º) *O comércio de minério, bem como o seu transporte só devem ser exercidos por empresas nacionais ou nacionalizadas – (entendendo-se por tais as empresas cujos lucros se radicam obrigatoriamente no País – embora sejam constituídas com capital estrangeiro): a) porque, do contrário, apenas cerca de 20% do valor cif-Europa, do nosso minério, seria incorporado à nossa economia sob forma de salários, material de substituição e impostos – emigrando os 80% restantes sob a forma de aquisição de material estrangeiro, juros e amortizações de capital e lucros da empresa; b) porque, evidentemente, com essa partilha econômica de valores que nos importaria o capital estrangeiro, acabaríamos, no final das contas, privados de uma riqueza potencial (o minério) sem haver incorporado à nossa economia, como riqueza efetiva, o contra-valor real da riqueza exportada.*

5º) *A reconstrução e aparelhamento da E. F. Vitória-Minas dentro das condições técnicas projetadas pela “Itabira Co.” é a solução mais razoável para o transporte terrestre do minério exportável (Távora 1938, 45-46, enfatizado no original).*

Ora, excetuando-se o terceiro ponto, resulta desta listagem uma quase perfeita delinação do projeto que sairá do papel em 1942, ao se aprofundarem as relações econômicas e geopolíticas entre Brasil e Estados Unidos por meio dos Acordos de Washington, dos quais resultaram as condições para a criação da autarquia estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Consta, inclusive, o elemento – caro a Vargas, como também já vimos – de expansão da fronteira econômica do país até os inexplorados rincões de sua vasta “hinterlândia”.

Isso não impediu que Távora se transferisse para o campo antigetulista da vida política brasileira, acompanhando, aliás, a maioria dos oficiais mais graduados do Exército, os quais vinham sendo contemplados pela aproximação com os norte-americanos a ponto de prescindirem do presidente – e de outros civis – para formularem programas próprios de governo.¹³ Prosseguindo com a análise comparativa das ideias sobre economia política apregoadas por Távora ao longo do

transportes e aos esperados efeitos de demonstração das vantagens de uma produção coordenada, não sujeita exclusiva ou prioritariamente aos mecanismos de mercado (Triner 2011, 101). Ver também Barros (2018).

¹³ Foi tentando neutralizar este processo de autonomização militar que Vargas apontou o ministro da Guerra, general Eurico Dutra, como seu candidato à sucessão presidencial de 1945, mas já era tarde; Dutra participou do golpe que depôs Vargas em dezembro daquele ano, e ainda foi eleito, valendo-se da grande popularidade do ex-ditador. Sobre o alto grau de politização do Exército e os conflitos internos decorrentes, ver o excelente texto de Antônio Peixoto (1980).

tempo, caberá recorrermos a um segundo texto de sua autoria, igualmente resultante de conferência, desta vez realizada no Itamaraty em 1953. Trata-se de período em que o militar já se posicionava francamente contra o governo de Getúlio Vargas, que, recordemos, havia retornado à Presidência pela via democrática, sagrando-se vencedor das eleições de 1950.

As opiniões do – agora general – Távora vinham se diferenciando sensivelmente daquelas que assumira, tanto na fase tenentista, como no período em que foi ministro de Estado do Governo Provisório. Por exemplo, após discorrer sobre as “causas de nossa debilidade econômica”, teceu “algumas indicações terapêuticas” capazes de corrigir ou atenuar tais causas, dentre as quais incluiu o desenvolvimento das indústrias de base “sobretudo mediante incentivos seguros à iniciativa privada” (Távora 1954, 8). Naquela ocasião, a usina siderúrgica da CSN já funcionava há cerca de sete anos, e a CVRD, que havia sofrido grandes dificuldades em seus primeiros anos, já começava a exportar minério de ferro nos volumes almejados inicialmente, quando foi projetada, mas Távora não faz referência às estatais. Ele demonstrava flexibilização não apenas com relação à participação da iniciativa privada na indústria de base, como também ao capital externo, para o qual passava a defender melhor remuneração. Sempre ponderado, incluiu entre as mesmas recomendações terapêuticas a sugestão de:

Estimular a cooperação de empreendedores, de técnicos e de capitais estrangeiros para essa mobilização pioneira de nossos recursos potenciais, mediante a promulgação de uma lei nacional de investimentos, que lhes garanta remuneração adequada aos esforços e aos capitais importados, sem prejuízo de interesses essenciais da economia nacional (Távora 1954, 9).¹⁴

No entanto, talvez a reformulação mais importante que se pode notar em seu pensamento é aquela relativa ao desfavorecimento da indústria com relação à agricultura. No que poderia ser considerada alteração radical de estratégia e dos princípios de seu pensamento econômico, argumentava o general que o nosso desenvolvimento deveria processar-se “com prioridade da produção abundante e barata de matérias-primas e gêneros alimentícios necessários ao abastecimento do mercado interno, sobre o desenvolvimento do parque industrial”, desenvolvimento este que, por sua vez, deveria ser devidamente disciplinado (Távora 1954, 11). Távora completava o raciocínio recorrendo a um dos principais intelectuais do agrarismo conservador da Primeira República: “É nesse sentido que devemos interpretar, hoje, esta afirmação

¹⁴ Mais adiante, o general especifica a necessidade de, nesta lei de investimentos, definir-se claramente: “a) de um lado, as garantias asseguradas ao capital realmente investido e aos frutos do esforço dos colaboradores estrangeiros, tais como – limites de remuneração atraentes, – convênios com os países de origem sobre dupla tributação de renda, – livre exportação de fundos correspondentes a juros e amortizações do capital, dividendos de empresa e remunerações pessoais; b) de outro lado, as limitações consideradas necessárias – à integração na economia nacional de parte substancial da riqueza mobilizada com o auxílio estrangeiro, e – a nacionalização progressiva dos capitais investidos, à medida de sua amortização ou, quando for o caso, após o decurso de longos prazos” (Távora 1954, 9).

de Alberto Torres: ‘O Brasil tem por destino ser um país agrícola; e toda ação política tendente a desviá-lo desse destino é um crime contra a natureza e contra os interesses humanos’” (Távora 1954, 11).

Assim interpretava, em linhas notavelmente diferentes das que orientaram seu pensamento e ação no período entreguerras, que o desenvolvimento industrial do Brasil deveria se dar em função do desenvolvimento agrário, complementarmente. De certa forma, ele reatualizava a dicotomia, vigente no início do século, entre “indústria natural” e “indústria artificial”, ainda que sem recorrer a estes termos.¹⁵ Dizia, ainda, que a solução do “problema da produção abundante e barata de matérias-primas e de gêneros alimentícios” não poderia ser encontrada por meio da ação, ainda que diligente, do governo federal ou dos governos estaduais, apesar de se empenharem todos eles “em gastar rios de dinheiro, no encalço de soluções teóricas, ideadas pelos técnicos oficiais e tramitadas pela burocracia citadina, mais ou menos à revelia dos verdadeiros interessados” (Távora 1954, 11).

Este é outro ponto de inflexão com relação a suas ideias anteriores, que o haviam lançado à vida política e mesmo a pegar em armas contra o regime de descentralização político-administrativa da Primeira República. Constata-se, portanto, notável contraste, ao vê-lo condenando os “técnicos oficiais” e a “burocracia citadina”, em favor dos “verdadeiros interessados” na solução do referido problema da produção de matérias-primas e gêneros alimentícios, que apenas podemos presumir tratar-se dos produtores rurais. Em certa altura do texto, Távora também desaprova a “lavra gananciosa de nossas jazidas minerais”, considerada uma dentre outras atividades “de aventura e saque contra nossas riquezas naturais” (Távora 1954, 7). Mas, ele não discorre a respeito, e deixa de especificar o quê, exatamente, o levava a pensar desta forma sobre a prática da mineração, que ele mesmo havia procurado estimular diretamente, na esteira da Revolução de 1930.

Apesar de pouco falar sobre mineração no contexto desta sua conferência, pronunciada quando, aliás, era comandante da Escola Superior de Guerra, Juarez Távora é personagem indissociável da evolução do setor no Brasil. Em janeiro de 1942, enquanto ocorria na cidade do Rio a importante Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas

¹⁵ Por “indústria natural” entendia-se, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, as atividades econômicas “naturalmente” adequadas e condizentes com as dotações naturais e geográficas do país, em oposição à “indústria artificial”, referindo-se aos setores “artificialmente” implantados por governos ou empresários interessados. Naquele contexto, a palavra indústria tinha significado abrangente, e dizia respeito, muitas vezes, a diferentes setores da economia, não restritos à manufatura. Ver Carvalho (2024, cap. 1 e 2).

Americanas,¹⁶ ele representava o Brasil em uma reunião análoga, o Primeiro Congresso Panamericano de Engenharia de Minas e Geologia, em Santiago, no Chile. Em consonância ao encontro do Rio, no de Santiago foi aprovada a recomendação de assinatura de “Um acordo de ‘Política Americana’ tendente à atração de capitais para a mineração, fixando-se certas garantias mínimas que compensem a insegurança, [o] vulto e [o] largo prazo de amortização peculiares a esta indústria” (1º Congresso... 1942, 105). O documento falava sobre a priorização da exploração de minerais cujo emprego era necessário à defesa do continente, mas as diretrizes eram indicadas como “norma de ação futura”, e davam orientações quanto à “livre circulação tanto de minerais como de maquinarias destinadas à indústria extrativa, sem barreiras alfandegárias de qualquer natureza” (1º Congresso... 1942, 105). Em contrapartida à adoção de tais facilidades, que beneficiariam, por óbvio, a empresas do único país realmente industrializado e exportador de capitais do continente, os Estados Unidos se comprometeriam a comprar matérias-primas preferencialmente dos países americanos, assegurando-lhes um mercado com alguma estabilidade.

Depreende-se daí que a ascensão e consolidação dos Estados Unidos como centro econômico do capitalismo mundial teve implicações paradoxais para o Brasil, pelo menos em tempos de guerra, o que nos ajuda a apreender a evolução das formulações de Távora sobre economia política em seu devido contexto intelectual. Paralelamente ao asseguramento das condições técnicas e financeiras para a formação de duas grandes empresas estatais brasileiras da indústria de base pela Casa Branca, com recursos, aliás, provindos de um banco público estadunidense, não deixavam de chegar do norte também os ventos liberalizantes da economia, que moviam os moinhos de ideias do setor privado, e inspiravam também agentes públicos, outrora comprometidos com o nacionalismo econômico industrialista com protagonismo estatal, como foi o caso de muitos oficiais militares.

Na sessão do Conselho de Segurança Nacional que ocorreu poucos dias antes da conferência dos chanceleres no Rio, diante da entrada dos Estados Unidos no conflito mundializado, Vargas antevia a conveniência de participar do esforço de guerra norte-americano, afirmando que a nossa declaração de solidariedade resultaria de “imperativos históricos de nossa política continental, da amizade tradicional do Brasil ao povo dos Estados Unidos, e da situação de interdependência econômica dos dois países” (Ata... [1942]).¹⁷ Mas o presidente sabia que

¹⁶ Terceira destas reuniões, convocadas com a guerra em pauta, dela resultaria a decisão de rompimento das relações com os países do Eixo, tomada por dezenas de nações do continente americano em resposta ao ataque à base naval estadunidense de Pearl Harbour, em dezembro de 1941.

¹⁷ Ata da Quinta Sessão do Conselho Superior de Segurança Nacional (10/10/1942). Disponível em: *Livro de Actas do Conselho Superior de Segurança Nacional [1934-1951]*. Localização: Arquivo Nacional. Código de Referência: BR DFANBSB N8.0.ATA.1, 31.

“interdependência” era um termo muito generoso com a parte brasileira para se referir a esta relação; logo, ele esclarece: “mais de setenta por cento da nossa exportação vai para os Estados Unidos da América e lá adquirimos grande parte da matéria-prima indispensável à nossa indústria” – note-se que por “matéria-prima” ele se refere, mais exatamente, ao maquinário importado, que não produzíamos (Ata... [1942]).

Cumpre observar que na mesma sessão partiu do general Góis Monteiro, então chefe do Estado-Maior do Exército, a única ressalva quanto à orientação dada por Vargas: “Temos o imperativo de ser solidários com os Estados Unidos da América do Norte, e arriscar a sorte nesse sentido, mas é certo que nos cabe limitar esta solidariedade para não abdicarmos de nossa soberania” (Ata... [1942]). Quase quatro anos depois, em agosto de 1945, então como titular da pasta da Guerra, e em reunião com outros generais, Góis Monteiro readequava sua gramática, e passava a admitir – talvez resignado, talvez não: “Teremos de caminhar resolutos para o país que estamos ligados por toda a sorte de interesses, do qual não devemos nem desejamos separar-nos sem grave mal – os Estados Unidos” (*apud* Svartman 2014, 169).¹⁸

O grau de dependência do Brasil com relação ao mercado norte-americano aumentava em ritmo preocupante para o governo, que procurou agir oportunamente, de modo a maximizar as vantagens possíveis de se auferir na situação. É este o contexto dos Acordos de Washington, assinados em março de 1942, ou seja, cerca de apenas três meses depois do encontro dos chanceleres no Rio. O enviado aos Estados Unidos foi o ministro da Fazenda Artur de Souza Costa, que selou as negociações tripartites, envolvendo também o Reino Unido. É lícito supor que, com o precedente estabelecido desde 1939 pelas negociações relativas à contratação do crédito para a usina da CSN, o caminho para os Acordos de 1942 já estava pavimentado; as portas do Eximbank continuavam abertas, e convinha aproveitar. A oportunidade parece ter surgido justamente da disrupção no provimento de minério de ferro provocada pela guerra, o que levou os governos britânico e norte-americano a aceitarem financiar a exploração mineral brasileira.

Os termos dos Acordos de Washington puseram fim a um imbróglie que já durava três décadas: as discussões sobre o contrato com a Itabira Iron se encerraram com a compra, pelo governo britânico, de todas as propriedades e ativos da empresa, sediada em Londres, e sua transferência para o governo brasileiro, que, com o crédito norte-americano e abertura de capital,

¹⁸ Recordemos que esta declaração do general foi feita cerca de dois meses antes da deposição de Vargas, orquestrada por ele. Sobre o contexto do desfecho da Segunda Guerra e de configuração da Guerra Fria, Svartman acrescenta: “A convicção alimentada pela cúpula militar a respeito do papel tutelar das forças armadas na política doméstica e da urgência da ameaça comunista produziu a percepção de que a convergência com os Estados Unidos em torno da agenda anticomunista, naquele momento, suplantava o problema da dependência e da disposição para barganhar” (2014, 171).

constituiu a sociedade anônima de economia mista Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), sob controle direto do Executivo federal.¹⁹

Na direção da estatal, manteve-se presente o elemento militar, por meio de dois oficiais do Exército indicados pelo governo. A conjuntura da guerra ensejava novo impulso ao envolvimento de integrantes das forças armadas na administração pública. Eles formavam suas opiniões integrando um debate público em curso, com grande ênfase na questão da exploração dos recursos naturais, e assumiram posições que, em cada caso, lhes pareceram adequar-se às condições e às necessidades mais urgentes do país e da corporação militar. Isso fez com que o tratamento dos problemas relativos ao desenvolvimento da mineração e da siderurgia pelos militares os permitiu, quando vistos em conjunto, oscilar entre praticamente todos os posicionamentos possíveis em termos de opiniões sobre política econômica, da mais estatizante à mais liberal. Por isso, o curso do pensamento econômico de Juarez Távora é tão representativo, e não é nada casual que um dos formuladores do Código de Minas de 1934 tenha se tornado, cerca de duas décadas depois, uma das lideranças do movimento contrário ao monopólio estatal na exploração do petróleo.

A diplomacia mineral no programa desenvolvimentista do regime Vargas

Sônia Draibe identificou o elo entre o Código de Minas de 1934 e a formação da CSN e da Vale. Segundo a autora, “a propriedade da União sobre recursos estratégicos passíveis de exploração industrial foi o ponto de partida para a presença do Estado-empresário nessas áreas fundamentais para o desenvolvimento econômico” (Draibe 1985, 96). Este marco institucional foi profundamente influenciado pela perenidade do interesse das potências capitalistas com relação ao aproveitamento de recursos naturais alheios: “nas suas codificações sobre os recursos, o Estado brasileiro não pôde deixar de considerar a questão do imperialismo, que dessa forma passava a estar presente na própria feição material e institucional do Estado” (Draibe 1985, 96). Tanto no Brasil como em outros países do que no pós-guerra passou a se chamar Terceiro Mundo, este foi um fator de “convocação” dos militares à participação nos governos, mas não necessariamente como elemento de resistência e defesa contra investidas imperialistas. Ao contrário, como temos observado, chegou a se formar certo consenso inverso entre o alto comando, decidido a encontrar numa potência estrangeira a retaguarda necessária para suprir as forças armadas brasileiras na eventualidade de conflitos armados internos ao país. Tal como ocorrera na Guerra Civil Espanhola,

¹⁹ Nesta altura, a Itabira Iron havia sido convertida em duas empresas distintas, sendo adaptada à legislação estadonovista que implementava as determinações do Código de Minas, reeditado em 1940, e que proibia empresas controladas por estrangeiros de atuarem no setor. Elas eram a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S.A. e a Companhia Itabira de Mineração S.A. A própria escolha dos nomes das empresas denuncia a intenção de suplantar sua origem no capital externo, mas elas terão existência efêmera, sendo logo incorporadas pela própria CVRD.

onde o fascismo franquista recebeu o suporte da Alemanha e da Itália.

Às aspirações de aquisição de apetrechos bélicos pelos generais, somaram-se aquelas de atração do investimento externo e de transferência tecnológica por parte de outros oficiais do governo e militares de perfil técnico. Este encontro de interesses, como se sabe, constitui parte importante do firmamento do Estado Novo – e quando a parceria entre Vargas e os generais se enfraquece (em 1945, a propósito, dois deles já eram os principais candidatos na eleição presidencial), o então ministro da Guerra Góis Monteiro derruba o presidente. Um importante ponto de discordância entre governo e militares, que se agravava no contexto da guerra, era o fato de que, para os formuladores da política econômica do Estado Novo, “o objetivo principal da governança nacionalista era a acumulação de capital, livre do controle externo”, pelo menos tanto quanto possível, segundo Fertik (2019, 818), enquanto muitas das lideranças das forças armadas consideravam certo grau de controle econômico externo aceitável – e até desejável, se com ele viessem também as remessas de armamento e algum treinamento especializado.

Se, a partir do novo período republicano inaugurado com a Constituição de 1946, a participação militar na vida política nacional chegará a refletir claramente as cisões da própria comunidade político-partidária em formação, isto já é algo possível de ser identificado nos debates sobre os rumos da economia brasileira que ocorreram no período entreguerras. Exemplo interessante das ambiguidades que resultavam na pluralidade de ideias nos círculos militares é o contraste entre, de um lado, o estatismo tenentista, exacerbado no pós-Revolução de 1930, que seguiu influente entre muitos oficiais, sobretudo de médio escalão, e, de outro lado, a proximidade e identidade de vistas com a alta burguesia industrial, cuja influência sobre o Estado nacional se aprofundava notavelmente.²⁰

A idealização da iniciativa privada no setor industrial correspondia à opinião recorrente no período, segundo a qual constituiria verdadeira essência da razão de Estado que os poderes públicos não apenas amparassem, mas que cuidassem das necessidades mais básicas dos empreendimentos nascentes e promissores. Eventualmente, muitos militares e empresários passaram a concordar que a mão do Estado deveria estar sempre visível e presente, pronta para atendê-los em seus anseios classistas e corporativos. Foi este o sentido que muitos deles, organizados e cada vez mais articulados entre si, procuraram dar para as amplas reformas da administração pública encetadas a partir dos anos 1930.

²⁰ A alta burguesia industrial e muitos oficiais militares passarão, a propósito, a antagonizar Vargas e seu círculo de administradores públicos à medida em que o presidente acentua sua retórica trabalhista. O peso conferido por Vargas a sua autoimagem de político dedicado sobretudo às demandas da classe trabalhadora foi fator de progressiva diferenciação entre ele e o grande empresariado organizado junto aos militares.

Ora, nos governos Vargas (1930-1945 e 1951-1954), a burguesia industrial foi convocada a participar da formulação de sua política econômica, e dela foi exigido compromisso mínimo com o ideário do *interesse nacional*. Contudo, quanto à exploração mineral, à produção siderúrgica e de energia, a evolução dos debates a respeito e da conjuntura internacional conduziu à dupla constatação de que 1) a iniciativa privada nacional não teria condições de desenvolvê-los em escala significativa o bastante para alterar as feições rurais e arcaicas típicas da estrutura econômica do país, sobretudo sertões adentro, e 2) estes eram recursos de caráter estratégico para um país que almejava se industrializar com alguma autonomia e estabilidade, e se, conforme Fertik, “A geografia do desenvolvimento capitalista era marcada pelo alcance espacial de cada uma das potências militares capitalistas” (2019, 810), fatalmente seria o caso de associar-se a uma delas para fazer destes setores os esteios de uma estratégia nacional de desenvolvimento. Assente nesta dupla constatação, os dirigentes do Estado forjaram seu protagonismo enquanto agente econômico superdotado, e procuraram, em tempo, provê-lo dos instrumentos necessários ao exercício de uma função planejadora.²¹

A partir de 1942, com a CSN e a CVRD se concretizando, o Estado se convertia no maior empreendedor industrial do país. Sob o regime de propriedade da União, segundo Gail Triner, “estas empresas transformaram qualitativamente o papel do Estado na economia brasileira, firmemente estabelecendo sua participação no sistema produtivo” (2011, 86). Dados os desafios relativos à acumulação doméstica de capitais em montantes necessários aos investimentos mais vultosos e de prolongada maturação, os quadros do governo buscaram, segundo Corsi, os “capitais estrangeiros para financiar o desenvolvimento, mas os empreendimentos, como no caso da borracha e do minério, deveriam ficar sob controle nacional. Essa ideia parece ser chave para entendermos o nacionalismo do Estado Novo” (2000, 218).

Oficialmente, o momento era de aprofundamento da aliança com os Estados Unidos, há décadas acalentada no Brasil. Para além da “diplomacia do dólar”, duas comissões mistas de defesa foram criadas entre ambos os países, uma sediada em Washington e outra no Rio, e se é certo que,

²¹ Cabe lembrar, a propósito, do Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, formulado em 1939 no âmbito do principal órgão da administração federal do Estado Novo, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Reconhecidamente, os seus efeitos foram muito mais limitados do que o esperado, mas não é pouco relevante o fato de ter-se tratado de uma primeira experiência de planejamento em grande escala no Brasil na forma de um plano quinquenal, que previa investimentos nos setores de infraestrutura, indústria de base e reaparelhamento militar. Segundo Sônia Draibe, “Dos gastos totais efetuados para a sua implementação, cerca de 45% foram destinados aos ministérios da Guerra e Marinha, e outro tanto para investimentos em transporte, siderurgia, petróleo, Fábrica Nacional de Motores e geração de energia elétrica, nessa ordem de importância. A base financeira do Plano era constituída principalmente por taxas sobre operações cambiais, lucros sobre operações bancárias e vendas de Obrigações do Tesouro Nacional” (1985, 105).

por um lado, nem todo o equipamento e a tecnologia almejados pelos brasileiros foram conquistados, por outro, o Brasil logo se afirmou como o principal aliado latino-americano dos Estados Unidos, e sua contribuição no esforço de guerra não foi pouco significativa. Além do envio de 25 mil combatentes para a Campanha da Itália, o país foi um dos principais fornecedores de recursos então classificados como estratégicos, dentre os quais tiveram especial importância a borracha e os minerais empregados na indústria bélica, como quartzo, mica, berilo, rutilo, diamantes industriais, além dos minérios de manganês e de ferro.

A diplomacia de guerra e o estreitamento dos laços militares entre Brasil e Estados Unidos foram enormemente favorecidos por esta complementariedade de interesses na exploração mineral: os brasileiros almejavam a transferência de tecnologia, a consolidação de mercados para os seus produtos e a atração de capitais; os norte-americanos, por sua vez, tinham interesse em assegurar o fornecimento externo de recursos que não possuíam ou cujas reservas domésticas avaliavam que convinha preservar, e ainda em aprofundar o conhecimento acumulado sobre a geologia do Brasil: paralelamente à criação da CVRD, asseguravam-se as condições para a assinatura de um convênio entre o Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) e o Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS) para o mapeamento detalhado do potencial mineral brasileiro.²²

No entanto, jamais deixou de se registrar certa tensão inerente às relações diplomático-minerais do Brasil com os Estados Unidos, que não chegou a ser erradicada, apesar de evoluir a assistência técnica entre o DNPM e o USGS. Como se sabe, ao retornar à presidência em 1951, Vargas terá um governo notoriamente conturbado, e um dos elementos da crise foi a questão do petróleo associada à dos limites aos empreendimentos estrangeiros no país. Naquele contexto de Guerra Fria, a ameaça de comprometimento da soberania econômica nacional, conforme as discussões sobre os termos de continuidade da aliança forjada entre os dois países para a Segunda Guerra, pairou sobre a vida pública brasileira.

Desde meados do Estado Novo, Vargas já não se mostrava exatamente satisfeito com o desfecho das negociações com os Estados Unidos. Ao analisar o seu diário, preenchido justamente apenas até 1942, ano dos Acordos de Washington, Maria Celina D'Araújo demonstra que o presidente se viu impelido pelas circunstâncias a sacrificar boa parte de sua margem de manobra

²² Megan Black demonstrou que este tipo de cooperação técnica em geologia foi um expediente norte-americano com relação à América Latina em geral. Segundo a autora, sob a premissa de colaboração científica, agentes do Departamento do Interior, do qual o USGS era um órgão, realizaram levantamentos do potencial mineral de alguns países latino-americanos, e eventualmente agenciaram a exploração destes minerais, por vezes de maneira a solapar a orientação não-intervencionista da política da Boa Vizinhança de Roosevelt (Black 2019, 19).

entre as muitas idas e vindas do intercâmbio diplomático, e que ele entendia que o Brasil, na verdade, se subordinava ao espectro estratégico dos Estados Unidos de tal maneira, que seria difícil reverter depois, se fosse o caso. Segundo a autora, apesar de conquistar o que mais almejava no curto prazo, isto é, a criação de condições para a instalação da grande siderurgia no Brasil e para a exportação de ferro em grande escala sob controle estatal, “no plano internacional [Vargas] teve que se submeter a condições que não endossava moralmente como as melhores para o país. Mas mesmo na política doméstica a concessão aos americanos fora um fermento especial a fomentar a oposição interna” (D’Araújo 1997, 37). As diferenças de Vargas em relação à política internacional norte-americana e a seus adeptos no Brasil, com efeito, reaparecerão de maneira aguda a partir de 1951, em seu segundo governo, e serão elemento catalisador da crise que teve o seu momento mais dramático com o suicídio do então presidente.

Conclusão

O problema da exploração mineral em escala industrial no Brasil foi uma via de engajamento militar no pensamento econômico do período entreguerras. No regime do Estado Novo, oficiais do Exército se distribuíram na busca de equilíbrio entre o ideário nacionalista e o imperativo de modernização da economia nacional com recurso ao capital estrangeiro, e foram personagens dos mais importantes na formulação de uma política econômica que almejava contornar a dependência externa enquanto, paradoxalmente, o país se afirmava como peça-chave do entorno estratégico hemisférico dos Estados Unidos. Juarez Távora, uma das principais figuras da história política brasileira no século XX, é personagem altamente representativo da referida busca de equilíbrio. De seu protagonismo tenentista na Revolução de 1930 e no Governo Provisório ao seu papel de promotor do capital externo na exploração do petróleo brasileiro nos anos 1950, tem-se uma expressão exemplar da história do pensamento econômico militar brasileiro.

A formação de empresas estatais estratégicas como a CSN e a CVRD, com significativa participação do Exército, expressa a determinação do governo Vargas em assumir o controle sobre estes setores básicos de uma economia que se industrializa, mas isto só foi possível graças às concessões a certos interesses externos, como o acesso às reservas minerais e ao conhecimento geológico do subsolo brasileiro. O desfecho foi crucial para a história econômica do país, mas as soluções encontradas conduziram ao agravamento de tensões internas que se expressariam em crises políticas e acirrados debates sobre o imperativo de afirmação da soberania nacional.

Referências bibliográficas:

1º Congresso Panamericano de Engenharia de Minas e Geologia. “Editorial”. *Mineração e Metalurgia*, VI, n. 33 (1942).

Ata da quarta sessão do Conselho Superior de Segurança Nacional [04/07/1939]. *Livro de Actas do Conselho Superior de Segurança Nacional* [1934-1951]. Localização: Arquivo Nacional. Código de Referência: BR DFANBSB N8.0.ATA.1.

Ata da quinta sessão do Conselho Superior de Segurança Nacional [10/10/1942]. *Livro de Actas do Conselho Superior de Segurança Nacional* [1934-1951]. Localização: Arquivo Nacional. Código de Referência: BR DFANBSB N8.0.ATA.1.

Barros, Gustavo de. “A geopolítica do minério de ferro brasileiro nos entreguerras”. *Anais do 46º Encontro Nacional de Economia*, Rio de Janeiro, 2018.

Black, Megan. *The Global Interior: Mineral Frontiers and American Power*. Cambridge: Massachussetts, Harvard University Press, 2018.

Brandão, Priscila C., Bernardo R. Carvalho, Carla D. S. Teixeira, e Igor T. C. Rocha. *Ilegais e imorais: Autoritarismo, interferência política e corrupção dos militares na história do Brasil*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023.

Carone, Edgar. *O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

Carvalho, Bernardo Rocha. “O bom, o mau e o grande: Getúlio Vargas, Lázaro Cárdenas e a política da Boa Vizinhaça de Franklin D. Roosevelt”. *Anais do 20º Encontro de História da Anpub-Rio*, Rio de Janeiro, 2022.

Carvalho, Bernardo Rocha Carvalho. “Política e minério de ferro na formação do nacionalismo econômico brasileiro no período entreguerras”. Tese de doutoramento, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2024.

Corsi, Francisco Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

D’Araújo, Maria Celina. “Entre a Europa e os Estados Unidos: diálogos de Vargas com seu diário”, *Luso-Brazilian Review*, 34, n. 1 (1997): 17-41.

Draibe, Sônia. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas de industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Fertik, Edward. “Steel and Sovereignty: The United States, Nationalism, and the Transformation of World Order, 1898-1941”. Tese de doutoramento, New Haven, Universidade Yale, 2018.

Fertik, Ted. “Steel and Sovereignty”. *Enterprise & Society*, 20, n. 4, (2019): 809-925.

Gourevitch, Peter. *Politics in hard times: Comparative responses to international economic crisis*. Ithaca: Cornell University Press, 1986.

Hilton, Stanley E. *O Brasil e as grandes potências: Os aspectos políticos da rivalidade comercial (1930-1939)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

Leitz, Christian. “Nazi Germany and the Luso-Hispanic world”. *Contemporary European History*, 12, n. 2, (2003): 183-196.

Moura, Gerson. *Relações exteriores do Brasil, 1939-1950: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Brasília: FUNAG, 2012 [1982].

Peixoto, Antônio. O Clube Militar e os confrontos no seio das forças armadas (1945-1964). Em *Os partidos militares no Brasil*, org. Alain Rouquié, 71-113. Rio de Janeiro: Record, 1980.

Rankin, Nicholas. “Posfácio”. Em *A árvore de Gernika: Um estudo de campo da guerra moderna*, org. George L. Steer, 433-444. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Svartman, Eduardo. “Negociando a dependência: relações militares Brasil-Estados Unidos no início da Guerra Fria”. *OPSI*, Catalão - GO, 14, n. especial (2014): 160-184.

Távora, Juarez. “O contrato de ‘The Itabira Iron Ore Co. Ltd.’, em face dos interesses da economia nacional e do problema da siderurgia brasileira”. *A Defesa Nacional*, 25, n. 284 (1938): 19-54.

Távora, Juarez. “Observações à margem do nosso desenvolvimento econômico”. *Revista do Serviço Público*, 2, n. 2, Rio de Janeiro, mai. 1954.

Triner, Gail D. *Mining and the state in Brazilian development*. Londres: Pickering & Chatto, 2011.

Recebido: 24 de junho de 2025

Aprovado: 21 de novembro de 2025

Dossiê: O Brasil, a América Latina e a Segunda Guerra Mundial

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2025.v31.49658>

O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: Reinventando o Estado nacional no contexto de transição de hegemonia global*

*Brazil and World War II:
Reinventing the nation state in the context of global hegemonic transition*

*Brasil y la Segunda Guerra Mundial:
Reinventando el Estado nacional en el contexto de transición de la hegemonía global*

Alexandre Fortes**

<https://orcid.org/0000-0002-3728-2318>

RESUMO: O artigo aborda a Segunda Guerra Mundial como catalisadora de transformações no Estado brasileiro e em sua relação com a sociedade nacional, particularmente no que diz respeito a relações de classe, identidades étnico-raciais e concepções de cidadania, à luz de debates referentes à história global, ao conceito de guerra total e à ascensão dos Estados Unidos à condição de potência hegemônica no sistema capitalista global.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial. Nacionalismo. Classe. Raça. Cidadania.

ABSTRACT: This article addresses World War II as a catalyst for transformations in the Brazilian state and its relationship with national society, particularly concerning class relations, ethnic-racial identities, and conceptions of citizenship, in light of debates concerning global history, the concept of total war, and the rise of the United States to hegemonic power in the global capitalist system.

Keywords: World War II. Nationalism. Class. Race. Citizenship.

* Versões preliminares desse texto foram apresentadas pelo autor no simpósio “Rethinking the History of Global Capitalism” (Universidade Federal Fluminense, Março de 2024), no seminário “Labor History: Views from Brazil” (Harvard University, Novembro de 2024) e no Brazilian Studies Lunchtime Series (Yale University, Novembro de 2024). A pesquisa que deu origem a este trabalho contou com apoio de Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq e bolsa Cientista do Nosso Estado (Faperj).

** 2025-26 Andrew W. Mellon Foundation Fellow, Center for Advanced Study in the Behavioral Sciences, Stanford University. Professor Titular, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Doutor em História, Universidade Estadual de Campinas. Autor de *The Second World War and the Rise of Mass Nationalism in Brazil: Class, Race, and Citizenship* (2024, Palgrave Macmillan); Co-organizador de: *The Entangled Labor Histories of Brazil and the United States* (Lexington Books, 2023); Co-organizador de: *Brazilian Labour History: New Perspectives in Global Context* (Cambridge University Press, 2017). E-mail: fortes.ufrrj@gmail.com.

RESUMEN: El artículo aborda la Segunda Guerra Mundial como catalizador de transformaciones en el Estado brasileño y en su relación con la sociedad nacional, particularmente en lo que respecta a las relaciones de clase, las identidades étnico-raciales y las concepciones de ciudadanía, a la luz de los debates sobre la historia global, el concepto de guerra total y el ascenso de Estados Unidos a la condición de potencia hegemónica en el sistema capitalista global.

Palabras clave: Segunda Guerra Mundial; Nacionalismo; Clase; Raza; Ciudadanía

Como citar este artigo:

Fortes, Alexandre. “O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: Reinventando o Estado nacional no contexto de transição de hegemonia global”. *Locus: Revista de História*, 31, n. 2 (2025): 82-99.

Introdução

A vasta, diversificada e rica produção historiográfica sobre o Brasil entre 1930 e 1945, um momento crítico de transformações socioeconômicas, caracteriza-se, entretanto, por uma abordagem predominantemente endógena. A permanência do presidente Getúlio Vargas no poder durante essa década e meia é vista como suficiente para conferir um sentido unificador aos acontecimentos, dentro dos limites das fronteiras. O controle do Estado nacional sobre o processo histórico é geralmente superestimado, em um período em que ele foi recorrentemente desafiado, de cima, pelo ambiente internacional de conflagração e, de baixo, por sujeitos coletivos subalternos.

Este artigo delineia uma proposta de releitura daquele período da história brasileira, a partir de uma perspectiva que integra os processos internos às grandes transformações vividas pelo capitalismo global na época, que levaram à Segunda Guerra Mundial e à consolidação da hegemonia dos Estados Unidos. Situamos a análise do caso brasileiro num contexto geral em que a intensificação dos conflitos entre as potências capitalistas e a luta de classes nas primeiras décadas do século XX deu origem ao desenvolvimento de novos projetos nacionalistas na periferia do sistema mundial e, ao mesmo tempo, criou as condições para sua viabilização.

No Brasil, o colapso provocado pela crise de 1929 deu origem a um reformismo tecnocrático autoritário que obteve poucos resultados em suas tentativas de industrializar o país e implementar novas formas de cidadania nos seus primeiros dez anos. À medida que o mundo caminhava rumo à guerra, uma política externa pragmática e habilidosa, por um lado, e a associação entre patriotismo e antifascismo, por outro, lançaram as bases para uma nova configuração do Estado brasileiro. Ela se baseava na aliança entre empresários e líderes políticos e militares, em

defesa da industrialização como condição para a soberania nacional, do nacionalismo de massas e da consagração do mito da “democracia racial” como componente fundamental da identidade nacional.

Para analisarmos essa conexão entre o cenário de conflagração global e as profundas redefinições do caráter do Estado brasileiro e de sua relação com a sociedade, apresentaremos, inicialmente, um quadro de referências sobre o sistema capitalista global, o desenvolvimento dos estados nacionais, as transições entre potências hegemônicas e as experiências de guerra total. Com base nesse arcabouço, reexaminaremos o papel da Segunda Guerra Mundial como catalisadora de transformações nas relações de classe, nos paradigmas raciais e nas noções de cidadania no Brasil, no contexto da emergência de um novo sistema internacional baseado no princípio da universalização da autodeterminação dos povos após a vitória aliada.

Capitalismo global, disputa de hegemonia e nacionalismo periférico

Durante várias décadas, obras marcantes de historiadores e outros cientistas sociais demonstraram que empresas e poder político são vetores complementares e interdependentes no desenvolvimento do capitalismo global. As formações estatais assumem características distintas em momentos históricos específicos, enquanto componentes de “mundos” moldados pela correlação de forças entre poderes econômicos, políticos e militares (Braudel 1992; Beckert 2014; Tomich 2018). Paralelamente, a mercantilização do trabalho se desenvolve sob múltiplas formas, o mesmo ocorrendo com as formas de resistência coletiva que ela enfrenta, tanto no interior dos territórios nacionais quanto além de seus limites (Silver 2008; Linden 2008; Burawoy 2003). A cada ciclo histórico, as disputas entre as grandes e médias potências e a ascensão de novos Estados hegemônicos resultam na redefinição do próprio caráter do sistema internacional, estabelecendo e suprimindo fronteiras e fortalecendo ou enfraquecendo soberanias (Arrighi 1994; Wallerstein 2004).

O Estado-nação contemporâneo deve, portanto, ser abordado em sua historicidade como produto de processos transnacionais e conectados. No entanto, sua própria disseminação, que se tornou efetivamente global após as ondas de descolonização nos séculos XIX e XX, consagrou a visão que o define como espaço “natural” da análise histórica, à medida que os novos Estados independentes, seguindo os passos de seus antecessores, projetavam retrospectivamente suas narrativas de autolegitimação e seus mitos de origem (B. R. O. Anderson 1983; Hobsbawm 1992; Wimmer e Glick Schiller 2002). Apesar do desenvolvimento de abordagens inovadoras mencionadas acima, a produção historiográfica continua dominada por obras que tratam a história mundial como uma coleção de histórias nacionais, ocasionalmente afetadas por “fatores externos”.

A análise crítica do capitalismo não ficou imune a essas limitações. Modelos evolucionários de desenvolvimento econômico e social, com os respectivos sistemas políticos, são aplicados para classificar países específicos como “avançados”, “atrasados”, “prematurados” (P. Anderson 1964) ou “tardios” (Mandel 1985; Mello 2009), baseados, como criticou Thompson, em um tipo-ideal de desenvolvimento capitalista, sem sustentação na realidade histórica (Thompson 1993). A dominação imperialista é frequentemente vista como uma condição genérica de exploração e interferência política do centro sobre a periferia. Poucos trabalhos dedicam atenção às formas concretas pelas quais as relações internacionais se entrelaçam com a construção e a redefinição do próprio caráter do Estado nacional. O estruturalismo determinista contribui pouco para a compreensão da relação entre o Estado nacional e o “andar superior” do sistema capitalista mundial, e o mesmo vale para sua relação com o “andar inferior”. Como observou o sociólogo sul-africano Eddie Webster, certas versões da teoria da dependência tornaram-se uma tentativa peculiar de erguer um marxismo sem luta de classes, no qual os intelectuais substituem a classe trabalhadora como sujeito da transformação histórica (Webster 1996).

Uma das consequências da “naturalização” do quadro nacional das metanarrativas historiográficas é que as guerras são tratadas como eventos mais ou menos incidentais, nos quais a ampliação da escala da violência estatal e a violação das fronteiras perturbam momentaneamente a “normalidade” histórica doméstica e pacífica. Trata-se de uma percepção bastante distorcida da relação entre o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo e as experiências de guerra total.

Guerra total, planejamento econômico, hegemonia dos EUA e industrialização

De que forma o contexto de conflito global nas décadas de 1930 e 1940 contribuiu para o surgimento do “desenvolvimentismo nacional” no Brasil? Para responder a essa pergunta, devemos abordar como as experiências de guerra total afetam as ideias e práticas econômicas, as características do processo de transição na hegemonia do capitalismo global e como inovações tecnológicas, como a aviação, transformaram a geopolítica.

Para Hobsbawm, a invenção da guerra total desempenhou papel fundamental na sobrevivência e posterior difusão do modelo Estado-nação baseado na soberania popular, um dos vetores da “Dupla Revolução” que originou o mundo contemporâneo, ao lado da Revolução Industrial. A experiência revolucionária francesa só sobreviveu ao ataque dos exércitos europeus mais poderosos contra a França revolucionária graças à mobilização ilimitada de recursos econômicos e sociais, bem como à abolição temporária das distinções entre as esferas civil e militar (Hobsbawm 1996). A guerra total também desempenhou um papel vital na transição da hegemonia nas primeiras décadas do século XX. Os EUA e a Alemanha estabeleceram-se, no final do século

XIX, como os principais centros emergentes do capitalismo global. No entanto, enquanto a Alemanha perdeu duas guerras mundiais, o isolamento geográfico dos EUA atrasou o envolvimento direto em ambos os casos, poupando o país da devastação dos combates em seu território, preservando sua estrutura produtiva e reduzindo as perdas civis e militares. Enquanto seus concorrentes ficavam exaustos e endividados, os EUA expandiram sua participação no mercado global, tornaram-se um grande credor e estabeleceram sua moeda como principal meio de troca e como reserva mundial (Arrighi 1993).

Consolidados como o novo centro dinâmico da acumulação global, os EUA enfrentaram os efeitos da Grande Depressão e as ameaças dos novos impérios regionais autárquicos construídos pela Alemanha e pelo Japão, antes de superarem sua relutância em assumir um papel de liderança na redefinição do sistema internacional. Nessa perspectiva, há uma crescente convergência entre os especialistas quanto à definição da invasão japonesa da Manchúria em 1931 como o início da guerra (Overy 2023), e alguns chegam a estabelecer seu fim na Guerra da Coreia em 1953 (Buchanan 2019).

No final da década de 1930, o messianismo do Destino Manifesto foi atualizado, dando origem à visão de um “Século Americano” (Buchanan 2021). Isso afetou diretamente a relação dos EUA com a América Latina, especialmente com a América do Sul. A Doutrina de Defesa Hemisférica, adotada em 1938, baseava-se em novas perspectivas sobre a vulnerabilidade territorial, que levavam em conta a crescente capacidade das aeronaves de percorrer longas distâncias (Conn e Fairchild 1989). Em 1940, o Nordeste brasileiro, próximo à África Ocidental, era considerado o ponto mais vulnerável da defesa do continente. Isso colocou Getúlio Vargas diante de duas opções: ou ele se tornaria um aliado privilegiado, cujas demandas seriam tratadas com a máxima atenção, ou o país seria invadido por cem mil soldados na Operação Pote de Ouro (McCann 1974).

A “Era da Catástrofe” também teve impacto no pensamento e nas políticas econômicas (Hobsbawm 1994). Polanyi analisou a relação entre o equilíbrio de poder, o mercado autorregulável, o Estado liberal e o padrão-ouro. A ruptura do primeiro pilar da ordem global do século XIX abalou os demais (Polanyi 1975). O Império Britânico, bastião do equilíbrio fiscal, nunca mais foi o mesmo depois de travar duas guerras muito além de suas possibilidades. (Hobsbawm 1994, 46) O planejamento econômico tornou-se imperativo para governos de todo o espectro ideológico. Na Primeira Guerra Mundial, Lenin aprendeu, com a economia de guerra imperial alemã, a criar mecanismos de planejamento centralizado. Após a invasão da Polônia, as democracias ocidentais fariam o mesmo com as experiências alemã e soviética. Galbraith ressalta que a resistência às ideias keynesianas manteve 17% da força de trabalho dos EUA desempregada

até 1939, mas, ao país ingressar na guerra ao final de 1941, a economia estadunidense passou a enfrentar escassez de mão de obra (Galbraith 1979, 220).

O crescimento econômico, a estabilização e a modernização eram cruciais para o Brasil após a crise de 1929. Mas nem os acordos da “marca de compensação” assinados em 1934, que transformaram a Alemanha no maior parceiro comercial do Brasil por alguns anos (N. Y. Times, 1936), nem os Acordos de Washington de 1941-1942 teriam sido concebíveis fora do contexto do rearmamento e do expansionismo do governo nazista, ou da entrada dos EUA na guerra. Ao explorar as rivalidades entre as grandes potências, o Brasil deu início a um ciclo de rápido crescimento econômico que beneficiou tanto o setor agrícola quanto o industrial, superou os efeitos devastadores da Grande Depressão e construiu as bases para um novo nível de industrialização (Abreu 2008; Moura 1980; Seitenfus 2000; 1985).

Ao mesmo tempo em que a ortodoxia do livre mercado era abalada nos EUA, a parceria entre o Brasil e a Alemanha tornava-se inviável. O bloqueio do Atlântico afetou negativamente os embarques de armas e munições considerados vitais para as Forças Armadas brasileiras. À medida que os EUA se preparavam para a guerra, crescia a pressão por uma aliança entre as repúblicas americanas. Após Pearl Harbor, inicia-se o “paroxismo central” da Segunda Guerra Mundial, já que os EUA eram a única potência com a capacidade e a disposição para lutar em todas as frentes espalhadas pelo globo e unificá-las definitivamente em uma única guerra (Buchanan 2023). Vargas e seus assessores perceberam que precisavam abandonar a neutralidade e seguir a liderança dos EUA. Um mês depois, o Brasil rompeu relações com o Eixo e, em agosto de 1942, declarou guerra à Alemanha e à Itália.

Além de sua posição geográfica estratégica, a capacidade produtiva do Brasil tinha grande valor para a economia de guerra dos Estados Unidos. A transformação da riqueza natural brasileira em capacidade real de fornecer alimentos, vegetais e matérias-primas minerais aos Aliados dependia da mão de obra brasileira. O mesmo se aplicava à construção das bases aéreas e navais para integrar mais território brasileiro ao sistema logístico com o qual os Estados Unidos planejavam travar uma guerra global.

Em um discurso em Volta Redonda, em maio de 1943, o presidente Getúlio Vargas descreveu a construção da Usina Siderúrgica Nacional, financiada pelos Estados Unidos, como “o marco definitivo da emancipação econômica do país”, que estava “plantada em cimento e ferro, desafiando o ceticismo e o desânimo”. O Brasil logo deixaria de ser “semicolonial, agrária, importadora de manufaturados e exportadora de matérias-primas” e passaria a ter “uma vida industrial autônoma, capaz de prover suas urgentes necessidades de defesa e equipamento”. Em

referência aos proprietários de terras, o presidente argumentou que, mesmo “os conservadores agrários mais obstinados”, tinham que entender que não era mais possível “dependar da importação de máquinas e ferramentas, quando uma enxada, esse instrumento agrícola indispensável e primitivo, custa ao agricultor o salário de uma semana de trabalho” (Vargas 2004, 104). O aprofundamento do envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial criou condições excepcionais para um salto na industrialização. Em poucos anos, o nacionalismo econômico se consolidou, com a criação de vários órgãos de planejamento econômico e a realização de conferências marcantes entre empresários e economistas (Ianni 2009, 54–82). A indústria passou a ocupar um novo lugar na realidade presente e nas visões de futuro da economia brasileira.

Desde a década de 1930, já se disseminava uma maior consciência da interligação entre a indústria pesada e a soberania nacional entre as elites militares e empresariais. Uma vez estabelecida a aliança com os EUA, a implementação de projetos estratégicos foi acelerada. Estes incluíam a já mencionada Companhia Siderúrgica Nacional, a nacionalização da produção de minério de ferro, companhias aéreas, bancos e até mesmo grandes complexos madeireiros pertencentes a empresas do Eixo e dos Aliados, a expansão da produção de carvão, têxtil e metalúrgica, a consolidação da indústria química, o restabelecimento em escala ampliada da produção de borracha natural, a extração de sementes utilizadas na fabricação de óleo para aviação, bem como a mineração de minérios que nunca haviam sido explorados em grande escala, como mica, quartzo, tungstênio, manganês, entre outros (Fortes 2024a).

As transformações da economia brasileira durante a Segunda Guerra Mundial ilustram os argumentos de Arrighi de que a consolidação da hegemonia dos EUA sobre um mundo composto por Estados-nação formalmente soberanos não se caracterizava, inicialmente, apenas pela capacidade de subordinar as potências rivais e os países periféricos. Ela implicava também a capacidade de conferir a todos os Estados participantes do novo sistema internacional maior legitimidade perante seus próprios cidadãos, por meio da disseminação de valores associados à universalização da soberania nacional, da democracia e do direito ao desenvolvimento (Arrighi 1993).

Nacionalismo de massas: classe, raça e cidadania

Embora Getúlio Vargas tenha sido frequentemente classificado como populista em análises retrospectivas, seu regime nunca demonstrou interesse em criar organizações de mobilização de massas até se deparar com o risco de ser derrubado em 1945. A estrutura sindical oficial não incluía uma central sindical nacional para mobilizar os trabalhadores pró-governo. Os apoiadores populares de Vargas não desempenharam nenhum papel político significativo no regime. Após o

autogolpe de 1937, ele suprimiu todo o sistema partidário, em vez de criar um partido pró-regime. Os sindicatos oficiais, agora livres dos comunistas, sofreram um forte declínio no número de membros e na eficácia (Fortes 2004).

A falta de apoio de organizações de massa ativas privou o governo Vargas de uma ferramenta essencial para superar a resistência, interna e externa, às medidas mais progressistas de sua agenda política. Mas isso foi uma consequência natural da influência persistente do anticomunismo no regime, que caracterizava a luta de classes como antinacional (Motta 2019; Vianna 1976), e das ideias eugenistas, que viam as maiorias mestiças e negras do país como incompatíveis com uma nação civilizada (Oliveira Viana 1934; Needell 1995). O envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial levou a profundas mudanças nas características políticas do “varguismo”, que se tornou mais participativo e menos previsível como movimento nacionalista de massas.

Em novembro de 1941, o coronel Benjamin Vargas, em nome de seu irmão presidente, garantiu ao embaixador do *Reich* no Rio que o Brasil nunca romperia relações com a Alemanha. As concessões feitas até então aos EUA eram justificadas como uma estratégia para evitar qualquer pretexto para uma invasão do país (Prüfer 1941). Algumas semanas depois, porém, o ataque japonês a Pearl Harbor marcou a entrada da guerra no continente e, dois meses depois, Vargas quebrou sua promessa (Valle 1942). O diário do presidente revela que ele temia perder o controle do país ao ser arrastado para a guerra (Vargas 1995). Ainda assim, ele conseguiu se reinventar para capitalizar o potencial do contexto político, muito mais volátil, em que o país entrou.

Em 1942, uma onda de manifestações de rua de proporções sem precedentes, lideradas principalmente por organizações estudantis, espalhou-se por todo o país, atingindo seu auge em agosto, quando um único submarino alemão afundou seis navios brasileiros, matando 600 pessoas cujos corpos foram levados pelas ondas até as praias do Nordeste (Falcão 1998). Milhares de brasileiros saíram às ruas para expressar sua raiva e repulsa diante das consequências letais de uma ideologia baseada no ódio, na violência, no autoritarismo e no racismo. “Súditos do Eixo”, muitos deles cidadãos brasileiros de origem alemã, italiana ou japonesa, foram vítimas de humilhações e ameaças, tiveram seus bens saqueados e incendiados (Fortes 2024b; Ferreira 2017a; 2017b; Freire 2014), e alguns foram detidos em campos de prisioneiros (Perazzo 2009).

Apesar dos excessos ocasionais, os protestos constituíram uma experiência intensamente democrática e foram decisivos para a formação de uma nova geração de atores políticos. A ligação entre nacionalismo, antifascismo e panamericanismo, naquele momento único em que a disputa entre capitalismo e comunismo ficou em segundo plano no século XX (Hobsbawm 1994), redefiniu

o cenário político brasileiro. Em janeiro de 1944, dez mil pessoas comemoraram o segundo aniversário do rompimento das relações com o Eixo em frente ao Teatro Municipal do Rio de Janeiro, cuja fachada estava coberta com retratos gigantes de Vargas, Roosevelt, Churchill, Chiang Kai-Shek e Stalin, expressando a aliança tácita entre o regime autoritário e os comunistas que abraçaram a estratégia da “União Nacional” (Petterson 1944).

A economia de guerra remodelou a classe trabalhadora brasileira. A migração interna acelerou-se, seguindo padrões antigos e novos. Novos ofícios foram aprendidos e novas habilidades desenvolvidas. As fábricas têxteis bateram recordes históricos de produção. Grandes canteiros de obras temporários surgiram e desapareceram em poucos anos. Em outros casos, novas cidades industriais erguidas em resposta às demandas da guerra expandiram-se nas décadas seguintes, alterando a geografia econômica do país. Embora medidas como a criação dos tribunais do trabalho, dos institutos da previdência social e a consolidação da legislação trabalhista tenham oferecido aos trabalhadores vislumbres de um Estado de bem-estar social, seu cotidiano era marcado pela superexploração, acidentes, doenças ocupacionais, alta inflação e racionamento (Wolfe 1993; Paoli 1987). Muitos direitos trabalhistas foram suspensos por anos, enquanto empresas nacionais e estrangeiras descumpriam outros de forma flagrante. Apesar do persistente aumento da inflação durante o período em que o país se envolveu diretamente na guerra, o valor do salário-mínimo foi reajustado uma única vez, em 1943, o que reduziu significativamente o seu impacto positivo inicial no poder de compra dos trabalhadores.

Os militantes comunistas desempenharam um papel proeminente no trabalho de base dos trabalhadores e aproveitaram o crescente sentimento antifascista para recrutar novos membros (E. Martins 1989; Grossi 1981; Ribeiro 2013; Amaral 2016). No entanto, apesar da oposição do Partido Comunista às greves que poderiam ameaçar a contribuição do Brasil para o esforço de guerra dos Aliados (Paoli 1987; Weffort 1973; Alem 1981), elas começaram a se multiplicar, tornando-se uma grande onda em 1945 (Wolfe 1993; Costa 1995). Naquele ano, segundo o adido trabalhista dos Estados Unidos, em nove meses, o movimento operário “fez mais progresso do que em toda a história anterior do Brasil” (Rowell 1945). As lições de resistência à superexploração e ao autoritarismo nas fábricas, no auge da Segunda Guerra Mundial, combinadas com a apropriação do nacionalismo em defesa de seus direitos, transformaram os trabalhadores em novos atores mais significativos da política brasileira do pós-guerra (Fontes *et al.* 2019).

Outra dimensão em que o impacto do envolvimento com a Segunda Guerra Mundial se fez sentir foi a das concepções raciais. Os debates sobre a relação entre a composição étnico-racial da população, a consolidação da identidade nacional e a força do Estado foram intensos entre as duas

guerras mundiais. Vários pesquisadores afirmam que, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930, a “democracia racial” tornou-se a ideologia oficial, a miscigenação passou a ser vista de forma positiva e a eugenia e a busca pelo branqueamento foram abandonadas (Gomes 1988, 242; Alberto 2018; Andrews 2021). No entanto, a situação era mais complexa e conflituosa.

A publicação de obras que destacam as contribuições africanas para a cultura brasileira, como Casa-Grande & Senzala (1933) de Gilberto Freyre (Freyre 1933), marcou profundas transformações no tratamento do tema. Mas, ao mesmo tempo, a chegada dos nazistas ao poder na Alemanha foi comemorada pelos racistas brasileiros. Francisco José de Oliveira Viana, influente sociólogo e ideólogo do regime varguista, era uma das principais vozes que defendiam que a “arianização”, por meio de medidas eugênicas e de uma política migratória seletiva, era condição para o avanço civilizatório do país (Oliveira Viana 1934; 1920). A ascensão do Terceiro Reich incentivou alguns de seus discípulos a buscar apoio às ideias do mestre na própria Alemanha (Lima 1934). Em 1940, a Sociedade Alemã para a Higiene Racial elogiou Oliveira Viana como o único sociólogo brasileiro que reconhecia plenamente o papel das determinações biológicas, mas refutou suas teses sobre a “arianização progressiva” baseadas na suposta predominância do sangue ariano na miscigenação. Para os cientistas do Reich, o Brasil só teria futuro se a maioria afrodescendente fosse submetida ao domínio de uma raça superior (Krieger 1940, 09–54).

Em 1938, Vargas comprometeu-se a “fortalecer a raça, assegurando a preparação cultural e eugênica das novas gerações” (D’Araujo 2011, 384–86; Albuquerque 1940). O “Dia da Raça e da Juventude” foi comemorado com desfiles de estudantes que representavam o novo “tipo nacional brasileiro”, a “raça do futuro”, resultante de medidas de saúde pública, de educação física e do “afluxo de sangue dos vários países da Europa” (*Correio da Manhã* 1938). Mesmo em 1944, num momento em que a iminente derrota do Eixo desmoralizava as doutrinas supremacistas, um proeminente diplomata brasileiro assegurava aos seus leitores de língua inglesa que o país caminhava para “a preponderância da raça branca”, pois “a imigração negra” havia sido abolida com a escravidão “e os caucasianos tinham melhor saúde e uma taxa de mortalidade muito menor do que os mulatos e caboclos” (Jobim 1944).

No entanto, o envolvimento na guerra ao lado dos Aliados fomentou o desenvolvimento de perspectivas antirracistas. Como pode ser verificado em matérias de imprensa publicadas a partir de 1937, os críticos da “arianização” de Oliveira Viana defendiam que a ausência de segregação legal e a criação de uma cultura nacional compartilhada por brasileiros de diferentes “raças” conferiam ao Brasil uma vantagem frente aos países europeus e aos Estados Unidos (Tabajara 1937). À medida que a aliança entre o Brasil e os Estados Unidos – ambos “compelidos a adotar

nacionalismos mais inclusivos em termos raciais” (Graham 2019, 261) – tomou forma, a cooperação intelectual em estudos raciais que substituíam o determinismo biológico pelo relativismo cultural ampliou-se (Guimarães 2008).

Em 1943, o antropólogo Arthur Ramos consagrou o conceito de “democracia racial” em seu livro *Guerra e Relações de Raça*, denunciando os “mitos de superioridade e inferioridade racial” que serviam apenas a “fins de pilhagem e conquista” (Guimarães 2002, 12; Ramos 1943, 09, 142). Naquele mesmo ano, o crítico literário Waldo Frank registrou que a falta de “democracia racial” enfraquecia os Estados Unidos no seu objetivo de consolidar uma liderança inabalável sobre o continente (Frank 1943). O vice-presidente dos Estados Unidos, Henry Wallace, publicou uma carta aberta saudando o povo brasileiro por contribuir para o esforço de guerra e provar “que é possível alcançar uma democracia genética” que reconhece “a igualdade de todos os sangues” (*O Dia* 1943). Quando a Força Expedicionária Brasileira desembarcou na Itália para combater as forças do Eixo, jornalistas brasileiros proclamaram que seus “guerreiros de bronze” ensinariam “democracia racial” ao velho continente (Vinagre 1944).

No entanto, essa mudança de paradigma estava longe de ser uma política oficial do Estado brasileiro. Arthur Ramos era um ativista antifascista dedicado, próximo ao Partido Comunista, que, desde 1934, articulava intelectuais progressistas na publicação de manifestos antirracistas e tinha seus livros publicados pela União Nacional dos Estudantes. Gilberto Freyre foi preso e perseguido por denunciar a cumplicidade das autoridades civis, militares e religiosas locais em Pernambuco na disseminação da propaganda nazista, que ele considerava uma ameaça significativa para um país cuja “toda a organização repousava na miscigenação, nos direitos dos negros, dos indígenas e dos mestiços, aos mesmos privilégios dos brancos” (Freyre 1942). Foi apenas no pós-guerra que a difusão da ideia de que o Brasil era uma “democracia racial” tornou-se um dos principais trunfos diplomáticos do país num mundo que enfrentava os desafios da descolonização.

As transformações nas relações de classe e raciais e o nacionalismo de massas nas ruas desafiaram um regime tecnocrático verticalizado a abrir canais de participação política e tornar mais eficaz seu projeto de cidadania corporativista. Como aponta Charles Tilly, a expansão das demandas militares desempenhou um papel decisivo na formação da noção moderna de cidadania. A implementação do governo direto, conectando o poder central e os indivíduos, permitiu a mobilização total de recursos para defender a nação e fortaleceu o vínculo com a identidade nacional. No entanto, também gerou reivindicações coletivas por direitos sociais legitimadas pelos sacrifícios feitos pela pátria. (Tilly 1995)

Em seu discurso do Dia do Trabalho de 1943, Vargas apresentou sua Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) como uma iniciativa alinhada com “o programa das Nações Unidas estabelecido na Carta do Atlântico” e como retribuição ao engajamento dos trabalhadores nacionais na vital “Batalha da Produção” (“President Vargas’ Labour Day Speech on 1st May 1943” 1943). Um ano depois, seus apoiadores seguravam cartazes que associavam identidade de classe, patriotismo e antifascismo: “Viva o Primeiro de Maio”; “Todos pelo Brasil e pela vitória das Nações Unidas”; “Viva Getúlio Vargas, comandante do Brasil em guerra”; “Os açambarcadores e tubarões do mercado negro são agentes de Hitler”. O diretor do FBI, J. Edgar Hoover, elogiou a “visão extraordinariamente abrangente de Vargas” ao nomear Fillinto Muller, notório simpatizante do Eixo, demitido do cargo de chefe de polícia em 1942 por se opor às manifestações antifascistas dos estudantes, para a presidência do Conselho Nacional do Trabalho. Atribuir a gestão dos direitos sociais a anticomunistas convictos era precisamente o que se devia fazer para erguer um “para-brisas que temperasse o vento internacional da democracia do pós-guerra” (Hoover 1943).

A admiração de Hoover por Vargas remontava a 1935, quando, após uma tentativa de insurreição liderada pelos comunistas, o FBI foi chamado a colaborar na criação de uma polícia política integrada em nível nacional no Brasil (Huggins 1998). Nesse mesmo ano, o jurista Francisco Campos empregou o conceito de “estado de exceção”, utilizado pelo jurista alemão Carl Schmitt, para embasar a concessão de poderes ilimitados a Hitler, como base da Lei de Segurança Nacional brasileira. Numa curiosa reviravolta, esse princípio que colocava a segurança do Estado acima dos direitos dos cidadãos, inicialmente voltado ao combate ao comunismo, foi amplamente utilizado durante a guerra contra os “súditos do Eixo” na América Latina (Friedman 2003; Barnhart 1962). Para promover a “segurança hemisférica”, o Serviço Especial de Inteligência do Federal Bureau of Investigation (FBI) operava como um sistema transnacional de vigilância em todo o continente. No Brasil, trezentos agentes e informantes trabalhavam nas Delegacias de Polícia Política e Ordem Social, realizando até mesmo tarefas rotineiras contra crimes comuns (U.S. Federal Bureau of Investigation (FBI) 1947).

Quando os manifestantes exigiram que o Brasil se juntasse à causa aliada, expressaram a esperança de um novo mundo baseado na harmonia entre os povos. Eles rejeitaram o Eixo e seu projeto de um mundo dividido entre “raças superiores” e povos escravizados. A mobilização antifascista e o esforço de guerra empoderaram os setores subalternos da sociedade brasileira e catalisaram o surgimento de novas forças sociopolíticas que transformariam a política do país nas décadas seguintes. Curiosamente, em seus estágios iniciais, esse nacionalismo de massa coexistiu com a presença marcante dos Estados Unidos em algumas das principais cidades brasileiras. A

bandeira americana era hasteada ao lado da brasileira, e as autoridades militares ianques ocupavam o centro do palco nas paradas do Dia da Independência do Brasil. (Fortes 2024a)

Nos últimos anos da guerra, novos direitos sociais foram reconhecidos para os chefes de família do sexo masculino no mercado de trabalho formal, e o país se preparou para experimentar, pela primeira vez, o voto popular em larga escala. A resistência durante a guerra, os protestos em massa e os debates públicos permitiram ao Brasil vislumbrar seu potencial como uma nação verdadeiramente independente, desenvolvida e justa. Essa visão utópica de um nacionalismo inclusivo alimentou novos ciclos de luta popular desde então. No entanto, a luta de classes e a organização autônoma da classe trabalhadora e de outros grupos sociais subordinados continuaram a ser definidas como subversivas e criminalizadas. A repressão aos “Súditos do Eixo” fortaleceu o aparato repressivo que, durante a Guerra Fria, se dedicou à perseguição aos movimentos sociais.

Quando o Estado Novo deu sanção sem precedentes às manifestações de rua desenfreadas, desestabilizou a estrutura institucional criada desde 1930. Em 1945, essa dinâmica tensa e contraditória custou a Getúlio Vargas a presidência. Cinco anos depois, porém, ele voltaria “nos braços do povo” e, após seu suicídio em 1954, uma nova onda de protestos nacionalistas ajudaria a consolidar seu lugar na história como mártir sacrificado em nome do homem comum.

Conclusão

A releitura da história brasileira nas décadas de 1930 e 1940, à luz da relação entre o país e a Segunda Guerra Mundial esboçada neste artigo, baseia-se na articulação entre premissas e proposições oriundas de diversas escolas historiográficas.

A abordagem do desenvolvimento do capitalismo como um sistema global, entrelaçado à ascensão e ao declínio de potências hegemônicas e à reconfiguração dos sistemas internacionais, demanda uma análise integrada de processos históricos frequentemente tratados de forma fragmentada por especialistas de diferentes campos (história econômica, história social, história política, defesa, política externa, etc.). Compreender a difusão gradual do modelo de Estado nacional, baseado no princípio da soberania popular, a partir do século XIX, como um dos vetores da reconfiguração desse sistema capitalista global, impõe a problematização da naturalização do espaço nacional como enquadramento primordial das metanarrativas históricas.

Como coroamento da longa crise do sistema de equilíbrio de poder que caracterizou a hegemonia britânica, a Segunda Guerra Mundial deixa de ser vista como um cenário externo pontual para ser abordada como um processo global de disputa sobre a natureza das relações entre os Estados nacionais e suas respectivas sociedades. Da perspectiva brasileira, a problematização dos marcos cronológicos que delimitam o início e o final da guerra contribui para destacar o fato

de que os riscos e oportunidades abertos pela crescente confrontação entre as grandes potências permaneceram como um fator central na definição do campo de possibilidades de ação do Estado brasileiro durante todas as fases do primeiro governo Vargas.

A compreensão da natureza da guerra total como catalisador de mudanças na relação entre defesa e projetos de desenvolvimento econômico, assim como nas relações de raça, classe e cidadania, oferece novas perspectivas para a análise da emergência do nacionalismo de massa no país, quicá contribuindo para a superação da polarização analiticamente paralisante entre o estigma do populismo e a apologia do trabalhismo.

Referências bibliográficas

- Abreu, Marcelo de Paiva. "The Brazilian Economy, 1930-1980". Em *The Cambridge History of Latin America, Vol. IX Brazil Since 1930*, ed. Leslie Bethell, 283-394. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- Alberto, Paulina L. *Termos de Inclusão: Intelectuais Negros Brasileiros no Século XX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.
- Albuquerque, José de. *Getúlio Vargas e a Política Eugênica. Conferência, Etc.* Rio de Janeiro, 1940.
- Alem, Silvio Frank. "Os Trabalhadores e a 'Redemocratização': (Estudo Sobre o Estado, Partidos e a Participação Dos Trabalhadores Assalariados Urbanos Na Conjuntura Da Guerra e Do Pos-Guerra Imediato) 1942-1948." Dissertação de Mestrado em História, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1981.
- Amaral, Luciana Pucu Wollmann do. "Niterói Operário: Trabalhadores, Política e Lutas Sociais Na Antiga Capital Fluminense (1942-1964)." Tese de doutoramento, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2016.
- Anderson, Benedict R. O'G. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Verso, 1983.
- Anderson, Perry. "Origins of the Present Crisis." *New Left Review*, 23, n. 1 (1964): 26–53.
- Andrews, George Reid. *America Afro-Latina: 1800-2000*. São Carlos: EdUFSCar, 2021.
- Arrighi, Giovanni. "The Three Hegemonies of Historical Capitalism." Em *Gramsci, Historical Materialism and International Relations*, org. Stephen Gill, 148-185. Cambridge University Press., 1993.
- Arrighi, Giovanni. *The Long Twentieth Century: Money, Power, and the Origins of Our Times*. Verso, 1994.
- Barnhart, Edward N. "Citizenship and Political Tests in Latin American Republics in World War II." *Hispanic American Historical Review*, 42, n. 3, (1962): 297–332.
- Beckert, Sven. *Empire of Cotton: A Global History*. New York: Alfred A. Knopf, 2014.
- Braudel, Fernand. *The Mediterranean: And the Mediterranean World in the Age of Philip II*. Edição abreviada. New York: HarperCollins, 1992.
- Buchanan, Andrew. "Domesticating Hegemony: Creating a Globalist Public, 1941–1943." *Diplomatic History* 45, no. 2 (2021): 301–29.
- Buchanan, Andrew. "Globalizing the Second World War." *Past & Present*, 258, no. 1 (2023): 246–81.
-

Buchanan, Andrew. *World War II in Global Perspective. Wiley Short Histories*. Hoboken, NJ: Wiley-Blackwell, 2019.

Burawoy, Michael. “For a Sociological Marxism: The Complementary Convergence of Antonio Gramsci and Karl Polanyi.” *Politics & Society* 31, n. 2 (2003): 193–261.

Conn, Stetson, e Byron Fairchild. *The Framework of Hemisphere Defense*. Washington, D.C.: Office of the Chief of Military History, U.S. Army, 1989.

Correio da Manhã. “Na Semana da Pátria – A Parada de Hoje na Praça Paris.” *Correio da Manhã*, 04 de setembro de 1938, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Costa, Hélio da. *Em Busca da Memória*. Rio de Janeiro: Scritta, 1995.

D’Araujo, Maria Celina. *Vargas, Getúlio, 1883-1954. Perfis Parlamentares 62*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

Falcão, João. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: Testemunho e Depoimento de Um Soldado Convocado*. Brasília: Editora UnB, 1998.

Ferreira, Jorge. “Mortes No Mar, Dor Na Terra. Brasileiros Atingidos Pelo Ataque Do Submarino Alemão U-507 (Agosto de 1942).” *Estudos Ibero-Americanos* 43, n. 2 (2017): 275.

Ferreira, Jorge. “‘Queremos Vingança’. O Afundamento de Navios Brasileiros Pelo Submarino Alemão U-507 e as Reações Populares No Rio de Janeiro.” *Revista Crítica Histórica* 8, n. 15 (2017): 208–31.

Fontes, Paulo, Alexandre Fortes, e David Mayer, eds. *Brazilian Labour History: New Perspectives in Global Context. International Review of Social History Special Issue 25*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

Fortes, Alexandre. “Reframing Citizenship for a New World Order.” Em *The Second World War and the Rise of Mass Nationalism in Brazil*, por Alexandre Fortes. Cham: Springer International Publishing, 2024.

Fortes, Alexandre. “The 1942 Anti-Axis Demonstrations: Taking to the Streets.” Em *The Second World War and the Rise of Mass Nationalism in Brazil*. Cham: Springer International Publishing, 2024.

Fortes, Alexandre. *Nós Do Quarto Distrito: A Classe Trabalhadora Porto-Alegrense e a Era Vargas*. Coleção Anpuh- RS. Porto Alegre/Caxias do Sul: Garamond Universitária/EDUCS, 2004.

Frank, Waldo. “Our Island Hemisphere.” *Foreign Affairs* 21, n. 3 (1943): 513.

Freire, Carlos Renato Araújo. “Quebra-quebra de 1942: um dia para lembrar.” Dissertação de Mestrado, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2014.

Freyre, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

Freyre, Gilberto. “‘O Exemplo de Ibiapina’. *Diário de Pernambuco*, 11 June 1942. Anexo a “Arrest of Gilberto Freyre. Well-Known Pernambuco Writer”. Leo J. Callanan, American Consul. American Consulate, Pernambuco, Brazil.” June 13, 1942. Records of the Foreign Service Posts of the Department of State (Record Group 84), Entry 2154, Political Reports. Textual Records from the Department of State. U.S. Consulate, Recife, Brazil, Box 1 (1938-1949). US National Archives and Records Administration.

Friedman, Max Paul. *Nazis and Good Neighbors: The United States Campaign against the Germans of Latin America in World War II*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

Galbraith, John Kenneth. *A era da incerteza*. São Paulo/Brasília: Pioneira; Editora da UnB, 1979.

Gomes, Angela Maria de Castro. *A Invenção do Trabalho*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/Vértice, 1988.

Graham, Jessica Lynn. *Shifting the Meaning of Democracy: Race, Politics, and Culture in the United States and Brazil*. Oakland: University of California Press, 2019.

Grossi, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: A Extração do Homem: Uma História de Experiência Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

Guimarães, Antonio Sérgio Alfredo. "Africanism and Racial Democracy: The Correspondence between Herskovits and Arthur Ramos (1935–1949)." *E.I.A.L* 1, n. 19 (2008): 53–79.

Guimarães, Antonio Sérgio Alfredo. "Democratie Raciale." *Cahiers Du Brésil Contemporain* 49–50 (2002): 11–37.

Hobsbawm, E. J. *The Age of Extremes: A History of the World, 1914-1991*. New York: Pantheon Books, 1994.

Hobsbawm, E. J. *The Age of Revolution 1789-1848*. New York: Vintage Books, 1996.

Hobsbawm, E. J. *Nations and Nationalism since 1780: Programme, Myth, Reality*. 2ª edição. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

Hoover, J. Edgar. "Memo to Adolf Berle Jr, Assistant Secretary of State. Subject: Political Reasons for the Appointments of Filinto Muller and Dutra Menezes, Rio de Janeiro, Brazil." August 15, 1943. *Record Group 319* (Records of the Army Staff), Entry NMr347c, Box 216. National Archives and Records Administration.

Huggins, Martha K. *Polícia e Política: Relações Estados Unidos América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

Ianni, Octávio. *Estado e Planejamento Econômico No Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

Jobim, José. *Brazil in the Making*. New York: Macmillan Co., 1944.

Krieger, Heinrich. "Die Rassenfrage in Brasilien: Ein Kritischer Überblick Unter Besonderer Berücksichtigung Der Gesetzgebung Und Des Schrifttums." *Archiv Für Rassen- Und Gesellschafts-Biologie Einschließlich Rassen- Und Gesellschafts-Hygiene Band* 34, n. 1 (1940): 09–54.

Lima, Jorge de. *Rassenbildung Und Rassenpolitik in Brasilien*. Leipzig: Verlag Der Duerer-Bund, 1934.

Linden, Marcel van der. *Workers of the World: Essays toward a Global Labor History. Studies in Global Social History*. Leiden/Boston: Brill, 2008.

Mandel, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

Martins, Eloy. *Um Depoimento Político*. Editora do Autor, 1989.

McCann, Frank D. *The Brazilian-American Alliance, 1937-1945*. Princeton: Princeton University Press, 1974.

Mello, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: UNESP, 2009.

Motta, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Niterói: Editora da UFF, 2019.

Moura, Gerson. *Autonomia Na Dependência: A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

Needell, Jeffrey D. "History, Race, and the State in the Thought of Oliveira Vianna". *Hispanic American Historical Review* 75, n. 1 (1995): 1–30.

O Dia. “Mensagem de Henry Wallace ao Povo Brasileiro - Democracia Genética.” *O Dia*, 19 de março 1943, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Oliveira Viana, Francisco José de. *Populações meridionais do Brasil*. Edição do Autor, 1920.

Oliveira Viana, Francisco José de. *Raça e assimilação: os problemas da raça, os problemas da assimilação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

Overy, Richard. *Blood and Ruins. The Great Imperial War, 1931-1945*. London: Penguin Books, 2023.

Paoli, Maria Célia. “Os Trabalhadores Urbanos Na Fala Dos Outros: Tempo, Espaço, e Classe Na História Operária Brasileira.” Em *Cultura e Identidade Operária*, org. José Sérgio Leite Lopes. Rio de Janeiro: UFRJ-Museu Nacional/Marco Zero, 1987.

Perazzo, Priscila Ferreira. *Prisioneiros da Guerra: Os “Súditos do Eixo” nos Campos de Concentração Brasileiros (1942-1945)*. São Paulo: Humanitas: Imprensa Oficial, 2009.

Petterson, Horace C. “Military Intelligence Division, W. D. G. S. Military Attaché Report, ‘Demonstration Celebrating the Anniversary of the Break with the Axis.’” February 11, 1944. *Record Group 319* (Records of the Army Staff), Entry NMr347c, Box 216. National Archives and Records Administration.

Polanyi, Karl. *The Great Transformation*. New York: Octagon Books, 1975.

“President Vargas’ Labour Day Speech on 1st May 1943.” May 1, 1943. *Foreign Office*, Entry 128, Folder 422 - 1943 – “Brazil: Political and General.” National Archives of the United Kingdom.

Prüfer, Kurt. “Telegram from the German Embassy in Brazil, Rio de Janeiro, to the German Foreign Office”. *Politisches Archiv des Auswärtigen Amtes*, November 29, 1941. RZ 102-29548, 378-379.

Ramos, Arthur. *Guerra e relações de raça*. Rio de Janeiro: Departamento editorial da União Nacional dos Estudantes, 1943.

Ribeiro, Felipe Augusto dos Santos. “A Foice, o Martelo e Outras Ferramentas de Ação Política: Os Trabalhadores Rurais e Têxteis de Magé (1956-1973).” Doutorado em História, Política e Bens Culturais, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2013.

Rowell, Edward J. “Labor under the New Brazilian Government, Prepared by Edward J. Howell, Labor Attaché. American Embassy, Rio de Janeiro.” *US National Archives and Records Administration*, November 1945.

Seitenfus, Ricardo Antônio Silva. *A Entrada Do Brasil Na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

Seitenfus, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos Blocos, 1930-1942: O Processo do Envolvimento Brasileiro Na II Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

Silver, Beverly J. *Forces of Labor: Workers’ Movements and Globalization since 1870*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

Tabajara, Nelson. “Reflexões sobre o Carnaval.” *O Jornal*, 03 de julho de 1937. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

The New York Times. “Reich Outpaces US for Brazilian Trade.” *The New York Times*, 07 de dezembro 1936.

Thompson, E. P. “As Peculiaridades Dos Ingleses.” *Em As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*, org. Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

Tilly, Charles. “The Emergence of Citizenship in France and Elsewhere”. *International Review of Social History* 40, n. S3 (1995): 223–36.

Tilly, Charles. *Citizenship, Identity and Social History. International Review of Social History, Supplement Series 3*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

Tomich, Dale. “The Second Slavery and World Capitalism: A Perspective for Historical Inquiry.” *International Review of Social History* 63, n. 3 (2018): 477–501.

U.S. Federal Bureau of Investigation (FBI). *History of the Special Intelligence Service Division (of the FBI)*. Washington, D.C.: GPO, 1947.

Valle, Ciro de Freitas. “Letter from Ciro de Freitas Valle, Brazilian Ambassador in Germany, Berlin to Joachim von Ribbentrop German Foreign Minister.” *Politisches Archiv des Auswärtigen Amtes*, January 29, 1942. RZ. 102-295, p. 470.

Vargas, Getúlio. *Diário*. São Paulo: Siciliano, 1995.

Vargas, Getúlio. *O Pensamento Político de Getúlio Vargas*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e Museu Julio de Castilhos, 2004.

Vianna, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Vinagre, José Caó. “Os Guerreiros de Bronze.” *A Noite*, 04 de novembro de 1944, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Wallerstein, Immanuel Maurice. *World-Systems Analysis: An Introduction*. Durham: Duke University Press, 2004.

Webster, Eddie. “‘Sair da sala de aula e ouvir os trabalhadores’: movimentos sociais, história e universidade na África do Sul.” *História Social*, 3 (1996): 157-171.

Weffort, Francisco. “Origens do Sindicalismo Populista no Brasil (A Conjuntura do Após-Guerra).” *Estudos Cebrap*, 4 (1973).

Wimmer, Andreas, e Nina Glick Schiller. “Methodological Nationalism and beyond: Nation-State Building, Migration and the Social Sciences.” *Global Networks* 2, n. 4 (2002): 301–34.

Wolfe, Joel. *Working Women, Working Men: São Paulo and the Rise of Brazil’s Industrial Working Class, 1900-1955*. Durham: Duke University Press, 1993.

Recebido: 31 de julho de 2025

Aprovado: 22 de novembro de 2025

Dossiê: O Brasil, a América Latina e a Segunda Guerra Mundial

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2025.v31.49414>

“Não há tristeza que resista”: as escolas de samba, o Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial (1942- 1946)

**“No sadness can resist”:
the samba schools, the Estado Novo, and the Second World War (1942-1946)”**

**“Ninguna tristeza puede resistir”: Las escuelas de samba, el Estado Novo y la Segunda
Guerra Mundial (1942-1946)**

*Ana Beatriz Ramos de Souza**

<https://orcid.org/0000-0001-8248-0391>

*Carlos Roberto Carvalho Daróz***

<https://orcid.org/0000-0002-8842-3571>

RESUMO: Reconhecido no mundo inteiro, o carnaval é sem dúvidas uma das maiores manifestações culturais do Brasil. As Escolas de Samba e seus desfiles apoteóticos consolidam essa imagem e refletem luxo e organização. Mas nem sempre foi assim. No princípio de sua formação,

* Estágio pós-doutoral no Departamento de História da América pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutora e Mestre em História Política (Bolsista CAPES) e Licenciada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisa o Brasil no século XIX e início da República, especialmente as temáticas relacionadas com a História Política e História Militar e suas vertentes, fronteira, identidade, memória, cidadania e a formação nacional. Tem interesse em Patrimônio, Educação Patrimonial e Arqueologia Histórica. Integrante da Rede Internacional HERMES - Pesquisadores internacionais de fronteiras, integração e conflitos. É autora de vários capítulos de livros e artigos publicados no Brasil e no exterior. Destacam-se em suas publicações a organização do livro *História das Américas: apontamentos iniciais de ensino e pesquisas* e o artigo “A 'Questão Nabileque: Estratégia, Geopolítica e legitimação das Fronteiras (1905 - 1940)”. E-mail: abyasouza1982@gmail.com

** Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense e pela *Université Libre de Bruxelles*, bolsista da União Europeia (*Programme Erasmus+*), com ênfase no estudo da Primeira Guerra Mundial. Possui mestrado em História pela Universidade Salgado de Oliveira, na linha de pesquisa Ideologia e Política, e em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. É especialista em História Militar pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e licenciado em História pela Universidade Salgado de Oliveira. Integrante da Rede Hermes: Pesquisadores internacionais de fronteiras, integração e conflitos, filiado ao Núcleo de Pesquisa Conflitos, material de emprego militar e história militar. Pesquisador Associado do Grupo de Investigação de História Militar da Universidade de Lisboa e Pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisa de História Militar do Exército Brasileiro. Com diversos artigos publicados no Brasil e no exterior, é autor de “Bruxas da Noite: as aviadoras soviéticas na Segunda Guerra Mundial”; “A guerra do açúcar: as invasões holandesas no Brasil”; “Primeira Guerra Mundial” pela Editora Contexto, dentre outros. E-mail: cdaroz@yahoo.com.br.

as Escolas de Samba eram vistas como reduto de estratos que não eram bem-vistos na sociedade. A partir da década de 1930, elas conseguiram obter relativo respeito, mas isso se deveu, em grande parte a sua associação com o governo Vargas. Como parte da ação política do Estado Novo, através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), ocorreu a incorporação do que era considerado cultura popular, a partir de um projeto de controle e de propaganda. Com a emergência da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a entrada do Brasil no conflito (1942), o governo utilizou das Escolas de Samba como meio de propaganda para justificar a participação, bem como para arregimentar soldados. Este artigo pretende examinar a relação entre as Escolas de Samba e o governo Vargas, notadamente no período da Segunda Guerra Mundial, procurando ressaltar a interferência política do governo na manifestação cultural.

Palavras-chave: Escolas de Samba. Estado Novo. Força Expedicionária Brasileira. Segunda Guerra Mundial.

ABSTRACT: Recognized worldwide, Carnival is undoubtedly one of Brazil's greatest cultural manifestations. The Samba Schools and their spectacular parades cement this image and reflect luxury and organization. But it wasn't always this way. Early in their development, the Samba Schools were seen as a haven for socially disregarded strata. From the 1930s onward, they managed to gain relative respect, but this was largely due to their association with the Vargas government. As part of the political action of the Estado Novo, through the Department of Press and Propaganda (DIP), what was considered popular culture was incorporated, based on a project of control and propaganda. With the outbreak of World War II (1939-1945) and Brazil's entry into the conflict (1942), the government used the Samba Schools as a propaganda tool to justify participation and to recruit soldiers. This article aims to examine the relationship between Samba Schools and the Vargas government, particularly during the Second World War, seeking to highlight the government's political interference in cultural expression.

Keywords: Samba Schools. New State. Brazilian Expeditionary Force. Second World War.

RESUMEN: Reconocido mundialmente, el Carnaval es sin duda una de las mayores manifestaciones culturales de Brasil. Las Escuelas de Samba y sus espectaculares desfiles consolidan esta imagen y reflejan lujo y organización. Pero no siempre fue así. En sus inicios, las Escuelas de Samba fueron vistas como un refugio para los estratos sociales marginados. A partir de la década de 1930, lograron ganarse un respeto relativo, en gran medida gracias a su asociación con el gobierno de Vargas. Como parte de la acción política del Estado Novo, a través del Departamento de Prensa y Propaganda (DIP), se incorporó lo que se consideraba cultura popular, con base en un proyecto de control y propaganda. Con el estallido de la Segunda Guerra Mundial (1939-1945) y la entrada de Brasil en el conflicto (1942), el gobierno utilizó las Escuelas de Samba como herramienta de propaganda para justificar la participación y reclutar soldados. Este artículo busca examinar la relación entre las Escuelas de Samba y el gobierno de Vargas, particularmente durante la Segunda Guerra Mundial, buscando destacar la interferencia política del gobierno en la expresión cultural.

Palabras clave: Escuelas de Samba. Estado Nuevo. Fuerza Expedicionaria Brasileña. Segunda Guerra Mundial.

Como citar este artigo:

Souza, Ana Beatriz Ramos de, e Carlos Roberto Carvalho Daróz. ““Não há tristeza que resista”: as escolas de samba, o Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial (1942-1946)”. *Locus: Revista de História*, 31, n. 2 (2025): 100-129.

“**Não há tristeza que resista...** aí estão os participantes do vitorioso programa do Carnaval da Vitória, inteiramente contagiados pela alegria esufiante que se infiltra na alma de todos os seus fans. Sambas, marchas, frevos e outras músicas de carnaval, na voz dos cantores mais estimados do povo: - Dorival Caymmi, Ademilde, Déo, Dircinha Batista, Aracy de Almeida e outros. Às 3as, 5as e sábados, das 20:30 horas em diante na Tupi em ondas médias e Tamoio em ondas curtas (sic)” (A Noite 17 jan. 1946, 6).

A nota de jornal transcrita acima ressalta o primeiro evento dito carnavalesco do ano de 1946. Publicada na página 4 do jornal carioca *A Noite*, buscava anunciar um programa de rádio especial, pois, além de contar com os principais artistas daquele período, retratados em foto logo acima do anúncio, destaca um evento importante para o início daquele ano: o Carnaval da Vitória. Programado para ocorrer no ano de 1946, o Carnaval da Vitória foi idealizado pela Liga de Defesa Nacional, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e por Walter Pinto¹, e tinha como principal objetivo realizar uma efetiva comemoração pelo final da Segunda Guerra Mundial, bem como a vitória dos aliados sobre as ditaduras fascistas. “Mas agora essas sombras desapareceram. Não há mais guerra e o despotismo é apenas uma lembrança amarga” (O Cruzeiro 2 mar. 1946, 6). Celebrariam, a partir da maior festa popular do Brasil, o final da guerra, mas também o final da “ditadura opressiva, a criar toda sorte de embaraços à liberdade do cidadão”. Neste sentido, o carnaval de 1946 se vestiu de questões políticas e simbólicas ainda pouco estudadas pela historiografia. Este artigo busca analisar os carnavais de 1943 até 1946 no que concerne principalmente aos desfiles das escolas de samba, no intuito de compreender sua utilização como veículo de propaganda do governo na guerra, principalmente com relação aos feitos da Força Expedicionária Brasileira (FEB).

As Escolas de samba, o Estado Novo e a Guerra

Ao analisar as formas de ação do Estado Novo, Ângela de Castro Gomes afirmou que “o DIP [Departamento de Imprensa e Propaganda], portanto, materializa o grande esforço

¹ Walter Pinto foi um produtor e autor de teatro brasileiro, responsável direto pela renovação no país do teatro de revista. Walter formou-se em Contabilidade e Ciências Econômicas, mas acabou dedicando-se à Companhia de Teatro Pinto, fundada por seu pai, dirigindo-a depois da morte de seu irmão Álvaro, ainda na década de 1940. Dá início à Companhia Walter Pinto, que veio a se tornar a maior delas no teatro musicado, encenando Revistas e revelando uma geração de atores, músicos e compositores, dentre os quais se podem listar: Dercy Gonçalves, Carmem Miranda, Assis Valente etc. (Walter Pinto. “Fundos WP - Fundo Walter Pinto”)

empreendido, durante o Estado Novo, para controlar os instrumentos necessários à construção e implementação de um projeto político-ideológico que se afirmasse como socialmente dominante” (Gomes 1992, 110).

O conflito teve início em 1º de setembro de 1939 quando a Alemanha nazista, sob a liderança de Adolf Hitler, invadiu a Polônia, provocando a declaração de guerra por parte do Reino Unido e da França. Esse evento marcou o início de uma guerra caracterizada pela polarização entre as potências do Eixo, compostas pela Alemanha, Itália e Japão, e os Aliados, liderados por países como Reino Unido, União Soviética e, posteriormente, os Estados Unidos. O Brasil, sob o governo de Getúlio Vargas, inicialmente adotou uma postura de neutralidade, buscando manter relações diplomáticas e comerciais com ambas as partes em conflito, o que refletia a tradição diplomática brasileira e a prioridade dada à estabilidade interna (Fausto 2002).

Durante os primeiros anos do conflito, o governo Vargas implementou políticas que visavam preservar a neutralidade brasileira, apesar das pressões econômicas e políticas tanto dos Aliados quanto das potências do Eixo. Esse posicionamento foi sustentado por uma estratégia que buscava proteger os interesses nacionais, incluindo a exportação de produtos estratégicos, como o minério de ferro e a borracha, essenciais para a indústria bélica (Skidmore 1999). No Brasil, os jornais noticiam em suas primeiras páginas tudo o que ocorria na Europa. Com a virada para 1940, os jornais dividiam as notícias com os preparativos para o carnaval, que ocorreria em 5 de fevereiro. O primeiro carnaval no contexto da guerra ocorreu sem nenhuma alteração. Eram ressaltadas a alegria, o luxo e a organização, mas destacavam também o saudosismo dos “antigos carnavais”.

Em 3 de fevereiro, *O Cruzeiro*, revista ilustrada semanal com grande penetração na sociedade, trazia em suas páginas matérias sobre o carnaval. Uma dessas recebeu o título de “A guerra e o carnaval”. Ilustrada, a matéria expôs fotos de diversos tipos urbanos com legendas explicativas da opinião daquele grupo sobre a festa. Ainda com a guerra distante, percebe-se que não há muita preocupação com a possível influência do conflito: “O pai de família acha que o carnaval é uma calamidade. Maior calamidade até que a própria guerra...”, ou ainda, “O comerciante teme que a guerra estrague tudo”. O texto do jornalista fala que “... acontecimentos do velho mundo, porém precisa esquecer, e o carnaval ajuda mesmo a esquecer. Por isso lhe digo que o carnaval deste ano vai ser dos melhores, dos mais animados dos últimos tempos” (*O Cruzeiro* 3 fev. de 1940). Na continuação da matéria, o jornalista entrevista integrantes do carnaval e sambistas e suas opiniões são diversas com relação à guerra, mas todos são unânimes em dizer que ela não afetaria o carnaval. O repórter termina a matéria com uma frase muito representativa para aquele contexto:

Mas os bolsos do repórter estão cheios de papel com as opiniões arrecadadas. Ele resolve tomar o primeiro bonde: um rapaz lia, no banco da frente, as últimas manchetes sobre a guerra, enquanto atrás, junto ao condutor, um estudante assobiava um dos sambas mais gostosos cantados por Aracy de Almeida (O Cruzeiro 3 fev. de 1940, 2).

Com relação às Escolas de Samba, elas passaram a refletir o início de modernização da sociedade urbano-industrial. Conforme aponta Ortiz (1999, 38), o país se moderniza em diversos setores, devido a fenômenos que determinaram novos parâmetros culturais. As escolas de samba absorveriam esse clima, com a mudança para um novo espaço de desfile e buscando subvenções oficiais. Da mesma forma, a polícia passa a atuar sobre as escolas e, ainda em janeiro de 1940, os jornais noticiam o fechamento da “Última Hora”, “Rainha dos Pretos”, “União de Madureira” e “Prazer da Serrinha” (Diário Carioca 5 jan. de 1940). Esse início de institucionalização do carnaval também pode ser percebido pelas ações do prefeito Henrique Dodsworth, que, a partir do Departamento de Turismo da cidade, contratou cenógrafos para executarem as decorações carnavalescas, com imagens de “carnavais antigos”, para o maior esplendor do carnaval carioca (Diário Carioca 5 jan. de 1940). Dois detalhes chamaram a atenção nesse fato: a padronização do evento nos moldes do que o governo entendia como cabível e necessário para fomentar o discurso do DIP, e a intencionalidade do carnaval como marco de atração turística. Apesar de interessante, não nos deteremos nessas premissas.

Os desfiles das escolas de samba ocorreriam no “domingo gordo”, na Praça XI de Junho, e estariam submetidas ao julgamento promovido pela prefeitura. Na segunda-feira o desfile ocorreria no Campo de São Cristóvão com as escolas restantes. Dentre os avisos e informes sobre como ocorreria a festa, chamou a atenção o destaque dado à matéria que anunciava o emprego de 3 mil homens no “policimento especial” para o carnaval, grupo este composto soldados do exército, policiais militares e investigadores da polícia civil, incumbidos da “manutenção da ordem” (Diário Carioca 3 fev. de 1940). Por mais que o Brasil ainda assistisse de longe o desenrolar dos conflitos, o clima “de guerra” estava presente, notadamente devido às características autoritárias do Estado Novo. A comissão julgadora da prefeitura contava com nomes como o escultor Modestino Kanto, principal artista dos monumentos durante o Estado Novo, que, após analisarem samba, harmonia, conjunto, bandeira e enredo, entenderam que a vencedora deveria ser a Estação Primeira que levou ao desfile o enredo “Prantos, pretos e poetas”, com samba composto pelo lendário Carlos Cachça (Diário Carioca 10 fev. de 1940). A guerra não foi pauta do carnaval de 1940.

Nos anos de 1941 e 1942, o padrão foi praticamente o mesmo. O financiamento da prefeitura garantiria um relativo controle sobre as escolas de samba, comprovado pelo pedido público de prestação de contas da verba que havia sido designada (Correio da Manhã 12 fev. 1941). Como exemplo, podemos citar que a proposta da prefeitura, o que garantiria esse financiamento, seria de

as escolas escolherem como enredo homenagem “ao decênio do Governo do Presidente Getúlio Vargas” (Diário Carioca 26 jan. 1941). Não à toa, a Portela ganha a disputa naquele carnaval, iniciando sua sequência de campeonatos, com enredo “assinado” por Paulo da Portela intitulado “Dez anos de glórias”.

Um detalhe ainda pertinente sobre a Portela e sua relação com a política. Com a proposta de lançamento do filme “Fantasia”, Walt Disney inicia, pelo Brasil, uma série de visitas aos países sul-americanos. Chegando em 17 de agosto, sua visita foi cercada da cobertura jornalística. Logo foi recebido pelo presidente Getúlio Vargas no Palácio do Catete, bem como pelo Diretor Geral do DIP, Lourival Fontes. No dia 19, em almoço na Associação Brasileira de Imprensa, Walt Disney fala para o repórter do Correio da Manhã sobre seus “objetivos”: “missão de colher para o mundo mágico dos desenhos, coisas do Brasil, da Argentina, do Chile, do Equador, da Colômbia e do Peru” (Correio da Manhã 19 ago. 1941). Em 21 de agosto, um programa de “músicas brasileiras”, patrocinado pelo DIP, foi “encenado” para Disney. Em seu repertório, principalmente, músicas de exaltação ao Brasil de autoria dos mais famosos artistas da época, como Ary Barroso, Lamartine Babo, João de Barro, entre outros (Correio da Manhã 21 ago. 1941, 1). Mas, pela matéria, a que chamou mais atenção de Walt Disney foi “Aquarela do Brasil”, de Ary Barroso, composição de chamou de “admirável” (Correio da Manhã 21 ago. 1941, 1). Depois de um verdadeiro *tour* pelo Distrito Federal, onde assistiu à exibição de Fantasia no Cine Pathè, se encontrou com Vila Lobos, Grande Otelo e Linda Batista, além de intelectuais como Pedro Calmon, Amoroso Lima e Afrânio Peixoto, ele encerra sua viagem, acompanhado de membros da Embaixada dos EUA no Brasil, visitando a Portela (Correio da Manhã, 21 ago. 1941, 1). O Correio da Manhã, a partir de matéria divulgada pelo DIP, foi o jornal que mais descreveu a visita. Em 26 de agosto, publicou:

Walt Disney e Paulo da Portela. Pode parecer estranho o paralelo e o fato de iniciar-se esta reportagem alinhando esses dois nomes ao mesmo plano. Seria um escândalo em qualquer outra ocasião. Neste instante não. Walt Disney e Paulo da Portela fazem os dois grandes momentos da batucada improvisada de domingo a noite afim de que o extraordinário inventor de maravilhas tivesse contato direto com a gente do morro. A caravana de automóveis partiu do Copacabana Palace e foi parar na Estrada da Portela, subúrbio de Madureira. Eram dezessete horas. Walt Disney ia na frente [...] os estranhos.... ao lado do Sr. Assis de Figueiredo, diretor da Divisão de Turismo do DIP, nos outros carros todos seus auxiliares, musicistas, artistas, instrutores, fotógrafos, convidados especiais, inclusive a secretária Grace Moore que também é jornalista (Correio da Manhã 26 ago. 1941, 1).

E segue descrevendo a recepção:

O terreiro estava iluminado. Não se sabia ao certo o lugar então onde ficava a Escola de Samba da Portela. Para... gente que ali ia, porém ... saber o rumo: Estrada da Portela. [...]. Um gradil de madeira a frente. Casa tosca e, lá dentro o barulho da batucada: cuíca, pandeiro, também ganzás “[...] UM DISCURSO [...] Walt Disney ia visitá-los Walt Disney, o gênio dos desenhos animados. Bastava dizer aos habitantes do morro: vem aí o homem dos desenhos animados. [...] Começaram cedo uma peixada, e muita música, muito canto, muita batucada, muita cadência, muita harmonia. Quando Walt Disney entrou no terreiro, **Paulo da Portela, a figura suprema da Escola**, o recebeu com

um discurso de improviso, é claro. Disse tudo o que tinha a dizer, num aluvio de palavras com acentos de rara imponência, como só poderia fazer um criador de sambas. Depois veio o principal. Alinharam-se os comparsas no terreiro. Centenas de figurantes, que ali acorreram a um grito de Paulo da Portela, começaram a movimentar-se sacudindo as cadeiras, ao compasso de todos aqueles instrumentos de percussão que damos notícia linha acima. O coro cantava uma belíssima melodia de **Cartola, que ali cantava como visitante**, como vira de casaco de pijama oferecido pelo dono da casa. [...] Enquanto isso dezenas de pastoras passavam em frente a Walt Disney, cantando sambando seguindo o corpo, [...] Walt Disney observa de braços cruzados atento o olhar gravado em todos os movimentos dos bailarinos e, uma vez que outra, ria, enquanto comentava o assunto com pessoas que estivessem mais próximas de si. PAULO DA PORTELA, UM ESPETACULO De camisa branca com mangas curtas movimentando-se em todas as direções, agitando os braços dando ordens disciplinando o seu conjunto, gritando quase alucinadamente, Paulo da Portela era um espetáculo. [...] Dava ordens em música. [...] Aos poucos, Paulo da Portela foi se acalmando. Agora sorria. [...] E cruzou os braços dando gargalhada, mas seguiu rápido para outros setores do terreiro, gingando sempre. Walt Disney não perdia nada, assistia, maravilhado, aquele espetáculo do morro em sua homenagem. Mostraram-lhe o relógio. Eram vinte e uma horas. Já estava ali há quase cento e vinte minutos. O criador do Pato Donald e Pluto Não queria sair. Esperou ainda mais um pouco. Depois foi saindo com o olhar voltado para o terreiro. Mas a batucada continuou (Correio da Manhã 26 ago. 1941, 1-2, grifos nossos).

A citação é longa, mas serve perfeitamente para ilustrar o discurso. Paulo da Portela era figura importante da região de Madureira, naquele momento estava afastado da Portela, mas retornou para este encontro, se afastando em definitivo após a visita de Walt Disney. Percebe-se que ele pode ter sido o elo necessário de construção política do evento, principalmente pelo destaque dado pelo jornal, órgão de apoio ao governo, à sua pessoa. Em 1942, Walt Disney lança o filme “Alô amigos”, que nada mais é que um resumo de sua viagem à América do Sul. No capítulo dedicado especialmente ao Brasil, passa pela Bahia e Rio de Janeiro. No Rio, ao som de “Aquarela do Brasil”, ele encontra o “José Carioca – Zé Carioca”, personagem famoso que representava o malandro “boa praça” carioca. Zé Carioca leva o Pato Donald a conhecer o samba, ensinando o carisma brasileiro e o requebrado da música. Acredita-se que o personagem foi inspirado em Paulo da Portela e naquela visita a Madureira. O que temos certeza, na verdade, é que até o final do governo Vargas a Portela levou todos os carnavais. Coincidência ou não, infelizmente não teremos com explorar neste texto.

Ressaltamos ainda em 1941, a iniciativa do DIP em se fazer mais presente na organização e na propaganda do carnaval. Para tanto, dentro da “Hora do Brasil”, foram promovidos cinco programas especiais que, segundo o jornal Correio da Manhã, pretendiam “além da história do carnaval carioca, desde suas primeiras manifestações nas ruas e nos theatros [...] os ouvintes terão ensejo de apreciar o que eram os curiosos cordões de velhos, o entrudo, os trotes da rua do Ouvidor e outras particularidades” (Correio da Manhã 13 fev. 1941, 4). Essa ideia de festa construída pelo DIP, a partir da rememoração de antigos carnavais, estava intrinsecamente ligada na propaganda de transformação turística do Rio de Janeiro, sendo o “carro-chefe” que seria levado aos outros países. Mas o destaque para essa análise recai na alcunha dada aos navios neste contexto. Chamado de “Frota da Boa Vizinhaça”, recebeu turistas americanos e argentinos, e se remetia a política

norte-americana desenvolvida pelo presidente Franklin Delano Roosevelt para a América Latina (Prado 1995).

O cenário global começou a mudar significativamente após o ataque japonês a Pearl Harbor, em dezembro de 1941, que levou os Estados Unidos a entrarem ativamente na guerra, intensificando a pressão sobre o Brasil para abandonar sua neutralidade. Em janeiro de 1942, a intensificação dos ataques aos navios mercantes brasileiros por submarinos alemães e italianos no Atlântico Sul, contribuiu decisivamente para a mudança de postura do Brasil. As medidas com relação do carnaval de 1942 sofreram algumas alterações. Além de arrefecer os ânimos dos editores dos jornais, a condução dos festejos foi dificultada. Algumas concessões para bailes em clubes, como o já tradicional Baile de Gala do Teatro Municipal, foram retiradas. O *Diário Carioca* de 31 de janeiro de 1942 publicou que “só serão tomados em consideração os pedidos de auxílio para o Carnaval externo

[...] que apresentarem seus requerimentos com todos os documentos legalizados: portaria de licença da Diretoria Geral de Comunicações e Estatística da Polícia Civil, Guia - do Departamento de Imprensa e Propaganda e comprovação da despesa e do auxílio recebido no ano anterior (*Diário Carioca* 31 jan. 1942, 5).

A grande novidade deste ano foi a premiação das escolas melhores colocadas por parte da prefeitura do Distrito Federal. Mas a política esteve presente neste desfile.

O primeiro ponto a ser destacado nesse carnaval de 1942 foi a presença do cineasta norte-americano Orson Welles. Com apenas 26 anos, e já com duas obras-primas aclamadas (*Cidadão Kane* e *Soberba*), Welles desembarcava no Rio de Janeiro em 1942 para filmar o Carnaval, ainda dentro dos pressupostos da política da boa vizinhança. Trouxe consigo um equipamento inédito fora de Hollywood na época, o pesado sistema de filmagem *Technicolor*, com o objetivo de capturar toda a energia desse evento marcante. Segundo Catherine L. Benamou,

A produção do filme de Welles foi impulsionada pela Política da Boa Vizinhança durante a Segunda Guerra Mundial, e mais especificamente pelo esforço de abrir o mercado latino-americano para produtos de Hollywood, aumentar a presença ‘latina’ nesses produtos e impedir a expansão da propaganda do Eixo no continente americano. [...] Welles sonhava com a possibilidade de alimentar um diálogo não apenas entre países em tempo de guerra, mas entre povos, retratando a expressão musical (“Carnaval”) e artesanal (“Jangadeiros”), complementada por uma trilha sonora composta por Heitor Villa-Lobos e os maiores sambistas da época (Benamou 2024).

Um segundo ponto nos chamou a atenção durante a análise do carnaval de 1942. Com os ataques japoneses em Pearl Harbor, Chile e Estados Unidos pediram a convocação da III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos e seus representantes, a ser realizada em janeiro daquele ano, na cidade do Rio de Janeiro. Nessa altura, o governo dos Estados Unidos não estava mais disposto a perder tempo negociando com a Argentina ou com o Chile, partindo já para o investimento na Política da Boa Vizinhança. A Conferência do Rio de Janeiro seria o momento de

colher os frutos dessa Política. A escolha da cidade do Rio de Janeiro como palco da mais importante Conferência Americana durante a Segunda Guerra foi proposital. Havia uma relação de amizade entre os dois países e, segundo os jornais da época, a recepção à delegação norte-americana não poderia ter sido mais amistosa. Segundo o *Jornal do Brasil* de 13 de janeiro de 1942,

O Rio viveu ontem à tarde as suas primeiras horas de vibração por motivo da conferência continental [...]. E a medida que as horas passavam aumentava o número de pessoas, atingindo alguns milhares. [...]. E a medida que as horas passavam aumentava o número de pessoas, atingindo alguns milhares (*Jornal do Brasil* 13 jan. 1942, 3).

A III Conferência se estendeu até o mês de fevereiro, abarcando exatamente o carnaval. No desfile das escolas de samba, o evento é ressaltado com a primeira parte sendo composta de uma ala com os escudos dos 21 países que participaram da reunião. Um carro alegórico foi construído sobre os chanceleres em figura destacada, salientando-se a efígie de Oswaldo Aranha, e na parte posterior, enormes espigas emergem de grandes cestos, sob os raios do sol do Brasil (*Diário Carioca* 15 fev. de 1942). O carnaval de 1942 foi vencido novamente pela Portela, que levou um enredo que falava basicamente da história do samba (“A vida do Samba”). O Serviço de Difusão da Prefeitura do Distrito Federal instalou refletores e máquinas de filmagem e o carnaval de 1942 pode ser todo documentado, sendo exibido posteriormente nos cinemas da cidade.² No jornal *Diário Carioca*, ainda foi relatado que jornalistas norte-americanos filmaram o carnaval para poder divulgá-lo nas redes internacionais, na Metro Goldwin, Universal Pictures e Paramount. O exercício da “boa vizinhança” estava a pleno vapor em 1942. Em agosto do mesmo ano, o Brasil acabou declarando oficialmente guerra às potências do Eixo.

O carnaval de 1943: “o carnaval da vitória”

Desde os primeiros dias do ano já era perceptível que o carnaval de 1943 seria diferente. A declaração de guerra assinada pelo presidente Vargas contra o Eixo colocava o país efetivamente no clima da guerra. E isso se refletiu, de alguma forma, no carnaval daquele ano. A subvenção pública para a festa foi revogada devido aos “esforços de guerra”. Discutia-se se seria plausível ter ou não a festa. A escritora Raquel de Queiroz também discute essa questão:

Deve ou não deve haver carnaval? É feio ou é bonito esquecer a guerra, pôr de lado a lembrança de bombardeios e submarinos, vestir uma camisa listada e cair na farra à solta? É este o problema máximo do momento. Há gente pró e gente contra. Felizmente muitos mais do pró do que do contra. [...]. Mas é claro que deve haver carnaval! Por que não haver carnaval? Por que interromper essa tradição de alegria mais que centenária entre nós? (*O Cruzeiro* 6 mar. 1943, 2).

E, na matéria, que é bem longa, ela continua:

Vedê as canções deste ano. Algumas não valem nada, é verdade. Mas quanta sátira deliciosa, quanta molegada de gênio, quanta bola de primeiríssima ordem! É uma propaganda anti-Eixo, anti-quinta-

² Esse acervo sobre o desfile de 1942 pode ser encontrado na Cinemateca Brasileira.

coluna e pró-aliada da maior intensidade e da maior eficiência. O homem da rua dificilmente se detém ante o rádio de café para escutar comentários e boletins de guerra, feitos numa linguagem que ele entende mal, exigindo conhecimentos geográficos e políticos que ele não possui. Mas se o rádio berra numa toada agradável que “vai pendurar o violão e pegar no fuzil” ele acha graça e aprova. Como aprova o “Alô, tio Sam”, em que se oferece solidariedade ao velhote de barbicha e casaca listada. [...] Dizem que os jovens nazistas vão para o combate entoando o Hort Wessel, que é um canto fúnebre à memória de um rapaz morto. Pois a rapaziada daqui, quando pegar no fuzil, cantará coisa mais alegre. Com cuíca, pandeiro, violão, há de ganhar esta guerra e “cantar o samba em Berlim...” (O Cruzeiro 6 mar. 1943, 2).

E por que motivos a autora se dedicaria a escrever tal texto? Até aquele momento o carnaval ainda estava sob suspeita. A primeira tentativa de realizar os desfiles ocorreu com a intervenção da primeira-dama, Darcy Vargas, que pretendia organizar dentro do Estádio de São Januário um desfile em prol da “cantina do soldado”, para atender “aos bravos soldados brasileiros” (A Manhã 19 jan. de 1943, 3). Cerca de um mês após esse anúncio, a dificuldade em conseguir o patrocínio para o evento fez com que a União Geral das Escolas de Samba resolvesse cancelar a festa (A Manhã 19 jan. de 1943, 3).

Para além destas questões, o carnaval de rua recebeu novos adendos de fiscalização. Para além da proibição do uso de máscaras, o que já, de maneira informal, acontecia nos anos anteriores, neste carnaval de 1943, ficaram proibidos de participar dos festejos os imigrantes vindos dos países do Eixo- alemães, italianos, e japoneses- pois “seria inadmissível ver aqueles que trouxeram a guerra ao país, se divertindo justamente enquanto os brasileiros eram enviados ao *front*”, sem contar que qualquer música que questionasse ou simplesmente mencionasse o posicionamento do Brasil na guerra, poderia render a prisão dos autores ou de quem cantasse a obra (Bezerra 2012, 157). Essa mesma medida foi reproduzida sob o nome de “Carnaval em tempos de guerra” nos anos de 1944 e 1945 (Correio da Manhã 28 jan. 1943, 4).

Mesmo com a iniciativa da primeira-dama, o desfile das escolas de samba não saiu do papel. Somente no final de fevereiro, e, portanto, pouco dias antes dos festejos, é que o horizonte dos sambistas começava a mudar. Em 28 de fevereiro o jornal “A Manhã”, do Rio de Janeiro, publica a seguinte matéria, a citação é um pouco longa, mas vai nos fornecer um panorama interessante do contexto:

Liga de defesa nacional. Em prosseguimento com seu vasto programa de colaboração para o aumento do esforço de guerra nacional, a Liga de Defesa Nacional está promovendo as démarches para a realização do “Carnaval da Vitória”. Esta iniciativa da Liga tem como finalidade principal a aquisição de fundos para a compra de obrigações de guerra. [...] O “Carnaval da Vitória” é, pois, a cooperação com o governo numa preparação psicológica do povo para a luta contra os nipo-nazi-fascistas. As escolas de samba deram a sua decidida e eficiente adesão á iniciativa da Liga (Correio da Manhã 28 jan. 1943, 4).

A matéria continua com a parte que consideramos mais importante de toda a publicação:

Através das escolas de samba, a Liga levará a palavra de ordem do governo, no sentido de desenvolver no máximo o programa de preparação das camadas populares até os subúrbios

e zonas mais distantes da cidade. [...] O “Cortejo da vitória”, cuja organização está a cargo da prestigiosa União Nacional dos Estudantes, percorrerá os pontos de maior aglomeração popular. Os carros alegóricos apresentarão temas de cunho patriótico, destacando-se entre eles os seguintes: **“Apoio à política do governo; União Nacional; Carta do Atlântico; Campanha do Bônus; Crítico às doutrinas totalitárias; e Apoteose da vitória”**. O slogan “Colaboro mesmo quando me divirto” será lançado demonstrando que até mesmo nas diversões cada um de nós tem oportunidade de contribuir para a defesa nacional contra o nazi-fascismo” (Correio da Manhã 28 jan. 1943, 4, grifos nossos).

Esse trecho deixa muita clara a preocupação do governo em levar sua mensagem às classes populares, e usa o carnaval, notadamente o desfile das escolas de samba, para atingir seu intento. Era necessário convencer a população da emergência da guerra e, com isso, arregimentar soldados para a Força Expedicionária. Segundo Capelato, a organização e a prática da propaganda política buscavam mais impressionar do que convencer (Capelato 1998). A propaganda seria mais do que um instrumento de poder, ela era o próprio poder. Neste sentido, o DIP atuou intensamente, principalmente na imprensa periódica como uma forma de desenvolvimento e modelagem da consciência nacional. No contexto da guerra, e buscando a aprovação popular, nada como lançar mão do carnaval para manipulação das massas a favor do estado de beligerância.

A própria Liga de Defesa Nacional (LDN), crítica do governo varguista, lança mão de sua “luta” contra o nazifascismo para apoiar as campanhas a favor da entrada do Brasil no conflito e, desta forma, acabava por beneficiar a propaganda política do Estado Novo. Ao lado das tradicionais campanhas cívicas de exaltação à nação e a seus símbolos e vultos históricos, a LDN passou a patrocinar conferências antifascistas em sua sede, e, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939, a luta antifascista da Liga ganhou nova dimensão, sendo lançada a palavra de ordem de barrar o avanço nazista a qualquer preço. A entidade começou a promover conferências fora de sua sede, em grandes casas comerciais do Rio como a Mesbla e O Camiseiro, com o objetivo claro de atrair as classes mais populares. A LDN, juntamente com a União Nacional dos Estudantes (UNE), e outras entidades antifascistas, lideraram o movimento de conscientização da população contra os países do Eixo e a favor dos Aliados. Durante esse período, estendendo-se até o final do conflito, a Liga foi a principal promotora de três grandes campanhas em todo o país: a do envio de um corpo expedicionário brasileiro para a Europa — concretizada entre julho e novembro de 1944; a do esforço de guerra, ou seja, da criação de toda uma infraestrutura que permitisse ao país arcar com os problemas trazidos pelo conflito mundial; e, finalmente, a do

“ajudismo”, ou auxílio material aos soldados brasileiros no front, com o envio de alimentos, roupas e objetos de uso pessoal.³

Em 06 de março de 1943, o general Marcelino Ferreira, presidente da Comissão Executiva da LDN, publica nos jornais maiores orientações sobre a festa de momo, ampliando o escopo dos temas que deveriam ser abordados. Foram inseridas as seguintes temáticas àquelas anteriormente divulgadas:

[...] triunfo nacional; esforço de guerra; petróleo, borracha, siderurgia etc; apoio às forças armadas; campanha das obrigações de guerra; apoio à LBA e à CVB; cooperação militar Brasil- Estados Unidos; eficiência militar do Brasil; união continental; pacto das Nações Unidas; repulsa aos torpedeamentos; críticas aos chefes totalitários e suas exóticas doutrinas; apoteose à Vitória (A Manhã 6 mar. de 1943, 4).

Os acréscimos estão em consonância à política de Vargas de aproximação com os Estados Unidos na chamada “Política da Boa Vizinhança”. Essas temáticas seriam fiscalizadas, como forma de controle da propaganda e da uniformidade do discurso relativo à guerra. Nesse mesmo jornal, logo após a matéria acima relacionada, foi publicado o programa do “carnaval da vitória”. No domingo, dia 7 de março, saíram às ruas as escolas de samba, que se reuniram às 20h na Praça Mauá e fizeram o desfile na Avenida Rio Branco; na segunda à noite, ocorreu uma nova passeata, desta vez das pequenas sociedades carnavalescas e na terça, também de noite, o “Cortejo da Vitória” conduzido pela UNE e constituído de carros alegóricos com sátiras aos ditadores e temas de exaltação patriótica (A Manhã 6 mar. de 1943, 4). Em 7 de março, no jornal vespertino, a LDN conclamava o público a assistir aos desfiles:

A Liga de Defesa Nacional e a União Nacional dos Estudantes convidam o povo a assistir os desfiles das Escolas de Samba, das pequenas sociedades, e do préstito cívico que percorrerão a Avenida Rio Branco às 20 horas de domingo, segunda e terça (A Manhã 7 mar. de 1943, 4).

Apesar da ausência dos foliões nos carnavais de rua, fato noticiado, e fotografado, pelos jornais, o desfile das escolas de samba foi um sucesso. Atendendo às determinações da LDN, as escolas produziram seus carros alegóricos dentro das temáticas estipuladas, sendo extremamente pedagógico acerca daquilo que o governo necessitava repassar às classes populares. Apesar da propaganda ser dos desfiles na Avenida Rio Branco, pensando no controle e também com a intenção de cobrança de ingressos em prol da “Cantina dos soldados”, que fora anteriormente pensada por Darcy Vargas, o desfile ocorreu no Campo de São Cristóvão. A Revista da Semana de

³ Em maio de 1943, a liga participou da Semana Antifascista, que reuniu no Rio representantes da UNE, da Sociedade Amigos da América e do Conselho Antieixista do Banco do Brasil, e contou com o apoio de várias autoridades. A promoção compreendeu solenidades e sessões públicas, incluindo visitas aos túmulos das vítimas do integralismo e do fascismo e o julgamento simbólico do líder integralista Plínio Salgado. No final desse mesmo ano, foi fundada a seção fluminense da LDN, cuja presidência foi entregue ao comandante Ernâni Amaral Peixoto, interventor no estado do Rio de Janeiro e genro de Getúlio Vargas. Esse fato atesta a força da propaganda democrática e antifascista em círculos do próprio governo (Liga de Defesa Nacional 2009)

13 de março de 1943, noticiou os desfiles e, em suas páginas, publicou as fotografias dos carros alegóricos que fornecem ao pesquisador exatamente o tom daquele evento. Escreveu ainda que

A nota mais pitoresca e original dos festejos carnavalescos deste ano foi talvez a do préstito dos estudantes realizado em substituição aos tradicionais cortejos dos clubes. Em vez dos motivos chistosos ou alegorias puramente decorativas, os rapazes saíram à rua com imponentes composições alusivas às grandes figuras das democracias em luta contra o nazismo. Dão mesmo modo, as escolas de samba, nas suas vistosas evoluções levadas a efeito no Campo de São Cristóvão, apregoara, ao som de suas marchas famosas, os propósitos cívicos que animam o nosso povo, exibindo centenas de cartazes com legendas patrióticas ou críticas espirituosas aos ditadores eixistas (Revista da Semana 13 mar. de 1943, 6).

E o jornal tinha razão. No desfile temos exemplos de praticamente todos os temas “sugeridos” pela LDN. As alegorias planejadas foram dispostas da seguinte forma:

1ª Apoio ao governo, 2ª União Nacional, 3ª Esforço de Guerra, 4ª Apoio às forças armadas, 5ª Campanha das obrigações de guerra, 6ª Apoio a L. B. A. e a C. V. B., 7ª Cooperação Militar Brasil-Estados Unidos, 8ª Eficiência militar do Brasil nas tarefas que lhe possam caber, 9ª União continental, 10ª Carta do Atlântico- Pacto das Nações Unidas, 11ª Repulsa aos torpedeamentos, 12ª Crítica aos chefes totalitários e às suas exóticas doutrinas, 13ª Apoteose à vitória (Revista da Semana 7 mar. de 1943, 4).

O préstito final do carnaval de 1943 acabou ocorrendo na Rua do Ouvidor, onde um palanque foi montado e um microfone clamava pelo apoio popular à guerra. Algumas fotos dos carros alegóricos foram dispostas pela Revista da Semana, mas não conseguimos identificar exatamente quais são, mas de acordo com a legenda da imagem, os carros homenagearam as “nações unidas” (contra o Eixo); o presidente Getúlio Vargas em detrimento do líder japonês “Hiroito, de riso amarelo, [sendo] enterrado num carro de lixo” e “Hitler, o detestado chefe da tríade eixista, esmagado pela ofensiva de inverno” (Correio da Manhã 11 mar. de 1943). À frente do primeiro carro alegórico, vieram os bustos do presidente Getúlio Vargas, Roosevelt, Churchill, Chiang-Kai-Shek e Stalin, em seguida, um carro representando as riquezas nacionais do Brasil, uma clara alusão ao apoio à siderurgia e o petróleo (Fig. 1); após esta alegoria, um carro com a palavra “África”, ilustrando os soldados brasileiros em posição de ataque sobre corpos nazistas nos areais norte-africanos (Fig. 2). Os outros carros que compuseram o cortejo referiam-se a generais brasileiros e ao general Justo, ex-presidente argentino, “pela amizade existente entre os dois países”. Fechando o cortejo, um carro de crítica aos ditadores nazifascistas e ao integralismo, “simbolizado por uma galinha morta pintada de verde”. Destacamos também duas outras alegorias bem interessantes: uma com o busto de Getúlio Vargas e o primeiro-ministro britânico Winston Churchill, a fim de exaltar a campanha brasileira ao lado dos aliados (Fig. 3) e outro com sambistas à frente portando cartazes com as imagens de Caxias, Marília Dias e Tamandaré, no intuito de incluir a ideia de exaltação cívico-patriótica aos heróis recém alçados à categoria de destaque nas forças armadas, bem ao estilo do que propagava a LDN (Castro 2000).

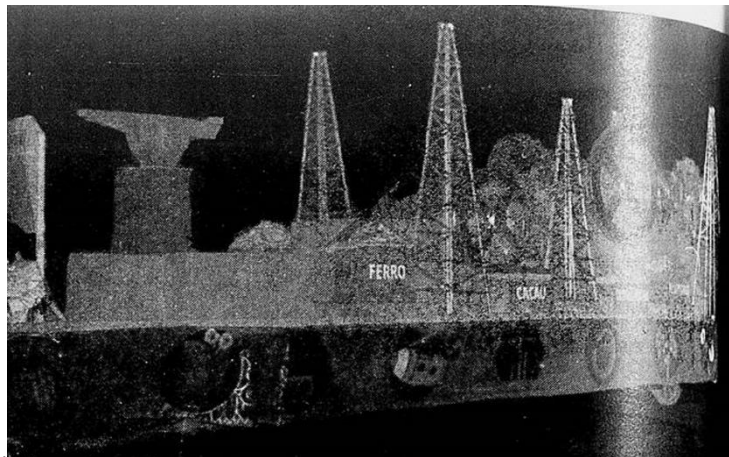


Figura 1: Carro alegórico de exaltação da siderurgia e ao petróleo.

Fonte: Revista da Semana, 13 de março de 1943, 1. Biblioteca Nacional



Figura 2: Soldados brasileiros em posição de ataque sobre corpos nazistas nos areais norte-africanos.

Fonte: Revista da Semana. 13 de março de 1943, 1. Biblioteca Nacional.



Figura:3: Alegoria com o busto de Getúlio Vargas e o primeiro-ministro britânico Winston Churchill.

Fonte: Revista da Semana. 13 de março de 1943, 1. Biblioteca Nacional.



Figura 4: Exaltação cívica.

Fonte: Revista da Semana. 13 de março de 1943, 1. Biblioteca Nacional.

Segundo Sérgio Cabral, compareceram no “Carnaval da Vitória” as seguintes escolas de samba: Azul e Branco, Cada Ano Sai Melhor, Portela, Estação Primeira, Paz e Amor, Deixa Malhar, Lira do Amor, Depois Eu Digo, Unidos do Salgueiro, União do Sampaio, Unidos da Tijuca, Império da Tijuca e Mocidade Louca de São Cristóvão (Cabral, 1996, 137). O júri foi composto pelo capitão Luís Gonzaga; pelos jornalistas Lourival Pereira, Benedito Calheiros Bonfim e Guimarães Machado; e pelo estudante Maurício Vinhais (representante da UNE), que deram a vitória à Portela com o enredo “Carnaval de Guerra”, seguida, nesta ordem, pela Estação Primeira e Azul e Branco. Mais uma vez a Portela sagrou-se campeã com um samba sobre a entrada brasileira na guerra e a favor da democracia, ou seja, exatamente aquilo que não existia durante o Estado Novo, sendo muito perspicaz e audaciosa em trazer à tona tal temática num evento de grande destaque:

Democracia/Palavra que nos traz felicidade/Pois lutaremos/Para honrar a nossa liberdade/Brasil!
Oh! meu Brasil/Unidas nações aliadas/Para o front eu vou de coração/Abaixo o Eixo/Eles
amolecem o queixo/A vitória está em nossa mão (Cabral 1996, 137-138).

Entre os desfiles das escolas de samba eram lidos discursos de altas autoridades a respeito da ameaça que pairava sobre a soberania nacional. Ao final dos desfiles, foi pedido ao público que erguessem os braços em forma de “V”, o que o jornal afirma que foi feito pela “imensa massa desde a praça Mauá até a Cinelândia” (Correio da Manhã 11 mar. de 1943, 1). Outro dado interessante sobre o carnaval de 1943, foi publicado em formato de nota, bem na parte inferior da página do jornal. O título: “O campo do Vasco e o boatos”. Sobre o que a nota versava? Sobre “boatos” acerca de uma espécie de “campo de concentração” para “súditos do Eixo” que foram presos durante o carnaval. Segundo a portaria que cassava o direito de alemães, italianos e japoneses de frequentarem as festas de carnaval, quem desobedecesse seria preso, alguns indivíduos não cumpriram a determinação e foram recolhidos. O Chefe de Polícia, o coronel Alcides Eichegoyen,

foi ao jornal desmentir os boatos de que enviou esses presos ao Campo do Vasco e que eles totalizariam mais de 30, afirmou ainda que estavam recolhidos à Polícia Central, mas que haviam sido postos em liberdade tão logo terminado os festejos carnavalescos, dia 10 de março (Correio da Manhã 11 mar. de 1943). Se foi verdade essa história, não temos como determinar, pois não foram encontrados dados relativos ao episódio. Apesar da propaganda, o “Carnaval da Vitória” de 1943, não obteve o sucesso esperado. A quantidade de foliões nas ruas diminuiu em relação do ano anterior e, mesmo acreditando que a guerra logo terminaria com a entrada dos Estados Unidos, ela ainda se arrastou por mais dois anos e o Brasil acabou enviando tropas para o Teatro de Operações do Mediterrâneo. Tudo isso se refletiu nas ações do governo e na reação da população. O carnaval não ficaria de fora.

1944, disciplina e paciência: o carnaval de tempo de guerra

O carnaval de 1944 foi muito diferente dos anteriores. O esforço de guerra havia definitivamente chegado ao Brasil. Ainda em dezembro de 1942, em almoço com representantes das forças armadas, o presidente Getúlio Vargas afirmou que o Brasil não se limitaria ao fornecimento de materiais estratégicos para os países aliados e, alguns dias após essa declaração, o ministro da guerra, o general Eurico Gaspar Dutra, apresentou um memorando ao presidente indicando que o contingente a ser enviado para o exterior deveria ser composto de cinco divisões, totalizando cerca de 100 mil homens. Em fevereiro de 1943, Vargas se encontrou com o presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt na base militar de Natal, onde este último mencionou a possibilidade de o Brasil enviar tropas aos Açores e à Ilha da Madeira, talvez, por este motivo, alguns cartazes do carnaval daquele ano mencionavam a questão africana. Mas Vargas deixou claro para Roosevelt que qualquer envio de tropas brasileiras dependeria do recebimento do equipamento bélico prometido pelos Estados Unidos.

O envio das tropas brasileiras não era consenso nem nos EUA, o que oporia Roosevelt ao Departamento de Guerra, que considerava problemático o transporte de tropas brasileiras para a África. Em março de 43, Vargas aprovou o memorando de Dutra sobre a Força Expedicionária, ressaltando, contudo, que o envio estaria condicionado ao recebimento do material bélico necessário, tanto da Força Expedicionária quanto da que protegeria o território. Somente em 9 de agosto de 1943, através da Portaria Ministerial n.º 4.744, publicada no Boletim Reservado, de 13 do mesmo mês, foi estruturada a FEB, constituída pela 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE) e por órgãos não divisionários. Nos últimos meses de 1943, ficou decidido então que o Brasil enviaria um corpo expedicionário para lutar no Teatro de Operações do Mediterrâneo. Neste

sentido, o carnaval, que ocorreria em 21 de fevereiro de 1944, já ficou marcado com essa nova realidade, bem como, estava ameaçado devido à questão financeira.

Austregésilo de Ataíde⁴, em crônica publicada na Revista Semanal “O Cruzeiro”, questiona e critica a possibilidade de ter carnaval naquele ano. Com o título “O grito da morte”, Austregésilo discorria sobre o que ele considerava “egoísmo de muitos” e “incompatibilidade entre festas dispersivas do carnaval e as redes imposições do conflito” (O Cruzeiro 29 jan. de 1944). Em outro trecho ele afirma que “e seus filhos partem para a batalha. Muitos não regressarão nunca mais. Cruzes perdidas na terra estrangeira... o grito da morte, no encontro com o destino” (O Cruzeiro 29 jan. de 1944). Essas palavras duras refletiam o sentimento da época. Em 28 de janeiro, o chefe de polícia do Distrito Federal publica o que seria uma espécie de regulamento para aquele carnaval. O endurecimento e as proibições foram a tônica. Com o título de “Carnaval de tempo de guerra. Uma longa portaria do chefe de polícia”, praticamente impossibilitava manifestações espontâneas, qualquer estandarte ou insígnia deveria antes passar pelo crivo do governo; todas as manifestações carnavalescas deveriam ocorrer somente no Campo de São Cristóvão e mais em nenhum outro lugar da cidade; ficava proibido qualquer detalhe em fantasias que se remetesse às forças armadas; regulava as bebidas, os locais e o horário que poderiam ser servidas; cada clube deveria ter policiamento próprio e uma série de documentos passaram a ser exigidos, tudo isso acabaria, de certa forma, inviabilizando a festa de momo (Correio da Manhã 28 jan. de 1944). Em 5 de janeiro a prefeitura do Distrito Federal já anunciava que, como no ano anterior, não haveria subvenção para o carnaval devido ao “estado de guerra”, nem mesmo o tradicional baile de máscaras do Theatro Municipal ocorreria (A Manhã 5 jan. de 1944, 6).

Se a intenção das autoridades era esvaziar o carnaval, eles obtiveram sucesso. Nos jornais poucas notícias relativas às festividades, se limitando ao anúncio dos bailes privados. Somente a Revista O Cruzeiro se dedica um pouco mais a falar sobre o assunto. Na edição de 19 de fevereiro de 1944, uma longa matéria descrevia o carnaval de rua. Dentre as várias fotografias da edição, chamou-nos a atenção dada aos festejos populares, atribuindo-lhes uma espécie de “resistência

⁴ Belarmino Augusto Maria Austregésilo de Ataíde nasceu em Caramuru (PE) em 25/09/1898, mudou para o Rio de Janeiro em 1918. Cursou a Faculdade de Direito (profissão que nunca exerceu) e em seguida ingressou no jornalismo, trabalhando em jornais como *A Tribuna*, *Correio da Manhã* e *O Jornal*. Divergiu de seu patrão, Assis Chateaubriand, quanto à Revolução de 1930 por acreditar que “as revoluções não trazem benefícios, apenas conduzem à contra-revoluções”. Tal posicionamento não impediu que Ataíde recebesse a direção do *Diário da Noite*. Ligou-se em 1932 aos líderes da Revolução Constitucionalista, razão pela qual, após a derrota da inventiva, foi exilado do país. Ao voltar do exílio em 1934, reassumiu a direção do *Diário da Noite* e de *O Jornal*, posicionando-se contra o Governo Provisório e, em 1937, contra o regime de exceção implantado por Getúlio Vargas. Sua militância política em diversos periódicos o levou a ser convidado para a formulação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, dois anos depois, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), instituição na qual foi presidente sucessivas vezes a partir de 1958 (Dicionário 2001, 414)

política” através da diversão. Em forma de diálogo, o carnaval de 1944 é discutido pelos personagens fictícios Edmar Morel e Pingô, por quem a discussão é iniciada:

- Nós estamos em guerra. O carnaval, nem por isso, é condenável em tais condições. Por quê? Em verdade eu vos digo: Não, não é com choradeira que se ganha as batalhas. Os nossos anseios de vitória não se realizarão mais depressa. Nem as nossas distrações perturbará a marcha para Roma, Tóquio e Berlim. Pingô tomou fôlego e acrescentou:

– Pelas ruas, as escolas de samba já desfilam, sem Laurindo na bateria.

Cadê Laurindo? Foi para o “front”. Mesmo assim a escola desceu. Porque o povo precisa sambar. Nos salões os granfinos se divertem em “soirées”, bailes elegantes, achampanhados, Beach Club e não sei mais o que. Gostam dessa distração? Não lhes fica bem sambarem na rua, pois não? O povo gosta. O Zeca do morro gosta de vir à praça desabafar dos trezentos e sessenta dias de trabalho. Não importa que depois vá para a frente da luta. Irá, satisfeito por dar uma ajuda. Se não fizer seu carnaval externo, ele, que não tem club, que carnaval fará?

Cidadão [Edmar Morel] respirou, desafogando o colarinho duro. Cidadão Pingô, cidadão Pingô, escuta bem: a razão está contigo, velho boêmio dos cartórios e das letras. Tanto está, que o carnaval está na rua (O Cruzeiro 19 fev. de 1944, 20-21).

Sobre os desfiles das escolas de samba, nada foi dito pelos jornais, por isso maiores informações relativas às escolas de samba couberam ao memorialista Sérgio Cabral, de acordo com quem a União Geral das Escolas de Samba determinou:

- a) Que as escolas de samba filiadas fiquem à vontade com relação à saída ou não no carnaval;
- b) Que a União geral das Escolas de Samba não tomará qualquer iniciativa quanto ao desfile das escolas até o carnaval;
- c) Que a UGES somente se fará representar nos festivais internos de suas filiadas ou não;
- d) Que fica suspenso o expediente da secretária da UGES nos dias consagrados aos folguedos carnavalescos;
- e) Que as suas filiadas, no caso de resolverem sair nos dias consagrados aos folguedos, devem cumprir rigorosamente as determinações do Sr. Tenente coronel chefe de polícia e de seus auxiliares na manutenção da ordem e do respeito que deve prevalecer nesses dias, a fim de cooperar com os mesmos devido à situação de guerra em que nos encontramos (Cabral 1996, 138).

Segundo Cabral, que menciona apenas o fato de a Portela ter sido campeã mais uma vez sem, contudo, pormenorizar o enredo e o júri, os jornais estavam tão desacreditados no carnaval que não mandaram seus repórteres cobrirem os desfiles e, por isso, há uma carência de detalhes. Mas encontramos algumas informações sobre esse desfile no Centro de Memória da Portela. Ainda em janeiro a União Geral das Escolas de Samba (UGES) divulgou nota oficial que, entre outras coisas, facultava a suas filiadas à condição de desfilar. Com isso, algumas agremiações se uniram em iniciativas isoladas e participaram em desfiles pela capital. No dia 12 de fevereiro, sábado anterior ao carnaval, a Unidos da Tijuca, a Unidos do Tuiuti e o Corações Unidos de Jacarepaguá desfilaram em Botafogo homenageando o prefeito e o chefe de polícia. Em Madureira, desfilaram a Unidos de Madureira, a Unidos de Bento Ribeiro e a Lira do Amor.

No desfile oficial, realizado dia 20 de fevereiro, no Obelisco da Avenida Rio Branco, participaram nove escolas. Mais uma vez o desfile foi “patrocinado” pela LDN e o júri foi formado por membros da própria Liga e da UNE. A Portela conquistou seu sexto título no carnaval, sendo, este, o quarto consecutivo, tendo a Estação Primeira obtido o segundo lugar. A escola apresentou

o enredo "Motivos Patrióticos", elaborado pela LDN, ou seja, de acordo novamente com os preceitos do discurso político governamental naquele contexto da guerra. As alegorias, idealizadas por Lino Manuel dos Reis, Euzébio e Nilton, homenagearam os principais símbolos nacionais, como a bandeira nacional, o brasão da República, o hino nacional, dentre outros. Eram a representação material da ideia de nação brasileira, mostrando ao público que era fundamental manter a união naquele momento traumático da história, onde soldados brasileiros seriam enviados ao front. A Portela levou para a avenida o enredo “Brasil Glorioso”, de autoria de Boaventura dos Santos, o Ventura, e se mostrava cada vez mais afinada com o discurso nacionalista do Estado Novo e com os tempos de guerra:

Ó meu Brasil glorioso/És belo, és forte, um colosso/É rico pela natureza/Eu nunca vi tanta beleza/Foi denominado terra de Santa Cruz/Ó pátria amada, terra adorada, terra de luz/Nessas mal traçadas rimas/Quero homenagear/Este meu torrão natal/És rico, és belo, és forte/E por isso és varonil/Ó pátria amada, terra adorada, viva o Brasil (Centro Cultural da Portela. s/l. s/d.).

1945: o carnaval do silêncio

Quando/O paraíso das cabrochas/Do seu Oswaldo Tintureiro/Desfilou e abriu o mar
O mar/Que também é quizumbreiro/Morreu assassinado o Matinada/ Nas confusões
que vestem fevereiro / (“Botafogo, chão de estelas”) (Valter Alfaiate. Letra: Paulinho da Viola, s/l, 1998).

Ao reproduzir esse trecho do samba de Paulinho da Viola “Botafogo, chão de estrelas”, estamos igualmente contando para o leitor um pouco do que foi o carnaval de 1945, o qual Paulinho, uma criança à época, disse ter marcado sua memória. Mas não pelos desfiles ou pela festa, mas pelo assassinato do passista Matinada. O ano de 1945 seria muito diferente e obviamente isso se refletiria no carnaval. Em julho do ano anterior, o primeiro escalão da FEB havia partido, com cerca de cinco mil homens, para sua missão na guerra, rumo à Itália. A ele seguiram-se mais quatro embarques, totalizando cinco e levando cerca de 25 mil homens, sendo o último em 8 de fevereiro de 1945. Desde setembro já estavam em franca campanha, sendo os combates intensificados ao final de 1944, ou seja, muito próximo ao carnaval. Os jornais destacavam as notícias da guerra, e, principalmente, a atuação dos brasileiros, então pouco sobrou para notícias carnavalescas. Em 13 de janeiro, a Revista da Semana publica uma nota intitulada “Há ou não há?” sobre a pertinência ou não de se manter as festividades mesmo estando no clima da guerra (Revista da Semana 13 jan. de 1945). Criava-se um verdadeiro horizonte de expectativa acerca daquilo que ainda estaria por vir, mas igualmente sobre o destino dos soldados brasileiros na Itália (Koselleck 2006, 310). Assim como a experiência, a expectativa se realiza no hoje, numa espécie de futuro presentificado, tratando-se um não experimentado, não acontecido, são sempre uma esperança, indicando sempre um presságio. “Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem”

(Koselleck 2006, 310). Nesse sentido, retomamos a matéria da Revista da Semana que nos revela o “horizonte de expectativa” vivenciado naquele contexto. A nota, apesar de pouco destacada, discute primeiramente a pertinência da festa afirmando que “haverá de qualquer maneira”, mas as palavras seguintes chamam a atenção pela percepção dos lucros sobre a festa quando afirma que

os que tem interesse de indústria [...] defendem esse ponto de vista com unhas e dentes [...]. Ainda ouvíamos uma série de impropérios violentos [...] contra jornalistas que, pelas colunas da imprensa, tem feito lembrar, com muito acerto, o fato de estarem alguns milhares de nossos patrícios lutando com a adversidade de um inimigo feroz e enfrentando ainda o mais terrível inverno que os rapazes brasileiros na Itália com certeza já conheceram (Revista da Semana 13 jan. de 1945, 3).

E segue com um tom mais crítico afirmando que

Se estamos em guerra, há consequentemente mortos e feridos entre nossos amigos e parentes; há ainda pais, esposas e irmãos cobertos de luto, não em qualquer país distante, mas aqui mesmo na capital da República. Desejariamos saber qual terá sido a reação manifestada no espírito e nos nervos de quantos tem pessoa da família no *front*, lendo ou ouvindo a defesa dos carnavalescos inveterados. Pelo modo, tudo faz crer que as autoridades não estão dispostas a baixar qualquer impedimento oficial [...] mas prefere o governo, talvez acertadamente, deixar que nós próprios nos manifestemos. [...] Apenas surge o repertório carnavalesco [...] quando os jornais se abstêm de oferecer suas páginas como acontecia em tempos de paz, a divulgação do noticiário folião. [...] chegam telegramas da Europa anunciando que os soldados brasileiros se aprestam para participar das batalhas decisivas que os levarão às portas de Berlim. [...] Haverá mais mortos e feridos até conseguirmos atingir a vitória que anda cantada e decantada nos versinhos ingênuos de nossos sambistas. Um Carnaval da Vitória será festejado espontaneamente no dia em que esta surgir, seja que mês for, mas não acreditamos que esteja tão próximo (Revista da Semana 13 jan. de 1945, p 3).

Apesar de um pouco longa, a citação explicita muito bem o clima naquele início de 1945. A FEB entrava em combate e as notícias ainda não teriam como determinar a possibilidade de um fim próximo para guerra. Desta forma, a nota pede uma prudência nos festejos e comemorações e projeta, a partir dessa noção de horizonte de expectativa, um possível carnaval da vitória (que será matéria do próximo tópico). Além do respeito, nota-se um uma tensão relativa ao caminhar dos acontecimentos na Europa e um cuidado ao se tratar do assunto perante a opinião pública.

A questão de não ter carnaval em 1945, realmente era pensada pelos presidentes dos clubes. Já sem a subvenção da prefeitura desde 1943, as iniciativas deveriam ser exclusivamente particulares. Em entrevista ao jornal *A Noite*, Heitor Beltrão, vice-presidente da Associação Comercial e também vice-presidente da Associação Brasileira de Imprensa, mas, que naquele momento, respondia às questões do repórter como Presidente do Tijuca Tênis Club, afirmava que era uma questão de honra e bom senso o respeito aos enlutados, pois “todos os clubes interessados possuem grande número de seus associados integrando as forças expedicionárias brasileiras [...] só o Tijuca conta com cerca de 300 sócios – oficiais e soldados – nas fileiras da FEB”, e completa como uma espécie de previsão para um futuro próximo “faremos depois o carnaval da Vitória, um Carnaval tão justo e tão estrondoso que nos possa reabilitar aos olhos exigentíssimos de momo” (*A Noite* 3 jan. de 1945, 5).

Com as obras de abertura da Avenida Presidente Vargas, a Praça XI deixou de ser efetivamente o local de desfile das escolas. Sem patrocínio público, era praticamente impossível realizá-lo em qualquer que fosse o local. Mais uma vez entrou em cena a primeira-dama, D. Darcy Vargas que, aproveitando o desfile, utilizou-o para angariar fundos para LBV em prol dos soldados da FEB. O local escolhido foi o campo do Vasco da Gama, São Januário, palco das grandes manifestações do regime varguista. Precisamente, o desfile ocorreria em sua pista de atletismo que hoje não existe mais. Como nos anos anteriores, a organização ficou a cargo da LDN e da UNE. Pelo que noticiou o Jornal do Brasil, o número de pagantes até que foi considerável (Jornal do Brasil 6 fev. de 1945, 2).

Nada foi noticiado nos jornais sobre o desfile. O caso mais importante naqueles “dias de folia” foi o mesmo que impressionou Paulinho da Viola: o assassinato de José de Oliveira, o “Matinada”. O público acessava o estádio pelo portão central enquanto as escolas de samba pelo portão da rua Abílio, que não existe mais. A primeira a entrar foi a escola Depois Eu Digo, seguida de A cada ano sai melhor. Ao se aproximarem houve uma certa confusão e o desalinhamento de seus componentes, dando margem a uma discussão que logo se tornou acalorada, formando dois grupos opostos em divergência. Um dos mais exaltados agrediu um “opositor” à facadas e quando a polícia, que disse não estar ciente do desfile, chegou ao local, foram feitas várias prisões, com um saldo de quatorze feridos e um morto: Matinada. (Jornal do Brasil, 6 fev. de 1945, 2). O jornal cita os nomes dos feridos na confusão, dois deles, soldados do exército, que foram encaminhados ao Hospital Central. Sobre Matinada, o jornal somente informa que ele tinha 20 anos, era morador do Morro do Salgueiro e integrante da Depois eu digo (Jornal do Brasil, 6 fev. de 1945, 2). Matinada recebeu golpes de faca no abdômen e ficou estirado no campo de São Januário aguardando socorro, mas como este demorava, foi encaminhado para o Departamento Médico do Vasco da Gama, onde acabou morrendo. No primeiro momento, as autoridades acusaram e prenderam o mestre-sala Avelino dos Santos, conhecido como Bicho Novo. Acelino dos Santos, Bicho Novo, maior mestre-sala da era romântica do carnaval, foi acusado pelo crime e preso na casa da mãe dois dias depois. Bicho Novo foi o mestre-sala da Deixa Falar, dita primeira escola de samba do país, no bairro do Estácio de Sá, entre 1928 e 1931. Testemunhas contaram que a briga de morte se deu entre um mestre-sala da Cada Ano Sai Melhor, uma escola de samba do Estácio, e componentes da Depois Eu Digo. A polícia foi atrás do mestre-sala mais conhecido da região, o Bicho Novo. Ele foi preso negando o crime e passou quatro meses no presídio de Ilha Grande, no sul fluminense. Contudo, Bicho Novo acabou liberado depois que a polícia verificou que ele nem mesmo estava presente em São Januário na hora da confusão. Sebastião Bezerra Resende, o Dedé, também chegou a ser detido

como suspeito pelo crime. A morte de Matinada, registrada em pés de página dos jornais cariocas da época, ficou sem final definitivo.⁵

Na semana seguinte, a UNE organizou na Avenida Rio Branco um campeonato em que a Portela foi campeã, mais uma vez, com a Estação Primeira, em segundo. O samba apresentado no desfile foi composto por Zé “Barriga Dura” e Nilton “Batatinha”. A letra do samba representa muito bem essa noção de uso do festejo popular no intuito de apoiar as ações e decisões do governo e incentivar o alistamento de soldados:

Somos todos brasileiros/E por ti queremos servir/O clarim já tocou: reunir!/Adeus minha querida que já vou partir/Em defesa do nosso país/Verde, amarelo, branco e azul/Cor de anil é o meu Brasil/Ó meu torrão abençoado/Os teus filhos adorados/Seguiremos prá fronteira/Prá defender a vida inteira (Centro Cultural da Portela 1945, 10).

“Não há tristeza que resista”: 1946 e o verdadeiro carnaval da vitória

Poucos meses após o carnaval, mais precisamente em 8 de maio de 1945, a guerra na Europa termina. A desmobilização da FEB ocorreu ainda na Itália, no dia 6 de julho e, doze dias após, o primeiro escalão já estava de volta ao país. Recebidos com festas que foram diminuindo ao longo do retorno do restante do efetivo, concluído em 3 de outubro daquele ano (Ferraz 2010, 343-361). No Brasil, junto às comemorações, iniciava também um processo político de crítica e posterior deposição do governo de Getúlio Vargas, igualmente em outubro de 45. Nas eleições que seguiram ao processo de redemocratização após a ditadura do Estado Novo, foi eleito o ministro da guerra do governo Vargas, o general Eurico Gaspar Dutra. Passadas as comemorações e a campanha política, o carnaval voltou a ser pauta dos jornais da Capital Federal. A promessa de um “carnaval da vitória” foi retomada e o poder público buscava formas de viabilizá-lo.

Ainda em novembro de 1945, começam as publicações acerca da festa. Desde apresentações no Teatro de Revista⁶ até mesmo preparativos dos carnavais dos salões e sociedades. Bastou virar o ano que a ansiedade pela grande festa tomava as páginas dos jornais: “O carnaval promete ser dos antigos, com uma alegria a muito acumulada, refreada pelos acontecimentos tristes. Será certamente um carnaval popular, de sair à rua e voltar na quarta-feira com a cara murcha de fim de mundo” (Diário Carioca 17 jan. 1946, 8). Ao contrário dos outros anos, no carnaval de 1946 houve uma liberalização, como uma espécie de comemoração que realmente estava contida há anos devido à guerra, com os horários dilatados, permissão para a participação de descendentes de alemães, japoneses e italianos, uso de máscaras e fim de diversas restrições implementadas em

⁵ Para saber mais sobre essa história, cf. Jornal do Brasil (dias 6,7 e 8 de fevereiro); O Jornal (dia 19 de fevereiro); Diário da Noite (dia 5 de fevereiro); A Noite (dias 5,6 e 7 de fevereiro), ver mais em Cabral, 1996.

⁶ Em 9 de janeiro de 1946, o jornal *A Noite* noticiava que Walter Pinto, entre outros, planejavam escrever uma revista carnavalesca intitulada *Carnaval da Vitória* (A Noite 9 jan. 1946)

tempos de guerra. Até mesmo programas de rádio carnavalescos retornaram, depois de praticamente 4 anos. “Não há tristeza que resista! Sambas, marchas, frevos e outras músicas de carnaval na voz dos cantores mais estimados do povo: Dorival Caymmi, Ademilde, Dircinha Batista, entre outros” (A Noite 17 jan. de 1946, 3). Outro dado interessante desse carnaval são as fantasias comercializadas naquele ano, todas se referem à guerra, notadamente ao exército norte-americano, “soldadinhos do Tio Sam” e “Mark Clark. Fantasia igual à do comandante do V Exército. Para toda a família” (Jornal dos Sports 24 fev. de 1946) um claro indício do alinhamento ao bloco capitalista na Guerra Fria que já dava seus primeiros sinais.

O financiamento público foi retomado pela prefeitura do Distrito Federal, só que desta vez foi oficialmente deliberado pela Secretaria de Turismo, anteriormente, em 1942, já havia sido tentado. Uma outra novidade foi a retomada do concurso de coretos enfeitados para o carnaval. Coreto é uma edificação composta de uma cobertura, situada ao ar livre (praças, jardins e outros espaços) e de acordo com a tradição urbana brasileira é utilizada para abrigar bandas musicais em concertos e festas populares, apresentações políticas e culturais. O coreto de carnaval, se refere, em geral, à decoração aplicada à tipologia arquitetônica de coreto: a decoração, a música de carnaval, o entorno aberto e preenchido pelos foliões, são elementos que identificam o coreto do carnaval carioca. Mas, este nem sempre era apoiado em um coreto arquitetônico, por vezes era uma peça independente, construída para um fim: na Avenida Rio Branco, por exemplo, construíram-se dezenas deles, montados em madeira e desmontáveis. Inicialmente realizados pelos moradores dos locais, passariam a ser idealizados por artistas especialmente contratados para esta finalidade, estimulados principalmente pelo patrocínio oficial do governo o que acirraría a competição entre os bairros (Guimarães e Santos Filho 2013, 108-114). Naquele ano de 46, nada mais óbvio do que o concurso de coretos, que foi financiado pelo Jornal dos Sports, tivesse como tema a vitória dos aliados. Na sua edição de 18 de fevereiro, esse mesmo jornal publica a seguinte nota:

O carnaval em Madureira. Conforme foi noticiado nesta seção, “Jornal dos sports” publicará dentre de alguns dias, sensacional reportagem em torno do majestoso coreto que será armada este ano no Largo de Madureira. No entanto, no intuito de informar aos leitores que nos tem telefonado a respeito, podemos adiantar que o motivo escolhido pelos artistas que estão confeccionando a grande obra será a vitória das Nações Unidas. Todas as figuras mundiais que contribuíram para o desaparecimento do nazi-fascismo serão homenageadas brilhantemente, o que importa em dizer que o coreto de Madureira constituirá uma apoteose à Força Expedicionária Brasileira e aos Exércitos das Nações Unidas (Jornal dos Sports 18 fev. de 1946, 5).

Em 21 de fevereiro outra matéria sobre o coreto de Madureira, está cobrindo mais de meia página do jornal, narrando os preparativos e mostrando os “beneméritos” do coreto. Sob a concepção do artista plástico Afonso Dias Martins, ele possuía 25 metros de altura por 15 metros

de largura, e continha painéis com “cenas” de batalhas onde a FEB participou e dos homens que estiveram à frente dos países vencedores (Fig. 5). Na sequência, o jornal disponibiliza os nomes e os endereços dos lojistas do local que auxiliaram com fundos para a confecção do coreto.



Figura 5: Preparativos para o coreto de Madureira.

Fonte: Jornal dos Sports. 21 de fevereiro de 1946, 4. Biblioteca Nacional.

O resultado do concurso dos coretos seria anunciado no domingo de carnaval, exatamente no coreto de Madureira. Sem nenhuma surpresa, o vencedor do concurso foi exatamente o “Coreto de Madureira” que foi visitado pelo prefeito do Distrito Federal, Mendes de Moraes e por ex-pracinhas (Fig. 6) demonstrando mais uma vez a importância daquele espaço na construção do discurso de nação empreendido desde os tempos da guerra.



Figura 6: Ornamentação do coreto de Madureira em homenagem à Força Expedicionária Brasileira (FEB).

Fonte: Fundo Agência Nacional. Notação: BR_RJANRIO_EH_0_FOT_EVE_02169_d0001de0002.pdf. Arquivo Nacional.

Os próprios jornais retomaram a divulgação de todos os preparativos para a festa, bem como faziam uma espécie de “incentivo” aos eventos que poderiam ocorrer. “O samba está de parabéns: voltou ao seu antigo reduto – a famosa Praça Onze. Deve-se a isso aos tenazes esforços da União Geral das Escolas de Samba” (A Manhã 5 jan. de 1946, 3). Quanto às escolas de samba, muito foi comemorada a iniciativa da prefeitura de possibilitar o retorno dos desfiles para a “nova” Praça XI, alterada devido à conclusão das obras de abertura da Avenida Presidente Vargas. “O samba está de parabéns: voltou ao seu antigo reduto – a famosa Praça Onze. Deve-se a isso aos tenazes esforços da União Geral das Escolas de Samba” (A Manhã 5 jan. de 1946, 3). Além disso, a organização dos desfiles deixou de ser realizada para LDN e UNE e voltou a ficar nas mãos das escolas. No carnaval de 1944, a Revista O Cruzeiro criou o personagem Laurindo, para representar o folião levado à frente de batalha, conforme vimos acima, agora em 1946 ele retorna

condecorado trazendo no peito a cruz da vitória. Não só ele, esse pracinha imaginário que o sambista criou, será um dos foliões componentes da multidão alegre que sairá à rua nos três dias de momo. [...] Muitos outro, gente de todas as castas [...] jubilosos pela vitória dos exércitos aliados, pelo regresso de seus entes caros, de seus amigos. Será esse, indubitavelmente o clima do ‘Carnaval da vitória’ (A Manhã 5 jan de 1946, 5).

Quanto aos enredos, das doze escolas que estavam na disputa, somente uma não versava sobre a vitória e dentre essas, a exaltação da Força Expedicionária Brasileira foi uma tônica (Fig.7). O desfile daquele ano foi considerado tão importante que o Regulamento foi publicado nos jornais, sendo o Parágrafo único, o que nos chamou mais atenção, pois obrigava as escolas a cantarem o samba que foi divulgado e não poderiam, desta forma, mais fazer o improviso (A Manhã, 28 fev. de 1946). Mais uma vez a Portela levou o título com o enredo “Alvorada do Novo Mundo”, seria o fechamento da série de enredos patrióticos que a escola apresentou nos últimos anos, orientada pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e pela Liga de Defesa Nacional (LDN). Segundo Candeia e Isnard, “como alegorias apresentou ‘Volta das Forças Armadas’, os ‘Acordos Ministeriais’, um panteão representando as ‘Nações Unidas’ vitoriosas, Hitler esmagado e Mussoline (sic) enforcado e por fim uma alegoria mostrando ‘Tio Sam’ em pé com Hitler ajoelhado” (Candeia e Isnard 1978, 19).



Figura 7: Aspectos do desfile das Escolas de Samba de 1946.

Fonte: Jornal A Noite 02 de março de 1946, 1. Biblioteca Nacional.

No pós-carnaval os jornais passaram a questionar o que consideravam o fim da festa, que, após os percalços durante o período da guerra, ao invés de se fortalecer enquanto manifestação cultural, para aqueles periódicos, ela diminuiu e beirava o desaparecimento. Na verdade, ao contrário do que informavam os jornais, o carnaval, notadamente as escolas de samba, fizeram o caminho oposto ao se alinharem ao discurso político - ideológico do Estado naquele contexto, transformando-se, em muitos casos, em instrumento de propaganda. Nos carnavais seguintes, a guerra foi esquecida, mas em algumas escolas, como a Portela, e a recém-criada Império Serrano, os motivos patrióticos ainda estariam em voga. Não obstante, o carnaval de 1947, ficou conhecido como “Carnaval da Paz”, por ocorrer na época de pacificação após a Segunda Guerra Mundial. A Portela conquistou seu nono título no carnaval e a histórica marca de sete títulos consecutivos. A escola homenageou o inventor brasileiro Santos Dumont com o enredo “Honra ao Mérito”.

Conclusão

Ao analisar as formas de manifestação do poder simbólico, Bourdieu afirmava que ele era capaz de influenciar percepções, classificações e a própria realidade através de símbolos e significados socialmente construídos (Bourdieu 1989). Podemos tomar como exemplo desta questão do simbólico, a pesquisa de Alencastro (1997) sobre o uso de sapatos por negros escravizados no século XIX. Um escravizado de ganho poderia ter meios de vestir roupas bem-postas, e até mesmo fumar charuto ao invés de cachimbo, mas tinha que andar com o pé diretamente no chão, deixando exposto o estigma de seu estatuto de cativo. Para Alencastro, uma das astúcias de escravizados fugidos era arranjar um par de sapatos para misturar-se aos libertos pelas ruas da cidade, fazendo com que existissem anúncios do tipo: “anda calçado para fingir que é forro” (Alencastro 1997, 79). Neste momento o leitor deve estar se perguntando o motivo de estarmos retomando essa história, afinal estamos falando aqui dos chamados “carnavais de guerra”.

Mas uma fala atribuída a um dos personagens do nosso trabalho, ou ao menos aquele que mais se destacou, o Paulo da Portela, nos obriga a refletir sobre alguns símbolos, como a própria história do calçado. A tradição nos conta uma passagem interessante de Paulo, sobre como ele enxergava sua posição social. Um dos principais desafios na época para os sambistas era fazer valer a sua dignidade, cidadania e seu reconhecimento social enquanto trabalhador. Paulo pensou na importância que a indumentária teria para conferir maior dignidade à figura do sambista. A partir daí teria surgido a exigência da disciplina da vestimenta que Paulo teria marcado sua célebre frase: “Sambista, para fazer parte do nosso grupo, tem que usar sapatos e gravata. Todo mundo de pés e pescoços ocupados!” (Barboza e Santos 1980, 44). Paulo viu o samba enquanto um produto cultural, fazer artístico-profissional que dependia de um público para ser consumido. O sambista percebeu a necessidade de adequação dos elementos de distinção social dos setores das classes dominantes, como os sapatos e a gravata, ao modo de ser dos sambistas. A vestimenta alinhada sinalizava como a melhor estratégia política e performance disciplinada do sambista para Paulo.

Paulo, e a própria Portela, naquele contexto, souberam perceber no samba e nos desfiles das escolas de samba, a potencialidade cultural de identificação nacional pela aglutinação dos diversos grupos sociais e, agindo politicamente dentro das brechas do nacionalismo varguista, operou suas leituras e oportunizou, através do uso instrumental e forjado do samba pelo governo Vargas. A guerra e todos os eventos decorrentes dela, mostravam que era necessário aproximar ainda mais o governo da massa, e, neste sentido, o carnaval e o subúrbio carioca serviram de veículo de propaganda para o DIP naquele contexto extremo. Esse novo olhar pode ainda ser visto na Revista da Semana, de 23 de fevereiro de 1946, com uma reportagem especial sobre a preparação do Morro do Salgueiro para aquele carnaval. “O samba não é dos malandros” (Revista da Semana 23 fev. de 1946). Nessa matéria que mostrava igualmente os sambistas do morro que foram para a guerra, e as famílias que ainda, saudosas, esperavam o retorno daqueles que ainda combatiam na Itália, as palavras do presidente, Fiorello La Guardia, um filho de italianos que imigraram para o Brasil ainda no início do século XX, nas chamou a atenção.

A imprensa aqui é sempre bem-vinda. [...] O samba é de todo mundo. Aqui se faz o samba do morro, o samba da gente que trabalha todo o dia para brincar de noite. Todos na escola são trabalhadores de mãos calejadas no trabalho duro do malho e da picareta. [...] diga depois à cidade que o samba não é dos malandros. Todos aqui são gente séria, gente do trabalho honesto, pretos e brancos (Revista da Semana 23 fev. de 1946, 5).

O cantor entrou e “tirando um verso bonito”, fala da guerra, fala dos bravos que tombaram sobre as terras geladas do Piemonte, relembra os feitos heroicos daqueles que ficaram dormindo no cemitério branco de Pistoia. Do morro, do samba e do carnaval, saíram muitos deles. Foram conquistar nas “terras estranhas” a liberdade para seus patrícios, o direito de sambar no terreiro de

chão batido, sem interferência do DIP e da polícia. Ainda na transcrição da matéria, o jornalista resume talvez o pensamento daqueles que foram para a guerra, e o mais interessante é ver um periódico de grande circulação dar destaque aos populares, da mesma forma como fez o governo.

Agora chegou a vitória. É preciso lembrar os nossos mortos. O Salgueiro também tem os seus. Eram trabalhadores, gente pobre e honesta do trabalho das forjas, ouviram falar em fascismo, em homens maus que incendiavam aldeias e cidades, que enchiam de infelizes os campos de concentração, que mandavam fuzilar os operários dentro das madrugadas frias. Foram combater esses homens. Conheceram os horrores das covas de raposa cavadas na neve do Piemonte, ouviram ladrar dia e noite as metralhas de primeira, dormiram embalados pelo silvo dos obuses de grosso calibre. Voltaram muitos, outros ficaram por lá (Revista da Semana, 23 fev. de 1946, 5).

Após percorrer para o leitor sobre o movimento dos sambistas, a fantasia da rainha e a forma como o tamborim era feito (“pobre do gato angorá que resolveu aparecer por aquelas bandas”), a matéria se encerra com palavras que também poderiam encerrar este texto. As últimas palavras demonstram como, naquele momento, a manifestação popular era importante pois encerrava a ideologia do governo e como ela, passado o momento crítico, poderia retornar ao seu estado de marginalidade. “Estavam afinando os instrumentos para a luta. Estavam preparando as armas para a batalha, que era a insurreição dos sofrendores contra o sofrimento. Era a batalha do triste contra a tristeza. Era a pugna do exausto contra o cansaço” (Revista da Semana 23 fev. de 1946, 5). Afinal, não há tristeza que resista!

Referências bibliográficas

Abreu, Alzira Alves de, org. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*, vol. 1. Rio de Janeiro, RJ: CPDOC - FGV, 2001.

Abreu, Alzira Alves de, org. *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República: 1889- 1930*. Rio de Janeiro, RJ: CPDOC - FGV, 2015. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/liga-da-defesa-nacional-ldn>. Acesso em 29 mai. 2025.

Alencastro, Luiz Felipe de. “Vida privada e ordem privada no Império”. Em *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*, org. Fernando Novais e Luiz Felipe de Alencastro, 11-93. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Almeida, Renato. *História da música brasileira*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Comp., 1942.

A Manhã, 19 de janeiro de 1943. Biblioteca Nacional.

A Manhã, 06 de março de 1943. Biblioteca Nacional.

A Manhã, 06 de março de 1943. Biblioteca Nacional.

A Manhã, 05 de janeiro de 1944. Biblioteca Nacional.

A Manhã, 05 de janeiro de 1946. Biblioteca Nacional.

A Manhã, 28 de fevereiro de 1946. Biblioteca Nacional.

A Noite, 03 de janeiro de 1945. Biblioteca Nacional.

A Noite, 17 de janeiro de 1946. Biblioteca Nacional.

Arquivo Nacional. Ornamentação do coreto de Madureira em homenagem à Força Expedicionária Brasileira (FEB). Fonte: Fundo Agência Nacional. Notação: BR_RJANRIO_EH_0_FOT_EVE_02169_d0001de0002.pdf.

Arquivo Nacional. Ornamentação do coreto de Madureira em homenagem à Força Expedicionária Brasileira (FEB). Fonte: Fundo Agência Nacional. Notação: BR_RJANRIO_EH_0_FOT_EVE_02169_d0001de0002.pdf

Barboza, Marília Trindade, e Lygia Santos. *Paulo da Portela: traço de união entre duas culturas*. Rio de Janeiro: Funarte, 1980.

Benamou, Catherine L. *It's All True: a odisseia pan-americana de Orson Welles*. São Paulo: UNESP, 2024.

Bezerra, Danilo Alves. “Os carnavais do Rio de Janeiro e os limites da oficialização e da nacionalização (1934-1945)”. Dissertação de mestrado, Assis, Universidade Estadual Paulista, 2012.

Bourdieu, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

Cabral, Sérgio. *As Escolas de Samba do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Lumiar Editora, 1996.

Candeia, Antônio, e Isnard Araujo. *Escola de Samba: a árvore que esqueceu a raiz*. Rio de Janeiro: Lídador/SEEC, 1978.

Capelato, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: a propaganda política no Vargasismo e no Peronismo*. São Paulo: Fapesp/Papirus, 1998.

Castro, Celso. “Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército brasileiro”. *Revista Estudos Históricos*, 14, n. 25 (2000): 103-117.

Correio da Manhã, 12 de fevereiro de 1941. Biblioteca Nacional.

Correio da Manhã, 19 de agosto de 1941. Biblioteca Nacional.

Correio da Manhã, 21 de agosto de 1941. Biblioteca Nacional.

Correio da Manhã, 26 de agosto de 1941. Biblioteca Nacional.

Correio da Manhã, 13 de fevereiro de 1941. Biblioteca Nacional.

Correio da Manhã, 11 de março de 1943. Biblioteca Nacional.

Correio da Manhã, 28 de janeiro de 1944. Biblioteca Nacional.

Diário Carioca, 17 de janeiro de 1946. Biblioteca Nacional.

Diário Carioca, 05 de janeiro de 1940. Biblioteca Nacional.

Diário Carioca, 03 de fevereiro de 1940. Biblioteca Nacional.

Diário Carioca, 10 de fevereiro de 1940. Biblioteca Nacional.

Diário Carioca, 26 de janeiro de 1941. Biblioteca Nacional.

Diário Carioca, 31 de janeiro de 1942. Biblioteca Nacional.

Diário Carioca, 15 de fevereiro de 1942. Biblioteca Nacional.

Fausto, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002.

- Ferraz, Francisco César Alves. “A desmobilização dos soldados brasileiros e estadunidenses no pós- Segunda Guerra Mundial”. Em *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*, org. Francisco Carlos Teixeira da Silva, Karl Schuster, Ricardo Cabral e Jorge Ferrer, 343-361. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.
- Gomes, Angela Maria de Castro. “O redescobrimento do Brasil”. Em *Estado Novo*. org. Lúcia Lipp Oliveira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1992, p. 110-127.
- Guimarães, Helenise Monteiro, e Raphael David dos Santos Filho. 2013. “Ilhas de Carnaval: Coretos carnavalescos como construtores de espaços da folia na segunda década do século XX”. *IX EHA - Encontro de História da Arte*, Unicamp, Campinas, 2013.
- Jornal do Brasil, 13 de janeiro de 1942. Biblioteca Nacional.
- Jornal do Brasil, 06 de fevereiro de 1945. Biblioteca Nacional.
- Jornal dos Sports, 18 de fevereiro de 1946. Biblioteca Nacional.
- Jornal dos Sports, 21 de fevereiro de 1946. Biblioteca Nacional.
- Jornal dos Sports, 24 de fevereiro de 1946. Biblioteca Nacional.
- Koselleck, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.
- O Cruzeiro, 03 fevereiro de 1940. Biblioteca Nacional.
- O Cruzeiro/Jornal Estado De Minas, 06 de março de 1943. Biblioteca Nacional.
- O Cruzeiro, 29 de janeiro de 1944. Biblioteca Nacional.
- O Cruzeiro, 19 de fevereiro de 1944. Biblioteca Nacional.
- O Cruzeiro, 02 de março de 1946. Biblioteca Nacional.
- Ortiz, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- Portela. 1944. Disponível em:
<https://www.gresportela.com.br/Historia/DetalhesAno?ano=1944>. Acesso em 29 mai. 2025.
- Prado, M. L. C. “Ser ou Não Ser Um Bom Vizinho: América Latina e Estados Unidos durante a Guerra”. *Revista USP*, São Paulo, n. 26 (1995): 52–61.
- Revista da Semana, 07 de março de 1943. Biblioteca Nacional.
- Revista da Semana, 13 de março de 1943. Biblioteca Nacional.
- Revista da Semana, 13 de janeiro de 1945. Biblioteca Nacional.
- Revista da Semana, 23 de fevereiro de 1946. Biblioteca Nacional.
- Silva, Zélia Lopes da. “Os carnavais na cidade de São Paulo nos anos de 1935 a 1945”. Em *Muitas Memórias, Outras Histórias*, org. Paulo Roberto de Almeida, 68-93. São Paulo: Olho da Água, 2004.
- Skidmore, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- Walter Pinto. “Fundos WP - Fundo Walter Pinto”. Disponível em:
<https://atom.funarte.gov.br/index.php/fundo-walter-pinto>. Acesso em 29 mai. 2025

Recebido: 10 de julho de 2025

Aprovado: 21 de novembro de 2025

Dossiê: O Brasil, a América Latina e a Segunda Guerra Mundial

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2025.v31.49668>

Iconografia da Vitória: imagens da Segunda Guerra Mundial na Revista *Em Guarda* (1941–1945)

**Victory Iconography:
Images of World War II in the *Em Guarda* Magazine (1941–1945)**

**Iconografía de la Victoria:
Imágenes de la Segunda Guerra Mundial en la Revista *Em Guarda* (1941–1945)**

*Aline V. Locastre**

<https://orcid.org/0000-0001-7575-012X>

*Roger D. Colacios***

<https://orcid.org/0000-0003-2261-3695>

*Wilson de Oliveira Neto****

<https://orcid.org/0000-0002-6439-661X>

RESUMO: Este artigo tem como objetivo a análise das imagens utilizadas na revista *Em Guarda*, entre os anos de 1941 e 1945, que retrataram as conquistas dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. Sabidamente, este conflito produziu um imenso universo imagético, advindos de ambos os lados dos campos de batalhas, e que estes foram utilizados para a propaganda de guerra, difundidos em revistas direcionadas para a leitura cotidiana do cidadão fora do *front* de guerra. A intenção é compreender como as imagens, em sua maioria fotografias, contribuíram nos processos de persuasão, característicos deste tipo de meio comunicacional, em seus aspectos políticos. Assim, os elementos que compõem essas imagens fazem parte de sua visualidade, também em seus ocultamentos, seleções e possíveis enquadramentos, marcando as escolhas editoriais, que muitas

* Professora do ProffHistória/UEMS e do curso de História da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS). Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Publicou o livro *Seduções Impressas: a veiculação do paradigma estadunidense no Brasil em tempo de Segunda Guerra Mundial* em 2017. Atua na área de estudos sobre Segunda Guerra Mundial, Política de Boa Vizinhaça, Opinião Pública e TICs. E-mail: alinelocastre@uems.br

** Professor do Programa de Pós-graduação em História (PPH/UEM) e do curso de Comunicação e Multimeios da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Tem publicações sobre História Política e do Tempo Presente, neoliberalismo e meio ambiente. Atua na área de estudos sobre cultura visual, meio ambiente e contemporaneidade. E-mail: rdcolacios@uem.br

*** Professor adjunto do curso de História da Universidade da Região de Joinville (Univille). Doutor em Comunicação e Cultura pela ECO/UFRJ. Pesquisador especializado em História e Patrimônio Militar, com ênfase no Brasil nas guerras mundiais e fascismo histórico. É autor do livro *As batalhas da FEB* (Juruá Editora, no prelo). E-mail: wilhist@gmail.com

vezes davam ênfase a uma determinada ideologia. Os resultados esperados são da ordem de uma maior compreensão dos fluxos informacionais, dos enviesamentos dos meios comunicacionais, das formas de manipulação que tais revistas e suas imagens poderiam ajudar no direcionamento da opinião pública em seus respectivos países, no caso, a população brasileira.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial. Revista *Em Guarda*. Memória. Propaganda de guerra. Opinião Pública.

ABSTRACT: This article aims to analyze the images published in *Em Guarda* magazine between 1941 and 1945 that portrayed the Allied victories in World War II. It is well known that this conflict produced a vast visual universe from both sides of the battlefield, widely used for wartime propaganda and disseminated through magazines intended for everyday reading by civilians far from the front lines. The objective is to understand how these images, mostly photographs, contributed to processes of persuasion—characteristic of this type of communication medium—particularly in their political dimensions. The elements that compose these images are part of their visuality, including what is hidden, selected, or framed, reflecting editorial choices that often emphasized a particular ideology. The expected results involve a deeper understanding of informational flows, media bias, and the forms of manipulation through which such magazines and their images helped shape public opinion in their respective national contexts—in this case, the Brazilian population.

Keywords: World War II. *Em Guarda* Magazine. Memory. War Propaganda. Public Opinion.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar las imágenes publicadas en la revista *Em Guarda* entre los años 1941 y 1945, que retrataron las conquistas de los Aliados durante la Segunda Guerra Mundial. Es bien sabido que este conflicto produjo un vasto universo visual desde ambos lados del campo de batalla, ampliamente utilizado como propaganda de guerra y difundido en revistas dirigidas a la lectura cotidiana del ciudadano lejos del frente. El propósito es comprender cómo estas imágenes, en su mayoría fotografías, contribuyeron a los procesos de persuasión característicos de este tipo de medio de comunicación, especialmente en sus dimensiones políticas. Los elementos que componen estas imágenes forman parte de su visualidad, también en sus ocultamientos, selecciones y posibles encuadres, reflejando decisiones editoriales que muchas veces enfatizaban una ideología específica. Se espera que los resultados permitan una mayor comprensión de los flujos informativos, de los sesgos mediáticos y de las formas de manipulación a través de las cuales estas revistas y sus imágenes ayudaron a orientar la opinión pública en sus respectivos países, en este caso, la población brasileña.

Palabras clave: Segunda Guerra Mundial. Revista *Em Guarda*. Memoria. Propaganda de guerra. Opinión pública.

Como citar este artigo:

Locastre, Aline V, Roger D. Colacios, e Wilson de Oliveira Neto. “Iconografia da Vitória: imagens da Segunda Guerra Mundial na Revista Em Guarda (1941–1945)”. *Locus: Revista de História*, 31, n. 2 (2025): 130-154.

Introdução

Em 2025, comemoramos os 80 anos do fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Embora temporalmente distante, seus reflexos foram sentidos ao longo das décadas seguintes ao seu término, conforme é possível constatar em Keith Lowe (2025), para o qual muitos dos nossos projetos, esperanças e medos são decorrentes da experiência histórica desse conflito. No agora, muitos desses reflexos continuam presentes e são cotidianamente reelaborados diante de tantas representações, memórias ou novas fontes que fomentam revisões, ampliações e análise sobre a maior Guerra das últimas décadas.

A produção e a circulação de imagens visuais foram características marcantes da Segunda Guerra Mundial, em particular, nos esforços de guerra dos países beligerantes que mobilizaram seus respectivos meios de comunicação para uma guerra de imagens. Mais que peças de publicidade de guerra, a iconografia produzida se tornou, após o fim do conflito, marcadores de uma memória pública, especialmente, da aliança anglo-americana sobre a guerra, em que prevalece uma representação sobre a vitória dos Aliados na Normandia e, posteriormente, a gradual queda do regime nazista a partir de 1944, como o ponto de virada do conflito e o seu fim. Embora o cinema tenha um peso relevante nessa construção, uma vez em que, a partir da grande indústria cinematográfica estadunidense em *Hollywood*, um discurso favorável às suas versões sobre a História prevaleçam, outros produtos culturais também ressaltam apenas a contribuição Aliada paralelamente ao apagamento da luta e do crucial papel da URSS para o fim da guerra, como por exemplo, o fotojornalismo e as histórias oficiais a respeito da Segunda Guerra Mundial publicadas a partir do pós-guerra. Com a Guerra Fria e o acirramento das tensões capitalismo/comunismo, uma única perspectiva foi privilegiada no Ocidente e compreendemos que, afora o meio acadêmico, seja de difícil compreensão de grande parte das pessoas que foram as forças comunistas as que mais perderam vidas no *front* de guerra e posteriormente, foram decisivas na vitória sob os nazistas na frente leste europeia, palco de uma das mais dramáticas e mortais frentes de batalha (Beevor 1998; Coggiola 2015; Ferraz 2022; Visentini 2025).

Assim, quando nos deparamos com os materiais impressos distribuídos no Brasil pelos EUA durante o conflito, consideramos que os avanços soviéticos e suas vitórias passaram por uma dupla censura: seja por meio das orientações contundentes advindas do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), seja do modo mais sutil como operava a propaganda de guerra estadunidense. E as imagens sobre o fim do conflito ainda se perpetuam como a epopeia anglo-americana em sua defesa pela liberdade, uma vez em que, esgotados os seus usos como propaganda de guerra, essas

imagens, muitas das quais icônicas, se tornam meios de ilustração das narrativas ocidentais canônicas sobre a Segunda Guerra Mundial, não sendo problematizadas, muito menos criticadas.

Este artigo, portanto, busca analisar como a revista *Em Guarda* contribuiu com uma construção visual da Segunda Guerra Mundial, que operava em uma valorização da aliança anglo-americana e refletia escolhas editoriais e estratégias de persuasão alinhadas ideologicamente à propaganda estadunidense. Os efeitos duradouros na memória histórica brasileira possuem relação direta com um período em que a aliança do Brasil com os Estados Unidos foi firmada, contribuindo para a prevalência dos conteúdos disseminados por agências de notícias e revistas como a *Em Guarda*. Buscamos, assim, contribuir para o debate historiográfico que pensa as visualidades da guerra, os mecanismos de persuasão das mídias e seus efeitos duradouros na construção da opinião pública no Brasil.

Guerra e imagem: caminhos teóricos

Compreender a propaganda em tempos de guerra é, sobretudo, um exercício complexo sobre dimensionar a difusão de conteúdo, em termos de recepção e circulação, em um estado de exceção. Guerras rompem com a normalidade social e institucional, instauram um ambiente regido pelo medo, incertezas e traumas, influenciando nos modos como a realidade pode ser compreendida. No caso da Segunda Guerra Mundial, essas condições foram intensificadas, pois se tratou de um conflito total em todas as suas dimensões, conforme afirmou Reinhard Koselleck (2014). Em contextos distintos, os meios de comunicação, acabam por desempenhar um papel estratégico: são cruciais para a construção de sentidos, mobilização de emoções e direcionamento da opinião pública, residindo aí o controle ostensivo sobre seus meios e sujeitos pelas autoridades civis e militares dos países em luta durante o conflito, como constatou e descreveu Phillip Knightley (1978).

O rádio, o cinema, a imprensa e mais recentemente, a televisão e a internet, moldam representações que acabam por sustentar o moral da população, justificar ações militares e legitimar alianças políticas, como é possível perceber nas guerras em curso no Oriente Médio e na Ucrânia, em que a televisão e internet se tornaram as novas linhas de frente nos processos de informação e desinformação do público. Nesse sentido, vale a pena mencionar Byung Chul Han (2024), para o qual estamos inseridos em um regime de infocracia ditado por novos meios de comunicação que esvaziaram a reflexão pública, em fortalecimento da emoção, que nos conflitos militares é um componente essencial na conquista dos corações e mentes. As experiências ocorridas desde as duas primeiras guerras mundiais do século XX nos apontam que a eficiência da informação deve se

situar no mesmo patamar que a potência das armas: controlar a informação é tão vital quanto controlar territórios.

O jornalista estadunidense Walter Lippmann (2008), no primeiro pós-guerra do século XX, em 1921, já indicava uma relação conflituosa e mesmo promíscua entre os meios de comunicação e a guerra. Para o autor, a opinião pública era condicionada a acreditar nas informações que eram repassadas via imprensa e radiodifusão, sendo que na maioria das vezes estas representavam o enquadramento pré-definido por autoridades ou grupos sociais, portanto, uma notícia que era manipulada visando atender aos interesses de outrem. Lippmann (2008) apontava que a opinião pública era baseada em ilusões criadas pelos meios comunicacionais da época. Essa opinião era influenciada por um pseudo-ambiente, no qual as situações que eram retratadas estavam muito distantes da realidade vivida por cada receptor, criando imagens e estereótipos da realidade noticiada, uma forma fácil de manipulação do consenso público. Os recortes dados pelos meios de comunicação levavam a criação de uma opinião pública ilusória, pautada pelo encaminhamento que tais meios pretendiam e que atendiam as necessidades decorrentes dos esforços de guerra pelos países em luta.

No caso da Primeira Guerra Mundial, isso ficava evidente nas descrições noticiosas de batalhas ou de campanhas, que Lippmann (2008) reproduziu em seu livro, e que eram cotejadas com os relatórios oficiais dos militares. O jornalista, dentre várias situações relatadas por ele, chama atenção para um caso específico, durante a batalha de Verdun, em fevereiro de 1916, no qual a tomada de uma posição aliada pelos Alemães, o *Forte de Douaumont*, em 26 do referido mês, foi interpretada de maneiras diversas pelos comandantes do exército. Ninguém no quartel-general de *Chantilly* esperava pela notícia, já que o andamento da batalha contava outra história. Assim, Lippmann (2008) descreve que, após confirmada a notícia, a solução inicial encontrada foi criar uma imagem fantasiosa da situação que trazia uma verdadeira luta entre ambos os exércitos pelo domínio da posição, com perdas de vidas, no entanto: “O que de fato tinha acontecido [...]”, nos diz Lippmann (2008, 48), “[...] diferia tanto do relato francês quanto do alemão [...]”, no qual devido a um descuido dos soldados franceses que ocupavam o forte, um grupo de alemães entrou pela porta aberta e fez todos prisioneiros, e alvejaram a posição francesa nas colinas ao redor, causando surpresa nos comandantes. No entanto, o comunicado da batalha pelo forte não foi desmentido pelo quartel-general, mantendo-se nas notícias do *front* por vários dias, somente sendo esquecido a pedido do comitê de imprensa do exército francês, pois as dúvidas sobre o andamento da batalha por *Douaumont* estavam se acumulando na opinião pública (estoque de munição, alimentos, contingente etc.).

Lippmann (2008) atribui a criação de uma realidade imaginada, neste caso, como uma forma de garantir a doutrina de guerra francesa, pautada pela perspectiva do *atrito* e não pelo *movimento*, que perdurou até meados de 1917. Para o jornalista estadunidense, tratava-se de manter a propaganda de guerra nos termos determinados pelo comando francês:

Aprendemos a chamar isto de propaganda. Um grupo de homens, que pode impedir o acesso independente a este evento, manipula as notícias sobre o mesmo para adequá-las a este propósito. Que o propósito neste caso seja patriótico não altera o argumento. Eles utilizaram seu poder para fazerem os públicos aliados verem os fatos da forma que eles desejavam que fossem vistos (Lippmann 2008, 50).

Tratava-se de manter viva, no público, a perspectiva de que a análise da guerra por parte do comando era exata. Que não ocorreu um equívoco na forma de compreensão da batalha, ao contrário, que o exército francês estava executando corretamente a estratégia necessária para ganhar dos alemães: “Através de seu controle sobre todas as notícias do *front*, o Estado-Maior modifica a visão dos fatos que comportam essa estratégia” (Lippmann 2008, 50). É o controle da informação, dos relatos, das imagens e das notícias que conduz o público a manter o moral e a crença na capacidade de condução do conflito traçada por seus líderes. O que se destaca disso, é que se trata de uma forma de manipulação da realidade e consequentemente da opinião pública, distorcendo a percepção do público, numa luta simbólica pelo imaginário social e seu controle (Lippmann 2008).

A formação de consensos em períodos de guerras perpassa por esses processos de manipulação da opinião, tornando as informações noticiadas por diversos meios de comunicação um instrumento de recorte e distorção da realidade. O que Lippmann (2008) quis dizer foi que a desinformação não era originada apenas do lado inimigo, mas de dentro da própria caserna. O controle, pela desinformação ou mesmo pela censura, eram armas eficazes dentro da própria nação para que poucos soubessem exatamente o que estava realmente acontecendo no campo de batalha. “Acesso ao ambiente real precisa ser limitado. [...]. Por certo tempo, as pessoas que têm acesso direto podem interpretá-lo mal, a menos que se possa decidir onde eles podem olhar, e o quê [...]” (Lippmann 2008, 51).

Nos processos de criação daquilo que foi denominado pseudo-ambiente, ou seja, a desinformação ou as informações parciais que perpassam a opinião pública, as notícias teriam o papel de criar um ambiente informacional fictício, no qual uma perspectiva enviesada do tema ou assunto em pauta seria transmitido para o público. O pseudo-ambiente seria responsável por criar opiniões parciais, estereótipos e pré-conceitos que serviriam para a mobilização deste mesmo público em torno de determinada posição política ou social, com a capacidade de manipular a opinião pública para direcionar a um determinado viés de compreensão da realidade (parcial) noticiada (Lippmann 2008).

A notícia do cerco inimigo ao *Forte Douaumont* durante a Primeira Guerra Mundial e a posterior rendição dos Aliados foi tratada de forma que não houvesse a criação de um sentimento negativo, de derrota ou de fracasso dos exércitos. Ao contrário, a notícia tinha que manter informado o público e ao mesmo tempo não permitir que entendessem o que quisessem, mas apenas o lado positivo da campanha militar. Lippmann (2008) cita vários casos parecidos, nos quais houve uma deturpação da informação, onde os meios comunicacionais atuaram para atender a demanda dos chefes militares ou políticos, de forma a direcionar a opinião pública para determinado objetivo.

A constatação desse autor coincide com outros estudos sobre os meios de comunicação de massa, por exemplo, na teoria da *Agenda Setting* de Maxwell McCombs (2009), no trabalho de Noelle-Neumann (2017) sobre a *Espiral de Silêncio*, ou nas discussões sobre *Gatekeeper*, no jornalismo. De toda forma, o que isso denota é a relação intrínseca entre o fato noticiado e sua transmissão pelos meios de comunicação como um processo de escolhas, diretrizes e enviesamentos político-ideológicos. Os grupos dominantes, aqueles que detém o controle da grande imprensa, exercem um poder de censura e determinação do que será levado de informação para o público em geral. São escolhas realizadas a partir do corte de classe social, das relações de poder exercidas nas sociedades contemporâneas, na qual a informação é um instrumento de domínio sobre o público.

Esses recortes estão presentes nos textos das notícias, nos enredos dados pelos jornalistas e editores, nas fotografias e demais imagens escolhidas para comporem as páginas dedicadas à determinados temas. Existe um conjunto de elementos que se combinam para criar a notícia, o fato noticioso, sendo esse pseudo-ambiente que o público irá se basear para formar sua opinião. Apesar das ressalvas existentes nos estudos sobre Recepção, que enxergam no receptor uma função ativa nos processos da comunicação e da informação, a exemplo do trabalho de Jesús Martín-Barbero (2009), essa função ativa não significa exatamente uma total liberdade na composição, por parte do receptor, das formas como a informação é por eles compreendida. As mídias exercem ainda assim uma posição de mediação do conhecimento.

A intensa propaganda das forças do Eixo e dos Aliados é um aspecto a ser considerado durante a Segunda Guerra Mundial. Neste cenário ocorre, quase que invariavelmente, a junção entre notícias e propaganda, uma mistura que eleva grau de manipulação nos processos de persuasão voltado para a opinião pública por parte dos meios de comunicação. Nos Estados Unidos, destacaram-se duas organizações cruciais para a construção e difusão de conteúdos noticiosos para civis e militares durante a Segunda Guerra Mundial: o *Office of War Information (OWI)*, que atuou nos Estados Unidos e na Europa e o *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*

(OCLAA), que atuou, principalmente, na América Latina. Embora suas funções estivessem voltadas especialmente à propaganda, optou-se pelo termo *information* para denominar suas atividades, uma estratégia semântica que visava afastar o conceito das conotações negativas que ele adquiriu desde a Primeira Guerra Mundial. Naquele contexto, a atuação da *Committee on Public Information* (CIP), também conhecida como Comissão Creel, evidenciou os riscos do uso explícito da propaganda, gerando, já no entreguerras, um intenso debate sobre seu uso em sociedades democráticas e o seu potencial para práticas autoritárias (Proulx 2014).

O estudo das imagens que são produzidas e divulgadas pelos meios comunicacionais durante uma guerra é crucial para entendermos os mecanismos mobilizados pelos distintos agentes para consolidação da opinião pública. O que se sabe ou que se espera de uma guerra é representação. Paul Virilio (2005, 24) afirma que “[...] não existe guerra sem representação, nem arma sofisticada sem mistificação psicológica”, que traçam as imagens que se fazem durante e sobre as guerras como pontos elementares da percepção sobre as mesmas. Podemos considerar que a Segunda Guerra Mundial foi travada no terreno da comunicação. A *logística da percepção* tornou-se crucial para os êxitos militares e os resquícios desta ampla ofensiva comunicacional, hoje incorporam o vasto patrimônio documental dela originária que se concentram em um número extenso de fotografias, vídeos, filmes, *cartoons*, quadrinhos, panfletos, programas de rádio entre outros.

As tecnologias audiovisuais, especialmente, nos permitem uma aproximação com a guerra, com a *dor dos outros*, como abordou Susan Sontag (2003). Por meio de lentes modernas e técnicas utilizadas, buscou-se uma aproximação do observador ao objeto. Por meio desse recurso, um acontecimento que estava distante espacialmente tornou-se visível ao que antes era apenas imaginação. A dor, o medo, o luto, a angústia e a injustiça se mostraram reais. Diante do sofrimento do outro, tantas vezes desconhecido, reações distintas despertavam no observador a empatia, a imobilidade e o silêncio. Para além de todas as sensações despertadas, havia uma certeza sendo corroborada: aquilo de fato estaria acontecendo.

Para o historiador, as imagens compõem, juntamente com outras tipologias de evidências do passado, um panorama rico que nos permite entender as diversas nuances do que se busca compreender. Entretanto, como aponta Peter Burke (2017), recorrer a este tipo de fonte nos levaria, inevitavelmente, a considerar que imagens não são o retrato fiel do passado, mas expressão de intenções e perspectivas. Há falsificações, montagens de cenas, enquadramentos e técnicas múltiplas, conforme os interesses de quem produz (fotógrafo, cineasta, desenhista etc.), editores, editoras, encomendas e outros tantos contextos. Reforçam ou contradizem o que o texto escrito

mostra e oferece a quem está distante no espaço e no tempo algum “senso de experiência” (Burke 2017).

Observar as fotografias publicadas em revistas como a *Em Guarda* torna-se uma oportunidade para refletir sobre as estratégias de representação e seus limites. Judith Butler (2015), em *Quadros de guerra quando a vida é passível de luto*, argumenta que os enquadramentos visuais propostos a partir do Estado moldam a percepção pública sobre o valor das vidas humanas. Ditar um roteiro sobre como uma guerra será descrita nos meios de comunicação oficiais direciona o nosso olhar sobre o valor que os corpos possuem. Quem merece ser visto, quem é digno de luto e quem permanece invisível revelam este reflexo do poder que influencia na visibilidade. Assim, diante do alcance e dos sentidos que as imagens são capazes de mobilizar, entendemos que a discussão sobre as representações de guerra é atravessada, inevitavelmente, por muitos fatores: o poder, a memória, as expectativas, os medos. Considerar as fotografias sobre a Guerra requer dimensioná-las não apenas naquilo que elas retratam, mas também a partir de onde e para quais fins elas foram geradas.

Imagens vindas do exterior: guerra e propaganda no Brasil

O Brasil da década de 1940, que experimentava as benesses da radiodifusão e que lia sobre os mais distintos assuntos em jornais e revistas, era ainda muito dependente das notícias sobre a guerra que chegavam pelas agências de notícias estrangeiras. O papel que os Estados Unidos exerceram neste momento foi crucial, pois supriu os meios de comunicação do país com informações do conflito, considerando que a imprensa brasileira era dependente deste tipo de conteúdo, principalmente após o rompimento das relações com o Eixo.

Mesmo sob controle do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que exigia uma autorização para atuar no país, a imprensa brasileira recebia informações sobre a guerra por meio de diversas agências de notícias internacionais, entre elas a sucursal brasileira das Estradas de Ferro Alemãs (RDV), localizada na cidade do Rio de Janeiro, na época, Distrito Federal, incluindo a *German Transocean Agency* e *Deutsches Nachrichtenbüro* (Alemanha), *Associated Press* e *United Press* (Estados Unidos), *Reuters* (Reino Unido) e *Stefani* (Itália). Com a proibição de agências vinculadas aos países do Eixo, em 1942, os meios de comunicação nacionais foram beneficiados com notícias vindas, especialmente, dos Estados Unidos (Locastre 2017; Oliveira Neto 2019). Por meio da aproximação com esse país, pela Política da Boa Vizinhança, o *Office of the Coordination of Inter-American Affairs* (OCLAA)¹ enviava conteúdos para serem distribuídos aos periódicos e emissoras

¹ O OCLAA, dispondo de diversos recursos, desde programas de rádio, filmes, panfletos, mostras de Arte, tradução de livros, difundiu uma imagem de unidade hemisférica, de luta conjunta contra o Eixo e de um progresso material

de rádio nacionais, como o *Airmail Feature and Radio Service Letter*, que forneceu material para mais de 800 periódicos latino-americanos durante a Guerra (NACP, 1943). Ainda sobre o *OCLAA*, é importante mencionar a distribuição em larga escala de material fotojornalístico acerca do conflito, originalmente produzido pelos fotógrafos do *US Army Signal Corps* nas diversas frentes de combate dos Estados Unidos. No Brasil, ele era distribuído para a imprensa nacional pelas agências Interamericana e Serviço de Informações do Hemisfério (SIH), sendo publicados em revistas e jornais de todo país.

Somando-se à proibição das agências de notícias alemãs, italianas e japonesas, havia a proibição da propaganda comunista no Brasil. Como aponta Rodrigo Sá Motta (2002), desde a Intentona Comunista, em 1935, o anticomunismo havia se intensificado no país. Havia uma preocupação, especialmente entre os conservadores, das relações do movimento brasileiro e sua ligação aos grupos comunistas estrangeiros, especialmente da União Soviética. Assim, intensificou-se na imprensa da época menções negativas sobre o comunismo, principalmente porque nas décadas anteriores esta ‘ameaça’ parecia algo muito distante dos brasileiros, um ‘terror’ que se abatia somente sobre os soviéticos (Motta 2002). No governo de Getúlio Vargas, o comunismo passou a ser tratado como um problema interno, mantendo a decisão oficial que o país havia tomado sobre o não reconhecimento diplomático da URSS, desde a revolução em 1917.

João Pitillo e Luiz Edmundo Tavares (2022) demonstram que houve a minimização da cobertura jornalística em relação às contribuições da URSS no esforço de guerra aliado pela imprensa nacional. Especialmente, como um resultado da agenda política varguista, na qual o DIP conduzia a censura em diversas instâncias, periódicos de grande circulação da época como o *Diário Carioca* e o *Correio da Manhã* que ofereciam ao público brasileiro informações parciais sobre o que se passava nas frentes de combate. De modo a impedir que o conteúdo publicado pudesse tornar propaganda pró-soviética, algumas coberturas chegaram a salientar mais informações sobre as forças do Eixo, especialmente sobre o avanço do exército nazista. O livre trânsito dessas notícias contrastava com a censura a discursos, mapas, fotografias, charges e demais conteúdos relacionados ao Exército Vermelho.

A partir do que trouxe Paul Virilio (2005), que os regimes modernos de guerra também operam por meio de uma *logística da percepção*, salientamos que esta busca pelo controle dos modos de ver e interpretar o mundo são pontos imprescindíveis aos conflitos desde o século XX e facilitados pela popularização dos meios de comunicação de massa. As potências do Eixo, e aqui

viável em um cenário pós-guerra, enquanto conteúdo oficial. Nos bastidores, buscava-se obter informações sigilosas, mapear as comunicações, vias aéreas, compreender gostos e aptidões e garantir um mercado para os produtos estadunidenses, ampliando sua hegemonia continental. (Tota 2000; Valim 2017; Sadlier 2012)

destacamos a propaganda empreendida pelos nazistas na Alemanha, foi eficaz na disseminação de seus ideais ao povo alemão, quanto eficiente para mascarar o que de fato ocorria em campos de concentração. Nesse sentido, a seleção das imagens, somado à ocultação de determinados eventos, como as ações soviéticas na Frente Oriental, por exemplo, reafirmam a centralidade dada às ações estadunidenses e reflete uma disputa simbólica pela hegemonia narrativa do conflito.

Houve diversas recomendações sobre o tipo de conteúdo a ser veiculado durante a guerra e que não se limitavam às orientações do DIP sobre a União Soviética. As aproximações dos Estados Unidos com o Brasil por meio da Política da Boa Vizinhança também fomentavam imagens artificiais e exageradamente harmônicas das relações interamericanas, potencializando um conteúdo que suavizou as tensões raciais, sociais e políticas da época (Smith 2023). *Genevieve Naylor*, jovem fotógrafa estadunidense, por exemplo, que foi contratada pelo *OCLAA* para fotografar o Rio de Janeiro para uma mostra de Arte no MOMA, deveria registrar apenas locais como Copacabana, Jockey Club ou festividades frequentadas pela elite carioca. Além das orientações do *OCLAA*, o DIP também orientava seus cliques. Ao fugir do protocolo e se embrenhar em um Brasil mais interiorano (buscou registrar Minas Gerais e outros locais próximos ao “Velho Chico”), ressaltou um Brasil miscigenado, demasiadamente negro, pobre e religioso o que desagradou seus contratantes. Um dos responsáveis pela divisão brasileira do *OCLAA*, *Francis Alstock*, recusou a exibição de algumas de suas fotos e afirmou que a fotógrafa expôs um Brasil estereotipado e que este não seria o objetivo do programa (Mauad 2023). Nas entrelinhas podemos compreender como uma tentativa de apagamento das singularidades do país, composto por uma população miscigenada, desigual e rural, apagamento esse estimulado pela própria elite brasileira da época, que procurou americanizar-se, distanciando-se ainda mais do Brasil interiorano, retratado pela fotógrafa (Mauad 2023).

A Revista “*Em Guarda: para defesa das Américas*”, impressa pelo *Business Publishers International Corporation*, em Nova York, foi a principal publicação do *OCLAA*, que atuou na América Latina entre os anos de 1940 e 1946. Este escritório, que gerenciava as atividades interamericanas durante a Segunda Guerra Mundial, estava subordinado ao Departamento de Estado dos Estados Unidos e envolveu diversas pessoas em todos os cantos do continente em atividades com fins econômicos, sanitários, educacionais e culturais. Funcionou entre os anos de 1940 e 1946 e teve como coordenador, em grande parte do tempo de existência, o herdeiro bilionário da *Standard Oil*, *Nelson A. Rockefeller*. Aliás, valendo-se de toda a experiência que a Fundação Rockefeller possuía em suas atividades na América Latina e em suas relações com grandes empresas e empresários, que *Rockefeller* se articula, desde a década de 1930, para estabelecer atividades voltadas à aproximação continental. A guerra foi o momento oportuno para isso. Assim, em uma junção da iniciativa

pública e privada, mais de 1.100 funcionários atuaram nos escritórios do *OCLAA*, sendo 13 deles apenas no Brasil. Com sede no Rio de Janeiro, a *Brazilian Division* contou com a direção de uma figura muito próxima a *Rockefeller* e às elites do café no Brasil: *Berent Friele*. Ele foi um intermediário importante nesta aproximação entre empresários e políticos de ambos os países (Tota 2000; Valim 2017; Locastre 2017; Sadlier 2012).

Assim, tomando o material criado ou difundido nas Américas com vistas a estreitar as relações continentais, evitar o alinhamento dessas nações ao Eixo e garantir um mercado consumidor para o pós-guerra, compreendemos como esta política de contradições ocorreu a partir das imagens difundidas sobre a guerra. Seleccionamos a Revista *Em Guarda* e algumas das fotografias por ela veiculadas para pensar como a narrativa de uma vitória aliada, com ênfase na luta estadunidense, foi construída. Embora fosse um canal custeado por empresários e governo dos EUA, tal ênfase era esperada, porém, como veículo de informação em um período em que as notícias de guerra eram mais escassas, tal viés contribuiu para reforçar uma compreensão parcial e minimizadora do papel dos soviéticos na frente leste ou mesmo desfecho desastroso sobre o Japão, quando das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki não foram mencionadas na revista.

Planejada para divulgar os avanços da ofensiva aliada e sinalizar um futuro de vitória para os povos americanos, *Em Guarda* teve seu propósito declarado logo em seu primeiro editorial, com o destaque do discurso do presidente Franklin D. Roosevelt sobre a defesa da liberdade e democracia. Prática essa que permaneceria nas demais edições, ao destacar figuras políticas ou militares à frente das conquistas na guerra. Uma das figuras que recebeu grande destaque foi o General Eisenhower, que anos depois se tornaria o 34º presidente dos Estados Unidos e grande beneficiado de um capital político intimamente relacionado às vitórias das forças aliadas na Europa.

Impressa em Nova York e com traduções para o português, espanhol e francês, *Em Guarda: para a defesa das Américas* foi distribuída em larga escala na América Latina, alcançando, em 1943, uma tiragem de quinhentos e cinquenta mil exemplares (Rowland 1947). Com edições mensais, publicadas entre 1941 e 1945, textos e imagens eram de alta qualidade e as imagens coloridas que vez ou outra apareciam em seu interior, seguiam o mesmo padrão de publicações conceituadas como a *Life* ou o *Cruzeiro*, focando em um impacto visual das informações, indo ao encontro das convenções visuais da imprensa fotojornalística. Os conteúdos gráfico e textual reforçavam o poder bélico dos Estados Unidos e os objetivos de sua criação, articulando-se à mobilização dos Aliados e à construção de uma imagem idealizada do país norte-americano. Como aponta Locastre (2015), além de propagar a unidade hemisférica, a revista buscava apresentar os EUA como um modelo a ser seguido pelas nações latino-americanas, consolidando sua liderança simbólica na região e visando relações mais próximas (incluindo comerciais) para um pós-guerra.

Ao observarmos a circulação de imagens e informações durante a Segunda Guerra Mundial no Brasil, notamos que há um papel determinante exercido pelas agências de propaganda estadunidenses, que se somavam ao controle exercido pelo governo Vargas dos conteúdos veiculados. Diante de um cenário marcado pela censura ao comunismo e fortalecimento das relações interamericanas sob a égide dos Estados Unidos, uma narrativa parcial sobre a guerra foi veiculada, especialmente, por meio de um repertório imagético, em que valores e protagonismos ocidentais foram potencializados. Ocorreu o silenciamento ou minimização dos feitos soviéticos em batalhas cruciais para a derrota das potências do Eixo enquanto a aliança anglo-americana era exaltada, mobilizando e legitimando por meio de mecanismos simbólicos uma versão da história compatível aos interesses estadunidenses no país, sendo esse repertório visual e elaborado que examinaremos a seguir.

Em Guarda e a memória pública sobre a Guerra

Como salienta Ulpiano T. B. de Meneses (2003), toda imagem é ao mesmo tempo um texto, que precisa ser lido e interpretado a partir de seu ambiente de produção e de circulação. Assim, do mesmo modo que são representações daquilo que se pretende retratar, as intenções que nelas estão presentes também dividem espaço aos sentidos que elas recebem de quem as vê/lê. As fotografias apresentadas neste artigo, como representações mediadas e intencionais, não se limitam ao registro de um fato, como também constroem significados que ultrapassam os seus próprios limites concretos. Ao se rememorar um conflito como a Segunda Guerra Mundial, que foi amplamente noticiado e debatido ainda hoje, determinados olhares sobre seus desdobramentos ainda se ancoram a interpretações vinculadas a esses significados. Assim, ao analisar as imagens veiculadas pela revista *Em Guarda* e a similaridade que este conteúdo possui em relação à visão cristalizada no Ocidente sobre o papel definido dos Estados Unidos no desfecho que conhecemos, revela seu lugar como um instrumento ativo na construção de uma memória pública sobre o conflito.

As fotografias que compõem a revista *Em Guarda* tomam boa parte das páginas e são, em grande maioria, pretas e brancas. No entanto, as capas e algumas imagens específicas de seu interior são coloridas, seguindo o padrão das publicações fotojornalísticas da época. Não há propaganda comercial e os créditos das imagens são apresentados em uma única citação na contracapa. Assim, esta publicação mantém a linha inicial prevista: divulgar informações sobre a guerra, salientando o papel que os países do continente americano teriam na luta contra o Eixo. Os Estados Unidos, no entanto, eram retratados a partir de seu poder bélico e avanços tecnológicos e industriais. Também ressaltam valores morais como respeito, solidariedade e lealdade diante das demandas da nação em

guerra, salientando o trabalho árduo que todos os cidadãos estariam comprometidos, seja no *front* de guerra, seja no *front* doméstico.

O tipo americano que aparece na revista *Em Guarda* pertence ao grupo social historicamente dominante no que diz respeito ao poder político, econômico e cultural: os WASP (*White, Anglo-Saxon and Protestant*). Sejam civis ou militares, a população dos Estados Unidos, de modo praticamente majoritário, é representada por pessoas brancas. A fotografia a seguir traz operários da fábrica de aviões da Lockheed, na Califórnia e expõe alguns pontos pertinentes para observar: o primeiro diz respeito à escolha (consciente ou não) dos editores da revista *Em Guarda* em apresentarem os estadunidenses com ênfase aos homens e mulheres brancos. Também aponta para as diferenças sobre os postos de trabalho que exigiam maior qualificação profissional e que eram ocupados por brancos.



Figura 1: Os operários da fábrica dos famosos aviões Lockheed, na Califórnia, reúnem-se para ouvir a irradiação de uma mensagem de guerra do Presidente Roosevelt.

Fonte: *Em Guarda*, Ano 1, n. 5, p. 36.

Alguns esforços ocorreram pelo governo Roosevelt para resolver a escassez de mão de obra no país durante a guerra, a partir de agências governamentais. Especialmente, pela *Fair Employment Practices Committee*, milhares de empregos, antes negados aos afro-americanos, foram ofertados. Postos que exigiam uma qualificação maior foram ampliados e o número de negros trabalhando para o governo federal subiu de 60.000 para 200.000 durante a Guerra (MacGregor e Morris Jr. 1981). Àqueles que passaram a integrar as forças armadas, as melhores possibilidades de qualificação, os salários mais altos e a melhor alimentação foram pontos relevantes para que

posições mais altas na sociedade fossem entendidas como urgentes. Merece destaque o papel que a imprensa negra exerceu, neste contexto, que contribuiu para a mobilização dos afro-americanos ao ressaltar a necessidade de se lutar contra a segregação racial.

A estes estadunidenses, WASP, muitas páginas já foram dedicadas. Em geral, mostrando corpos jovens e dedicados ao esforço de guerra, homens e mulheres foram representados com papéis também bem demarcados. O corpo masculino era símbolo de força e redenção e o da mulher, de cuidado e resiliência. Algumas reportagens mencionaram as mulheres que serviram como enfermeiras, ou em algumas cenas de cuidado com os soldados que retornavam para seu país. Também enfatizava-se o papel que as mulheres tinham na manutenção de seu lar, cuidado com os filhos, enquanto os homens estavam na frente de combate. Sempre afetuosas e zelosas, o lar era mantido por elas como um local sagrado ao qual, em breve, os combatentes retornariam. Do mesmo modo, ressaltava-se as mulheres que estavam nas fábricas substituindo a mão de obra deficitária e fotografias como as da Rosie, “*the riveter*”, são apresentadas. Embora a importância deste trabalho feminino seja pontuada, seus papéis de esposas e donas de casa também estavam presentes nos textos.



Figuras 2 e 3: Miss Model Taylor trabalha como rebidadeira de folhas de metal numa fábrica de aviões. Miss Dossie Deeds é outra perita no mesmo trabalho. Havia pouco tempo que elas aprenderam o ofício.

Fonte: *Em Guarda*, ano 2, n. 3, p. 31.

Apesar deste reconhecimento sobre a importância do papel das mulheres no esforço de guerra, sua representação na revista *Em Guarda* continua ancorada em papéis tradicionais. Por meio da visualidade apresentada, reforça-se a ideia de um protagonismo feminino, principalmente na indústria, como algo temporário, uma vez em que findada a guerra, retornariam ao lar. Este discurso reflete a opinião de grande parte dos estadunidenses da década de 1940, que apesar de aceitarem o trabalho feminino em ambientes até então inimagináveis para os parâmetros da época,

compreendiam essa inserção como crucial para a vitória nos *fronts* interno e externo. Em uma pesquisa de opinião realizada pela Gallup, em 1944, publicizou-se dado que 76% da população estadunidense preferia a convocação de 300 mil mulheres solteiras, com idades entre 21 e 35 anos, para funções não combatentes no Corpo Feminino do Exército (WACs), em vez de convocar homens casados e com filhos para a função. No entanto, quando perguntados, em outra pesquisa realizada pelo Opinion Research Corporation, também em 1944, sobre a permanência das mulheres nas fábricas no pós-guerra, 48% dos entrevistados eram favoráveis à sua demissão das fábricas e 36% defendiam a permanência delas apenas se os homens tivessem empregos abundantes ou essas mulheres fossem viúvas e precisassem daquele soldo. O que entendemos é que os lugares sociais ainda permaneciam muito marcados e o retorno ao lar e às suas funções tradicionais ainda circulavam enquanto um papel tipicamente feminino (Roper Center for Public Opinion Research 2015).

Embora as mulheres estivessem presentes e atuantes para um desfecho pró-Aliados, a vitória era, definitivamente, obra masculina. Dos líderes militares e políticos aos soldados que corajosamente enfrentavam os inimigos nas linhas de frente, a força, a combatividade, a sagacidade e a inteligência ficavam latentes nos conteúdos de *Em Guarda* como pertencentes ao gênero masculino. Mas além de todos esses atributos, o que diferenciava esses homens das forças aliadas, especialmente os estadunidenses, eram os seus valores e ideais. Nas fotos que retratam as zonas libertadas, as relações de afeto e benevolência com as populações locais eram sempre salientadas por meio das fotografias. Assim como a gratidão dessas populações aos seus libertadores eram, do mesmo, modo enfatizadas. Essas representações presentes no fotojornalismo publicado na revista reforçam o discurso dos Aliados ocidentais, segundo o qual a Segunda Guerra Mundial seria uma cruzada pela libertação da Europa contra a barbárie representada pelo nazismo, uma guerra justa da liberdade e da democracia contra a escravidão e o totalitarismo.

A próxima imagem, em que foi retratado um casal de idosos franceses beijando um soldado estadunidense após a libertação da França, materializa simbolicamente a recepção calorosa e o reconhecimento europeu diante da presença militar dos EUA. Enfatizando uma cena que carrega uma forte carga emocional, juntamente a uma Figura que explicita a espontaneidade de um beijo “tradicional”, percebemos uma intencionalidade política na qual se legitima a intervenção aliada em um ato de salvação. Em poses de heróis libertadores, por meio de fotografias com enfoques afetivos, uma suavidade que contrastava com os horrores de uma guerra, eram deixados como lembranças de um passado que não buscavam mais repetir. O mundo, daquele momento em diante, parecia rumar para uma direção de mais humanidade e compaixão aos outros. Pelo menos é o que a visualidade desta imagem parece transparecer, ao aproximar o público latino-americano

dos valores que os Estados Unidos, por meio do *OCLAA*, mostravam defender: a liberdade, a solidariedade e uma liderança inquestionável de méritos para o pós-guerra.



Figura 4: Com este beijo tradicional, este casal de anciãos franceses manifesta ao soldado norte-americano toda a sua alegria por ter sido libertado do jugo alemão.

Fonte: *Em Guarda*, Ano 4, n. 2, p. 41.

Para além das cenas da destruição que a guerra causou — e eram muitas imagens da destruição e dos escombros — cabe ressaltar a ênfase dada nas pessoas recém-libertadas. Além de gratas aos Aliados, elas demonstravam angústia diante do que passaram, embora refletissem, após a libertação, ponderadas sensações de esperança e de um olhar para o futuro. Mulheres, crianças e idosos eram os mais presentes nessas imagens, uma vez em que também eram os mais vulneráveis diante dos ataques e os que ficaram aguardando os milhares de combatentes retornarem. Um olhar ao passado, mas um aceno de expectativas em relação a um novo futuro ficava evidente. Nas próximas imagens, fica clara uma representação desses sujeitos como pessoas vulneráveis, piedosas e gratas, salientando os efeitos emocionais da libertação. Duas imagens exemplificam esta ideia, recorrente em outras imagens aqui não mencionadas. A primeira mostra (figura 5) os habitantes de Palazzolo, na Sicília, recebendo farinha das mãos de soldados britânicos. A Figura pontua que “os aliados libertam e alimentam”, salientando que a ajuda humanitária integra o movimento pela libertação militar. Mais uma vez essa iconografia reforça que para além da vitória sob o inimigo por meio de sofisticados armamentos e estratégias bem articuladas, os Aliados representariam a civilidade, a compaixão e a benevolência. Há um clima de gratidão dessas populações aos seus libertadores.

Outra fotografia (figura 6) retrata o silêncio de uma mulher francesa, em “profunda meditação” no interior da Catedral de Chartres, em um momento de introspecção e espiritualidade, sugerindo que a experiência da guerra havia sido traumática não apenas a ela. A busca por um novo

começo, a partir da presença dos Aliados, sugere que novos rumos poderiam ser traçados, não apenas políticos, como também morais. No entanto, a situação da Europa ocidental, após a Segunda Guerra Mundial, foi marcada por desemprego, deslocamentos internos e assentamento em campos de refugiados, violência e fome (Coggiola 2015, 240; Judt 2011). Em meio ao colapso do nazismo, diversas mobilizações populares, como greves e ocupações de fábricas ocorreram e o temor de revoluções mobilizaram os Aliados a instituir governos provisórios e coalizões amplas. Tanto a França como a Itália passaram por um processo de tensões sociais, instabilidades políticas e reconstrução material difícil. De Gaulle, na França, consolidou sua liderança a partir do apoio de setores militares, da resistência, entre parcelas da burguesia, de comunistas, além do apoio de parte das nações aliadas. Valorizou-se a narrativa da resistência e a marginalização de memórias da colaboração ao nazismo. No norte da Itália e na Europa Oriental, revoltas populares foram sendo, aos poucos, reprimidas e os novos governos, mesmo com a participação comunista, buscaram restaurar a autoridade estatal e evitar rupturas revolucionárias (Coggiola 2015).



Figura 5 (à esq.): Moradores da Palazzolo, na Sicília, completamente desprovidos de recursos, recebem farinha de trigo de soldados ingleses. Os aliados libertam e alimentam.

Fonte: *Em Guarda*, Ano 3, n.1, p. 17.

Figura 6 (à dir.): Depois de dar graças a Deus pela libertação de sua pátria, essa mulher francesa permanece sozinha, em profunda meditação, na Catedral de Chartres.

Fonte: *Em Guarda*, Ano 4, n. 1, p. 41.

Há outro conjunto de fotografias que representa os soldados vencidos e vencedores, sendo os primeiros representados como resignados, rendidos e rebaixados. Estão sujos ou machucados, com expressões de dor, cabeças baixas e supostamente desesperançosos. Já os soldados aliados, especialmente os estadunidenses que constam nas fotos, mostram-se altivos, imponentes e limpos. Há esperança e perspectivas de futuro em seus rostos, acesso à universidade e uma reintegração em um país também de futuro, como os EUA se apresentavam. A retomada de

Paris e o desfile dos Aliados na *Champs Élysées* são uma referência ao desfile dos nazistas no mesmo local em junho de 1940, após a ocupação da cidade. Carregada com um simbolismo intenso, ela demonstra uma guerra praticamente vencida, de gradativa retomada à normalidade e com ênfase aos heróis libertadores.



Figura 7 (à esq.): A rendição incondicional! Conquanto Hitler e seus asseclas ordenassem a resistência até a morte e tentassem dividir os aliados para obter melhores condições de paz, os combatentes alemães iam-se rendendo aos milhares.

Fonte: *Em Guarda*, Ano 4, n. 7, p. 1.

Figura 8 (à dir.): Ao quarto dia da libertação, milhares de soldados norte-americanos desfilaram pelos Campos Elíseos, para logo prosseguiram no seu avanço contra a Alemanha. O General Bradley e o General Koenig, governador de Paris, depositaram flores no túmulo do Soldado Desconhecido, sob o Arco da *Étoile*.

Fonte: *Em Guarda*, Ano 4, n. 12, p. 21.



Figura 9 (à esq.): Nas faces destes dois ex-membros da Wehrmacht, engolfados como tantos outros pelo avanço aliado, observa-se o desânimo dos vencidos. Capturados durante a renhida batalha entre as sebes da Normandia, esperam resignadamente, à beira duma estrada, que seus captores os conduzam para a retaguarda.

Fonte: *Em Guarda*, Ano 4, n. 12, p. 29.

Figura 10 (à dir.): Oficiais e soldados, depois de deixarem o serviço das armas, novamente como civis, sobraçando livros, para prosseguirem na sua preparação.

Fonte: *Em Guarda*, Ano 4, n. 1, p. 39.

Imagens como essas, nas quais destacam a derrota humilhante ou a vitória promissora e heroica, estão presentes, especialmente, nos dois últimos anos da revista *Em Guarda*, na qual a cobertura dos acontecimentos acompanhou os avanços e vitórias dos aliados. Os que foram rendidos demonstravam um completo abatimento e inércia. Não parecia existir mais possibilidades de uma virada e a falência do nazismo se mostrava uma realidade. Aos vencedores, honrarias e glória. Ao desfilar sob Paris, os estadunidenses se inscreviam como protagonistas de uma nova ordem mundial, representando um suposto projeto de futuro de mais civilidade, progresso material e democracia. Porém, o que a realidade do pós-guerra nos mostrou foi o acirramento de um intervencionismo mundial, especialmente como medida de contenção à União Soviética e busca pela influência geopolítica em diversos lugares, durante a conhecida Guerra Fria. As diversas intervenções econômicas, políticas e militares que ocorreram de maneira indireta, por meio de ações militares, apoio a regimes aliados, suporte a golpes militares e atos secretos revelaram a contradição da política externa estadunidense que se vale de um discurso em prol da democracia, mas, na prática, exercem uma política interna e externa movida por interesses econômicos e projetos de poder (Hobsbawm 2011).

Por fim, cabe mencionar o papel que a luta soviética na frente leste recebeu dentro da revista *Em Guarda*. Embora os avanços do Exército Vermelho nas principais batalhas tenham sido mencionados, não consideramos que a mesma ênfase dada aos feitos dos demais aliados tenha sido semelhante ao tratamento que vitórias cruciais empreendidas pelos soviéticos receberam. Primeiro, destacamos a reportagem que trata da vitória na Batalha de Stalingrado, evento imprescindível para o enfraquecimento do exército alemão, que iniciou o seu recuo, fez a Wehrmacht perder centenas de milhares de soldados e significou uma vitória moral para os aliados. Com o título: “Stalingrado, a Verdun Russa” (*Em Guarda*, ano 2, n.4), a reportagem que trata deste episódio compreende três páginas, com imagens e texto que destacam a resistência de um povo contra o invasor alemão. O título faz uma alusão à batalha ocorrida entre França e Alemanha na Primeira Guerra Mundial em 1916, que embora longa e brutal, tornou-se um símbolo da resistência francesa, sendo esse o enfoque conferido ao evento: destaca-se a resistência russa, o “espírito” corajoso de um povo que lutava contra a brutalidade nazista. Nas três fotografias que compõem a matéria não são enfatizados os armamentos, lideranças militares ou os próprios integrantes do Exército Vermelho, como é comumente enfatizado em reportagens que tratam das campanhas estadunidenses ou de outros

aliados. Há um destaque aos escombros, à rendição de soldados alemães e da população anônima deixando os abrigos.

Em outra reportagem, intitulada “O começo do fim: evidencia-se o poder dos Aliados nas várias frentes de batalha”, possivelmente datada na metade do ano de 1943, algumas páginas são dedicadas a evidenciar os avanços na guerra pelos aliados e as regiões retomadas. Em 6 páginas, divididas por treze imagens e um extenso texto, poucas linhas referem-se à contribuição soviética, especialmente se considerarmos a importância da Batalha de Stalingrado:

Em 5 de julho, os nazistas lançaram a sua primeira ofensiva de verão contra os russos, o mundo aguardou os resultados com apreensão, por isso que as campanhas da Alemanha nos verões anteriores tinham se desenvolvido com uma velocidade esmagadora e tinha sido sustadas somente depois de grande perda de homens, material bélico e território por parte dos russos. Mas este verão a ofensiva foi diferente. ressentia-se da falta do poder de sustentação que as outras tinham. Os russos, por sua vez, revelaram uma força extraordinária. E pouco depois a avançada nazista tinha se transformado em retirada. Os russos prosseguiram avançando e recapturaram importantes cidades: Orel, Belgrad e outra (Em Guarda ano 12, 1).

As fotografias que fazem parte da reportagem tratam da retomada de regiões da Sicília, especialmente de cidades como Gela ou da recepção da população no desembarque de soldados em Favara ou Palermo, enquanto o texto faz um apanhado dos avanços aliados nos últimos meses, destacando as vitórias no norte da África, os sucessos nas ilhas de Salomão, no Pacífico, e a libertação de cidades na Itália. A ênfase que se dá à resistência soviética em Stalingrado, mesmo que seja citada, é marcada pela estética de ruína e de sofrimento coletivo. Se compararmos com o tipo de menção aos estadunidenses, britânicos ou aliados latino-americanos, como os brasileiros, percebemos que há um tratamento visual e textual diferente. Principalmente, ao mencionar o exército estadunidense, destacam-se trajetórias individuais, com atuações heroicas e inspiradoras.

Para finalizar esta discussão, fazemos menção a outra reportagem que também trata das conquistas e retomadas dos aliados, que traz como imagem principal os líderes Stalin, Roosevelt e Churchill durante a Conferência de Teerã, em novembro de 1943. Com o título: “*A vitória será nossa*”, o texto afirma que as discussões ocorridas no encontro priorizam a construção de estratégias para a derrota nazista e que há planos bem fundamentados para que isso ocorra o mais breve possível. Os três líderes aparecem em destaque na fotografia, transparecendo seriedade e imponência. Exalta-se no texto um trecho da Declaração de Teerã, em que as três lideranças afirmam seu propósito de estabelecer, no pós-guerra, um projeto de paz duradoura. Mais uma vez, a contribuição da União Soviética é citada, porém na condição de um esforço coletivo, sem menções às suas personalidades ou tecnologias militares.



Figura 11: Stalin, Roosevelt e Churchill na Conferência de Teerã, em novembro de 1943.

Fonte: *Em Guarda*, ano 3, n. 4, p. 1.

Durante dois anos e meio, os russos suportam todo o tremendo choque dos ataques feitos por consideráveis forças alemãs e aos poucos conseguiram desenvolver uma contra-ofensiva que levou de vencida o inimigo, expulsando-o de grande parte do território russo por ele conquistado. as perdas sofridas pelos russos, com o sacrifício de milhares de homens, de numerosas cidades totalmente destruídas e com o desmembramento esse agravado pela fome e pelas doenças que predominaram nos territórios ocupados pelo inimigo, serão sentidas durante muitas gerações. [...]. Contudo, mesmo em face de tremendas dificuldades, o povo russo conseguiu restabelecer suas indústrias bélicas e mandou para as frentes de batalha poderosos exércitos cuja ação tem enfraquecido cada vez mais o poder inimigo (*Em Guarda* ano 3, 3).

Enquanto os símbolos políticos, bandeiras ou mesmo imagens de comandantes soviéticos (com exceção de poucas aparições de Stalin) estão ausentes, a exaltação aos símbolos e tecnologias bélicas ocidentais fazem-se presentes nas muitas páginas da revista *Em Guarda*. Retomando Sontag (2003), quando aponta para escolhas políticas que tendem a silenciar e definir quem é digno de lembrança ou celebração, compreendemos a revista *Em Guarda* e o conteúdo por ela veiculado atua como uma mediadora de uma visibilidade alinhada a um projeto de hegemonia estadunidense. Construiu-se uma memória pública que exaltou alguns e silenciou outros, seja no quesito gênero, raça ou mesmo político. Dessa forma, a revista não apenas noticiava a guerra. Seus enquadramentos e ênfases estabeleciam hierarquias entre os diferentes aliados e reforçava a centralidade ocidental e estadunidense no imaginário da vitória e enquanto ator central para um mundo mais humano e pacífico no pós-guerra.

Considerações finais

Ao privilegiar determinados enquadramentos, conteúdos e perspectivas para a veiculação de informações sobre a campanha aliada na Segunda Guerra Mundial, entendemos que a revista *Em Guarda*, que fazia parte do projeto de Boa Vizinhança para a América Latina, tornava-se uma ferramenta estratégica para a difusão de uma memória sobre a guerra que ressaltava a aliança anglo-

americana, e especialmente, pontuava o poder bélico, aspectos morais e preceitos políticos da sociedade estadunidense. Aparentemente sem contradições, dificuldades ou conflitos internos, a necessidade de defesa da democracia e do mundo ocidental aparecia enquanto a grande missão da terra de Tio Sam.

Ao privilegiar certas representações, como as que exaltam a mobilização militar estadunidense e minimizam outras frentes do conflito, ou forças armadas, mesmo sendo essas decisivas para as vitórias da aliança militar dos aliados, percebemos aspectos de uma persuasão política por meio da visualidade contida no conteúdo distribuído no continente latino-americano. Assim, o que se vende como informação e se propõe a suprir a ausência ou as limitadas notícias sobre o conflito, oferecem uma versão específica que visa moldar as percepções e reforçar um imaginário vinculado aos interesses geopolíticos dos Estados Unidos.

Compreendemos, com mais nitidez, ao elaborar essa análise, sobre a construção dos sentidos e da memória pública que passava pelo conteúdo entregue por meios de comunicação de massa. O modo como determinados aspectos deste conflito tão brutal e complexo foi apresentado para uma população tão diversa como era a brasileira da década de 1940, pode nos apontar caminhos de crítica sobre o modo como tais fatos ainda são vistos por grandes parcelas da sociedade. Além disso, revelam os mecanismos de circulação das informações, que ora exaltam, ora silenciam, e que em momentos excepcionais como uma guerra mundial e total, visam a objetos múltiplos formulados em um clima de incertezas para todos os lados envolvidos.

Referências bibliográficas

- Barbero, Jesus Martin. *Dos meios as mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- Beevor, Antony. *Stalingrad: The Fateful Siege, 1942–1943*. Londres: Viking Press, 1998.
- Burke, Peter. *Testemunha ocular: O uso de imagens como evidência histórica*. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- Butler, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Tradução de Sérgio Lamario e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- Coggiola, Osvaldo. *A Segunda Guerra Mundial: causas, estrutura, consequências*. São Paulo: Livraria da Física, 2015.
- Ferraz, Francisco César. *Segunda Guerra Mundial*. Coleção Temas Fundamentais. São Paulo: Contexto, 2022.
- Han, Byung-Chul. *Infocracia: digitalização e crise da democracia*. Petrópolis: Vozes, 2022.
- Hobsbawm, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914–1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- Knightley, Phillip. *A primeira vítima: o correspondente de guerra como herói, propagandista e fabricante de mitos, da Criméia ao Vietnã*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

- Koselleck, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2014.
- Judt, Tony. *Pós-Guerra: Uma História da Europa desde 1945*. Tradução José Roberto O'Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- Lippmann, Walter. *Opinião pública*. Tradução de Jacques A. Wainberg. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- Locastre, Aline V. *Seduções impressas: a veiculação do paradigma estadunidense no Brasil em tempos de Segunda Guerra Mundial*. Curitiba: CRV, 2017.
- locastre, Aline. “As promessas da revista “Em Guarda” para o Brasil no pós-guerra (1941-1945)”. *Antíteses*, 8, n. 15 (2015): 488-519.
- Lowe, Keith. *O medo e a liberdade: como a Segunda Guerra Mundial nos transformou*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2025.
- MacGregor, Morris J., Jr. *Integration of the Armed Forces, 1940–1965*. Washington, D.C.: Center of Military History, United States Army, 1981.
- Mauad, Ana Maria. “Through the Lenses of Good Neighborhood: The Photographer Genevieve Naylor in Brazil (1940–1942).” Em *New Perspectives on the Good Neighbor Policy*, org. Alexandre Busko Valim e Ana Maria Mauad, 51–80. Lanham: Lexington Books, 2023.
- McCombs, Maxwell. *A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública*. Tradução de Jacques A. Wainberg. Petrópolis: Vozes, 2009.
- Meneses, Ulpiano Toledo Bezerra de. “Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares.” *Revista Brasileira de História*, 23, n. 45 (2003): 11–36.
- Motta, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil, 1917–1964*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.
- NACP, RG 229, “Activities of the Coordinator of the Inter-American Affairs in Brazil.” Filling Schemes and Projects Notebook, box 941, 21 de abril de 1943.
- Noelle-Neumann, Elisabeth. *A espiral do silêncio: opinião pública: nosso tecido social*. Tradução de Cristian Derosa. Florianópolis: Estudos Nacionais, 2017.
- Oliveira Neto, Wilson de. “O invencível exército de Hitler: propaganda de guerra alemã e imprensa periódica em Santa Catarina, durante a Segunda Guerra Mundial.” *Revista Brasileira de História da Mídia*, 8, n. 1 (2019): 161–181.
- Pitillo, João Cláudio Platenik, e Luiz Edmundo Tavares. *O Exército Vermelho na Mira de Vargas*. Rio de Janeiro: Guerra Patriótica, 2022.
- Proulx, Serge. “As pesquisas norte-americanas sobre a comunicação: A institucionalização de um campo de estudo.” Tradução de Edu Jacques. *Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação*, 2, no. 4 (2014): 56–64.
- Revista *Em Guarda*. New York: Business Publishers International Corporation, 1941–1945.
- Roper Center for Public Opinion Research. “Nine Historical Polling Results That Might Surprise You.” Ithaca, NY: Roper Center, 2015.
- Rowland, Donald W., dir. *History of the Office of the Coordinator of Inter American Affairs – Historical Reports on War Administration*. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1947.
- Sadlier, D. J. *Americans All: Good Neighbor Cultural Diplomacy in World War II*. Austin: University of Texas Press, 2012.

Smith, Richard Cândida. “The ‘Good Neighbor Policy’ in US Politics and Governance.” Em *New Perspectives on the Good Neighbor Policy*, org. Alexandre Busko Valim e Ana Maria Mauad, 19–50. Lanham: Lexington Books, 2023.

Sontag, Susan. *Diante da dor dos outros*. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Tota, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Valim, Alexandre. *O triunfo da persuasão: Brasil, Estados Unidos e o cinema da Política da Boa Vizinhaça durante a II Guerra Mundial*. São Paulo: Alameda, 2017.

Visentini, Paulo Fagundes. *A vitória: como a União Soviética salvou a civilização do capitalismo totalitário*. Rio de Janeiro: Da Vinci Livros, 2025.

Virilio, Paul. *Guerra e Cinema: Logística da Percepção*. Tradução de Ana Gonçalves. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

Recebido: 31 de julho de 2025

Aprovado: 21 de novembro de 2025

Dossiê: O Brasil, a América Latina e a Segunda Guerra Mundial

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2025.v31.49737>

A guerra entra no faz de conta: Segunda Guerra Mundial, cultura de guerra e brincadeiras infantis no Brasil e nos Estados Unidos

***War enters make-believe:
World War II, War culture, and children's games in Brazil and the United States of
America***

***La guerra entra en el mundo de la fantasía:
Segunda Guerra Mundial, cultura bélica y juegos infantiles en Brasil y Estados Unidos de
América***

Marina Helena Meira Carvalho*
<http://orcid.org/0000-0002-0756-3995>

RESUMO: Este artigo analisa a presença da Segunda Guerra Mundial no universo infantil a partir da circulação de imagens e sentidos bélicos em diferentes suportes: fotorreportagens publicadas nas revistas *Life Magazine* (Estados Unidos) e *O Cruzeiro* (Brasil), um anúncio publicitário e o relato de infância do historiador Boris Fausto. A partir dessas fontes, investiga-se como elementos da cultura de guerra se infiltraram nas práticas cotidianas e lúdicas das infâncias. O estudo considera as diferentes formas de mediação das imagens em contextos nacionais distintos e discute como os produtores culturais e as políticas públicas mobilizaram as crianças como parte do esforço de guerra. Utilizando categorias como guerra total, cultura de guerra e história transnacional, argumenta-se que o brincar assumiu dimensões patrióticas e pedagógicas, convertendo-se em um

* Atualmente atua como professora substituta na graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais em disciplinas de História do Brasil República e Ensino de História. Graduada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestra (2015) e doutora em História e Culturas Políticas pela mesma instituição (2022). Realizou doutorado sanduíche na New York University — EUA. Atua principalmente nos seguintes temas: Política da Boa Vizinhaça, Segunda Guerra Mundial, história da publicidade, Estado Novo, americanismo, brasilidade, anúncios comerciais, propaganda comercial e nacionalismo. Suas principais publicações são sua dissertação e tese — respectivamente “Right man com bossa: As representações do Brasil e do American way of life nas propagandas comerciais em revistas brasileiras de variedades (1937–1947)” e “Razões para o sacrifício: As justificativas para o esforço de guerra em anúncios comerciais de revistas brasileiras e norte-americanas (1939–1947)”, além dos artigos “A construção de um papel social e político para a publicidade e sua relação com o Estado Novo brasileiro”, “Três papagaios e o Brasil na Segunda Guerra Mundial: Disputas representacionais e o cotidiano da guerra” e “História da, na e por meio da publicidade: Explorações metodológicas de um anúncio com Bolívar durante a Política da Boa Vizinhaça”. Este artigo configura-se em versão ampliada e revisada de parte do capítulo 1 de sua tese de doutorado, feita com bolsa da CAPES.

espaço de construção de papéis sociais e identidades nacionais. Ao explorar as formas como a infância foi mobilizada no imaginário bélico, o artigo revela os modos pelos quais a guerra se fez presente no faz de conta e no cotidiano de crianças brasileiras e norte-americanas.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial. Cultura de guerra. Brincadeiras e brinquedos.

ABSTRACT: This article analyzes the presence of World War II in the childhood universe through the circulation of images and war-related meanings across different media: photojournalism published in *Life Magazine* (United States) and *O Cruzeiro* magazine (Brazil), an advertising campaign, and the childhood account of historian Boris Fausto. Using these sources, it investigates how elements of war culture infiltrated the daily and playful practices of children. The study considers the various ways images were mediated in distinct national contexts and discusses how the cultural producers and public policies mobilized children as part of the war effort. Employing categories such as total war, war culture, and transnational history, it argues that playing took on patriotic and pedagogical dimensions, becoming a space for constructing social roles and national identities. By exploring how childhood was mobilized within the war imaginary, the article reveals the ways in which war was present in play-pretend and in the everyday life of Brazilian and American children.

Keywords: World War II. War culture. Play and toys.

RESUMEN: Este artículo analiza la presencia de la Segunda Guerra Mundial en el universo infantil a partir de la circulación de imágenes y sentidos bélicos en diferentes soportes: reportajes fotográficos publicados en las revistas *Life Magazine* (Estados Unidos) y *O Cruzeiro* (Brasil), un anuncio publicitario y el relato de infancia del historiador Boris Fausto. A partir de estas fuentes, se investiga cómo elementos de la cultura de guerra se infiltraron en las prácticas cotidianas y lúdicas de la infancia. El estudio considera las diferentes formas de mediación de las imágenes en contextos nacionales distintos y discute cómo los productores culturales y las políticas públicas movilizaron a los niños como parte del esfuerzo bélico. Utilizando categorías como guerra total, cultura de guerra e historia transnacional, se argumenta que el juego asumió dimensiones patrióticas y pedagógicas, convirtiéndose en un espacio para la construcción de roles sociales e identidades nacionales. Al explorar las formas en que la infancia fue movilizada en el imaginario bélico, el artículo revela los modos en que la guerra estuvo presente en el juego de fantasía y en la vida cotidiana de niños brasileños y estadounidenses.

Palabras clave: Segunda Guerra Mundial. Cultura de guerra. Juegos y juguetes.

Como citar este artigo:

Carvalho, Marina Helena Meira. “A guerra entra no faz de conta: Segunda Guerra Mundial, cultura de guerra e brincadeiras infantis no Brasil e nos Estados Unidos”. *Locus: Revista de História*, 31, n. 2 (2025): 155-174.

As revistas de variedades no Brasil e nos Estados Unidos foram inundadas de representações de crianças brincando de guerra, tanto em fotografias, quanto em reportagens e em publicidades. Este artigo visa a problematizar a ocorrência de tais representações e analisar a inserção da guerra nas franjas do cotidiano, em situações tão corriqueiras quanto o ato de brincar, o mundo do faz de conta. Para isso, selecionamos alguns estudos de caso expressivos, que nos permitiram analisar elementos da cultura política que ultrapassam os jogos infantis, como a formulação transnacional de representações sobre a guerra, a Política da Boa Vizinhança, os projetos governamentais para a cultura e o que denominamos como a construção de uma cultura de guerra. Concluímos, ainda, que a indústria voltada ao público infantil se valeu da circunstância tanto para aquecer suas vendas quanto para criar para si um papel patriótico, visando a auxiliar na mobilização das crianças e na preparação para um futuro, muito condizentes com aspectos de uma guerra total.

Mesmos brinquedos, notícias diferentes

Em 28 de setembro de 1942, a revista *Life* publica uma fotorreportagem chamada “Scooters de guerra: Miniaturas de máquinas de guerra transformam pacíficos parques em campos de batalha”. Interessante destacar que essa reportagem se encontra na seção “Vida Moderna”, o que indica que essa vida moderna passava pelo consumo de símbolos de guerra.

A fotorreportagem tem duas páginas. A primeira é encabeçada por uma fotografia enorme (Figura 1), que toma quase toda a página, exceto por sua legenda e uma pequena faixa textual com o título e o subtítulo em uma coluna e outras duas colunas, de nove linhas cada, com fonte menor, em que a interpretação é apresentada. A segunda página é composta de uma foto na horizontal, que ocupa metade do espaço, seguida por duas fotos menores, quadradas, uma ao lado da outra, que dividem a outra metade. Todas elas acompanham legenda.

As mesmas fotos aparecem no exemplar da revista *O Cruzeiro* (Figura 2) três meses depois, em 19 de dezembro de 1942. Na segunda página, inverte-se a disposição das imagens, colocando a maior embaixo e as duas quadradas em cima. A fonte e *layout* do texto também mudam. Além disso, no Brasil a fotorreportagem ganha novo título, não sendo mais “Scooters de guerra” e sim “A guerra e o Natal”. Não contém subtítulos.

Na primeira e maior imagem, presente na primeira página de ambas as revistas, oito crianças brincam com scooters no que parece ser um chão de uma quadra, informado pela reportagem que seria em um parque. Sete meninos estão em scooters bélicos: um canhão, um *jeep*, um tanque, um navio, uma lancha, um avião e um não identificado. Quatro dos sete scooters possuem armas

acopladas. Três deles possuem símbolos visíveis ligados aos Estados Unidos: o da Aeronáutica nas asas do avião e a bandeira dos Estados Unidos no navio e na lancha.



Figura 1: Reportagem da revista *Life*: War Scooters

Fonte: *Life*, 28 de setembro de 1942.



Figura 2: Reportagem da revista *O Cruzeiro*: A guerra e o Natal

Fonte: *O Cruzeiro*, 19 de dezembro de 1942.

A imagem ainda apresenta uma única menina. Interessante, mas não surpreendente, é que ela é a única que não tem um scooter de guerra. Pelo contrário, ela dirige uma girafa. Quando a reportagem é lançada, setembro de 1942, a presença feminina no esforço de guerra estadunidense era notável, não só por trabalharem na indústria de guerra como também nas próprias forças armadas. As WAVES — Women Accepted for Volunteer Emergency Service (Mulheres Aceitas para Serviço Emergencial Voluntário), por exemplo, são mulheres que participam da marinha dos

Estados Unidos, estabelecidas pelo Congresso estadunidense em julho de 1942. As WAAC — Women's Army Auxiliary Corps (Corpos Femininos Auxiliares ao Exército), em maio de 1941. Estas deixaram de possuir o *status* de auxiliar para incorporar o Exército em julho de 1943, renomeando então para Women's Army Corps (Hartmann 1982, 37). Entretanto, vale lembrar que essas mulheres que se juntaram às forças armadas dos Estados Unidos eram proibidas de portarem armas, mas podiam realizar praticamente todas as outras funções, como até mesmo pilotar aviões.

Ao dirigir a girafa, percebemos a clara divisão de papéis de gênero e, nesse caso, talvez ainda uma resistência em relação ao ingresso da mulher em um universo tido como masculino, a guerra. O papel da mulher atravessou a guerra, inclusive havendo questionamentos e debates públicos que cogitavam se mulheres que passavam a ocupar funções públicas em decorrência do esforço de guerra ficariam masculinizadas, se tornariam lésbicas ou com excessos de liberdades sexuais. No Brasil as mulheres só se juntaram às forças armadas em serviços prestados enquanto civis, como é o caso das enfermeiras enviadas junto à FEB para a Itália, ou paramilitares no *home front*, como nas Organizações Femininas Auxiliares de Guerra (OFags), em São Paulo, e as Voluntárias da Defesa Passiva Antiaérea do Rio de Janeiro, que, nesta cidade, era vinculada à Legião Brasileira de Assistência (LBA), ganhando o nome de legionárias (Moreira 2020; Cytrynowicz 2020).

As legendas são elementos importantes, pois, por meio delas, cada revista oferece uma interpretação da imagem para seus leitores. Roland Barthes discute que uma das funções da linguagem em relação à imagem é a de ancoragem. Toda imagem é polissêmica e, sendo assim, traz incertezas em seu sentido. Dessa forma, a linguagem complementar a imagem e delimitaria, em nível conotativo e denotativo, a significação. Assim, o texto orientaria o leitor a um sentido pré-estabelecido, evitando, segundo o autor, ambiguidades despropositais e leituras que não seriam interessantes para a divulgação e que não aumentariam o consumo do produto. (Barthes *apud* Martins 1997). Assim funcionam as legendas, com a intenção de direcionar, então, quais conclusões que pretendem que seus leitores tracem e explicitam a ligação daquelas imagens com uma determinada matéria. Entretanto, defendemos que a presença de legendas não garante que a leitura se realize tal qual as intenções do autor e que o leitor não se aproprie delas de maneiras diversas, como bem ressalta os teóricos da história da leitura — como Ricoeur, Chartier e Certeau — e da comunicação social contemporânea (Hohlfeldt e França 2010).

A primeira foto é seguida de legenda apenas na *Life*: “Esses jovens estão prontos para uma *Blitzkrieg* (guerra relâmpago) em scooters bélicos feitos de materiais não essenciais. Eles têm armas

giratórias, dirigem carros e vão como O Diabo”.¹ A legenda faz questão de ressaltar que a produção dos brinquedos não prejudicaria o esforço de guerra, uma vez que não se utilizaria de materiais essenciais. A escassez também interferiu na produção dos brinquedos. Uma vez que plástico e metais eram materiais estratégicos, até mesmo os soldadinhos tornaram-se escassos, conforme frisado em outra reportagem da mesma revista, publicada em 5 de outubro de 1942. Na reportagem aqui apresentada, ainda é ressaltado que os meninos estariam se preparando para a guerra.

A segunda página apresenta três fotos, cada uma delas focando em apenas uma das crianças da página anterior, a saber, o menino com o canhão, o com o *jeep* e o com avião. As legendas da *Life* ressaltam as características dos brinquedos que os fazem realísticos (como tamanho, movimentos e os detalhes: cartuchos de balas, por exemplo, ruídos etc.) e os preços (entre \$25 e \$40, dependendo do modelo, preço equivalente à compra de 5 a 8 exemplares da revista *Life*). As legendas presentes na revista *O Cruzeiro*, por sua vez, ressaltam não as características, mas a própria natureza bélica daqueles produtos. Possuindo uma única legenda para essas três fotos:

Alguns brinquedos de Natal lançados pelas grandes casas de Nova York, para a petizada.² Como vemos são todos mais ou menos bélicos: ‘tanks’, lanchas-motor, canhões antiaéreos, cruzadores e aviões de caça. Entre eles, apenas uma girafa mecânica se salva da guerra que atingiu o mundo inteiro (*O Cruzeiro*, 1942).

Apesar de qualificar todos os brinquedos, exceto a girafa, por suas categorias de guerra — os canhões são antiaéreos; os navios, cruzadores; os aviões, de caça — sua legenda ainda os apresenta como “mais ou menos bélicos”. A legenda d’*O Cruzeiro* ainda é interessante para pensar a transição que o Brasil passava: o lugar de maior influência cultural sobre esse país deixava paulatinamente de ser a França para os Estados Unidos. Os brinquedos apresentados como mais modernos para se presentear no Natal vinham de Nova York. Mas a gíria para se falar da população seria um aportuguesamento de um termo francês: *petit* (pequeno).

Uma diferença notável entre as legendas de *O Cruzeiro* e da *Life* é sobre o tipo de informação apresentada. Na *Life*, são quatro as mais relevantes: respeitam a escassez dos materiais estratégicos, preparam as crianças para a guerra, as características de cada scooter e o preço. Informam, dessa forma, um possível consumidor. Nada nos leva a crer que *O Cruzeiro* cumpria o mesmo propósito e que os brinquedos chegassem ao Brasil. O preço, por exemplo, não aparece na revista brasileira. Aqui, seriam divulgados mais para indicar fatos curiosos e até mesmo modelares estadunidenses.

O texto da reportagem na *Life* repete elementos já mencionados no subtítulo e nas legendas, como o preço, a confecção a partir de materiais não essenciais e o fato dos parques pacíficos terem

¹ Possivelmente se referem ao nome de uma infantaria norte-americana que combateu durante a Segunda Guerra.

² Gíria surgida a partir do abrigamento de *petit*, termo francês para pequeno. O neologismo aqui é sinônimo de criança.

se transformado em campos de batalha por causa dos novos brinquedos. Na *Life*, os aspectos comerciais são ressaltados, explicitando quem teria criado os scooters (Stensgaard Co.) e sua intenção, o lançamento para o Natal. O sucesso teria sido tão grande que resolveram pôr imediatamente à venda. Assim que os produtos chegavam às lojas, esgotavam.

Já o texto da reportagem presente em *O Cruzeiro* possui outra lógica. Inicia-se situando a matéria como uma correspondência de José Caranza especial para a revista. A publicação anterior das fotografias, feita primeiramente pela *Life*, não é sequer mencionada. Esse trânsito entre meios de comunicação era praxis na época, se diluindo muitas vezes a noção de autoria e ainda não sendo formulada a concepção de plágio. Frequentemente, essa republicação e reescrita de matérias era realizada, inclusive, sem autorização e/ou conhecimento da fonte primária, como ressalta, por exemplo, Fonseca (2018) em relação ao editorial da *Reader's Digest*, o qual selecionava artigos de outros periódicos e apresentava-os de forma mais palatável e resumida para o seu público. Com o passar dos anos, a revista chegou a sofrer processos de outras editoras por essa prática.

Nessa reportagem também é relatada a animação referente ao novo brinquedo lançado — “com estardalhaço” — para o Natal. Aponta ainda que esses scooters seguiam as tendências do ano anterior de produção de brinquedos bélicos. Segue, então, reproduzindo a resposta que os negociantes teriam dado quando interrogado pelos jornais:

“O motivo dessa abundância de ‘tanks’, aeroplanos, lanchas torpedeiras, automóveis blindados, canhões antiaéreos, em vez de velocípedes simples como existiam antigamente, obedece a duas razões — primeiro, porque as preferências dos guris atualmente são para coisas que lembram a guerra; segundo, porque é necessário criar uma mentalidade ofensiva, também na infância, para neutralizar a audácia do Eixo”. Todos concordaram com essas razões, e nós também. Mas não podemos negar que é triste, profundamente triste... (*O Cruzeiro*, 1942).

Apesar de serem as mesmas fotografias, percebemos que a matéria d’ *O Cruzeiro* ganha outra camada de significado. Se na *Life* a fotorreportagem cumpre praticamente a função de uma publicidade, em *O Cruzeiro* talvez ela se assemelhasse mais a uma resenha crítica. Em ambas os produtos aparecem positivados. Na revista brasileira, apesar de ser reconhecida sua justificativa para se existir e sua relevância, há uma tristeza na constatação de sua existência. A girafa, único brinquedo não bélico, estaria “salva” da guerra. “Salva” é um substantivo que significa “fora de perigo”. Enquanto os brinquedos “imitam a realidade”, para *O Cruzeiro*, fogem do restrito aspecto lúdico apresentado pela revista *Life* e ganham a dimensão de sofrimento trazido pela guerra que, segundo a reportagem, seria culpa “da audácia do Eixo”.

Vale lembrar que o governo Vargas havia adotado durante muito tempo a “equidistância pragmática” (Moura 1988) entre os países do Eixo e Aliados, declarando guerra ao Eixo apenas em 22 de agosto de 1942. Antes disso, o Brasil praticava aproximações alternadas e simultâneas com

Alemanha e os Estados Unidos, mantendo uma neutralidade que permitisse relações com ambos os países. A partir da posição privilegiada do Brasil, Vargas barganhava acerca de trocas comerciais, da construção da siderúrgica nacional, da modernização industrial e até mesmo da preparação e do armamento do Exército brasileiro.

Após longo período de proximidade intensa principalmente com a Alemanha, que era o segundo principal parceiro comercial do Brasil, mas também com o Japão e com a Itália, era preciso construir a imagem de inimigo. A formulação da imagem desses países enquanto inimigos em grande parte foi calcada no afundamento de navios de carga e de passageiro brasileiros, resultando na morte de mais de mil civis. O Eixo, portanto, seria ameaçador ou, como diz a reportagem, teria a audácia de perturbar a paz. A escolha da palavra audácia é interessante, pois ela remete tanto a uma dimensão negativa, de quem age no impulso sem considerar os perigos e riscos, quanto positiva, daquele que é destemido e inovador. O inimigo é construído como forte, inteligente e sagaz. A destruição dele, diante disso, tornaria os Aliados ainda mais poderosos. O inimigo é forte o bastante para ameaçar, mas não ao ponto de vencer (Dutra 2012, 65-67).

Apesar do rompimento com Itália e Alemanha só ter ocorrido em agosto de 1942, o afastamento paulatino destes países pode ser percebido desde 1939, pelo menos, com o bloqueio inglês do comércio alemão com o Brasil. A aproximação com os Estados Unidos daí em diante se deu de forma gradativa. Em 1941, o Brasil se compromete a vender por dois anos exclusivamente aos norte-americanos toda a produção de certas matérias primas. A construção do elo com os Aliados e, portanto, distanciamento ao Eixo, antecede o afundamento dos navios brasileiros. E a construção discursiva em relação ao inimigo em muito o ultrapassa.

Percebemos estratégias narrativas diferentes presentes nas revistas *Life* e *O Cruzeiro*, o que aponta para uma espécie de invenção dentro da imitação (Chartier 2021). A presença das mesmas imagens indica uma circularidade de informações entre Brasil e Estados Unidos, bem como redes formadas entre editores, escritores e agências de notícias, sendo as revistas objetos da História transnacional, pois evidenciam a circulação de ideias. Neste caso, imagens provenientes dos Estados Unidos haviam sido reutilizadas e reinterpretadas em um periódico brasileiro.

A circulação mais ampla de mídias e a mundialização das notícias tornam plausível que pensemos que a circulação de representações e a manutenção de componentes das comunidades imaginadas possam ter sido construídas também em uma escala maior. As revistas são importantes objetos da história transnacional, pois facilitam a circulação de ideias para além das fronteiras nacionais. Segundo Bayly, Beckert, Connelly, Hofmeyr, Kozol e Seed (2006) as associações, imprensa e publicação de livros fizeram emergir uma esfera pública internacional. Sem dúvida, essa

esfera pública internacional encontrava-se alargada em contexto de uma guerra mundial, adentrando o espaço do privado.

Murilo Marcondes de Moura (2016), em seu livro *O mundo sitiado*, nos informa sobre a criação de um “sentimento do mundo”, expressão que apropria de Drummond para pensar como o universo de preocupações de um sujeito passaria a ser mundial, analisando, para isso, como os poetas brasileiros se dedicaram à Segunda Guerra Mundial. Essa sensação de proximidade causada pela mundialização dos meios de comunicação também foi relatada nas reportagens de revistas, no compartilhamento de hábitos como o brincar e na divulgação de objetos da indústria de brinquedos. Identificamos a circulação de representações sobre a guerra, ainda que sofram interpretações, apropriações e ressignificações. Existiam múltiplos vetores, de variados sentidos e direções, nas circulações de ideias que, como todo intercâmbio, dependem da ação dos dois lados, ainda que exista uma assimetria de poder entre eles (Weinstein 2003).

Brinquedos x brincadeiras

Um leitor mais atento pode nos indagar se as representações se limitavam às mídias, pois não necessariamente o discurso presente na reportagem (de os brinquedos serem um sucesso e de esgotarem assim que chegassem às lojas) corresponderia à realidade, podendo ser apenas uma estratégia de venda. Se esses brinquedos se limitariam a Nova York, se chegaram ao Brasil e se os brasileiros também brincariam de guerra. Não foi possível mensurar a recepção dos scooters. O próprio fato de que tais brinquedos existam, entretanto, já nos diz muito sobre como as brincadeiras eram idealizadas por tais sociedades (e pelas indústrias de brinquedos, como parte integrante dessas sociedades). Mas brincar de guerra ia além da existência de brinquedos. Um exemplo é mencionado por Boris Fausto, historiador brasileiro que era criança na época da Segunda Guerra. Ele conta que durante os *blackouts*, as crianças aproveitavam para brincar no escuro. Ele diz:

Com revólveres prateados de brinquedo entre os dedos, carregados com espoletas, atirávamos uns nos outros. As espoletas falhavam muito, contribuindo para aumentar o “suspense” do jogo-teatro. Quando alguém era atingido, tinha por obrigação morrer ou ficar gravemente ferido, rolando pelo chão. De repente, as luzes voltavam e o encanto se quebrava (Fausto 1995, 18).

Assim como Roney Cytrynowicz (2000, 265) aponta, não fica claro se a brincadeira de tiro que Boris Fausto se remete teria papéis definidos, como americanos X nazistas, coisa que Cytrynowicz desacredita, ou se Fausto brincava apenas de mocinho X bandido, o que o primeiro considera mais provável. Independente desse fator, a cultura de guerra, militarista, estaria presente na infância de Fausto, adentrando o que há de mais cotidiano, como as brincadeiras. E, de certo,

várias outras brincadeiras existiam tanto no Brasil como nos Estados Unidos, representando papéis sociais de seus contextos que, naquele momento, estavam permeados por representações bélicas.

Uniformes ou fantasias?

Os uniformes, por exemplo, tornam-se fantasias infantis para incrementar as brincadeiras. Em dezembro de 1941, portanto ainda antes de o Brasil entrar na guerra, a revista *O Cruzeiro* publica uma reportagem intitulada *Os brinquedos modernos*. Seu curto texto diz:

Os brinquedos, nesse triste Natal de guerra, são inteiramente diversos daqueles que eram entregues às crianças de antigamente. Couraçados, “tanks”, e bombardeiros em miniatura estão sendo preferidos pelos guris porque a mentalidade infantil modificou-se no ambiente guerreiro em que vivemos. Nossas páginas focalizam alguns dos brinquedos bélicos postos à venda em Nova York, mostrando que a futura geração deseja ser almirante, general e, no mínimo, médico militar. (Wide World Foto Especial para *O Cruzeiro*).

O texto é circundado por quatro fotos. Na primeira, um menino está de frente para seu pai, uniformizado, e brinca com o *cap* dele. No segundo, um menino com trajes da marinha brinca com miniaturas de navios em cima de uma mesa. A terceira foto é de uma criança com traje de aviador dentro de um avião de brinquedo de tamanho semelhante aos carrinhos de passeio elétrico que as crianças atuais têm ou brincam em shoppings. A última foto é de um casal de crianças cuidando de uma boneca, estando o menino vestido de médico e a menina, de enfermeira.



Figura 3: Reportagem da revista *O Cruzeiro*: Os Brinquedos Modernos

Fonte: *O Cruzeiro*, 20 de dezembro de 1941.

Uma reportagem da revista *Life*, a qual ganha a capa, fala também sobre uniformes para crianças. Segundo ela, as forças armadas teriam conquistado o mundo do faz de contas. Naquela altura, em 11 janeiro de 1943, estaria já em circulação nos mercados alguns brinquedos que representavam o universo bélico, tais como armas, tanques, *jeeps* e barcos. Eram oferecidas às crianças, agora, essas fantasias de uniformes, sendo que as crianças de ambos os sexos poderiam

escolher, inclusive, em qual ordem se juntar: WAAC, enfermeira da Cruz Vermelha, Marinha, Exército... A reportagem ainda completa assinalando a dimensão lúdica, pois os uniformes estariam sendo usados tanto pelos heróis reais, nos *fronts*, quanto pelos heróis das histórias em quadrinhos.



Figura 4: Capa da revista *Life*: Kids' uniforms

Fonte: *Life*, 11 de janeiro de 1943.

Os HQs vão à guerra

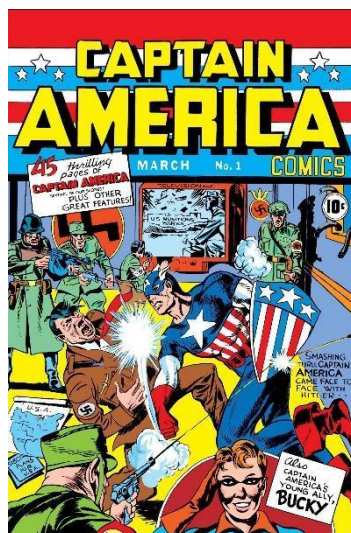


Figura 5: Capa do primeiro exemplar do HQ do Capitão América

Fonte: Website da Disney. Disponível em: <https://www.disney.com.br/novidades/tbt-da-marvel-a-iconica-edicao-de-capitao-america-1> Acesso em 04 ago. 2025.

Muitos super-heróis foram representados ajudando na luta contra o Eixo, como é o caso do Super-Homem. O Capitão América e a Mulher Maravilha são criados nesse contexto, ambos de 1941, e aparecem na luta contra o nazifascismo. A capa do primeiro exemplar do Capitão América representa o herói invadindo um quartel nazista e batendo em Hitler, enquanto outros soldados

alemães tentam o deter, com tiros. Na cena existem vários indícios de que o Eixo ameaçaria os Estados Unidos, como um mapa do país com um bilhete “plano de sabotagem para os EUA”. Na televisão, ao fundo, noticiava-se o fracasso dessa tentativa, pois as “munições dos EUA funcionaram”.

Vários personagens de HQ teriam se alisado para servir nesses tempos de guerra, como a Tiller the Toiler, que teria aparecido em histórias como pertencente à WAAC, Smilin’ Jack na Air Patrol, Skeezeix servindo na África e a Orfan Annie organizando o Junior Commands. *Winnie the WAC* é criado tendo uma mulher do Women’s Army Auxiliary Corps como a personagem principal e heroína. Era claramente reservado às forças armadas o lugar de heróis da vida real, tão prestigioso que, inclusive, levava os heróis imaginários a se juntarem a eles. Os quadrinhos, dessa forma, ganhavam uma camada moral de indicar para as crianças a importância (e o ato tido como heroico) daquelas lutas, de servir as forças armadas.

Preparemos nossas crianças

Quando a guerra “entra no faz de conta”, fica ressaltado que aquele era um futuro que se colocava no horizonte de expectativa daqueles meninos e meninas, os quais conviviam com aquela temática cotidianamente em várias esferas da vida (em casa, na escola, nas mídias, na rua). A guerra fazia parte de seus imaginários e suas imaginações. Segundo as reportagens mencionadas d’O *Cruzeiro*, os brinquedos bélicos tornavam-se os preferidos pelas crianças.

Por outro lado, essas crianças deveriam ser preparadas para a possibilidade de um futuro de guerra. Em 20 de agosto de 1945, *Life Magazine* publica uma reportagem dizendo da importância da educação aérea. Nela é apresentada uma escola pública estadunidense em que as crianças aprendiam projetos de aviação (como pilotar, fotografia aérea, aerodinâmica e mecânica) desde o jardim de infância. O projeto teria sido desenvolvido em uma parceria com o Civil Aeronautics Administration e o State Aeronautics Bureaus e revelava a preocupação de que as crianças estadunidenses crescessem preparadas para a guerra. Ou melhor, crescessem alinhadas aos princípios patrióticos, úteis ao Estados tanto em tempos de guerra quanto em tempos de paz.

Nessa propaganda da General Eletric (Figura 6), vemos exatamente essa perspectiva de preparar as crianças durante a guerra para o futuro. Nela, Tio Sam aparece em um cartaz com os dizeres de costume “Tio Sam precisa de você”. Incomumente, ele não aponta e convoca o expectador, mas um menino, de aproximadamente 7 a 10 anos, que tem um aviãozinho de brinquedo nas mãos.

O menino aparece surpreso com o chamado, respondendo: “Quem, eu?”. Em letras miúdas no texto do anúncio, Tio Sam avisa a criança que precisará dele no futuro para trabalhar, construir

e fazer tudo mais que sonhasse em fazer. Seus pais, os soldados e os trabalhadores de indústrias de guerra estariam lutando agora para construir um mundo bem melhor no futuro.



Figura 6: Publicidade de guerra da General Eletric

Fonte: *Life*, 7 de setembro de 1942.

Por um lado, vemos no anúncio que o mundo do futuro seria um mundo em que o menino conquistaria suas aspirações individuais, bem condizentes com o *self-made man* proposto pelo *American way of life*. Por outro, o Tio Sam convocaria o menino para realizar o futuro de progresso dos Estados Unidos, de riqueza e de qualidade de vida, esta tida como acesso ao consumo. Futuro esse que, na propaganda, aparece com a presença dos aviões mais rápidos, casas modernas com ar-condicionado, aquecedor, luz elétrica, refrigerador, televisão e eletrônicos. A modernidade aparece dessa forma aqui porque a empresa anunciante é a General Eletric, fabricante de eletrodomésticos. Mas também porque a modernidade e o progresso estadunidenses seriam sinônimos de desenvolvimento tecnológico e consumo.

Durante a guerra, a publicidade no Brasil e nos Estados Unidos se munuiu do papel de mobilizar a população civil para contribuir e para justificar a guerra: pelo que estariam lutando, o que estariam protegendo, qual o futuro sonhado. Para isso, existiria um papel a ser desenvolvido para cada cidadão. Essas campanhas tanto eram feitas por iniciativas particulares de empresas e agências publicitárias quanto por projetos governamentais. (Carvalho 2022).

A função das crianças durante a Segunda Guerra Mundial não era reservada apenas ao futuro: elas deveriam contribuir comprando selos de guerra nos Estados Unidos e, com a Campanha do Tostão no Brasil, a coletar materiais essenciais recicláveis, com os treinamentos e com todas as campanhas governamentais.

A Campanha da Borracha foi uma das que angariou imensa mobilização. Em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, teriam arrecadado mais de 40 mil quilos de borracha usada para reciclagem, continuando a receber materiais mesmo após o término da campanha. O Estado do Paraná também teria excedido às expectativas, com quase 67 mil quilos. Em Santa Catarina, o Interventor solicitou o recolhimento de alumínio, zinco e cobre em favor da aviação, de forma que os moradores se sentiam pressionados a desfazerem de itens feitos de tais materiais. Solicitavam, por exemplo, que eles passassem a usar panelas de barro e doassem as de alumínio. A necessidade de tal campanha é questionada, já que o prefeito de São Bento escreve uma carta nervosa ao Interventor, afirmando que o material coletado estaria há meses amontoado sem que fosse buscado para levar ao destino (Favéri 2002). Tal como no Brasil, as cidades dos Estados Unidos também divulgaram suas conquistas nas arrecadações. Os voluntários da Civilian Defense de Cincinnati divulgaram que coletaram mais metal que qualquer outra cidade norte-americana, totalizando 29 milhões de *pounds* (Miller 1991), o que significa mais de 13 milhões de quilos. As crianças, dessa forma, tiveram papel ativo e massivo na mobilização de guerra, contribuindo para que esses expressivos números se formassem.

Cultura de guerra e guerra total

As brincadeiras de guerra demonstravam uma completa imersão numa cultura bélica. Elas poderiam surgir de forma espontânea — como na brincadeira de guerra de Boris Fausto. Assim como esse historiador, muitas crianças provavelmente brincaram de guerra no Brasil e nos Estados Unidos, envolvendo ou não objetos pensados para isso, por indústrias de brinquedos. Foram fabricados jogos de tabuleiros, fantoches dos inimigos, aviõezinhos, carrinhos, caminhões, tanques, rifles, soldadinhos. Todos esses elementos bélicos são explorados pelas indústrias voltadas para o público infantil e indicam o incentivo da sociedade para que as crianças crescessem atentas para os papéis bélicos e patrióticos que deveriam assumir.

As indústrias voltadas ao público infantil teriam se mobilizado tanto ao poupar materiais estratégicos quanto ao se pronunciarem enquanto também detentoras de uma função patriótica: educar as crianças em tempos de guerra. Sua mobilização seria referente à multiplicação de mobilizações, ou seja, em incutir nos civis também o desejo de contribuir para a vitória, cumprirem seus papéis em uma guerra total. E preparar as crianças para a batalha, caso ela se estendesse.

Podemos ampliar este estudo de caso sobre brincadeira para uma realidade mais ampla, da cultura como um todo. Por um lado, a cultura se faz com o tecido do cotidiano, tomando para si temas circunstanciais. É comum vermos brinquedos e brincadeiras, poesias, livros, objetos, vestimentas, publicidades, filmes, músicas e outros produtos culturais que mencionem elementos

vivenciados em um tempo. Por outro lado, ao adotarem tonalidades bélicas e mobilizatórias, a cultura, durante a Segunda Guerra Mundial, justificava sua manutenção, pois foram questionadas de permanecerem gastando tempo e recursos para sua criação em tempos de guerra total, portanto, em que todas as coisas deveriam ter finalidades utilitárias e serem voltadas a ela. Esse forte movimento de crítica à cultura ocorreu nos Estados Unidos e atingiu diversos setores, como teatro, cinema, música, publicidade, brinquedos etc. Questionava-se se a cultura seria supérflua e até antipatriótica. A resposta dos produtores culturais era demonstrar sua utilidade mobilizatória e patriótica, o que deu muito certo, uma vez que órgãos governamentais como o Office of War Information e o Office of the Coordinator of Inter-American Affairs passaram a utilizar veículos de comunicação e produtores culturais como difusores de propaganda ideológica e de mensagens oficiais.

Nesta mesma época, a cultura foi vista como ferramenta instrumentalizadora do nacionalismo pelos ideólogos do Estado Novo, os quais cunharam o termo “cultura política” para ressaltar que a mesma teria o poder de unificar as esferas políticas e culturais, contribuindo para o nacionalismo e a unidade brasileira. A guerra dá outra camada de sentido para essa mesma prática estadonovista de unidade nacional agora agregada ao combate ao inimigo externo, o Eixo. Anteriormente, o varguismo focava o combate de outro inimigo, o comunismo, provocando um “eu X o outro”.

A cultura de guerra gerou, em certa medida, um cotidiano militarizado e ajudou a dissolver as fronteiras entre o *front* interno e externo, característica fundamental de uma guerra total. Esse termo havia sido empregado por seus contemporâneos tanto na Primeira como na Segunda Guerra Mundial.

A historiografia continuou trabalhando com a categoria de guerra total, definindo-a enquanto conceito. Hobsbawm (1995) enumera alguns fatores que diferenciam as duas guerras mundiais das demais: a abrangência geográfica, a forma de luta de morte, que se prosseguiram até exaustão total e com metas ilimitadas, o envolvimento de todos os cidadãos e a mobilização da maioria, o desvio de toda economia e produção para finalidades bélicas, o potencial de destruição, inclusive da população civil, seria característica da guerra total. Hobsbawm, entretanto, exclui a América Latina de tal vivência.

Roney Cytrynowicz conceitua guerra total já englobando o Brasil e sintetiza que o cerne de seu conceito se abriga na mobilização:

inteira indistinção entre os fronts interno e externos entre o front militar e civil. A partir dos bombardeiros sobre civis, que ocorreram em escala maciça na Primeira Guerra Mundial, e da mobilização também maciça de todos os recursos chamados civis, da intervenção do Estado,

tornando cada indivíduo um soldado, seja do front externo seja interno — definiu-se a constituição do front interno. Não se tratava apenas de oferecer toda a retaguarda e a infraestrutura econômica e militar para os exércitos, mas de se preparar militarmente para bombardeios contra alvos claramente civis e, essencialmente, de manter todas as esferas da vida privada e pública em permanente estado de mobilização a serviço do Estado, submetidas a uma lógica e um controle que escapavam inteiramente à compreensão do indivíduo (Cytrynowicz, 2000).

Apontamos que uma das principais críticas ao conceito de guerra total diz respeito à impossibilidade de que todas as pessoas e todas as esferas da vida estejam completamente mobilizadas para a guerra, principalmente no cotidiano civil. O uso de termos generalizadores como total, exclusivamente, inteiramente, completamente, que não deixam espaço para exceções, costuma mesmo ser problemático na história (Chickering e Forster 2005). Adotamos o conceito de guerra total não para negar a normalidade. Mas para apontar que grande parte da normalidade (hábitos, instituições, papéis sociais) é ressignificada diante do contexto bélico. Apesar dos campos de batalha não se estenderem para todo o mundo, a beligerância é global, o cotidiano torna-se militarizado, e estabelece-se uma cultura de guerra.

Entendemos aqui cultura como as práticas, instituições e modos de vida que produzem significados e valores (Williams 1979). A cultura abriga tanto produções culturais, sejam elas de intelectuais ou das mídias, quanto práticas sociais e cotidianas e a produção de códigos, sentidos e significados. Denominamos por “cultura de guerra”, por sua vez, as produções culturais e práticas sociais de produções de sentido que ganham tonalidades bélicas e ajudam a dissolver as fronteiras entre o *front* interno e externo. O conceito de guerra total pressupõe que ocorra uma conversão de todas as esferas da vida, inclusive a cultural, ao esforço de guerra. A cultura de guerra é produto e produtora da guerra total, uma vez que são interdependentes. A guerra total precisa da produção de sentidos possibilitada pela cultura de guerra ao passo que a cultura de guerra surge mediante esse contexto.

A guerra perpassava vários âmbitos da vida dos brasileiros e estadunidenses: a alimentação, a língua, a moda, o trabalho voluntário... E, como vimos, as brincadeiras infantis. Os momentos de crise evidenciam ainda mais quão político é o cotidiano, pois há um alargamento da esfera pública e a política *stricto sensu* torna-se assunto da ordem do dia. Percebemos, durante a Segunda Guerra Mundial, interessantes formulações de representações que movimentam imaginários políticos.

Ainda que os elementos presentes na cultura de guerra fossem mobilizados em estratégias discursivas distintas no Brasil e nos Estados Unidos, por ora se distanciando, não podemos também nos esquecer dos contatos, cruzamentos e intercâmbios, o que os fazia aproximar também em diversos aspectos. Percebemos neste artigo essa circulação, bem como a apropriação e a

reinterpretação a partir das fotorreportagens da *Life* e de *O Cruzeiro*. Apesar de utilizarmos o termo no singular, para nós, a cultura de guerra não é homogênea. Ela utiliza de um vasto repertório de representações bélicas proveniente tanto de experiências históricas singulares quanto da circulação de ideias.

Para nós, a “cultura de guerra” remete à temática da guerra se fazendo presente nas mais variadas esferas culturais, incluindo as produções culturais, como na literatura, poesia, teatro, cinema, publicidade, jornais, revistas, música, moda, decoração, lazer, entre outros. Ou seja, indica que diversos atores se propuseram a falar sobre a guerra, seja por motivações de ordem particular, seja por demandas de políticas públicas, reagindo uns aos outros e demonstrando quão significativa essa guerra seria. Ela tornava-se *topos* para a vida cotidiana e para produções culturais. Nos alinhamos a Stéphane Audoin-Rouzeau e Annette Becker, para quem a cultura de guerra seria “o campo de todas as representações da guerra forjadas pelos contemporâneos: de todas as representações que a si próprios deram da imensa provação, primeiro durante e, em seguida, após a ela” (Audoin-Rouzeau e Becker 1998, 238). Cultura de guerra seria, então, a forma como os contemporâneos significaram o momento histórico, por um lado, e a si próprios, por outro, atribuindo papéis e ressignificando funções do mundo que os rodeia. É cabível pensar que as crianças também ressignifiquem sua realidade, inclusive as brincadeiras infantis, a partir do que circula na ordem do dia. Basta conviver com crianças para observar como elas são inventivas e capazes de se apropriarem de assuntos aleatórios, dos mais sérios aos mais triviais, em seu mundo de faz de contas.

A cultura de guerra também é incentivada por ações oficiais e está na base da propulsão do militarismo da sociedade civil. A presença constante de elementos bélicos aumenta a sensação de que a guerra seria algo próximo, sendo preocupação cotidiana. Mesmo aqueles que não seriam enviados para os *fronts* externos deveriam contribuir de alguma forma para o esforço de guerra, do *home front*. É nessa lógica que as crianças são convidadas a contribuírem com mobilizações governamentais, como voluntariado para coleta de materiais estratégicos para a reciclagem, compra de selos — nos Estados Unidos — e na Campanha do Tostão — no caso brasileiro. Essa seria a parcela de sacrifício e de treinamento daqueles que seriam novos demais para se alistarem.

A circulação de objetos — como revistas e brinquedos —, ideias, práticas culturais — como brincar —, políticas públicas — como recolher materiais estratégicos para reciclagem e mobilização de civis — indicam uma possível significação transnacional da cultura de guerra e dos papéis que os cidadãos deveriam adotar para si durante aquele período. Segundo José Bernardo Toro (*apud* Pereira 2015), “mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob

uma interpretação e um sentido também compartilhados”. As crianças também deveriam partilhar o propósito, a interpretação e o sentido, enquanto membros daquela comunidade de Aliados.

A pedagogia defende há tempos que brinquedos, brincadeiras e o faz de conta permitem que as crianças se apropriem de códigos culturais e papéis sociais (Brougère e Wajskop 1997). Um exemplo claro remete aos papéis de gênero, sendo as meninas treinadas desde a mais tenra idade a serem boas mães, fazerem comidinha e cuidar da casinha, enquanto os meninos são incentivados a brincarem com carrinhos, caminhõezinhos e outros brinquedos considerados masculinos. Segundo Benjamin (*apud* Orlando 2021), a palavra “jogo” na língua alemã tem seu significado atrelado à “lei da repetição”. Dessa forma, muito mais do que o fazer de conta, a essência do brincar estaria no fazer sempre de novo, transformando a experiência em um hábito. Com a cultura de guerra, esses papéis também passam a ser bélicos: brinca-se de ser soldado, de ser enfermeira.

A indústria de brinquedos infantis, assim como outros produtores culturais, contribui para a formulação de uma cultura bélica, aliada a ideologias políticas. Isso não acontece exclusivamente no Brasil e nos Estados Unidos. Postert (*apud* Orlando 2021), por exemplo, analisa como os jogos alemães incentivavam o militarismo da sociedade e o antissemitismo.

Para concluir

Segundo Febvre (1985, 249), “a história faz-se com [...] tudo aquilo que pertence ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem...”. E com as brincadeiras e brinquedos não seria diferente. Também são interessantes fontes para uma história social. Mediante o alargamento da esfera pública em contexto de guerra total, percebemos que estes também se tornaram interessantes elementos para estudo de uma história política e transnacional. Rastreando as práticas de brincar e as concepções de brinquedo, conseguimos ver os papéis atribuídos às crianças em tempos de guerra, bem como o quanto a sociedade se tornava bélica, com representações de guerra e menções sobre a mesma adentrando aquilo de mais cotidiano que existia e até mesmo lúdico.

Referências bibliográficas:

Adkins Covert, Tawnya J. *Manipulating images: World War II mobilization of woman through magazine advertising*. Lanham: Lexington Books, 2011.

Audoin-Rouzeau, Stéphanie, e Annette Becker. “Violência e consentimento: A ‘cultura de guerra’ do primeiro conflito mundial”. Em *Para uma história cultural*, org. Jean Pierre Rioux; Jean François Sirinelli, 349-363. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

Martins, Jorge S. *Redação publicitária: Teoria e prática*. 2ª ed. São Paulo: Editora Atlas S. A., 1997.

Bayly, C. A., Sven Beckert, Matthew Connelly, Isabel Hofmeyr, Wendy Kozol, e Patricia Seed. “AHR Conversation: On Transnational History.” *The American Historical Review* 111, n. 5 (2006): 1441-1164.

Brougère, Gilles. *Brinquedo e cultura*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

Carvalho, Marina Helena Meira. “Razões para o sacrifício: as justificativas para a guerra em anúncios comerciais de revistas brasileiras e norte-americanas (1942-1945)”. Tese de doutoramento, Belo Horizonte, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, 2022.

Certeau, Michel de. “Ler: uma operação de caça”. Em *A invenção do cotidiano*, 259-276. Petrópolis: Vozes, 2009.

Chartier, Roger. *A História Cultural – Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

Chartier, Roger. “Literatura e cultura escrita: estabilidade das obras, mobilidade dos textos, pluralidade das leituras”. Conferência na Escola São Paulo de Estudos Avançados sobre a globalização da cultura no século XIX, São Paulo, 24 ago. 2012.

Chartier, Roger. 2017. “Literaturas: Questões do nosso tempo”. Sesc Palladium, Belo Horizonte, 23 de agosto de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RTPcIAuNFZQ>. Acesso em 28 out. 2021.

Chartier, Roger. “O mundo como representação”. Em *À Beira da Falésia - A História entre certezas e inquietudes*, 61-60. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

Chickering, Roger; Forster, Stig. *The shadows of Total War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

Corsi, Francisco Luiz. “O projeto de desenvolvimento de Vargas, a missão Oswaldo Aranha e os rumos da economia brasileira”. Em *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*, org. Pedro Zahluth Bastos e Cezar Dutra Fonseca, 219-252. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

Cervo, Amado Luiz. *Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. Brasília: IBRI, 2001.

Cytrynowicz, Roney. “A serviço da pátria: a mobilização das enfermeiras no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial”. *História, Ciências, Saúde*, 7, n. 1 (2000): 73-91.

Cytrynowicz, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Edusp, 2000.

Dutra, Eliana Regina de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político do Brasil nos anos 1930*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

Fausto, Boris. “Lembranças da guerra na periferia”. *Revista USP*, n. 26 (1995): 14-19.

Favéri, Marlene de. “Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina”. Tese de doutoramento, Florianópolis, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

Fonseca, Renan Reis. “O transnacional e o local nas revistas Reader’s Digest e Seleções: relações de gênero nos Estados Unidos e no Brasil (1939-1971)”. Tese de doutoramento, São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2018.

Hartmann, Susan M. *The home front and beyond: American Women in the 1940’s*. Boston: Twayne, 1982.

- Hobsbawn, Eric. “A era da guerra total”. Em *A era dos extremos: O breve século XX, 1914-1991*. Tradução Marcus Santarrit, 29-60. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Hohlfeldt, Antonio, Luiz C. Martino, e Vera Veiga França, org. *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- Miller, Robert Earnest. *The war that never came: Civilian Defense in Cincinnati, Ohio During World War II*. Quenn City Heritage, winter 1991.
- Moreira, Rosemeri. “As auxiliares de guerra da “Nação Armada” (1942-1945)”. *Varia História*, 36, n. 72 (2020): 815-858.
- Moura, Gerson. *Autonomia na dependência: A política externa brasileira de 1932 a 1945*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- Moura, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana (Coleção tudo é história)*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- Moura, Murilo Marcondes de. *O mundo sitiado: a poesia brasileira e a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Editora 34, 2016.
- Orlando, José Antônio. “Pequena história do brinquedo em tempos”. *Arquivo Maaravi*, 15, n. 28 (2021): 1-12.
- Pecequilo, Cristina Soreanu. *As relações Brasil – Estados Unidos*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.
- Proin - Projeto Integrado, Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo. Inventário DEIP, Pautas de Serviço, Belo Horizonte, 11 de junho de 1943.
- Proin - Projeto Integrado, Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo. Inventário DEIP, Pautas de Serviço, Curitiba, 12 de agosto de 1945.
- Ricoeur, Paul. O que é um texto. Em *Do texto à ação: ensaios de hermenêutica II*, 141-162. Porto: Rés, s.d.
- Rosa, Maria João Valente, e Cláudia Vieira. *A População Portuguesa no Século XX*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.
- Venancio, Giselle. Roger Chartier (1945-). Em *Os historiadores clássicos da História (vol. 3): de Ricoeur a Chartier*, org. Maurício Prada, 291-308. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes/PUC-Rio, 2014.
- Weinstein, Barbara. “Repensando a história das relações Estados Unidos-América Latina: de dominação política a circulação cultural?”. *Texturas*, n. 8, (2003): 11-20.
- Williams, Raymond. “Cultura”. Em *Marxismo e Literatura*, tradução de Waltensir Dutra, 17-26. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- Yellin, Emily. *Our mother's war: American Woman at home and at the front during World War II*. New York: Free Press, 2004.

Recebido: 07 de agosto de 2025

Aprovado: 21 de novembro de 2025

Dossier: Brazil, Latin America, and the Second World War

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2025.v31.49747>

Forgotten Visits in a Global War* **Song Meiling in Brazil, 1943 and 1944**

Visitas Esquecidas numa Guerra Global
Song Meiling no Brasil, 1943 e 1944

Visitas Olvidadas en una Guerra Global
Song Meiling en Brasil, 1943 y 1944

Helena F. S. Lopes**

<https://orcid.org/0000-0002-3059-2479>

ABSTRACT: The Second World War was a transformative event in China and Brazil's global standing, yet the two countries' contribution to the victory of the Allies remains somewhat neglected in traditional narratives of the conflict. This article sheds light on two little known visits by Song Meiling—wife of Chinese leader Chiang Kai-shek and a key political and diplomatic actor in her own right—to Brazil in 1943 and 1944. The article highlights the importance of Song in China's wartime connections to South America in the 1940s and analyses the media coverage of her Brazil trips. Based on archival and press sources in Portuguese, English and Chinese, it argues that these visits were important cases of Sino-Latin American interactions during the war. The article also places them in a larger context of China and Brazil's alliance with the United States and of discourses on “Madame Chiang” across the Americas.

Keywords: Second World War. China. Brazil. Song Meiling. Madame Chiang.

RESUMO: A Segunda Guerra Mundial foi um acontecimento transformador no estatuto internacional da China e do Brasil. No entanto, o contributo desses dois países para a vitória aliada permanece relativamente negligenciado nas narrativas tradicionais do conflito. Este artigo centra-se em duas visitas pouco conhecidas de Song Meiling — a mulher do líder chinês Chiang Kai-shek e uma figura política e diplomática de pleno direito — ao Brasil em 1943 e 1944. O artigo enfatiza

* Research for this article was undertaken in the context of the project “Chinese Women and Transnational Resistance: A Global Microhistory of Wartime Cultural Diplomacy” funded by the British Academy/Leverhulme Small Research Grant Scheme (SRG2324\240458).

** Lecturer in Modern Asian History at Cardiff University, Wales, United Kingdom. She holds a DPhil (PhD) in History from the University of Oxford and previously taught at the universities of Oxford and Bristol in the United Kingdom. She is the author of *Neutrality and Collaboration in South China: Macau during the Second World War* (Cambridge University Press, 2023). Contact e-mail: lopesh@cardiff.ac.uk.

a importância de Song nas ligações da China à América Latina nos anos 1940 e analisa a cobertura midiática de suas viagens ao Brasil. Baseado em fontes de arquivo e imprensa em português, inglês e chinês, o artigo defende que essas visitas foram casos importantes de interações sino-latino-americanas durante a guerra, colocando-as num contexto mais alargado da aliança da China e do Brasil com os Estados Unidos da América, bem como de discursos sobre “Madame Chiang” nas Américas.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial. China. Brasil. Song Meiling. Madame Chiang.

RESUMEN: La Segunda Guerra Mundial fue un evento transformador en la posición global de China y Brasil. Sin embargo, la contribución de ambos países a la victoria aliada ha permanecido relativamente ignorada en las narrativas tradicionales del conflicto. Este artículo se centra en dos visitas poco conocidas de Song Meiling — esposa del líder chino Chiang Kai-shek y figura política y diplomática clave por derecho propio — a Brasil en 1943 y 1944. El artículo destaca la importancia de Song en las conexiones de China con Sudamérica durante la guerra en la década de 1940 y analiza la cobertura mediática de sus viajes a Brasil. Con base en fuentes de archivo y prensa en portugués, inglés y chino, el artículo argumenta que esas visitas fueron ejemplos importantes de las interacciones sino-latinoamericanas durante la guerra, situándolas en el contexto más amplio de la alianza de China y Brasil con Estados Unidos, así como en los discursos sobre “Madame Chiang” en las Américas.

Palabras clave: Segunda Guerra Mundial. China. Brasil. Song Meiling. Madame Chiang.

How to cite this article:

Lopes, Helena F. S.. “Forgotten Visits in a Global War Song Meiling in Brazil, 1943 and 1944”. *Locus: Revista de História*, 31, n. 2 (2025): 175-192.

Shortly after Song Meiling (宋美齡) arrived in Rio de Janeiro in July 1944, the São Paulo newspaper *A Tribuna* reported:

The visit that this woman—symbol of heroism in her Motherland—pays us fills all Brazilians with jubilation, integrated in body and soul in the cause of triumphant democracy, as Brazil feels highly honoured in hosting this great defender of the ideals for which a free humanity fights [A visita que nos faz essa mulher-símbolo do heroísmo de sua pátria enche de júbilo os brasileiros, integrados de corpo e alma na causa da democracia triunfante, sentindo-se o Brasil altamente honrado em hospedar a grande defensora dos ideais por que se bate a humanidade livre] (Moura 1944, 8).

It went on saying that “there is not in the civilized world, in the fight for the defence of Freedom and Rights, anyone who does not know the intelligence and rare culture, the dynamism, the great moral qualities of Madam Chiang Kai-Shek” [“não há no mundo civilizado, em luta pela defesa da Liberdade e do Direito, quem desconheça a inteligência, a cultura rara, o dinamismo, as grandes qualidades morais de Mme. Chiang-Kai-Chek”] who “perfectly embodies the bravery and

heroism of her compatriots” [“encarna perfeitamente a bravura e o heroísmo dos seus compatriotas”] (Moura 1944, 8) The tone of the report could not have been of more heightened praise: praise for Song as a competent and renowned figure and praise for China’s participation in the Second World War. China and Brazil were both members of the Allies and, whilst neither republic could be said to have a truly democratic regime at the time, the ideals for which those fighting fascism were combating were highlighted in the piece.

This article is the first academic study of Song Meiling’s visits to Brazil in 1943 and 1944 and underscores their significance in a global Second World War that saw China and Brazil fight on the same side. The Chinese *First Lady*’s trip to the United States in 1943 is a well-known event, having merited considerable media and scholarly attention. In contrast, Song’s visits to Brazil—a short stopover in 1943 and a two-month stay in 1944—have been largely neglected by scholars of China and Brazil in the Second World War. I argue that these visits constitute a key milestone in Sino-Brazilian relations during the war and a significant event in wider entanglements within the Allies’ camp in a global Second World War. Furthermore, Song Meiling’s visits to Brazil showcase the forgotten role women played in informal diplomacy during the war and the interplay of private and public dimensions in international relations.

Song Meiling¹ (1898–2003) was born into one of the most influential families in twentieth-century China. Her father, Charlie Song, had been a migrant to the US, where he graduated in theology from Vanderbilt University. A Christian convert, he became a missionary and made a fortune selling bibles after returning to China. Meiling’s younger sister Qingling married Sun Yat-sen, the founding figure of the Republic of China and the Kuomintang (Nationalist Party) and later became an important political figure close to the Chinese Communist Party; her elder sister Ailing, a businesswoman, married H. H. Kung (Kong Xiangxi), the Minister of Finance during part of the 1930s and 1940s, while Meiling married the Nationalist strongman Chiang Kai-shek, the leading figure of Republican China during the Second World War. If her marriage made her known throughout the world as “Madame Chiang Kai-shek”, she was much more than simply “China’s First Lady”. Educated in the United States in her youth (like her sisters), Song Meiling was a very important political and diplomatic actor in her own right. The economic power and influence of her family and her competence and connections made her a key figure in Chiang’s rise to power and nothing short of essential for his maintenance in power during the war.

The importance of Song Meiling’s public persona during the war can hardly be underestimated. Fluent in English and French, she was comfortable interacting with foreign

¹ Her name has been rendered with different spellings, including Mayling Soong and Soong Mei-ling.

audiences and played a key role as Chiang's interpreter in landmark events such as the 1943 Cairo Conference with the United States (US) President Franklin Roosevelt and the British Prime Minister Winston Churchill. During the war, she was appointed Secretary-General of the Chinese Air Force (1936–1939) and led three important relief associations: the Women's Advisory Council of the New Life Movement, the National Chinese Association for War Relief, and the Wartime Association for Child Welfare (Hu 2025). She was instrumental in ensuring foreign assistance to China, both in military commitments and in humanitarian aid. She was recognised as immensely visible and powerful at the time and since, both inside and outside of China. Karen Leong has observed that she “was a symbol not only of China's new womanhood but of new China as well” (2005, 106). She is particularly known for her active cultural diplomacy with the US, although she also played important roles as an informal diplomat inside and outside of China, namely in relations with India (Hu 2025, Part III). Her connections to Brazil have been much less studied, yet they are a relevant case to understand China's engagements with Latin America in the Second World War.

The conflict marked a key turning point for China and Brazil, shaping the two republics' social mobilisation and a new awareness of their roles in the international arena, emerging as key US allies while maintaining ideas of strong anti-imperialist nationalism (see Tota 2009 and Fortes 2024 on Brazil, and Mitter 2013 and Fredman 2022 on China). Both countries were home to significant Chinese migrant communities who had been targets of racist discrimination, including through exclusionary legislation. The Second World War marked a change in public perceptions of the Chinese in the Americas, that were now regarded as allies rather than aliens. Song Meiling was a key figure in shaping that transformation. Leong has noted how the war years in China saw an “American surge of interest in the Chiangs” (2005, 125) and her 1943 visit to the United States showed how a “new, improved China had arrived in America and was accessible and comprehensible to the American public” through her person (2005, 144). This article posits that this was, in fact, a trans-American phenomenon, not simply a US one. The case of Brazil is a clear example of this, as can be attested by the multiple news of Madam Chiang and her husband appearing in the Brazilian press, especially in the 1940s. If Song Meiling came to embody a positive image of a modernizing China in the Americas, this association gains a new relevance if we note that the rhetoric of modernization, industrial progress, and big state-sponsored infrastructural projects were elements that Chiang's China shared with Vargas' Brazil.

The histories of China and Brazil in the Second World War are not simply marked by parallels, but also by new connections. The two countries were members of the military alliance known during the war as “United Nations”. China had been fighting Japan alone since the 1930s and it can be argued that the Second World War began in East Asia (either in 1931 with the

Japanese invasion of the three northeast provinces known as Manchuria or with the start of an all-out war between China and Japan in 1937). In 1941, the conflict became truly global after the entry into the war of the US and the Soviet Union, and it was in this context that China integrated the Allies—with the conflict in Asia merging with the one in Europe—and that Brazil entered the war. There was a public awareness that Brazil and China were fighting on the same side. For example, in the public celebrations in Rio de Janeiro on the second anniversary of Brazil's entry into the war in January 1944, large-scale photographs of Vargas, Roosevelt, Churchill, Stalin and Chiang Kai-shek were shown above the entrance of the opera house (The Times 1944a, 3).

Diplomatically, the relations between Brazil and China reached new heights in the Second World War. Brazil was “one of the first countries in the world—and the first in Latin America—to have an ambassador” in China (Lima 2023, 140). When the ambassador, Joaquim Eulálio do Nascimento e Silva, presented credentials in Chongqing, China's wartime capital, Chiang Kai-shek praised Brazil for having been the first country to recognise the Republic of China in 1911 (Lima 2023, 140).

The first Chinese ambassador to Brazil was Chen Jie, a seasoned Chinese diplomat educated in Japan and that had been ambassador to Germany until Sino-German relations—hitherto quite good—were broken in 1938. Controversially, he is now known to have sought to restrict the Chinese consul in Vienna in 1938, He Fengshan (Ho Feng-Shan), from issuing life-saving exit visas for Jewish refugees (Ho 2010, 46). Chen served in Brazil for only a year. In his farewell dinner, Brazil's acting foreign minister Leão Veloso gave a speech in which he expressed Brazil's support for China's postwar regained sovereignty and significant international role—something that had already been announced by the treaties with the US and Britain abolishing extraterritoriality in 1943 and by Chiang Kai-shek and Song Meiling's participation in the Cairo Conference. Veloso stated:

[...] As your Excellency can inform your Government and your people, Brazil formulates the most ardent wishes for the coming victory to restore China to the full extent of its territorial rights and grant it the peace and happiness it deserves, after so much sacrifice and heroism [...] o Brasil — pode Vossa Excelência afirmar ao seu Governo e ao seu povo — formula os mais ardentes votos para que a vitória próxima reintegre a China na plenitude de seus direitos territoriais e lhe dê a paz e a felicidade que bem merece, depois de tanto sacrifício e de tanto heroísmo] (A Manhã 1944c, 2)

Chen left Brazil to take up a post as ambassador in Mexico. Mexico and Brazil were the only Latin American countries to dispatch military forces overseas in World War Two (Humphreys 1981, 119; 144). Incidentally, both countries had significant Chinese communities. While Chinese Mexicans have been the topic of excellent studies (e.g. Delgado 2012; Romero 2012; González 2017; Camacho 2020), historiography on Chinese Brazilians remains scarce (a rare exception is Lee 2018).

In the US, the war brought a noticeable shift in how the Chinese were represented in popular culture (Wong 2005). The same seemingly happened in Brazil. Although some of the old racist tropes remained, a new celebration of the Chinese as wartime allies—contrasting them with the Japanese, now depicted as internal enemies—was noticeable in popular music (Lee 2018, 155-157). Interestingly, there are some references that Song Meiling's 1944 visit had an influence in Rio's popular culture in particular. On stage, she was played by Portuguese acting star Beatriz Costa (then working in Brazil) in the "super-revista" (a big production of this genre of popular theatre) "Toca pró pau" in 1944 (O Jornal 1944c, 7; Junqueira Leite de Medeiros 2016, 2239) and even inspired the name of a nightclub, "Mei-Ling" (Liu 2017; Veleda and Vargas 2018, 6).

Song Meiling's visits to Brazil

Song Meiling visited Brazil in 1943 and 1944, and both visits should be understood in a wider context of Chinese and Brazilian close relations with the US during the conflict.

In June 1943, Song Meiling stopped briefly at Natal, in a layover on her way to China from the United States (The Times 1943, 3). The airfield in Natal—Parnamirim—had been built in the middle of 1942 and had become the main airbase for trans-Atlantic supplies to the British campaign in North Africa (Humphreys 1981, 139-140; Tota 2009, 1). It was a key site of Brazil-US relations during the war. Song Meiling travelled on an American air force plane accompanied by her secretary. Her stopover in Brazil was "a military secret" only known to high-ranking military authorities (Diário de Pernambuco 1943b, 8). The *Diário de Pernambuco* reported that she visited the city and showed particular interest in Red Cross activities (Diário de Pernambuco 1943b, 8). Her short stay included interactions with both US personnel and Brazilian audiences. She was received by US Brigadier Robert L. Walsh and seen by Red Cross nurse Bernice Goetz². She had lunch at the American consulate and dinner at the Parnamirim air force base. Her visit may have been short but left a lasting impression: she was the only woman mentioned amongst famous visitors to the Natal base in an illustrated article, "Natal — Base da Vitoria" ["Natal — Victory Base"] published in the very popular magazine *O Cruzeiro* in February 1944 (O Cruzeiro 1944, 50).

The short layover in Brazil is a largely ignored episode in her return journey from the much better known 1943 trip to the United States. Her visit to the US was initially for healthcare reasons (Leong 2005, 132; Jespersen 2005, 136), like her 1944 trip to Brazil would be. However, it later gained a much more public dimension. Song visited different US cities and was received in apotheosis by political and cultural circles and by Chinese diaspora communities. Indeed, her 1943

² Bernice Goetz (1909–1958) was a North American traveller and writer from Cleveland, Ohio, who, like Song Meiling, attained recognition in circles largely restricted to most women at the time. She was known for her expeditions across Latin America, including Brazil (Encyclopedia of Cleveland History, n.d.).

US tour was a landmark event—no Chinese woman before or since attained a comparable level of public visibility and positive reception in the US. Her speech to the US Congress, the first by a Chinese national and the second by a woman, is “considered one of the greatest speeches in Congressional history” (Shih 2021, 41). A sophisticated criticism of the Allies “Europe first” strategy (Shih 2021, 61), it had extensive media coverage, including in Brazil (e.g. *Correio da Manhã* 1943, 1; *Gazeta de Notícias* 1943, 6). As has been noted, “she energetically forwarded a vision of China acting independently in international affairs” (Jespersen 2005, 145): an equal partner to the US, not a subservient client state.

Whilst in the US, Song spoke to a Brazilian foreign correspondent appealing to the Brazilian Chinese “to remember to send their contributions, no matter how modest, to the Chinese Red Cross, to help us win the struggle we are sustaining” (*Diário de Pernambuco* 1943a, 7). Her words in praise of Christian missionaries’ relief work in China were emphasised on the front page of the Catholic newspaper *A Cruz*, that included a photograph of Song (*A Cruz* 1943, 1). Song’s close connections to Christian circles, a key feature of her wartime work and her appeal to US audiences (Jespersen 2005, 130; Hu 2025, chapter 2), would have been well received by many in Brazil.

There was, thus, already considerable attention paid to Song Meiling in the Brazilian press when her return to the country in 1944 began to be discussed. At the time, her trip outside of China was also supposed to include the United Kingdom. Knowing that Song was planning “to go to ‘South America’ for a rest and cure”, Horace James Seymour, the British ambassador in Chongqing, believed she would eventually visit England afterwards (Seymour 1944a). The visit to England after her stay in Brazil was given as a certainty in the British press (*The Daily Mail* 1944, 4), but it never happened. This makes her visit to Brazil even more extraordinary.

Shortly before Song travelled to Brazil, on 3 July, Chiang Kai-shek wrote to President Vargas to convey his thanks to him and the Brazilian government “for having so kindly extended to Madame Chiang the necessary facilities for her much needed rest” (Chiang 1944a). He noted:

I feel that nowhere is there a more ideal place for Madame Chiang’s recuperation than your delightful country, and I am confident that her happy sojourn in Brazil during the next few months will not fail to bring about a speedy improvement of her health (Chiang 1944a).³

On the 5th, Chiang Kai-shek organised a “tea party” for around sixty people, attended by both Chinese and foreign dignitaries, an event that came with instructions to not be reported in the press (Li 2006, 253; Seymour 1944b). Both him and Song Meiling made speeches attempting

³ The file held at the Academia Historica (Guoshiguan) archives, in Taiwan, contains the original Chinese version and an English translation. The Chinese version of this citation reads: “余以為彼養病最理想之叫實無過於貴國者立並信彼於今後數月快逝巴西之時期中定將對其健康有迅速之進步”.

to dispel rumours that Chiang was having an extramarital affair and was about to father a child with the woman in question. The destination of Song Meiling's South American trip was revealed to be Brazil and the reason given was "for the sake of her health" (The National Archives 1944).

The choice of Brazil was not clear to contemporary observers. In her biography of Song Meiling, Laura Tyson Li notes that the Brazilian foreign minister and the US ambassador to Brazil did not know what was "the real motive" of her stay, also mentioning that "British sources suggested the trip was to inspect her 'substantial investments' there" (Li 2009, 254). Indeed, some more critical depictions suggest the real motives for the visit were money transfers and real-estate investments in São Paulo (Seagrave 1985, 413; Pakula 2009, 504). According to Jung Chang, even the US president Harry Truman "believed that the Soong family had stolen American aid money and invested it in real estate in Brazil", although "no proof has surfaced" to justify the claim (Chang 2019, 229). Song Meiling's health may well have been a legitimate reason: her schedule-packed wartime activities had taken a toll on her physical and mental health. References to her health troubles were a "recurring theme in Chiang Kai-shek's diary entries" and, as Esther Hu notes, she had taken convalescence retreats in other cities before and after her stay in South America (Hu 2025, 158).

Altogether, Song Meiling stayed in Brazil for two months, from early July to early September. She left China for Natal on the 10th of July (Pakula erroneously gives the departure date as the 1st [2009, 504]). She reached Rio de Janeiro from the capital of Rio Grande do Norte on the 13th on Vargas's "special Lockheed two-engine plane" and was taken by launch to Brocoió island (The New York Times 1944a, 1). Her arrival was reported in Brazil and in media around the world, from the London *Times* (The Times 1944b, 3) to the Melbourne newspaper *Argus* (The Argus 1944, 12).

Song Meiling travelled to Brazil in the company of her elder sister Ailing. Interestingly, Ailing's entry into the US for education in her younger years—at the height of the Chinese exclusion act—was facilitated by "a student certification from Portugal as a Portuguese citizen" (Leong 2005, 109).⁴ Apart from Ailing, her entourage included Ailing's daughter Kong Lingwei (Jeanette Kung) and son Kong Lingkan (David Kung), her secretary Li Ziqi, two chaperones, two servants, and a cook (Nasser and Manzon 1944a; Liu 2017; Chang 2019, 229; Lima 2023, 142). She stayed for ten days in a Norman-style mansion, Palácio do Brocoió, on Brocoió island, Guanabara

⁴ Spooner states that "she had travelled to the United States using a Portuguese passport which her father had arranged for her in Shanghai" (2011, 30).

Bay, in Rio as a guest of the federal prefect Henrique Dodsworth⁵, and spent the rest of her sojourn at Casa das Pedras in Gávea Pequena, a property owned by banker Drault Ernanny and his wife Myriam Chagas, herself an overseas-educated woman (Nasser and Manzon 1944a, 1; Nasser and Manzon 1944b, 4; 14; Liu 2017; Lima 2023, 142).

Before leaving China, Song had told the Brazilian ambassador in Chongqing that she wished to be left alone at the beginning of her trip so she could control her nervous hives (stress-induced urticaria). She noted that she would then be available for leisure occasions such as operas and concerts, but not for events of a political nature (Lima 2023, 141). On 15 July, a few days after arriving in Rio de Janeiro, she wrote to Getúlio Vargas thanking him and the government for the “cordial and warm welcome” and the flowers he and his wife had sent for her and her sister on their arrival (Soong 1944). She noted that she would meet them later, when “on the road to recovery” (Soong 1944).



Figure 1: Getúlio Vargas and Song Meiling, photograph by Jean Manzon published in *O Cruzeiro*, 16 September 1944.

Source: Hemeroteca Digital Brasileira.

Such a high-level meeting took almost two months to happen. Accompanied by Song Ailing, Meiling had an audience with Getúlio Vargas and his daughter Alzira Vargas do Amaral Peixoto only in September 1944 (The New York Times 1944c, 14; Nasser and Manzon 1944b, 12; 34; Lima 2023, 142). One Chinese article states that Meiling had twice before stood Vargas up, not showing up to invited events (Liu 2017). Having finally met at Guanabara Palace, mutual good wishes were exchanged, with Song thanking in person, and Chiang thanking via telegram, the warm welcome she had in Brazil. Typically for Song, who was always conscious of the mobilising

⁵ Henrique de Toledo Dodsworth Filho (1895–1975) served as federal prefect of Rio de Janeiro until the end of Vargas’s regime, being appointed ambassador to Portugal in 1946.

potential of women, she had a special word of recognition for Brazilian women and brought a necklace to gift Vargas's wife Darcy (Nasser and Manzon 1944b, 12; 34).

Song departed from Brazil on 9 September 1944 (Lima 2023, 142), arriving in New York for treatment at Columbia Presbyterian Medical Centre, where she checked in two days later (The Times 1944c, 3). She had already been treated there the year before. She then moved to Song Ailing and H. H. Kung's New York mansion (Li 2009, 257-258; Chang 2019, 230). Her departure for Brazil proved to be the start of a long period of residency in the Americas and her prolonged stay away from Chiang Kai-shek fuelled rumours of a separation (Li 2009, 258). Song Meiling only returned to China fourteen months later, in September 1945, after the Second World War had ended (Li 2009, 262). Regardless of any marital strain—the veracity of which remained speculative—she went on living with Chiang for the rest of his life, accompanying him to exile in Taiwan after the Nationalist defeat in the Chinese civil war that soon followed World War Two. When Chiang died in 1976, she moved to New York, where she died in 2003, aged 106.

Brazilian media coverage

Song Meiling had featured in the Brazilian press long before her visit to the country. For example, a 1940 article in the Rio de Janeiro magazine *Revista da Semana* introduced her as “the heroic soul of China” [“a alma heroica da China”] (Esqueff 1940, 19). The following year the illustrated magazine *O Cruzeiro*, also published in Rio, assured its readers that “Mme. Chiang is one of the most extraordinary women of her century; one of the most interesting figures to be studied” [“Mme. Chiang é uma das mulheres mais extraordinarios de seu século; uma das figuras mais interessantes para se estudar”] (Symboliste 1941, 11). Shortly before her 1944 visit to Brazil, one of her radio broadcasts from Chongqing was highlighted in a report from *O Jornal* (Rio de Janeiro) on the centenary celebrations of the founding of the Young Men's Christian Association (YMCA), an organisation that had three associations in Brazil at the time (*O Jornal* 1944a, 5) and was very active in China. The Brazilian press also published translations of English-language articles (e.g. Harcourt-Smith 1944). These often portrayed Song as a woman of exceptional ability, both a symbol and a spokesperson for Chinese resistance: “one of the greatest women alive” [“uma das maiores mulheres vivas”] (Boothe 1943, 13). Through her figure, interest was also generated for the wider contributions of Chinese women to the war effort (Forman 1944, 9).

Unsurprisingly, her stay in Brazil made first-page news. *O Dia* published a photograph of Song with the headline: “Madame Chiang Kai-shek is in Rio” (*O Dia* 1944, 1). It reproduced a press release from the Chinese embassy clarifying that she was in Brazil for treatment of hives caused by nervous exhaustion (*O Dia* 1944, 1). The wording was identical to that in Chiang's letter

to Vargas: that she “highly appreciated the warm and cordial reception given by the President of the Republic and the Brazilian government, as well as the friendly interest of people who asked about her health” [“Madame Chiang Khai-shek (sic.) aprecia altamente a calorosa e cordial recepção que lhes proporcionaram o Presidente da Republica e o governo brasileiro, assim como o interesse amigo das pessoas que têm indagado sobre a sua saúde”] (O Dia 1944, 1). The same press release was published in other newspapers, such as *A Manhã* (Rio de Janeiro) (*A Manhã* 1944a, 3) and *O Estado de Florianópolis* (O Estado de Florianópolis 1944, 6). It also made international news (The New York Times 1944b, 9).

The Chinese embassy in Rio was a key intermediary between Song Meiling and the Brazilian public via the press. By the end of July, it had issued another appreciative press release:

In the few days of her stay in Brazil, Mme. Chiang-Kai-Shek [sic.] has been the object of the most vivid demonstrations of sympathy by the Brazilian people, who have sent her countless letters and telegrams. However, as she is under medical treatment and forbidden by her doctors of undertaking any mental strain, she cannot tend in person, as she wished, to the correspondence that was sent. Therefore, being extremely moved, she reaches her Brazilian friends, via this Embassy, to express her cordial recognition with her utmost thanks [Nos poucos dias de sua estadia no Brasil, Mme. Chiang-Kai-Shek vem sendo alvo das mais vivas demonstrações de simpatia por parte do povo brasileiro, que lhe tem dirigido um sem número de cartas e telegramas. Achando-se, porém, sob tratamento médico, proibida pelos seus médicos de realizar qualquer esforço mental, não pode atender pessoalmente, como seria seu desejo, à correspondência que lhe é enviada. Assim é que, extremamente sensibilizada, faz chegar aos seus amigos brasileiros, por intermédio desta Embaixada, com os melhores agradecimentos, a expressão do seu cordial apreço] (*A Noite* 1944, 16).

Away from public view, Song Meiling’s sheltered life in Brazil became the news. A report published by São Paulo newspaper *A Tribuna* entitled “How the First Lady of China Lives in Rio” (*A Tribuna* 1944, 2) stressed and Mazon 1944 assessed the “paradoxical existence” of her “voluntary solitude” in a “bucolic retreat” (*A Tribuna* 1944, 2). It noted that she would go for short walks across Gávea, Tijuca, and “the most picturesque spots in Rio”, and had a home cinema and ample supply of Brazilian music records (*A Tribuna* 1944, 2). Although the tone of the report did not spare a note of sexism suggesting that her “long years of intense activity [...] demanded efforts above her endurance as a woman” [“Longos anos de actividade intensa [...] que reclamava esforços superiores ás suas resistências de mulher”] (*A Tribuna* 1944, 2), it also emphasised her extraordinary intellectual capabilities. It noted how every day she received all of Rio’s newspapers delivered in person, as well as, via plane, newspapers from China and the US and magazines from New York, and that she was an avid reader of philosophy and political books and novels (*A Tribuna* 1944, 2). She also received frequent correspondence from Chiang and from ordinary people [“pessoas do povo”] who also sent her gifts (*A Tribuna* 1944, 2).

Song Meiling’s sumptuous residence in Brazil attracted some particular press attention by reporter David Nasser and photographer Jean Mazon who provided an exceptionally detailed

coverage of the contents of Casa das Pedras, part of Solar das Gáveas. The emphasis on domestic space in these reports can be interpreted in different ways. On the one hand, the secluded routine Song experienced in Brazil, largely kept away from the limelight, turned the private space of the home into an essential locale to understand her stay. On the other, it can be read as part of the association of Song's persona to conservative ideas of feminine domesticity—which is somewhat ironic given the prominence of her public life before and after the visit to Brazil. In any case, in the absence of public appearances, the domestic spaces she inhabited became a symbol of the proximity between her and Brazil and the mutual regeneration her presence in Brazilian soil accorded both countries: “she is in Gávea, in most intimate contact with the Brazilian soil, touched by all the seduction and warmth of the super Brazilian *carioca* [Rio] people, feeling that, in fact, there is a bit of China in the soul and body of Brazil” [“ela está na Gávea, no mais íntimo contacto com a terra brasileira, tocada de todas as seduções e todos os afagos da gleba carioca e brasileiríssima, sentindo que, afinal, há um pouco da China na alma e na fisionomia do Brasil”] (A Tribuna 1944, 2).

The São Paulo newspaper *O Diário* made a news report from Casa das Pedras before Song Meiling arrived at the property in Rio (Nasser and Mazon 1944a, 1). Song was described in superlative terms not unlike those used in the US when she toured the country in 1943: a “heroic legend” (“uma lenda de heroísmo”) and “a woman worth a well-equipped army” [“mulher que ‘vale por um exército bem equipado’”] (Nasser and Mazon 1944a, 1). Despite the praise, her bed, boudoir and jewellery box were described in gendered language unthinkable to have been used to portray a male politician—though perhaps not a celebrity (and Song Meiling can be seen as both a political actor and a famous individual). The mention to a portrait of Chiang Kai-shek in the bedroom (Nasser and Mazon 1944a) served as the visual equivalent of the professions of marital fidelity made in the public farewell party in Chongqing. Nasser and Mazon's report stressed the luxurious and serene nature of the property: “The house offers complete comfort” [“A casa oferece conforto absoluto”]. Song was portrayed as interested in Brazilian culture: “Madam listens to Brazilian radio stations and plays records of our popular music” [“Madame ouve as emissoras Brasileiras e toca discos de nossa música popular”], the report asserted (Nasser and Mazon 1944a, 1). This anecdote suggests a degree of mutual exchange—with Song's visit inspiring Brazilian popular culture (as noted earlier) and also contacting directly with elements of that culture herself.

A similar tone of both admiration and surveillance was given in a much more extensive piece that Nasser and Mazon published in *O Cruzeiro* a few days after Song Meiling left Brazil in September 1944. They again had managed to get rare access to Casa das Pedras. The report included indoor photographs of several rooms, including shots of the bathtub, the boudoir,

mentions to Song's makeup and rocking chair, and, again, Chiang's portrait, as well as outdoor views over the extensive gardens. The report noted the paparazzi-like wait the reporters made to be able to enter the property, where reportedly only the Chinese ambassador had had permission to go (Nasser and Mazon 1944b, 5). Sensationalist lines noted the large number of silk stockings, handbags, and wristwatches that the Song's entourage bought in town (Nasser and Mazon 1944b, 6; 18). These remarks can be seen as veiled critique of the Song sisters' opulent life in Brazil that could not be further from the difficulties faced by ordinary people in China.

The references to the staff who serviced the properties constitute particularly interesting elements emerging from these reports. They included "H." and Lucilla, Brazilian chambermaids; an unnamed Portuguese-speaking Chinese secretary ceded by the embassy who brought her correspondence from Chiang; a Brazilian butler, Elia Alievi; an unnamed Chinese cook; Chon-Chang, a Chinese tailor; Crispim, a Brazilian milkman; and Dorothy Garney, an American nurse dispatched from the US by plane to assist Song Meiling (Nasser and Mazon 1944a, 1; Nasser and Mazon 1944b, 5-6). Chambermaid Lucilla featured in several of Mazon's photographs of the property and a passage noted how Song was moved by a news piece where Lucilla had told reporters it was "one of the biggest honours of her life to make the bed for a night's sleep by the greatest lady in the world" ["uma das maiores honras de sua vida preparar o leito para uma noite de sono da maior dama do mundo"] (Nasser and Manzon 1944b, 14). As the pretext of her trip was healthcare, it is also unsurprising that two of her Brazilian contacts were medical doctors: Aloysio de Castro and Armino Fraga (A Tribuna 1944, 2; Nasser and Manzon 1944b, 18; Lima 2023, 142). This multinational set of employees had daily contact with Madame Chiang, interacting with her, directly or indirectly, with a frequency unmatched by anyone else in Brazil outside her Chinese entourage.

Shortly after she left Brazil, the Rio newspaper *A Manhã* wrote a report full of praise for the Chiangs, assuring that Song's visit "will be registered in our sympathy for her great Motherland" ["ficará marcada na nossa simpatia pela sua grande Pátria"] and underscoring her role in the "heroic and magnificent Chinese resistance" ["heroica e magnífica resistência chinesa"] (A Manhã 1944b, 4). The article subtly lamented her health-driven withdrawn stay in Brazil, stating that had she not been confined to rest, "all the country's social classes would have expressed their affection and enthusiasm" ["teriam todas as classes do país lhe expressado sua afeição e seu entusiasmo"] (A Manhã 1944b, 4). Extensive thanks were also conveyed to her host, Drault Ernanny, who received public acknowledgements from Dodsworth and Veloso. Song Meiling sent him an embroidered portrait of a three-centuries-old Chinese heroine for the house (O Jornal 1944b, 2). The choice of gift is illustrative of Song's promotion of women's contributions.

News from the Christmas edition of the magazine *Revista da Semana* emphasised that the reasons for Song Meiling's visit to Brazil remained unknown: "Nobody knows what brought the Chinese Generalissimo's wife to the Guanabara beaches. They said she comes on a rest trip. Everyone doubts" ["Ninguém sabe o que trouxe a espôsa do generalíssimo chinês até as praias da Guanabara. Dizem que vem em viagem de repouso. Todos duvidam"]; and "Until today nobody knows for sure what brought her to our land" ["Até agora ninguém sabe ao certo o que a trouxe à nossa terra"] (*Revista da Semana* 1944, 36; 81). The visit may well have been simply for rest and recuperation, but Song Meiling's public persona had been elevated to a status of superhuman ability by media narratives to such an extent that people now doubted she had a body capable of suffering like a mere mortal.

The Brazilian press coverage of Song Meiling's visit mirrors the tone of that of US reports during her 1943 tour (e.g. Shih 2021, 50-57; Haygood and Scott 2023, 560-564), though on a comparatively smaller scale. This is explained by the fact that her stay in Brazil had a shorter duration and, intentionally, much less public exposure, being treated as a private medical affair. In any case, the surviving reports evidence the trans-American circulation of a discourse about Song Meiling marked by fascination and recognition, as well as her significance in a global Second World War in which China, Brazil, and the US fought on the same side.

Legacy

Song Meiling's visits to Brazil constitute an important case of global South interactions during the Second World War. The 1944 visit in particular had a direct impact in stimulating good relations between China and the largest country in Latin America. President Vargas decorated the Chinese ambassador Chen Jie in September 1944 and Chiang Kai-shek decorated Vargas in late 1944 (A Manhã 1944d, 2; Lima 2023, 142). More consequently, Song's visit nurtured a smooth cooperation between Brazil and China in the foremost international institution to come out of World War Two: The United Nations. Whilst China's contribution to the victory of the Allies saw the country occupy one of the permanent seats in the UN Security Council, the "the Chinese vote helped Brazil" get into the Security Council as a non-permanent member in 1946 (Lima 2023, 1942).

Significantly, both China and Brazil were pioneers of women's representation in the UN. Amongst only four women who signed the UN Charter in 1945 were Wu Yifang from China—an educator trained in the US who was close collaborator of the Women's Advisory Council that Song Meiling led during the war—and Bertha Lutz, from Brazil—a scientist educated in Rio and Paris who was an internationally recognised women's rights activist, having represented Brazil at the

1922 Pan-American Conference of Women. While not formal diplomats, Wu and Lutz, much like Song, were visible proof of the changing public face of women in international relations.

Bibliography:

- The Argus. "Madame Chiang Kai-Shek Ill from Nervous Exhaustion", 17 July 1944, 12.
- Boothe, Clare. "Madame Chang-Kai-Chek [sic.] e o seu grande espírito combativo e patriótico – A alma da guerra e o dinamismo do Renascimento Chinês – A influência do Cristianismo nos atuais negócios da República Chinesa", *A Tribuna*, 10 January 1943, 13.
- Camacho, Julia María Schiavone. *Chinese Mexicans: Transpacific Migration and the Search for a Homeland, 1910-1960*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2020.
- Chang, Jung. *Big Sister, Little Sister, Red Sister: Three Women at the Heart of Twentieth-Century China*. London: Jonathan Cape, 2019.
- Chiang, Kai-shek. Letter to Getúlio Vargas, 3 July 1944. Academia Historica, Taipei, 002000001300A, Jiang Zhongzheng zhongtong wenwu.
- Correio da Manhã. "Durante os primeiros quatro e meio anos de guerra a China suportou sozinha a fúria dos Japoneses – A sra. Chiang Kai-Chek, a segunda melhor a falar perante o Congresso Americano", 19 February 1943, 1.
- A Cruz. "Madame Chiang Kai Shek", 28 March 1943, 1.
- O Cruzeiro. "Natal – Base da Vitoria", 1 January 1944, 48-51.
- The Daily Mail. "Mme. Chiang's Visit", 15 August 1944, 4.
- Delgado, Grace Peña. *Making the Chinese Mexican: Global Migration, Localism, and Exclusion in the U.S.-Mexico Borderlands*. Stanford: Stanford University Press, 2012.
- O Dia. "Está no Rio Madame Chiang-Kai-Shek", 18 July 1944, 1.
- Diário de Pernambuco. "Apelo de madame Chiang Kai Shek", 24 March 1943a, 3.
- Diário de Pernambuco. "Em Natal a Sra. Chiang Kai Shek", 3 July 1943b, 8.
- Esqueff, Egydio. "May Ling, a Alma Heroica da China", *Revista da Semana*, 6 April 1940, 18-19, 32.
- O Estado de Florianópolis. "Está atacada de urticária", 18 July 1944, 6.
- Forman, Harrison. "Heroismo da mulher chinesa", *A Tribuna*, 9 July 1944, 9.
- Fortes, Alexandre. *The Second World War and the Rise of Mass Nationalism in Brazil: Class, Race and Citizenship*. Cham: Palgrave Macmillan, 2024.
- Fredman, Zach. *The Tormented Alliance: American Servicemen and the Occupation of China, 1941-1946*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2022.
- Encyclopedia of Cleveland History. n.d., "Goetz, Bernice". Available at: <https://case.edu/ech/articles/g/goetz-bernice>. Accessed on: 22 Dec. 2025.
- Gazeta de Notícias. "A derrota do Japão é tão importante quanto a da Alemanha – Fala perante o Congresso Norte-Americano a Sra. Chiang-Kai-Shek", 19 February 1943, 6.
- González, Fredy. *Paisanos Chinos: Transpacific Politics among Chinese Immigrants in Mexico*. Oakland: University of California Press, 2017.
- Harcourt-Smith, Simon. "A gloriosa família Soong", *A Noite*, 25 July 1944, 12-13.
-

Haygood, Daniel M., and Glenn W. Scott. "Madame's American Adventures: U.S. News Magazines' Coverage of Madame Chiang Kai-shek's 1943, 1944-45, and 1948 Visits to the United States". *Media History*, 29, n. 4 (2023): 554-573.

Ho, Feng Shan. *My Forty Years as a Diplomat*. Pittsburgh: Dorrance Publishing Co., 2010.

Hu, Esther T. *Song Mayling and Wartime China, 1937-1945: Deploying Words as Weapons*. Lanham: Lexington Books, 2025.

Humphreys, R. A. *Latin America and the Second World War, Volume One 1939-1942*. London: Athlone, 1981.

Jespersen, Christopher T. "Madame Chiang Kaishek and the Face of Sino-American Relations: Personality and Gender Dynamics in Bilateral Diplomacy". In *Madame Chiang Kai-shek and Her China*, org. Samuel C. Chu, 121-147. Manchester: Eastbridge Books, 2005.

O Jornal. "Agradecimentos pela Hospedagem da Sra. Chang-Kai-Shek", 11 October 1944b, 2.

O Jornal. "O Centenario da Associação Cristã de Moços", 1 June 1944a, 5.

O Jornal. "Toca pró pau", 13 October 1944c, 7.

Junqueira Leite de Medeiros, Christine. "A Companhia de Revistas Beatriz Costa com Oscarito e o circuito transnacional do teatro no Rio de Janeiro dos anos 1940". *IX Congresso da ABRACE — Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas*, v. 17, n. 1 (2016): 2223-2242.

Lee, Ana Paulina. *Mandarin Brazil: Race, Representation, and Memory*. Stanford: Stanford University Press, 2018.

Leong, Karen J. *The China Mystique: Pearl S. Buck, Anna May Wong, Mayling Soong, and the Transformation of American Orientalism*. Berkeley: University of California Press, 2005.

Li, Laura Tyson. *Madame Chiang Kai-shek: China's Eternal First Lady*. New York: Grove Press, 2006.

Lima, Marcelo Alves de Paula Lima. "O Regime Militar Brasileiro e a República da China: Anticomunismo e Relações Internacionais". Tese de doutorado, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2023.

Liu, Xiaoqian, "Song Meiling 'chuzou' Baxi zhi mi – dashi zhai li de si jia li", *Nanfang Wang* 20 February 2017, https://culture.southcn.com/node_9c13b33f74/c4476100a8.shtml.

A Manhã. "Almoço de despedida no Itamarati ao Embaixador da China", 14 September 1944c, 2.

A Manhã. "Embaixador Chen Chieh", 14 September 1944d, 2.

A Manhã. "Sra. Chiang Kai-Shek", 18 July 1944a, 3.

A Manhã. "Uma visita honrosa", 13 September 1944b, 4.

Mitter, Rana. *China's War with Japan, 1937-1945: The Struggle for Survival*. London: Allen Lane, 2013.

The New York Times. 1944. "Mme. Chiang Reaches Rio by Air", 14 July 1944a, 1.

The New York Times. 1944. "Mme. Chiang Sees Vargas", 6 September 1944c, 14.

The New York Times. 1944. "Mme. Chiang Voices Gratitude", 18 July 1944b, 9.

Moura, Paulo H., "Na fase decisiva da guerra", *A Tribuna*, 16 July 1944, 8.

Nasser, David, and Jean Manzon (photos). "Assalto á Fortaleza da China", *O Cruzeiro*, 16 September 1944b, 4-14, 18, 3034.

Nasser, David, and Jean Manzon (photos). "Madame Chiang-Kai-Chek no Brasil", *O Diário*, 6 August 1944a, 1.

The National Archives. "Official transcript of Generalissimo's speech", 5 July 1944, sent by Horace James Seymour, British ambassador to China, to the Foreign Office, 8 July 1944. The National Archives, Kew, United Kingdom, Foreign Office 371/41581, International Situation (Folder 7).

A Noite. "Um agradecimento de Madame Chiang Kai Shek", 27 July 1944, 16.

Pakula, Hannah. *The Last Empress: Madame Chiang Kai-shek and the Birth of Modern China*. New York: Simon & Schuster, 2009.

Revista da Semana. "Aconteceu em 1944", 16 December 1944, 35-37, 80-85.

Romero, Robert Chao. *The Chinese in Mexico, 1882-1940*. Tucson: University of Arizona Press, 2010.

Seagrave, Sterling. *The Soong Dynasty*. New York: Harper & Row, 1985.

Seymour, Horace James, British ambassador to China, Chongqing. Top secret letter to Maurice Peterson, Foreign Office, London, 30 June 1944a. The National Archives, Kew, United Kingdom, Foreign Office 371/41590, Journeys of Generalissimo and Mme. Chiang Kai-Shek.

Seymour, Horace James British ambassador to China, secret letter to the Foreign Office, 8 July 1944b. The National Archives, Kew, United Kingdom, Foreign Office 371/41581, International Situation (Folder 7).

Shih, Chih-yu. *Eros of International Relations: Self-Feminizing and the Claiming of Postcolonial Chineseness*. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2021.

Soong Chiang, Mayling [Song Meiling]. Letter to Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 15 July 1944. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Arquivo Getúlio Vargas, GV c 1944.07.03/2.

Spooner, Paul B. "Song Ailing and China's Revolutionary Elite". *Revista de Cultura*, n. 37 (2011): 27-45.

Symboliste, Andrée. "Mme. Chiang Kai-Shek", *O Cruzeiro*, 27 September 1941, 11, 14.

The Times. "Air bases in Brazil", 31 January 1944a, 3.

The Times. "Mme. Chiang in Brazil", 15 July 1944b, 3.

The Times. "Mme. Chiang in New York", 12 September 1944c, 3.

The Times. "News in Brief", 1 July 1943, 3.

Tota, António Pedro. *The Seduction of Brazil: The Americanization of Brazil during World War II*. Austin: University of Texas Press, 2009.

A Tribuna. "Como Vive, no Rio, a Primeira Dama da China", 3 September 1944, 7.

Veleda, Vinicius Carvalho, and Jonas Moreira Vargas. "'Bom é ser do Rio': Aspectos sobre a Trajetória Musical de João Leal Brito na Cidade do Rio de Janeiro (1941-1954)". *RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, 4, ed. especial (2018): 1-23.

Wong, K. Scott. *Americans First: Chinese Americans and the Second World War*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2005.

Received: August 08, 2025

Approved: November 19, 2025

Acknowledgements

The author thanks Dr Filipe Queiróz de Campos for circulating the call for papers for this special issue and for his encouragement and help with the submission process. She also expresses her gratitude to Dr Camilo Uribe Botta for his help with the Spanish abstract, and to the three anonymous reviewers for their comments.

Os interesses do estado do Amazonas na Constituinte de 1890-1891¹

The interests of the state of Amazonas in the Constituent Assembly of 1890-1891

Los intereses del estado de Amazonas en la Asamblea Constituyente de 1890-1891

Geisimara Soares Matos²

<https://orcid.org/0009-0003-4437-4899>

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo central trazer para o debate o papel do Amazonas no cenário político nacional nos primeiros anos da república brasileira. Para tanto, serão analisados os debates constituintes que resultaram na Constituição de 1891, com ênfase no papel dos constituintes representantes do Amazonas na sua elaboração. Buscar-se-á identificar através do que foi exposto naquele momento quais eram os interesses desses constituintes para o estado do Amazonas, destacando o perfil daqueles homens e o cenário político local. Além dos debates constituintes foram utilizados jornais da época e bibliografia especializada, o que nos permitiu observar que uma das grandes preocupações daqueles constituintes foi a garantia da independência financeira do estado do Amazonas.

Palavras-chave: Amazonas. Primeira República. Constituição. Século XIX.

ABSTRACT: This article's central objective is to bring to the table the role of Amazonas in the national political landscape in the early years of the Brazilian republic. To this end, the 1890-1891 constitutional debates will be analyzed, with an emphasis on the role of the constituents representing Amazonas in drafting the first Constitution of the Republic. Through the content of the debates, the article will seek to identify the interests of these constituents for Amazonas, highlighting their profiles and the local political landscape. In addition to the constitutional debates, newspapers of the time and specialized bibliography were used, allowing us to observe that one of

¹ Parte desta pesquisa teve origem ao longo da construção da minha tese de doutorado “Eduardo Gonçalves Ribeiro, o governador negro no Amazonas oitocentista”, defendida em 2025 no PPGHIS/UFRJ.

² Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestra em História pela mesma instituição e graduada em História pela Universidade Federal do Amazonas. Atualmente, atua como professora de História da educação básica no município de Angra dos Reis-RJ. Áreas de estudo: História do Amazonas Republicano, Biografismo, Raça e Racismo no Brasil, Pós-Abolição no Brasil. Email: geisimara.soaresmatos@gmail.com

the constituents' greatest concerns was ensuring the financial independence of the state of Amazonas.

Keywords: Amazonas. First Republic. Constitution. 19th century.

RESUMEN: Este artículo busca debatir el papel de Amazonas en la escena política nacional durante los primeros años de la república brasileña. Para ello, se analizarán los debates constituyentes que dieron origen a la Constitución de 1891, con énfasis en el papel de los representantes constituyentes de Amazonas en su redacción. El estudio busca identificar, a través de lo presentado en aquel momento, los intereses de estos constituyentes para el estado de Amazonas, destacando su perfil y el panorama político local. Además de los debates constituyentes, se utilizaron periódicos de la época y bibliografía especializada, lo que nos permitió observar que una de las principales preocupaciones de estos constituyentes era garantizar la independencia financiera del estado de Amazonas.

Palabras clave: Amazonas. Primera República. Constitución. Siglo XIX.

Como citar este artigo:

Matos, Geisimara Soares. “Os interesses do estado do Amazonas na Constituinte de 1890-1891”. *Locus: Revista de História*, 31, n. 2 (2025): 193-213.

O Advento da República no Amazonas

O vapor *Manaós*, logo que ancorou no porto de Manaus, às 5 horas da tarde do dia 21 de novembro de 1889, espalhou a notícia de que havia sido proclamada a República (O Americano 21 nov. 1889). O povo começou a se aglomerar nas ruas e praças manifestando “o gran júbilo de que se achava possuído por tão feliz acontecimento”. Segundo o jornal *O Americano*, reuniram-se mais de três mil pessoas na praça do Palácio, no *Eden-Theatro*, onde deram o grito de adesão à República (O Americano 1 dez. 1889). Na ocasião, fora formado o governo provisório que imediatamente se dirigiu ao palácio da presidência e pediu que Manoel Francisco Machado (o então presidente da província) entregasse o cargo (O Americano 1 dez. 1889), o que fez sem resistência.

Mesmo com toda a euforia do povo manauara com o advento da República, como noticiada pelo jornal *O Americano*, havia em Manaus um movimento republicano ainda acanhado se comparado com a sua vizinha, a província do Pará, naqueles anos anteriores à proclamação. A explicação usualmente utilizada para justificar esse atraso seria o distanciamento geográfico da província do Amazonas em relação ao resto do Brasil.

João Rozendo Tavares é um dos que aponta que este distanciamento geográfico teria sido um dos principais entraves para a propagação do movimento republicano na província do

Amazonas. Isso porque, segundo ele, “as notícias das movimentações republicanas nos demais centros do Império” demoravam a chegar até Manaus, enfraquecendo “de certa forma a articulação dos republicanos amazonenses com os de outras Províncias”. De acordo com o autor, os próprios propagandistas do republicanismo no Amazonas reconheciam que o distanciamento geográfico refletia no isolamento político (Tavares 2011, 22). Seguindo esse argumento, Cláudia Viscardi, ao analisar o Manifesto Republicano do Pará, diz que:

[...] a região amazônica, da qual partia o manifesto do Pará, era muito pouco povoada e urbanizada no período. O movimento republicano era igualmente modesto no norte do país. A criação de um clube, de um partido e de uma imprensa republicanos se deveu muito mais à iniciativa de líderes isolados, entre eles Lauro Sodré, do que a um movimento nascido e consolidado na própria região. Sodré, ao ter contato com centros difusores do ideário republicano, como a Escola Militar da Praia Vermelha no Rio de Janeiro, fez com que o projeto republicano ganhasse adeptos na região. Dadas as dificuldades de comunicação e acesso, dificilmente os republicanos conseguiram divulgar o seu movimento fora dos centros urbanos mais dinâmicos no período, a não ser pela iniciativa de seus líderes individuais (Viscardi 2017, 64).

Ainda segundo a autora, o fato de o Pará já possuir um sistema de telégrafo garantia certa vantagem em relação às províncias vizinhas, como o Amazonas. Esse fato permitiu que a população da cidade de Belém tomasse conhecimento de forma mais rápida sobre o que acontecia na capital do Império (Viscardi 2017, 64). Segundo essa visão, a maior propagação das ideias republicanas seria uma condição necessária para a adesão ao republicanismo. Mas, precisamos lembrar que ter acesso às informações de forma mais rápida não garantiria necessariamente uma adesão por parte da sociedade civil às ideias republicanas. Ou seja, a explicação do distanciamento geográfico do Amazonas para justificar a pouca adesão ao movimento republicano não dá conta da complexidade da política regional da sociedade amazonense de fins do século XIX.

Se formos pensar na questão do tempo que as informações levavam para chegar ao Amazonas, é certo dizer que a existência da comunicação telegráfica ajudava sobremaneira na recepção de informações vinda de outros lugares do Brasil, como no caso do Pará e dificultava, no caso do Amazonas, que só teria acesso ao telégrafo em 1896. Mas a falta de telégrafo não alterava tanto, no fim das contas, a chegada de notícias na região, como se supõe. Por exemplo, a notícia da Proclamação da República chega ao Amazonas depois de 6 dias de seu acontecimento no Rio de Janeiro, trazida por uma comitiva do Pará. Se a efetiva adesão ao republicanismo dependesse exclusivamente da chegada rápida de informações à província, o Amazonas teria tido muito tempo para construir um movimento republicano consolidado, haja vista que a causa republicana já estava em circulação no Brasil desde pelo menos a década de 1870.

Para corroborar este argumento, trago como exemplo o jornal *Argos* de Manaus, que teve seu primeiro número publicado em 9 de abril de 1870, e que na edição de 21 de abril de 1872 fez uma propaganda explícita do republicanismo (*Argos* 21 abr. 1872). No artigo publicado na primeira

página, intitulado “*A monarquia no Brasil*”, foi feita uma crítica ferrenha à administração dos Bragança. Segundo seu autor, existia de norte a sul do Brasil um descontentamento público e o desejo por mudanças, e essa mudança estava condicionada à adesão às ideias republicanas. O autor, anônimo, diz que assistir em “todos os pontos do Brasil aparecerem jornais republicanos, fazia com que o coração pulsasse com mais força”. A euforia do articulista com o republicanismo é ainda mais evidente quando cita a existência de jornais republicanos no Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco. Assim, a existência do jornal *Argos*, já no início da década de 1870 professando ideais republicanos, nos leva mais uma vez a questionar o aparente isolamento político e desconhecimento sobre o que acontecia em termos das propostas e debates políticos e ideológicos em outros lugares do Império.

Então, como explicar esta pouca adesão à ideia da República no Amazonas em fins do século XIX? Essa inexpressiva movimentação republicana na então província, durante as décadas de 1870 e 1880 (com raras exceções, como a do jornal *Argos*), só vai se intensificar em 1888, ano em que surgem três jornais republicanos: *Equador*, *O Corneta* e *A Evolução*³. Este último, por exemplo, reconhecia a pouca adesão ao republicanismo na região e dizia que: “O Norte ainda está muito frio, ainda não sentiu pulsar em seu coração o entusiasmo divino dessa cruzada revolucionista [sic.]” (*Evolução* 28 jun. 1888, 01). Essas palavras nos fazem entrever que ainda havia laços políticos estabelecidos pela elite amazonense com o governo imperial (que garantiam a presença dessa elite em cargos de favorecimento na província e a efetiva consolidação de seus interesses políticos e econômicos), que freavam o investimento no projeto republicano. Justificativa que vale para outros lugares no Brasil, afinal de contas, não era algo fácil romper com a velha ordem imperial que os tinha colocado em situação bastante privilegiada.

Seguindo esse entendimento, Arthur César Ferreira Reis diz que no Amazonas os liberais e conservadores “riam-se dos republicanos [...]” e viam o manifesto dos republicanos como “fantasioso e de pouca significação” (Reis 1931, 247) Ou seja, as adesões republicanas na província amazonense eram oriundas em sua maioria de insatisfações pontuais. E, por certo, essa desconfiança com o republicanismo e a conseqüentemente falta de engajamento explicam a curta duração dos jornais republicanos acima citados.

Voltando aos escritos de João Rozendo Tavares, observamos que o autor também aponta que houve uma relutância por parte das elites políticas tanto no Amazonas quanto no Pará, que não buscaram aderir às perspectivas republicanas “antes do fim da Monarquia, com receio de

³ O jornal *O Corneta* circulou de 12 de janeiro a 5 de abril de 1888 e era de propriedade de Oscar J. d'Oliveira. Mais tarde mudaria o seu título para *Evolução* e passaria a pertencer também a Elías Souto. O jornal *Equador* circulou na cidade de Manaus entre 1º de janeiro e 20 de maio de 1888.

perderem seus cargos e, conseqüentemente, seus privilégios políticos”. Adotando uma postura conservadora, as elites dessas províncias almejavam continuar com os favorecimentos oriundos da política imperial vigente (Tavares 2011, 19-20). Ainda segundo o autor, ao analisar os debates na assembleia provincial, os deputados (tanto do partido liberal, quanto do partido conservador), estavam mais preocupados em se digladiarem sobre outras questões do que discutir sobre o republicanismo, dando pouca importância ao mesmo.

Esta dinâmica do jogo político local também salienta mais uma hipótese sobre a pouca adesão ao republicanismo no Amazonas: a falta de articulação da elite política amazonense, que ficava subordinada à política centralizadora imperial. É comum supor que, com a intensificação da exportação da borracha, ocorrida principalmente a partir da década de 1870, e a consequente internacionalização do Amazonas, uma maior participação política das elites locais teria se dado no cenário nacional. Entretanto, seus representantes se viram fora do sistema político imperial (Puga 2005, 130). Na 19ª legislatura nacional, que compreendia o triênio 1885-1888, o Amazonas contava com apenas 2 deputados e o Pará com 6.

Mesmo com todas as dificuldades, como apontado acima, o Amazonas teria seu Club Republicano do Amazonas instalado em 3 de julho de 1889, que era composto de um grupo formado por jornalistas, comerciantes, professores e políticos (o que denota que mesmo que os segmentos médios tivessem interesse no projeto republicano, eles possuíam pouca articulação frente às elites tradicionais do Amazonas). Sua sede estava localizada na praça de São Sebastião, no centro de Manaus, e tinha como espaço físico a residência de um funcionário público da Assembleia Provincial. Em seu programa estavam descritas as suas ambições políticas, entre as quais podemos destacar: a “Proclamação da República, restabelecimento do crédito e das finanças da província, diminuição dos impostos, garantia do funcionalismo provincial e municipal, organização do ensino público tornando-o livre [...]”, além de criação de escolas, proteção aos indígenas, entre outros (Reis 1931, 246). Entre os membros do Clube estavam: Domingos Theophilo de Carvalho Leal⁴, presidente; Gentil Rodrigues de Souza⁵, vice-presidente; Bernardo Azevedo da Silva Ramos⁶,

⁴ Era uma das principais figuras do movimento republicano na cidade. Tinha suas raízes em uma família com boa situação financeira no Maranhão, onde nasceu – e com base nessa condição econômica, graduou-se em Filosofia e Belas Artes na Suíça. Quando retornou à cidade natal, dedicou-se à imprensa. Por ter sido um dos mais fervorosos propagandistas da república, foi convidado para compor a Junta Governativa, e por isso era o único civil a compor o grupo (Bittencourt 1973, 191).

⁵ Era um velho abolicionista da cidade; segundo Artur César Ferreira Reis (Reis 1931, 247).

⁶ Era de família humilde em Manaus e desenvolveu várias atividades, entre as quais a de amanuense. Com o advento da república, foi eleito Intendente Municipal (cargo equivalente ao de vereador) de Manaus. Posteriormente seguiu na carreira de comerciante e foi um dos fundadores do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas em 1917 (Bittencourt 1973, 137).

primeiro secretário; Olympio Motta, segundo secretário; Aureliano Fernandes, tesoureiro, e Francisco Soares Filho, orador (Reis 1931, 247).

Esses homens tiveram atuação política importante nos primeiros anos da república no Amazonas, e suas ações de apoio ao republicanismo não se limitaram às atividades do Club Republicano Amazonense. Carvalho Leal, por exemplo, intensificou a propaganda republicana às vésperas do dia 15 de novembro. Estava programado para o dia 21 de novembro o lançamento do primeiro número do jornal *O Americano*, que tinha direção política de Carvalho Leal e Júlio D'Almeida, quando foram avisados de que havia sido proclamada a república no Brasil (Reis, 1931, 247). Por isso, o primeiro número do jornal veio a público com notícias de última hora relatando as primeiras investidas do governo provisório recém-instalado.

Com a chegada dos republicanos ao poder, foi formado o primeiro governo provisório do Amazonas, que assumiu a direção do estado no dia 21 de novembro de 1889, data em que, em reunião no Éden-Theatro, foram escolhidos os membros da administração, sendo eles: Antônio Florêncio Pereira do Lago⁷, coronel do Exército e presidente da junta; Manuel Lopes da Cruz, capitão de fragata; e Domingos Teófilo de Carvalho Leal, único civil da junta provisória. A partir daquele dia, o novo regime foi ganhando a adesão da sociedade.

Com o fim das atividades da Junta Governativa em 03 de janeiro de 1890, no dia seguinte assumiu o lugar de governador do Amazonas o 1º Tenente Augusto Ximeno de Villeroy, enviado pelo governo provisório, militar com formação científica pela Escola Militar da Praia Vermelha no Rio de Janeiro. O tenente Villeroy nasceu em 22 de março de 1862, na Província do Rio Grande do Sul. A nomeação de Villeroy como governador do Amazonas aponta, de um lado, a visão da caserna de que a ocupação “modernizante” e militar do poder no estado era necessária, tendo em vista a demografia reduzida do Amazonas e as suas fronteiras vulneráveis à invasão de outras nações – daí a entrada de uma figura como Villeroy: como engenheiro militar, seria possuidor das habilidades necessárias para o governo daquele estado. Ao mesmo tempo, sua indicação se fez também em função da participação ativa que teve no processo de tomada de poder que culminou com a Proclamação da República. Em resumo, pode-se dizer que o Governo Provisório

⁷ Nascido a 10 de maio de 1825, na província do Rio Grande do Norte, Pereira do Lago era filho de Gonçalo Garcia dos Reis. De família humilde, decidiu aos 18 anos assentar praça junto ao Exército, fato consumado em 21 de agosto de 1843. Foi transferido para o Rio de Janeiro, onde foi sucessivamente avançando na classe de oficiais inferiores. Conseguiu licença para realizar seus estudos na Escola Militar, que começou a frequentar em março de 1849. Promovido a major em 26 de junho de 1875, foi em 1876 nomeado diretor do serviço de imigração e colonização da província de Santa Catarina. Sua ida para o Amazonas só se daria em 1889, quando foi designado para assumir o posto de Comandante das Armas em caráter efetivo, assumindo o cargo em 21 de julho, em Manaus. Lá foi presidente da Junta Governativa, cargo em que não permaneceu por muito tempo, já estando no Rio de Janeiro no começo do ano de 1890. Com a saúde já muito debilitada em razão do progresso do beribéri, faleceu em 1º de janeiro de 1892.

necessitava, para o cargo de governador, de um militar de confiança e republicano, naquele momento em que o governo republicano no Amazonas carecia de pessoal qualificado⁸.

Assim que assumiu o cargo de governador, Villeroy dissolveu a Assembleia e as câmaras municipais. Segundo Artur Reis, ele ainda “regulou as funções das intendências, criou um batalhão de polícia, dissolvendo o corpo policial da Província, extinguiu o ensino religioso nas escolas [...] (Reis 1931, 251), entre outras várias medidas formalizadas por cerca de 70 decretos, ao longo dos quase 11 meses que esteve no cargo (Puga 2005, 143). Ainda durante a administração de Villeroy, foram escolhidos os representantes do Amazonas que iriam para a capital da República participar da constituinte que institucionalizaria o projeto republicano proclamado no dia 15 de novembro de 1889.

O Amazonas na Primeira Constituinte da República

A uma e meia da tarde do dia 19 de janeiro de 1890, no *Teatro Lyrico*, na cidade do Rio de Janeiro, foi dado início ao julgamento dos quatro hinos que foram selecionados, dentre outros vários concorrentes, para a prova final que escolheria o hino nacional brasileiro. Estavam no grande camarote central o chefe do governo, Manoel Deodoro da Fonseca, e os ministros do interior, Aristides Lobo; da guerra, Benjamin Constant; da justiça, Campos Sales; e da agricultura, Demétrio Nunes Ribeiro, que assistiram a banda marcial (composta de 70 pessoas), acompanhada pela fanfarra e coro, este último composto de 30 vozes, a executar os hinos do maestro Braga, seguido pelos hinos dos senhores Queiroz, Nepomuceno e Leopoldo Miguez (diretor do Instituto de Música) que concorriam (O Cruzeiro 21 jan. 1890).

Após o intervalo e a segunda execução dos quatro hinos, os chefes do governo se retiraram do camarote. Algum tempo depois, voltaram com o resultado que foi lido pelo ministro do interior. Era decretado como hino nacional o de composição de Francisco Manoel, e como hino da Proclamação da República, composto pelo maestro Leopoldo Miguez, baseado na poesia de José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque.

O hino da Proclamação da República escolhido naquele dia daria o tom do que seria defendido como projeto republicano a partir dali. Leopoldo Miguez na segunda estrofe do hino escreveu que: “Nós nem cremos que escravos outrora tenha havido em tão nobre país”, fazendo alusão à memória da escravidão. Este plano republicano seria institucionalizado na Constituição de 1891, amplamente debatida na Assembleia Nacional Constituinte convocada pelo decreto n.º 78B de 21 de dezembro de 1889.

⁸ Para saber mais sobre o pensamento de Villeroy frente ao republicanismo, ver Villeroy 1928.

As eleições gerais para a escolha dos membros da Assembleia Nacional Constituinte ocorreram apenas no dia 15 de setembro de 1890. A composição da Assembleia Constituinte foi feita por escrutínio de lista em cada um dos estados e os membros eleitos se reuniram dois meses depois da eleição no Rio de Janeiro, a capital da República. A demora na reunião dos Constituintes ocorreu (afinal, o processo de instalação levou quase 10 meses), segundo o decreto, devido à demanda de providências preliminares, como a organização do regime eleitoral e alistamento do eleitorado (Decreto 1889).

O decreto 200-A, de 8 de fevereiro de 1890, regulamentou o processo eleitoral ao definir quem tinha direito a voto nas eleições e às regras eleitorais. Para essa eleição, ficavam excluídos do processo os analfabetos, os praças e os menores de 21 anos. Era garantido o direito de voto aos estrangeiros naturalizados. Esse decreto previa ainda que haveria uma qualificação anterior dos eleitores; votação e apuração registrados em ata com posterior envio às autoridades (Viscardi, 2017, 69). Aos intendentes, ficou a responsabilidade da condução de todo esse processo.

Já o decreto n.º 511, de 23 de junho de 1890, determinava o número de deputados representantes dos estados por número de habitantes, com base no censo de 1890⁹. Assim, ficou determinado que o Congresso ficaria “composto por 268 deputados e senadores (205 e 63, respectivamente). Esse número obedecia à proporção de um deputado para cada 70 mil habitantes, mantendo-se o mínimo de dois por cada unidade” (Viscardi 2017, 69). O Amazonas, tendo em vista a sua população de cerca de 147.915 habitantes, de acordo com o censo de 1890, ficou com uma bancada de 2 deputados.

Apresentaremos abaixo um perfil prosopográfico desses parlamentares. O Objetivo com esse tipo de metodologia é analisar dados biográficos de um grupo de indivíduos para podermos desvendar algumas estruturas sociais, padrões de carreira e redes de relacionamento. Ou seja, ao cruzarmos essas biografias individuais de forma coletiva poderemos ter acesso a informações importantes para determinar o perfil do grupo de constituintes que representaram o Amazonas na Primeira Constituinte da República. De acordo com Lawrence Stone, o objetivo da prosopografia “é o de estabelecer o universo a ser estudado e formular um conjunto uniforme de questões”, como sobre nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posições econômicas herdadas, etc. “Os vários tipos de informação sobre indivíduos de um dado universo são então justapostos e combinados e, em seguida, examinadas por meio de variáveis significativas. Essas são testadas a

⁹ Segundo Cláudia Viscardi (ao analisar os censos de 1872 e 1890 e o texto constitucional de 1891), para determinar o número de legisladores por cada unidade para compor o Congresso, utilizaram os dados do censo de 1890 (Viscardi 2017, 70-71).

partir de suas correlações internas e correlacionadas com outras formas de comportamento e ação”. (Stone 1971, 46). Portanto, vejamos.

Os dois representantes escolhidos do Amazonas foram os militares, Manoel Ignácio Belfort Vieira e Manoel Uchoa Rodrigues. Este último era membro de uma família tradicional no Ceará. Transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde sentou praça em 20 de outubro de 1877. Em 13 de janeiro de 1883, tornou-se alferes aluno e formou-se em Matemática e Ciências Físicas pela Escola Militar da Praia Vermelha. Chegou ao posto de 2º Tenente em 21 de fevereiro de 1885 e algum tempo depois foi transferido para o Amazonas, onde reforçou os laços com seu colega de Escola Militar, Eduardo Ribeiro. Em 1889, foi promovido ao posto de 1º tenente, e em 17 de março de 1890, tornou-se capitão. Assumiu a cadeira de deputado em 15 de novembro de 1890, para a realização dos trabalhos da Constituinte. Permaneceu na câmara até 1893, quando foi nomeado pelo já governador Eduardo Ribeiro para o cargo de superintendente (equivalente ao cargo de prefeito) de Manaus¹⁰.

Já Belfort Vieira havia nascido em 30 de abril de 1854. Era natural de São Luís, no Maranhão, e filho do conselheiro João Pedro Dias Vieira (que foi senador do Império entre 1861 e 1870) e de Isabel Nunes Belfort. Era engenheiro geógrafo formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Iniciou sua carreira na Marinha em 1871, momento em que ingressou na Escola Naval. Era capitão-tenente quando assumiu o cargo de governador do Maranhão, em 25 de julho de 1890. Mesmo estando no cargo de governador, foi indicado pelo Partido Republicano Democrático para concorrer a deputado nas eleições do dia 15 de setembro (Jornal Amazonas 1890) daquele ano pelo Amazonas, cargo para o qual foi eleito. Em 1892, renunciou ao mandato de deputado para assumir novamente o governo do Maranhão, no qual ficou até 1895. Anos depois, foi eleito senador e em 1912 foi nomeado ministro da Marinha por Hermes da Fonseca¹¹.

No que se refere ao senado, foram eleitos representantes pelo Estado do Amazonas: Manoel Francisco Machado (Barão do Solimões), Joaquim Leovigildo de Souza Coelho e Joaquim José Paes da Silva Sarmiento. O Barão do Solimões nasceu em Óbidos-Pará, no dia 30 de novembro de 1841. Estudou Direito em Portugal, conquistando o título de doutor na Universidade de Coimbra, em 6 de julho de 1869. De volta ao Pará, dedicou-se à advocacia e à política. Foi presidente da província do Amazonas de 1 de julho até 21 de novembro de 1889, quando foi

¹⁰ Biografia disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/RODRIGUES,%20Manuel%20Uchoa.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2020.

¹¹ Biografia disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/VIEIRA,%20Manuel%20In%C3%A1cio%20Belfort.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2020.

deposto pela Junta Governativa. No ano seguinte, tornou-se senador da Constituinte (Bittencourt 1973, 285), para o qual foi eleito com 3.887 votos (Anais 1924, 20).

Já o senador Joaquim Sarmento, eleito com 3.624 votos, era manauara e filho de pais amazonenses. Nascido em 7 de outubro de 1845, fez o curso preparatório, entrando ainda muito jovem para a Fazenda Pública. Foi tenente-coronel da Guarda Nacional e chefe da Fazenda Pública e 2º vice-presidente (1884) durante o período provincial amazonense. Colaborou com o jornal *Amazonas* e foi senador da república por muitos anos (entre 1890 e 1903). Dirigiu ainda o Instituto Benjamin Constant, internato para meninas órfãs em Manaus (Bittencourt 1973, 286).

Leovigildo Coelho era engenheiro militar natural de Salvador. Nascido em 12 de maio de 1837, fez seus estudos primários na capital baiana e logo embarcou para o Rio de Janeiro, para estudar na Escola Militar. Pelo ótimo desempenho escolar, foi declarado alferes-aluno em 9 de março de 1857. Foi mandado para servir na guarnição no Amazonas e chegou à capital Manaus em 27 de fevereiro de 1861. Por muitos anos, Leovigildo atuou como engenheiro militar em Manaus. Recebeu 3.785 votos e assumiu o cargo de Senador na Constituinte, no qual permaneceu mesmo depois da dissolução da Assembleia (Bittencourt 1973, 203).

O perfil dos constituintes representantes do Amazonas, que acabamos de esboçar acima, dá um panorama da composição da Assembleia e nos parece um dado importante, a influência do Exército: dos 5 representantes do estado amazonense, 4 tinham formação militar. Outro ponto relevante é o caráter ainda elitista e letrado que marcou essa geração de políticos de fins do século XIX em todo o Brasil. O que parece definir o perfil desses homens da elite política amazonense é a presença forte de engenheiros militares formados pela Escola Militar da Praia Vermelha, que era, como sabemos, o caso de Eduardo Ribeiro, formado em 1887 na instituição. Esses oficiais engenheiros, principalmente oriundos da Escola Militar, criaram uma espécie de vanguarda corporativista não apenas no Exército, mas também na política.

A breve descrição da delegação amazonense à Constituinte não confirma a composição da bancada como sendo “extremamente heterogênea”, como anuncia Sylvio Puga (Puga 2005, 144). Essa composição alerta para o fato de que ia se construindo um governo republicano – principalmente nos estados pertencentes ao que hoje conhecemos como norte e nordeste – alicerçado no elemento militar. Contudo, não um tipo qualquer de militar, mas sim aqueles com uma determinada formação técnica e advindos de um espaço de sociabilidade onde foi germinado, de forma intensa, o pensamento republicano.

Isto não quer dizer, entretanto, que o ambiente político no Amazonas tenha sido de extrema calma. As disputas políticas entre os líderes militares ligados ao republicanismo e a elite política proveniente do Partido Conservador do Império (e que com o advento da República se

transformou no Partido Nacional) aconteciam a todo momento. Não por acaso, o fato de Manoel Francisco Machado (que foi o último presidente da província do Amazonas) figurar entre os senadores eleitos para a Assembleia Constituinte, aponta para a constatação de que os conservadores ainda possuíam certa força para disputar o poder local.

Cláudia Viscardi, em seu conhecido trabalho *Unidos Perderemos* (2017), faz um levantamento do perfil profissional dos representantes da primeira Constituinte da República. Vejamos no quadro abaixo:

Profissões	Senado	%	Câmara	%	% Médio
Advogados	28	34,14	107	33,75	33,94
Militares	18	21,95	40	12,61	17,28
Médicos e farmacêuticos	11	13,41	39	12,30	12,85
Jornalistas	7	8,53	47	14,82	11,67
Professores	6	7,31	41	12,93	10,12
Engenheiros	3	3,65	23	7,25	5,45
Fazendeiros	5	6,09	15	4,73	5,41
Comerciantes/ Industriais	2	2,43	4	1,26	1,84
Servidores Públicos	2	2,43	1	0,31	1,37
Total	82	100	317	100	100

Quadro 1: Composição da Assembleia Constituinte por Profissões

Fonte: Levantamento feito por Viscardi (2017, 72) com base em Abranches (1918, 221-480 *apud* Viscardi 2017).

Como observamos, uma parte significativa dos constituintes era de bacharéis ou militares e, em boa parte dos casos, combinavam as duas profissões, o que evidencia a participação desses militares formados em cursos de nível superior em cargos políticos. No caso dos cinco representantes do Amazonas, como descrito acima, quatro eram militares e três deles tinham a formação de engenheiro.

A grande quantidade de militares entre os constituintes é compreensível. Como afirma Cláudia Viscardi, a presença desses militares se explica pela reivindicação por parte desse grupo por maior participação política, que era uma das exigências feitas em nome da articulação que levou a Proclamação da República em 1889 (Viscardi 2017, 73). Além dessa explicação, é interessante pensar como, no projeto de modernização em curso na República, há uma associação imediata entre a política e as habilidades técnicas e administrativas. A política se transforma, pela ótica militar, em gestão administrativa, mais do que um debate público sobre grandes questões. De qualquer forma, como apresentado no quadro acima e no levantamento prosopográfico dos representantes do Amazonas, fica explícito que “a composição da Assembleia Nacional Constituinte a ninguém surpreendeu”, pois consolidou os “princípios esboçados ao longo da propaganda” (Viscardi 2017, 68) republicana, como o federalismo e a expansão dos mecanismos institucionais do Estado.

Ainda com relação ao perfil desses constituintes, é importante questionar, em relação aos representantes do Amazonas, suas posições políticas anteriores, especialmente em relação à escravidão e a sua abolição. Em nosso levantamento, nenhum dos cinco constituintes pareceu ter atuado no movimento abolicionista no Amazonas. Já com relação ao total nacional dos constituintes da Assembleia, cerca de 32% parecem ter tido algum envolvimento na campanha pelo fim da escravidão (Viscardi 2017, 73). O que daria 85 indivíduos de um total de 268 representantes (205 deputados e 63 senadores). Se, como afirma Cláudia Viscardi, esse número mostra que uma parcela significativa desses “futuros líderes do novo regime havido sido formada na luta pela abolição” (Viscardi 2017, 73), tal luta deveria estar refletida nos debates constituintes e, consequentemente, na carta constitucional.

O processo de elaboração da primeira Constituição da República teve início no dia 3 de dezembro de 1889, quando, por meio do decreto n.º 29, o presidente Deodoro da Fonseca nomeou uma comissão para elaborar um projeto de Constituição dos Estados Unidos do Brasil. A comissão era composta por Joaquim Saldanha Marinho, na qualidade de presidente, Américo Brasiliense de Almeida Melo, na vice-presidência; Antonio Luiz dos Santos Werneck; Francisco Rangel Pestana e José Antônio Pedreira de Magalhães Castro. O projeto feito pela comissão recebeu alterações significativas feitas por Rui Barbosa. Levado para a discussão na Constituinte, permaneceria quase intacto ao final dos trabalhos, demarcando “a homogeneidade do Parlamento” (Viscardi 2017, 74).

Com um projeto de texto constitucional em mãos, os constituintes começaram a se reunir em sessões preparatórias a partir do dia 4 de novembro de 1890. A instalação da Assembleia Nacional Constituinte se realizou no dia 15 de novembro daquele ano, em comemoração ao primeiro aniversário da República. A presidência da assembleia ficou a cargo do senador Joaquim

Felício dos Santos (um jurista mineiro e membro do Partido Republicano), que abriu a Assembleia com a leitura da mensagem de Deodoro da Fonseca dirigida ao Congresso. A partir dali, foram iniciados oficialmente os trabalhos de discussão da Constituição Federal de 1891.

A primeira Constituinte do Brasil republicano logo de início apontou para uma questão fundamental que norteou os debates: o caráter federalista do projeto republicano brasileiro. Era na propaganda federalista que estava o maior prestígio do republicanismo apresentado pelos seus defensores e que motivava simpatias ao projeto. O princípio básico do federalismo é a descentralização política e administrativa, cuja base é a autonomia dos estados, “ligados entre si à União pelo laço da federação, podendo decretar sua constituição, eleger seus corpos deliberantes e seus governos locais” (Freire 1894, 40). Opunha-se, portanto, ao caráter centralizador da monarquia precedente.

O cunho federalista da república instalada no Brasil agradava a grande maioria dos adeptos do novo regime. Em artigo publicado no jornal *Commércio do Amazonas*, de agosto de 1898, um autor anônimo sai em defesa do federalismo, pois nele “os Estados têm vida própria, autônoma, o que lhes permite agir à vontade, desassombradamente, como melhor julgassem conveniente”. Convicto de que o princípio federalista era uma das grandes vantagens da nascente República, o autor defende que ele tinha de ser respeitado. Uma intervenção da União no Amazonas (lugar que diz ele estar, administrativamente, funcionando regularmente), significaria lançar descrédito “sobre as instituições republicanas”. Por esse motivo, não admitiria que colocassem obstáculos na marcha progressiva que o estado do Amazonas vivia na conquista de seus ideais (*Commércio do Amazonas* 1898).

O autor do artigo exterioriza outro ponto considerado de suma importância no projeto federalista: a independência que os Estados tinham para “regularizar os seus negócios”. Esta era uma preocupação efetiva por parte da elite local, afinal de contas o Amazonas vivia o crescimento econômico ocasionado pela produção da borracha e nada mais oportuno que esse dinheiro ficasse no estado. Então, se o federalismo era o trunfo do projeto republicano instaurado em 1889, até que ponto ele garantia maior autonomia ao Amazonas frente à tomada de decisões político-administrativas?

A preocupação com a liberdade financeira era natural, principalmente por parte dos estados economicamente mais afortunados, como era o caso daqueles com municípios cafeicultores que almejavam autonomia para que seus excedentes permanecessem em seus estados de origem (Viscardi 2017, 87). Assim, o debate em torno da discriminação das rendas também significava pensar a efetivação do federalismo. Por isso, não surpreende que esse assunto tenha tomado conta das preocupações dos constituintes do Amazonas, dadas as circunstâncias econômicas do estado.

Se a discriminação das rendas era tema de suma importância para aqueles constituintes, então, como explicar a pequena participação da bancada amazonense nos debates, frente à importância da borracha no cenário econômico internacional? Se houve uma participação modesta dos constituintes amazonenses no que diz respeito à discussão dos projetos, é na votação às emendas que podemos buscar indícios importantes sobre o que aqueles homens desejavam em termos de autonomia financeira para o Amazonas.

Na oitava sessão ocorrida no dia 15 de dezembro de 1890, foi discutida uma emenda ao artigo 8º, § 3º do projeto que dizia ser “lícito aos estados tributar a importação de mercadorias estrangeiras quando destinadas a consumo no seu território, até 10% adicionais, os quais constituirão parte das rendas dos mesmos estados”. Em substituição, a proposta de Júlio de Castilhos, deputado pelo Rio Grande do Sul, sugeria que o texto ficasse assim: “É da competência exclusiva dos estados decretar qualquer imposto que não esteja compreendido no artigo 6º que não seja contrário às disposições da Constituição” (Anais 1890a, 555). O artigo 6º tratava da competência exclusiva da União de decretar: “impostos de importação, compreendidos os direitos marítimos, os do selo, as contribuições postais e telegráficas”. Dessa forma, as discussões a partir dali versariam sobre a seguinte questão: no quesito tributação, que parte pertenceria à União e que parte pertenceria aos estados?

A proposta de Júlio de Castilhos objetivava dar maior autonomia às unidades da federação, já que aquela alteração no texto definiria que a decretação de qualquer imposto seria apenas da alçada dos estados. Ou seja, a bancada gaúcha (que Castilhos representava na Comissão dos vinte e um), “visava discriminar as rendas que deviam pertencer à União, deixando todas as outras aos estados, sem os impostos de competência cumulativa, mas tornando possível o auxílio dos estados à União, quando necessário” (Roure 1920, 26). Grande defensor do federalismo, Castilhos assumia a posição de que a realização, de maneira efetiva e satisfatória, da federação dependia da devolução aos estados dos serviços que lhes competiam e das rendas que durante o Império “eram absorvidas quase que totalmente pelo Governo Central”. Para ele, não bastava devolver serviços aos estados, era necessário que tal devolução fosse acompanhada dos meios necessários para as despesas (Anais 1890a, 568). A perspectiva de Castilhos é cuidadosa: almejava dar autonomia aos estados, mas sem entregar a incumbência da arrecadação de todos os impostos aos estados recém-criados. Afinal de contas, o Brasil havia acabado de “sofrer o jugo do centralismo imperial, durante dezenas de anos” e não era conveniente atribuir exclusivamente aos estados tarefa tão importante (Anais 1890a, 569).

Para Júlio de Castilhos, o texto apresentado não adotava uma solução uniforme para a questão, deixando tudo “embaralhado”. Isso porque a Constituição reservava “certas fontes de receita para a União” e outras para os estados; “depois de o fazer”, dispunha “que os estados e a

União” poderiam “buscar os seus recursos nas mesmas fontes” (Anais 1890, 670a). Para ele, o princípio do imposto duplo era antifederativo. Em contraposição à sua proposta de emenda se colocou Ruy Barbosa. Sustentando o texto do projeto, ele argumentava que era preciso preservar a existência independente da União. Só depois de assegurada essa autonomia (que, por sua vez, asseguraria à coletividade nacional os meios para existir forte e tranquila), é que seria proporcionada (se ainda sobrassem recursos) a esfera de independência local aos estados. Ou seja, para Ruy Barbosa, “a União é a primeira condição rudimentar da nossa vida como nacionalidade” (Anais 1890a, 623-624). Essa fala de Barbosa, ocorrida na nona sessão, de 16 de dezembro de 1890, recebeu muita aclamação dos presentes e apontava para uma perspectiva mais conservadora do que a de Castilhos.

A votação da emenda proposta por Júlio de Castilhos ocorreu na décima sessão da Assembleia, que aconteceu no dia 22 de dezembro de 1890. Por ter sido nominal, sabemos que a bancada amazonense apoiou por unanimidade a proposição de Castilhos, que dava mais autonomia financeira aos estados. Entretanto, esse apoio não foi o bastante para que a proposta vencesse. Rejeitada por 123 votos contra 103 (Anais 1890a, 829), esta recusa à substituição mostrava que o projeto apresentado por Ruy Barbosa (que tinha como objetivo preservar a autonomia da União) teve maior aceitação. Mesmo assim, podemos perceber como os deputados e senadores amazonenses almejavam uma maior independência financeira para o estado. A posição tomada na votação demonstrava também o interesse desses homens em aumentar a importância econômica e política do Amazonas no cenário nacional.

Ainda nesse sentido, podemos destacar o debate sobre o imposto de importação. Durante a décima quinta sessão, foi discutida a proposta de emenda do deputado José Mariano, que objetivava estabelecer um imposto de 15% para os estados sobre as importações. Ou seja, o desejo de maior arrecadação tributária para os estados foi uma constante. O deputado Rosa e Silva, por exemplo, declarou que os estados já não contavam com os impostos da exportação e por isso não era justo ceder “à União toda nossa receita de importação [...] e fiquemos na penúria”. Entretanto, mais uma vez, uma emenda que garantiria maior autonomia financeira aos estados não passou. A proposta do deputado Mariano também seria rejeitada, por 120 votos contra e 103 a favor. Apenas Belfort Vieira, da bancada amazonense, não votou em benefício da emenda, o que significa dizer que mesmo que “o aumento de alíquota encarecesse o preço final do produto de consumo interno, o desejo de maior arrecadação pela máquina tributária estadual sempre esteve presente” (Puga 2005, 147) no horizonte dos deputados do Amazonas.

Os representantes do Amazonas acreditavam e defendiam que o estado poderia ter autonomia financeira, pois desde o Império a antiga província vinha se mantendo bem, mesmo

sem ajuda do governo central. Um exemplo disso é o debate travado entre o advogado e senador pelo Espírito Santo, Gil Goulart, e Uchôa Rodrigues, representante amazonense no cargo de deputado na ocasião. Este último, na 45ª sessão, ao ser indagado por Goulart sobre a necessidade de o Amazonas ter subvenção direta dos “cofres centrais” para prosperar, respondeu: “há muito tempo, desde 1852, o orçamento do Amazonas dá saldos para o centro” e que “as rendas do Amazonas têm aumentado muito e chegam para atender aos serviços até agora pagos pelo estado”. Uchôa Rodrigues argumentava que o estado amazonense prosperou “sem o auxílio do centro, que sempre o abandonou” (Anais 1890b, 267-268). Esse era um sentimento compartilhado também pelos representantes do Pará. Em outro momento, o deputado José Ferreira Cantão, da bancada paraense, também expressou seu ressentimento pela falta de ajuda dos cofres nacionais para com o seu estado. Segundo ele, o Pará realizava “seus melhoramentos e desenvolvimentos, quer materiais, quer intelectuais, pelos seus próprios recursos, e com eles pode viver desassombradamente” (Anais, 1890, 470b). Esses homens sabiam que uma divisão administrativa, política e econômica que beneficiasse seus estados, até então vistos como periféricos para o governo central, possibilitaria sua autonomia frente ao uso dos tributos arrecadados pelos mesmos, sem qualquer intervenção da União.

Não tendo as emendas citadas acima passado pelo crivo da maioria dos constituintes, é certo dizer que, ao fim, o resultado das discussões sobre discriminação das rendas resultou na “centralização financeira pelas máquinas estaduais” (Viscardi 2017, 87), gerando uma clara insatisfação por parte dos municípios que, ao contrário dos estados, ficaram subordinados a esses últimos e, assim, receberam suas rendas a critério dos seus respectivos estados. A distribuição entre a União e as unidades federadas ficou determinada da seguinte forma: a União receberia as rendas provenientes das importações e os estados das exportações. Isso significava dizer que a maior renda ficaria para os estados, tendo em vista que o volume de importações era inferior ao montante de exportações. Essa dinâmica complicaria a situação fiscal de estados fracos economicamente. Para resolver esse impasse, foram então discutidas algumas ações para amenizar os riscos que esse projeto traria aos estados com a economia em declínio. Entre as novas resoluções estava a liberdade de cobrança de novos impostos e a livre exploração das terras devolutas por cada estado (Viscardi 2017, 77).

Ainda sobre o caráter federalista da República institucionalizada pela constituição de 1891, é importante dizer que ela significou um crescimento da bancada de deputados do Amazonas. Se compararmos os números de representantes do Amazonas na transição do Império para a República, vamos observar um crescimento, momento em que o Amazonas passou a contar com 4 representantes na Câmara dos Deputados, em contraposição aos 2 que possuía no final do

Império. Já o Pará, em comparação, teve o acréscimo de apenas 1 deputado, somando 7 no início da República. Confrontando os números com os de outros estados, como Minas Gerais (que passou de 20 no Império para 37 na República) e São Paulo (que foi de 9 deputados em 1885 para 22 depois de 1891), observamos que o crescimento da representação política do Amazonas é bem menor do que a desses estados e denota a pouca participação política da bancada amazonense no cenário nacional, mesmo que tenha obtido um aumento no número de deputados com a transição do regime (Viscardi 2017, 79).

Como nos alerta Felisbello Freire (1894) em seu *História Constitucional*, essas transformações, resultantes do modelo federalista (que concedeu aos estados poderes e atribuições tão vastas) não poderiam se estabelecer “sem a educação política à sombra das instituições autônomas” (Freire 1894, 40). Assim, a União tratou de estabelecer competências aos governos locais que foram discutidas e elaboradas durante a Constituinte. Com relação aos direitos civis, muito pouco foi alterado em relação à Constituição anterior. Contudo, algumas prerrogativas foram conquistadas, “como o fim dos privilégios de nascimento, a separação entre a Igreja e o Estado e o ensino laico que lhe era imediatamente decorrente” (Viscardi 2017, 79).

A omissão sobre a questão do índio ou dos recém libertos nos debates constituintes não era algo a se estranhar. Nem a catequese e civilização dos índios aparece, o que nos faz crer que o rompimento do Estado com a Igreja (que foi historicamente responsável pela educação/catequese dos indígenas), que acontece com o advento da República, pode ter contribuído para esse silenciamento. Esse aparente “desaparecimento” dos indígenas nas fontes parece apontar para uma negação sistemática da existência dos índios, diluindo-os na população ao se assumir o Brasil como uma nação miscigenada. De acordo com Maria Silvy Porto Alegre, a partir da segunda metade do século XIX, o silêncio sobre os indígenas respalda-se na noção de “assimilação”, como resultado “do longo processo de miscigenação racial, integração cultural e dispersão espacial, no conjunto da população” (Alegre 1992, 220):

Ao cair o silêncio sobre aqueles que, dispersos na população regional, com ela se confundem, apenas os povos indígenas isolados e os poucos grupos ainda hostis ao contato continuam a merecer atenção e interesse, ou seja, continuam a “aparecer”. Os demais passam a fazer parte daquilo que poderíamos chamar de “categorias ausentes”, submersas no interior da sociedade (Alegre 1992, 214).

Embora tenha acontecido uma omissão por parte da bancada amazonense na Constituinte Nacional, uma relevante diferença da Constituição do Estado do Amazonas promulgada em 1891 em relação à boa parte das outras constituições existentes no resto do Brasil, diz respeito à preocupação com a questão indígena. De acordo com Santos, o Amazonas republicano foi um dos primeiros a gestar uma legislação indigenista informada por um debate positivista que antecedeu a

criação do conhecido Serviço de Proteção do Índio de 1910. Para tanto, Santos (2018) resgata o Decreto nº 248, de 28 de maio de 1898, que propunha regulamentar o Serviço de Catequese e Civilização dos Índios do Amazonas, que foi antecedido por amplo debate pelos deputados estaduais. Com a análise da documentação, foi possível observar o projeto do Amazonas republicano para as populações indígenas. Nele é veemente o desejo de transformar os indígenas em “pessoas úteis”, ou seja, em trabalhadores.

Esta preocupação em legislar sobre a questão indígena fez parte da pauta política e social de poucos estados durante os primeiros anos da República. Das vinte constituições estaduais existentes, confeccionadas nos primeiros anos republicanos, apenas as do Paraná, Goiás, Pará, Amazonas e Maranhão possuíam medidas de assistência pública a esta população (Viscardi 2017, 94). Segundo o texto constitucional promulgado pelo governador Eduardo Ribeiro, uma das atribuições do Poder Executivo estadual era desenvolver “o serviço de civilização dos índios, imigração e colonização”. No que concerne às atribuições do congresso, deveria legislar sobre “a imigração de colonos, e estabelecimentos de colônias, catequese e civilização dos índios”. No texto reformado no ano seguinte, há uma pequena alteração, cabendo aos congressistas, representantes do estado do Amazonas, legislar sobre “os meios para desenvolver a instrução gratuita e leiga, a emigração, a agricultura e o comércio, as artes, a colonização e a catequese dos índios” (Santos 2018, 22). Estas referências à tutela indígena bem demonstram que não havia a possibilidade de fechar os olhos para a questão do indígena no Amazonas.

A influência do Positivismo no meio militar e o consequente uso de alguns dos seus preceitos na confecção da carta constitucional, são bastante conhecidos. Os constituintes entendiam os povos indígenas do Brasil como “nações soberanas e livres”, como atesta a seguinte fala de Teixeira Mendes: “Urge, segundo os ditames da moral e da razão, ver nos povos selvagens *nações independentes*, devem ser tratadas com as atenções com que tratamos os *povos mais fortes...*” (grifos no original) (Mendes 1908, 8). A soberania das populações originárias e a proteção contra a violência aos indígenas eram corriqueiramente defendidas como um direito destes e dever do governo federal. Além disso, é importante pontuar que a demarcação das terras ocupadas pelos índios também era reclamada: “A primeira medida consiste em demarcar honestamente as terras ocupadas pelos selvagens e de ora avante respeitar as nações selvagens como a quaisquer outras independentes [...]” (Cunha 1987, 73). Estas questões que envolviam os direitos indígenas não foram, entretanto, acatadas pelo Estado brasileiro na sua Constituição republicana. A preocupação dos constituintes do Amazonas em aludir a uma responsabilidade política do Estado frente à questão da população indígena, justifica-se, por um lado, pela forte presença deste grupo e de seus descendentes no contingente populacional do estado do Amazonas. Ou seja, não era tão simples

ignorá-los. E, por outro lado, tornava a doutrina positivista de proteção destas populações seu alicerce ideológico, como afirma Manuela Carneiro da Cunha (Cunha 1987).

Já a questão em torno dos escravos, trabalho servil, emancipação dos escravos e escravidão aparecem na constituinte em falas pontuais de seus representantes, ou seja, não houve uma sessão para a discussão direta sobre os egressos da escravidão e de avanços em cidadania que os reparassem de alguma forma. Nas poucas falas em que os deputados resgataram a questão da escravidão no Brasil foi para se contrapor ao período monárquico escravista, em contraposição ao republicanismo que prezava a liberdade. Como aponta Cláudia Viscardi, ao analisar as constituições estaduais e da república, havia um silêncio e omissão “que explicam o descompromisso do Estado brasileiro com a política de assistência pública” (Viscardi 2017, 92), justificado pelo consenso que existia entre os legisladores sobre a perspectiva liberal, segundo a qual, o Estado não deveria intervir em serviços de proteção social (Viscardi 2017, 96).

Essa perspectiva liberal adotada pela recém-nascida república brasileira tinha no indivíduo, e não em grupos, a sua unidade de organização. Em sua retórica inicial, a proposta pretendia a afirmação da soberania do povo, da divisão dos poderes, valorização da autonomia do indivíduo, entre outros. Entretanto, na prática, o projeto liberal no Brasil significou a permanência de “privilégios de uma minoria detentora de propriedades e poder” (Costa 2007, 135). Ou seja, a proposta de um Constituição Liberal (inspirada na dos Estados Unidos), não tinha como objetivo alterar as estruturas econômicas e sociais mais profundamente, muito pelo contrário: com exceção da Abolição da escravidão, esse projeto liberal excluiu a população da participação na vida política da nação. Para Emília Viotti da Costa isso se deu, pois, se implementado plenamente, o liberalismo reduziria o papel da patronagem, marca indelével da sociedade brasileira: “Todos esses dogmas típicos do credo liberal tinham dificuldade em se afirmar numa sociedade escravista que desprezava o trabalho manual, cultivava o ócio e a ostentação, favorecia os laços de família” (Costa 2007, 168). Como poderiam aqueles homens, formados sobre a ética da patronagem, implementar reformas que iriam alterar seu poder?

Considerações Finais

Foi possível observar a partir das falas dos constituintes do Amazonas em 1890 a sua preocupação em asseverar para o estado sua autonomia financeira e sua participação no debate sobre as competências fiscais dos Estados e da União. Afinal de contas, havia interesse de grande parte daquele grupo ali presente que a arrecadação advinda com o comércio da borracha permanecesse no próprio estado. Isso não foi uma perspectiva exclusiva dos representantes do Amazonas, não à toa a defesa do projeto federalista se fez presente naquelas discussões,

principalmente de estados economicamente privilegiados como o de São Paulo. Esse federalismo fiscal defendido pelos constituintes do estado do Amazonas, que definia que as receitas de exportação seriam de sua competência exclusiva, ajudaram de sobremaneira o estado, possibilitando, inclusive, que as transformações urbanísticas feitas durante a administração de Eduardo Gonçalves Ribeiro pudesse ser efetivamente colocada em prática.

Além de analisar os interesses fiscais dos constituintes do Amazonas, foi possível também observar o silenciamento por parte do grupo a respeito de questões sociais naquele contexto. A omissão sobre a questão do índio ou dos recém libertos nos debates constituintes não era algo a se estranhar. Embora a Constituição do Amazonas de 1891 estabelecesse algumas medidas assistencialistas para os indígenas do estado, na Constituinte nacional não houve menção a eles por parte dos representantes estaduais. Esse silenciamento dos indígenas nas fontes parece apontar para uma negação sistemática da existência dos índios que foram considerados “assimilados” com o advento da república.

Quanto à questão dos ex-escravos e seus descendentes, não há nenhuma referência direta a eles nem nas falas dos representantes do Amazonas na Constituinte Nacional e nem na constituição política do estado do Amazonas, uma vez que o tema dos “direitos sociais” foi tratado de forma marginal na maioria das constituições estaduais. Este silêncio evidencia o “descompromisso do Estado brasileiro com a política de assistência pública” (Viscardi 2017, 91). A ausência nas constituições expressa a perspectiva liberal, na qual a intervenção do Estado nos serviços de proteção social deveria ser reduzida ao mínimo, recaindo sobre a sociedade civil a responsabilidade “por meio de suas instituições filantrópicas” (Viscardi 2017, 92). Ao analisar o texto constitucional amazonense, observamos que o plano de modernização do Brasil, decorrente do projeto republicano e liberal, resultava em um processo de exclusão das minorias (em se tratando de negros e pobres) e, também, étnico-racial, quando tratamos de um estado majoritariamente composto de diferentes etnias indígenas e seus descendentes, como era o Amazonas daqueles tempos.

Referências Bibliográficas:

- Alegre, Maria Sylvia Porto. “Cultura e História: sobre o desaparecimento dos povos indígenas”. *Revista de Ciências Sociais*, XXIII/XXIV, 1/2, (1992/1993): 213-225.
- Anais do Congresso Constituinte da República de 1890a. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924. Volume I. Disponível em: bd.camara.leg.br. Acesso em 19 dez. 2025
- Anais do Congresso Constituinte da República de 1890b. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924. Volume III. Disponível em: bd.camara.leg.br. Acesso em 19 dez. 2025.
- Argos*. Manaus, 21 abr. 1872.

Bittencourt, Agnello. *Dicionário Amazonense de biografias: vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

Comércio do Amazonas. Manaus, 28 ago. 1898.

Costa, Emília Viotti. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007.

Cunha, Manoela Carneiro da. *Os Direitos do índio: Ensaio e Documentos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Decreto. 1889. “Decreto n.º 78B, de 21 de dezembro de 1889”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/colecao8.html>. Acesso em 19 dez. 2025.

Evolução. Manaus, 28 jun. 1888.

Freire, Felisbello. *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. Volume II. Rio de Janeiro: Typographia Moreira Maximino, 1894.

Jornal Amazonas. Manaus, 22 ago. 1890.

Mendes, Teixeira. “Ainda os Indígenas do Brasil e a Política Moderna. Rio de Janeiro, Igreja Positivista do Brasil, 1908”. Em *Os Direitos do índio: Ensaio e Documentos*, org. Manoela Carneiro da Cunha, 8. São Paulo: Brasiliense, 1987.

O Americano: Órgão Republicano. Manaus, 1 dez. 1889.

O Americano: Órgão Republicano. Manaus, 21 nov. 1889.

O Cruzeiro. Rio de Janeiro, 21 jan. 1890.

Puga, Sylvio Mário. “Federalismo, economia exportadora e representação política: o Amazonas da República Velha (1889-1914)”. Tese de doutoramento, Campinas, Universidade de Campinas, 2005.

Reis, Arthur César Ferreira. *História do Amazonas*. Manaus: Oficina Tipográfica de A. Reis, 1931.

Roure, Agenor de. *A Constituinte Republicana*. Volume Primeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920.

Santos, Maycon Carmo. “Política Indigenista no Amazonas: as primeiras experiências republicanas (1889-1910)”. Dissertação de Mestrado, Manaus, Universidade Federal do Amazonas, 2018.

Stone, Laurence. Prosopography. *Daedalus: journal of American Academy of Arts and Sciences*, 100, 1 (1971): 46-79.

Tavares, João Rozendo. “A república no Amazonas: disputas políticas e relações de poder (1888-1896)”. Dissertação de Mestrado, Manaus, Universidade Federal do Amazonas, 2011.

Villeroy, Augusto Ximeno de. *Benjamin Constant e a política republicana*. Rio de Janeiro: 1928.

Viscardi, Cláudia Maria Ribeiro. *Unidos perderemos: a construção do federalismo republicano brasileiro*. Curitiba: CRV, 2017.

Recebido: 15 de julho de 2025

Aprovado: 21 de novembro de 2025

**O anarquismo italiano e a *contrarrevolução preventiva*:
a análise de Luigi Fabbri sobre o fascismo**

*Italian anarchism and preventive counterrevolution:
Luigi Fabbri's analysis of fascism*

*El anarquismo italiano y la contrarrevolución preventiva:
el análisis de Luigi Fabbri sobre el fascismo*

Rafael Viana da Silva*

<https://orcid.org/0000-0001-6212-5085>

RESUMO: Este artigo tem como objetivo compreender a análise do anarquista italiano Luigi Fabbri sobre o fascismo. Escrito em 1921, o livreto “A Contrarrevolução preventiva” analisa a trajetória do fascismo italiano, buscando entender os elementos que propiciaram sua emergência e traçar estratégias para combatê-lo. A partir de uma complexa análise, Luigi Fabbri situa o fascismo não apenas como um movimento de contrarrevolução preventiva, operado pelas classes dominantes, mas ressalta sua autonomia relativa, que constrange os limites da ação do movimento operário e está interligado com a estrutura social do sistema político e econômico italiano. Sua análise é pioneira no campo anarquista e inclusive, no campo do socialismo, antecipando tendências de análise que serão consolidadas nos anos seguintes.

Palavras-chave: Anarquismo. Fascismo. Antifascismo.

ABSTRACT: This paper aims to understand Italian anarchist Luigi Fabbri's analysis of fascism. Written in 1921, the booklet “The Preventive Counter-Revolution” analyzes the trajectory of Italian fascism, seeking to understand the elements that led to its emergence and to outline strategies to combat it. Based on a complex analysis, Luigi Fabbri situates fascism not only as a preventive counterrevolutionary movement operated by the ruling classes, but also highlights its

* Professor da Rede Pública Municipal de Maricá-RJ. Graduado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012), Mestre (2014) e Doutor (2018) em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Possui experiência de pesquisa com ênfase na História do Brasil e na História Contemporânea, ressaltando os seguintes temas: anarquismo e sindicalismo revolucionário no Brasil, na América Latina e História Global do Anarquismo. É autor do livro “Elementos Inflamáveis: organizações e militância anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964)” e organizador do livro “História do Anarquismo e do Sindicalismo de Intenção Revolucionária no Brasil: novas perspectivas.” E-mail: rafaelviana1968@gmail.com

relative autonomy, which constrains the limits of the workers' movement and is intertwined with the social structure of the Italian political and economic system. His analysis is pioneering in the anarchist field and even in the field of socialism, anticipating trends in analysis that would be consolidated in the following years.

Keywords: Anarchism. Fascism. Anti-fascism.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo comprender el análisis del anarquista italiano Luigi Fabbri sobre el fascismo. Escrito en 1921, el librito «La contrarrevolución preventiva» analiza la trayectoria del fascismo italiano, buscando comprender los elementos que propiciaron su emergencia y trazar estrategias para combatirlo. A partir de un complejo análisis, Luigi Fabbri sitúa el fascismo no solo como un movimiento de contrarrevolución preventiva, operado por las clases dominantes, sino que destaca su relativa autonomía, que limita la acción del movimiento obrero y está interconectada con la estructura social del sistema político y económico italiano. Su análisis es pionero en el campo anarquista e incluso en el campo del socialismo, anticipando tendencias de análisis que se consolidarán en los años siguientes.

Palabras clave: Anarquismo. Fascismo. Antifascismo.

Como citar este artigo:

Silva, Rafael Viana da. “O anarquismo italiano e a contrarrevolução preventiva: a análise de Luigi Fabbri sobre o fascismo”. *Locus: Revista de História*, 31, n. 2 (2025): 214-239.

Introdução

A relação entre anarquismo, fascismo e antifascismo ainda é um campo que está sendo devidamente explorado na historiografia especializada. Muitos estudos ainda não avaliaram adequadamente, a contribuição do anarquismo para a luta antifascista, seja no período da ascensão dos movimentos e regimes fascistas, quanto no desenvolvimento do que ficou conhecido como movimento antifascista (ou em sua versão reduzida, *antifa*) no pós-guerra fria. O historiador Kauan Willian dos Santos aponta que “antes do irrompimento da Segunda Guerra Mundial, ou mesmo da construção de órgãos antifascistas, muitos anarquistas já acompanhavam com detalhes a emergência do fascismo” (Santos 2024, 6) e é nesse contexto que inúmeras análises sobre esse fenômeno foram produzidas. Uma faceta que vem sendo recentemente explorada na historiografia especializada, é a que analisa e resgata diferentes obras anarquistas que trataram o tema do fascismo. A título de exemplo, podemos citar além do trabalho de Fabbri, a obra “Nacionalismo e Cultura”, do anarquista alemão Rudolf Rocker, o trabalho de Maria Lacerda de Moura, “Fascismo: filho

dileto da igreja e do capital”, o livro “O delírio racista” do anarquista italiano Camillo Berneri, a obra do anarquista (de forte influência marxista) francês, Daniel Guérin, “Fascismo e grande capital”, os trabalhos de Luce Fabbri (filha de Luigi Fabbri), “Fascismo: definição e história” e mais recentemente, o livro “Antifa: o manual antifascista”, do anarquista Mark Bray.

Na gênese do fascismo, veremos que alguns elementos difusos e provenientes de inúmeras fontes (incluindo o sindicalismo revolucionário) contribuíram com sua formação, mas há certo consenso historiográfico que o fascismo se alimentou de uma mescla entre nacionalismo, futurismo e sindicalismo e que se consolidou como doutrina, a partir da negação e reelaboração pela direita, dos principais elementos históricos do socialismo, do sindicalismo revolucionário e do anarquismo. A associação das origens do fascismo com o sindicalismo revolucionário inclusive, é eventualmente exagerada a partir da influência de dois expoentes do sindicalismo revolucionário: Georges Sorel e de Antonio Labriola. Não há dúvida que Sorel gravitou em torno da CGT francesa, uma central sindicalista revolucionária com forte presença anarquista e que Labriola, tenha participado da União Sindicalista Italiana (USI). Todavia, a noção de que Sorel era o principal teórico do sindicalismo revolucionário parece não ter fundamento, Sorel era um comentarista externo do movimento sindicalista revolucionário e era parte “nada mais do que um grupo de escritores [...] observando o movimento sindicalista de fora [...] estimulados por ele”, mas cujas ideias muitas vezes estavam em desacordo com as dos sindicalistas (Walt 2008). Essa opinião era compartilhada pelo anarquista alemão Rudolf Rocker – outro arguto analista do fascismo – que afirmava que “nenhum desses homens pertencia ao movimento [sindicalista revolucionário], nem teve qualquer influência apreciável em seu desenvolvimento interno” (Rocker 1938). Luigi Fabbri, também reconhecia que o fascismo utilizava uma “fórmula emprestada do sindicalismo” (Fabbri 1921, 40) mas o fascismo era uma “manifestação volitiva dos interesses da classe dominante” (Fabbri 1921, 38).

Luigi Fabbri nasceu na província de Ancona – uma região com forte presença anarquista – em 1877 e rapidamente se conectou aos círculos anarquistas da região, ainda como estudante. Preso pela primeira vez em 1894, no contexto da repressão ao anarquismo do final do século XIX, conheceu em 1896, o maior expoente do anarquismo italiano naquele momento, Errico Malatesta. A partir de então, tornou-se um importante propagandista e polemista do movimento operário e do anarquismo italiano, desenvolvendo reflexões sobre o individualismo, a organização anarquista e sindical, assim como, também produziu materiais doutrinários sobre a ideologia libertária. Preso novamente em 1898 e libertado em 1900, Fabbri participou de iniciativas editoriais importantes, como a revista *Il Pensiero* e o jornal anarquista italiano de Nova Jersey, *La Question Sociale*. E ajudou a fundar importantes iniciativas organizativas, como a União dos Anarquistas Comunistas Italianos e a União Anarquista Italiana.

Participou de um dos jornais anarquistas mais importantes da Itália, o jornal *Volontà*, dirigido por Errico Malatesta, e posteriormente de *Umanità Nova*, lançado em 1920 e que lhe rendeu outra prisão e um ataque fascista (Lamendola 1988). É no auge do movimento fascista na Itália, que Fabbri terá suas principais obras analíticas e doutrinárias impressas, como a obra “Ditadura e Revolução” e o livro “A Contrarrevolução preventiva”. Este último impresso será escrito no calor do momento em que as expedições fascistas queimavam sedes operárias e atacavam jornais socialistas e anarquistas. Fabbri foi novamente vítima desses ataques e em 1923 foi espancado pelos fascistas italianos. Com a ascensão do regime de Mussolini ao poder, foi obrigado a jurar lealdade ao regime em 1926 e perdeu seu emprego de professor, ao se negar a fazê-lo (Lamendola 1988). Exilou-se para a Suíça em 1927 e posteriormente França e Bélgica. Expulso deste país, embarcou para o Uruguai em 1929, falecendo em 24 de junho de 1935, com o regime fascista italiano já consolidado e o fascismo tendo se tornado uma referência política em todo mundo.

O movimento operário, o anarquismo italiano e a crise política pré-fascismo

Entre 1859 e 1870, o Estado italiano emergiu como nação após um processo de luta contra potências estrangeiras e um movimento nacionalista restrito a pequenas parcelas da população. O resultado foi a construção de um sistema político frágil e repleto de contradições (Blinkhorn 2009, 16).

A construção do novo Estado produziu uma monarquia limitada e a constituição de um sistema político liberal de cunho parlamentar, a partir de uma administração extremamente centralizada (Blinkhorn 2009, 16). Contudo, as bases sociais do liberalismo eram exíguas e foram lentamente ampliadas, não eliminando as contradições sociais e econômicas que emergiam com o novo país. O processo de unificação italiana não eliminou as profundas diferenças existentes entre o Sul e o Norte de seu território. Enquanto o Norte tinha maior proximidade (inclusive cultural) com os mercados da França e Alemanha, o Sul (Duggan 2016, 37) permanecia insular culturalmente e com uma estrutura econômica baseada na produção rural. Apesar de ser em muitos aspectos uma sociedade urbana, a produção e vida rural possuía um peso importante na estrutura econômica e política da Itália. Fabbri percebia tal importância ao avaliar que os camponeses haviam “devolvido ao país toda a sua eficiência econômica”, ao mesmo tempo em que adquiriam “maturidade política e moral” (Fabbri 1921, 51).

A unificação e o advento do liberalismo republicano não contemplaram as expectativas de desenvolvimento industrial acelerado – a Itália seguia retardatária na corrida industrial europeia – e até 1880, a indústria permaneceu modesta e restrita às regiões de Piemonte, Ligúria e Lombardia (Duggan 2016, 178). No campo, trabalhadores rurais depauperados lidavam com proprietários de

terra avessos às quaisquer reformas sociais ou nas palavras de Fabbri, a “burguesia latifundiária [...] é retrógrada por natureza e tradição” (Fabbri 1921, 6). Até o final de 1881, proprietários, industriais, profissionais, professores, funcionários públicos, empregados e donos de lojas somavam um pouco mais de 1 milhão de pessoas, 6,2% da população (Duggan 2017, 182). Os setores médios da sociedade italiana não se tornaram numerosos apesar da expansão universitária promovida após a unificação italiana, o número de catedráticos e bacharéis, não foi devidamente absorvido por essa estrutura social desigual. Muitos destes setores que forneceriam os principais quadros, das lideranças fascistas e que em grande medida, se politizam com uma retórica anti-liberal e um descrédito com o sistema republicano italiano, fenômeno que foi argutamente percebido por Fabbri. A partir de 1890, no entanto, áreas substanciais da Itália passavam por uma profunda transformação, embora ainda concentrada, uma emergente classe trabalhadora urbana somava-se às fileiras de uma nova camada urbana (Blinkhorn 2009, 21).

Apesar da expansão do eleitorado, que em 1882 triplicou (Duggan 2017, 185) para dois milhões (25% dos homens adultos), as tensões sociais não eram totalmente subsumidas pelo sistema político italiano, que ainda excluía os analfabetos (maioria de camponeses e em maior parte no Sul). Tais tensões produziam tradições à esquerda, tanto pela divisão da esquerda *maximiana* em diferentes grupos, mas pela formação de cooperativas de trabalhadores, sociedades de auxílio mútuo, grupos socialistas e anarquistas, que em seu conjunto desafiava o sistema político (Duggan 2017, 188-189). A fundação do Partido Socialista Italiano (PSI), em 1892, uma corrente política eleitoral, mas de cariz socialista tornava-se uma ameaça à balança política institucional e apesar de proscrito na década de 1890 (Blinkhorn 2009, 22), expandiu-se consideravelmente nos anos seguintes. A estratégia política adotada pelo republicanismo foi o de tentar canalizar os descontentes para os canais institucionais (Duggan 2017, 189) e por outro lado, reforçar a autoridade do Estado, visando conter a insatisfação subalterna.

Na Itália fervilhante de profundas transformações sociais e conflitos políticos, a ideia de uma Itália liberal tomada pela corrupção, passou a povoar o imaginário de escritores e novelas da época (Duggan 2017, 191). Como toda sociedade em rápida transição e transformação, a crise modificava as formas de compreensão política, inferindo pela esfera da cultura, uma saída pelo “alto”. Nos dois mandatos do governo Crispi (1887-1891 e 1893-1896) – período que coincide com uma grave crise econômica e com as contradições exacerbadas pela corrida imperialista – a ideia de Estado forte, autoritário e militarista (Duggan 2017, 193) que uniria a nação para além dos conflitos de classe passa a ser aplicada. O segundo mandato de Crispi foi marcado por revoltas camponesas (esmagadas por forças militares), repressão ao movimento operário e suspensão do parlamento. O governo Crispi encerrara precocemente, com o fracasso de sua aventura

imperialista, que acabou lhe custando o cargo (Duggan 2017, 193-195). O sistema político italiano oscilava entre ações autoritárias e uma premente convulsão social.

Sindicalismo revolucionário, Luigi Fabbri e o anarquismo na Itália do pré-guerra

O processo de unificação da Itália, que ficou conhecido como *Risorgimento* forneceu os primeiros quadros da Associação Internacional dos Trabalhadores, com o papel decisivo de Mikhail Bakunin, que durante a década de 1860, passou pelo território italiano (Levy 2023, 411).

Essa primeira geração é marcada pela derrota da Comuna de Paris e o ascenso da Associação Internacional de Trabalhadores, que em solo italiano se enraíza inicialmente no sul do país. A AIT na Itália se desenvolve em cidades pequenas e de tamanho médio na Toscana, Emília e Romana, assim como, há uma rápida difusão nas regiões industrializadas do norte italiano (Levy 2023, 412). Nos anos 1870, a partir da dissolução da Associação Internacional dos Trabalhadores em 1877, começa a se consolidar, uma forma de ação que ficou conhecida como anarquismo insurrecional ou insurrecionalista, onde a propaganda pelo fato era sua principal arma, consistindo em atos de violência contra instituições, insurreições pontuais e atentados contra autoridades, realizados a partir de pequenos grupos. Tais ideias tiveram, um breve período de ascenso no anarquismo europeu da década de 1880 (Walt; Schmidt 2009, 131), ainda que não fossem hegemônicos. Na Itália, tentativas de insurreição em áreas urbanas da Itália central (1874) e na região montanhosa de Matese (1877) forjaram a primeira geração de insurrecionalistas anarquistas, ainda que muitos tenham a partir dessa experiência, abandonado tal estratégia em detrimento da construção sistemática da militância no interior dos sindicatos.

A dissolução da Internacional em solo italiano, atingida duramente pela repressão dos governos autoritários do ex-mazziniano Francesco Crispi e do general Luigi Pelloux, fizeram com que o eixo do anarquismo italiano fosse conectado a uma diáspora global (Levy 2023, 413). O próprio Luigi Fabbri engrossou as fileiras dessa diáspora, ainda que num período histórico distinto do governo Crispi, tendo que se exilar primeiro em Paris, em 1929 e depois em Montevideu (Fabbri 2002, 155).

Os anarquistas italianos foram grandes expoentes nessa “Era dos atentados” e o auge das ações insurrecionais do anarquismo italiano ocorrera justamente, no contexto da aguda crise do sistema político italiano e em governos que usaram do expediente autoritário, para reprimir o movimento operário. Apesar de diversas iniciativas congressuais, como as conferências nacionais de 1891, 1907 e 1915, o anarquismo encontrou dificuldade de manter uma organização nacional contínua (Levy 2023, 417) e quando o maior catalisador deste debate – a Revolução Russa de 1917 e a derrota anarquista em 1919/21 –, espalhou essa necessidade como um vírus, em nível global, o

anarquismo italiano defrontara-se com o fascismo, o que implicou, em enormes dificuldades no nível organizativo. Essas dificuldades também se ligavam ao crescimento do bolchevismo após a Revolução Russa, fato que implicou em inúmeras contribuições teóricas de Fabbri, particularmente depois de 1919, com os trabalhos “Revolução não é ditadura”, “O Estado e a Revolução: sobre o livro de Lênin do mesmo nome”, “O conceito anarquista da Revolução”, “O Marxismo e a ideia de ditadura”, entre outros.

Luigi Fabbri, que nascera no ano de 1877, em Fabriano, província de Ancona – um dos centros clássicos do anarquismo italiano – toma contato com o anarquismo no ano de 1893, com apenas 15 anos de idade, quando as ações insurrecionais anarquistas esvaziavam. Seu contato com Malatesta em 1897, influenciou-o decisivamente e foi com este, que começou sua carreira de jornalista e propagandista do anarquismo italiano, com a organização de *L'agitazione* em Ancona, no período em que Malatesta estava na prisão. Fabbri também foi preso diversas vezes (a primeira em 1894, depois em 1898), tornando-se um alvo frequente da repressão, principalmente no contexto da repressão anti-anarquista, após o assassinato do Rei Humberto. A partir do segundo mandato do primeiro-ministro Giovanni Giolitti (1903-1905), o governo passou a adotar uma nova estratégia, priorizando uma política que tentava dar pequenos ganhos às classes trabalhadoras, mantendo uma linha econômica com foco na estabilidade. Paralelamente, Giolitti tentava atrair o Partido Socialista Italiano (PSI) para sua esfera de influência, impingindo a ideia de cooperação e colaboração entre classes, minando desta maneira as correntes que apostavam na perspectiva da revolução social e da transformação radical da sociedade (Duggan 2017, 208). Ao promover um programa de reformas sociais, Giolitti não abandonava o expediente da repressão, mas manifestava um apoio pontual, à certas demandas que estavam na ordem do dia do movimento operário italiano. Fabbri polemizou duramente com esse tipo de tática no interior do socialismo nas páginas do jornal *Il Pensiero* (Fabbri 2002, 59).

Nesse período há uma expansão das chamadas Câmaras de Trabalho, locais que na prática, reuniam diferentes sindicatos dentro de uma mesma cidade ou região e que articulavam politicamente as demandas da classe trabalhadora italiana e incluíam diferentes correntes políticas, desde anarquistas e socialistas, até mesmo correntes do sindicalismo católico. Em 1902, de cada quatro trabalhadores da indústria, um era filiado a sindicatos de orientação socialista e o número das câmaras de trabalho, saltou de 14, em 1900 para 76, em 1902 (Duggan 2017, 209). A participação anarquista nas câmaras de trabalho encontrou um ambiente confortável e não focavam apenas nas questões econômicas, mas desenvolviam centros de convivência, programas educacionais, anticlericais e antimilitaristas a partir de um eixo classista (Levy 2023, 419) e o tema

da greve geral, ganhava desde o final de 1890, mais espaço nos diários operários e socialistas (Antonioli 2004, 192).

É também neste período, que a estratégia do sindicalismo revolucionário passa a se projetar gradualmente, como uma tendência sindical relevante. Ao contrário de ser difundido pelos anarquistas, originalmente, o sindicalismo revolucionário italiano surge por meio de uma corrente revolucionária do Partido Socialista Italiano (PSI), que em 1904, consegue conquistar a direção do partido, no congresso de Bolonha (Antonioli 2004, 194). O sindicalismo revolucionário se disseminará rapidamente a Milão, Veneza, Mântua, Ligúria (Gênova, Sanpiedarena, Sestri Ponente e Savona) e se espalha de maneira mais estável ou temporária, em Emilia, Bolonha, Parma, Piacenza e nas províncias de Módena e Ferrara e defenderia, a independência política do sindicato, a conquista salarial e de reformas por meio da ação direta e a ideia da greve geral, como ferramenta tática de pressão social e também de construção de uma futura sociedade socialista. Neste período, Fabbri se enfrentou polêmicas no socialismo e ao que considerava como “equívocos” do campo político anarquista, debatendo com os individualistas anarquistas e insurrecionalistas. Segundo as memórias de sua filha, Luce Fabbri, sempre “ressaltando o caráter fundamentalmente reacionário das teorias de Stirner” (Fabbri 2002, 57, tradução nossa).

Em 1906 é fundada *Confederazione Generale del Lavoro* (CGDL) que já em seu interior, continha um setor minoritário, que era alérgico ao sindicalismo reformista dominante da central sindical. Será este setor que aponta um ensaio de ruptura, formalizado em 1907, na fundação do chamado Comitê Nacional de Resistência. Nesse contexto, surgem jornais importantes para o anarquismo italiano, como o periódico *Il Pensiero* fundado em 1903, organizado por Luigi Fabbri e Pietro Gori, em Roma, e o jornal *Volontà*, fundado em 1913, por Errico Malatesta. Neste período, Fabbri já era um polemista experiente, tendo lançado inúmeros artigos, com críticas duras aos individualistas anarquistas e aos socialistas parlamentares, além de ter escrito uma obra doutrinária de boa repercussão, publicada no ano de 1911.

As fraturas no interior da classe dominante italiana, sobre qual programa político a ser adotado em relação às classes perigosas, pareciam mais proeminentes, quando latifundiários e industrialistas passam a minar os experimentos de reforma social no mundo do trabalho e ensaiar alianças com setores do nacionalismo italiano (Levy 2013, 420) ao longo da década de 1910. O programa de reformas sociais e colaboracionismo de Giolitti nunca foi um consenso no interior da classe dominante italiana. Muitos industriais encaravam a política *giolittiana* com ceticismo e essa hostilidade aumentou em proporção à desaceleração do ritmo do crescimento econômico italiano (Duggan 2017, 210-211).

É nesse contexto que será fundada a União Sindical Italiana (USI), em 1912. A partir da decisão de um congresso que reuniu mais de 150 mil inscritos em 1910, herdeiro do Comitê Nacional de Resistência, a USI nascia a partir da interlocução com outras entidades sindicais ligadas ao sindicalismo revolucionário e com forte perspectiva anarquista. Fabbri não aderiu imediatamente à União Sindical Italiana, preferiu permanecer vinculado – como trabalhador da educação – à Confederação Geral do Trabalho, pois era publicamente contrário à formação de sindicatos declaradamente anarquistas, assumindo que isso poderia dividir o movimento operário (Fabbri 2002, 75), uma posição que era próxima da concepção malatestiana de sindicalismo.

Com presença relevante nas regiões de Parma, Bolonha, Modena e massiva na região de Carrara, Piombino e Sestri Potente, a USI cresceu para mais de 100 mil filiados em 1913, repartidos em vinte províncias, treze Câmaras de Trabalho e cinco uniões sindicais (Antonoli 2004, 198-199). O historiador Carl Levy aponta que neste período, os anarquistas estavam enraizados em “bairros urbanos e subúrbios periféricos”, criando uma “república global de jornais e jornais de assunto único” (Levy 2018, 418, tradução nossa). Durante um longo tempo da sua vida, Fabbri se dedicou integralmente à redação de jornais operários, inclusive, sobrevivendo materialmente a partir desse trabalho.

A conjuntura europeia, no entanto, imprimirá desafios imensos para a reorganização do movimento em solo italiano, que se depara com um giro político importante, que atravessará toda sua trajetória nos próximos anos. Não à toa, os textos mais importantes do anarquismo italiano e de Luigi Fabbri, no que diz respeito à sua organização, foram produzidos neste contexto, que começa com a Revolução Russa, de 1917 e termina com o período de ascenso do fascismo, em 1921.

A Primeira Guerra (1914-1919), Luigi Fabbri e o surgimento do fascismo

A eclosão da 1ª Guerra Mundial no verão de 1914 envolveu inicialmente cinco grandes potências. Inglaterra, França e Rússia (Tríplice Entente) de um lado e Alemanha e Áustria-Hungria (Tríplice Aliança) de outro. A Sérvia alinhou-se à Tríplice Entente, contra a intervenção do Império Austro-Húngaro e o Império Otomano, alinhou-se à Tríplice Aliança. Apesar de em teoria, a Itália estar alinhada à Alemanha e Áustria-Hungria pela assinatura de um tratado em 1882, o país manteve-se neutro, tendo em vista que a Áustria declarou guerra à Sérvia sem sua consulta (Duggan 2017, 216).

O debate do alinhamento a um ou outro bloco (ou a neutralidade) passou a fazer parte das discussões políticas nacionais e o caso italiano e grego, ficaram marcados pela virulência de tal debate. Na Itália, inicialmente, a maioria dos setores políticos adotou a neutralidade. Socialistas,

sindicalistas revolucionários e católicos opunham-se num primeiro momento, ao conflito militar. O bloco favorável à participação na guerra era heterogêneo, incluía desde poetas futuristas, intelectuais de direita, liberais mais conservadores, alguns sindicalistas e nacionalistas italianos.

Segundo Martin Blinkhorn “durante o inverno de 1914-1915 e o início da primavera de 1915 o debate se intensificou, extravasando com estardalhaço e, às vezes violência para as ruas das cidades italianas” (Blinkhorn 2009, 28). No interior do movimento operário, o impacto da guerra foi crucial para o desenvolvimento dos acontecimentos políticos. Benito Mussolini, à época, secretário do PSI e editor do jornal socialista *Avanti*, inicialmente alinhara-se como todos os socialistas do período a favor da neutralidade. Fabbri chegou a contribuir com matérias para o jornal *Avanti* e chegou a trocar cartas protocolares com seu editor por conta de alguns de seus artigos ali publicados.

A partir de 1914, no entanto, Mussolini muda sua posição para a de “neutralidade ativa”, simpatizando com os exércitos de França e Inglaterra e posteriormente, apoiando abertamente a intervenção italiana (Blinkhorn 2009, 36). Como resultado, foi expulso do PSI e passou a editar um novo jornal, *Il Popolo d'Italia* e se dedicou nos dois anos seguintes, a propagar uma nova estratégia de “revolução nacional”, onde o socialismo era paulatinamente abandonado por uma perspectiva nacionalista, onde a luta de classes era gradualmente substituída pela luta entre nações. Em 1º de janeiro de 1915, Mussolini publicou o primeiro manifesto dos *fasci d'azione rivoluzionaria*, identificando-se com a Entente e rejeitando explicitamente a luta de classes. Agitando um congresso no final de janeiro, o primeiro encontro desses *fasci* reuniu 9 mil adeptos em todo país (Paris 1976, 55-56). Ainda marginal, os *fasci* seriam o embrião das brigadas fascistas em toda a Itália. Em maio de 1915 já estava claro o comprometimento da Itália com a guerra, alinhada inicialmente à Tríplice Entente, enquanto o anarquismo italiano agrupava-se em torno de um enérgico anticolonialismo (Fabbri 2002, 93). Apoiada por parte das classes dominantes da monarquia italiana, por grandes empresários, latifundiários e setores políticos do nacionalismo, conservadorismo e parte do liberalismo, a Itália recrutara nos anos seguintes, mais de 5 milhões de italianos e mais de 600 mil pereceriam nas trincheiras da Europa (Duggan 2017, 217-218). A industrialização provocada pela guerra, estimulou o setor da siderurgia, mecânica, química, elétrica, automobilística, metalurgia, engenharia, armamentista e aeronáutica, provocando mudanças na composição da classe trabalhadora italiana, com maior participação feminina e oriunda de zonas agrárias (Venza 2004, 206; Blinkhorn 2009, 30).

Ao mesmo tempo, a coesão patriótica impôs uma nova ordem, onde a classe trabalhadora era limitada a um papel subordinado (Venza 2004, 206) a partir da rotina de trabalho militarizada, ainda que tivesse conquistado melhoria nas condições de trabalho pontuais, fruto da mobilização

por local de trabalho, ainda no período do conflito militar. Para completar, a experiência da guerra, em específico, o período de 1916 e 1917 – auge do horror das trincheiras – trouxe um colapso das antigas categorias sociais e políticas (Eksteins 2021, 185-186) com a qual o fascismo certamente se alimentara. A ideia de que o desgaste contínuo do inimigo era a única solução para a vitória militar (Eksteins 2021, 172), espalhava-se também para a gramática política.

A crise política da participação da Itália na guerra se intensificou em 1917, na esteira de uma forte onda de mobilização do movimento operário global, que se agudizaria nos anos seguintes. A economia italiana entre 1918 e 1919 foi afetada por inúmeras crises de alimentos e matérias-primas, o desemprego se acentuava gradativamente com o retorno dos soldados desmobilizados (Blinkhorn 2009, 31) e as classes dominantes italianas lidavam com uma insatisfação crescente do movimento operário diante as condições de vida e trabalho. Do ponto de vista da política eleitoral, os liberais saíam da guerra com a reputação manchada, o sistema político mudou suas regras de representação tradicional – favorecendo os partidos modernos e prejudicando o esquema tradicional do clientelismo – e o Partido Socialista Italiano e o recém-fundado Partido Popular Italiano (PPI), de extração católica, apresentavam-se com bons resultados no sufrágio italiano e se consolidavam como partidos de massa (Blinkhorn, 31-32). É nesse contexto de indefinição e crise da política italiana, que surge a primeira organização fascista, os *fasci di combattimento*, primeiramente em Milão e ainda modesta, reunindo cerca de 150 pessoas em março de 1919 (Paris 1976, 65). Uma precaução metodológica importante, é perceber que o fascismo ainda estava se formando enquanto um movimento político e, portanto, suas ideias ainda não estavam plenamente constituídas, abastecendo-se de estratégias ora da esquerda socialista, ora do futurismo italiano e seus congêneres. Ainda estava presente a ideia de *síntese* entre o conceito de luta de classes e o conceito de pátria nação (Paris 1976, 62). Seu programa, neste momento, reunia demandas proletárias que ao mesmo tempo se fundiam com um pronunciado nacionalismo. Por outro lado, 1919 marca o ponto de inflexão e continuidade no itinerário fascista, quando um grupo de futuristas, *Arditi*, estudantes nacionalistas e fascistas, incendiam a sede do jornal socialista *Avanti*. De junho a agosto de 1920, os *fasci* aglutinavam menos de novecentos adeptos e no final do ano, já reuniam vinte mil integrantes (Paris 1976, 67).

Depois de 1919, o movimento operário italiano experimenta um processo de ascenso organizativo e mobilizatório. No caso do anarquismo, a USI reunirá 180 mil aderentes em 1919 e mais de meio milhão em 1921 (Antonioli 2004, 207). Neste período, a Confederação Geral do Trabalho (CGL) crescerá de 250 mil sindicalizados para 2 milhões de membros e os sindicatos católicos de 160 mil para 1,25 milhão (Blinkhorn 2009, 32). As reivindicações do movimento operário organizado giram em torno da luta pela jornada de 8 horas de trabalho e até 6 horas de

trabalho em certas categorias expostas a riscos ou a trabalhos perigosos (Antonioli 2004, 209-210). Em 1920 tem início a primeira ocupação de fábrica e a formação de um conselho de trabalhadores nas fábricas Piaggio e ILVA, tais ocupações são pioneiras num repertório que será utilizado em todo este ano e no seguinte e não à toa, este período ficará conhecido pela historiografia como o biênio vermelho (*biennio rosso*). É nesse contexto que os primeiros esquadrões fascistas passam a se apresentar como uma solução não só ao problema social, mas aos problemas nacionais, tendo como apoio ativo, uma base de latifundiários e burgueses desejosos em contra-atacar. Pela lógica da guerra de posição, o primeiro princípio da guerra era o de “não ceder nenhum pé de terreno” e se perdido, “retomá-lo imediatamente por meio de um contra-ataque” (Eksteins 2021, 173).

Tal lógica militar, projetava-se no tecido social e mesmo das elites, por um imaginário da guerra, entendendo a disputa política como um campo de batalha, onde cada centímetro (“o tudo ou nada”) era frontalmente disputado. Na região agrária do Vale do Pó e na Toscana, os fascistas passaram a hostilizar as ligas camponesas católicas e sindicatos socialistas. Rapidamente, esse tipo de tática, espalhou-se para as regiões urbanas de Bolonha, Ferrara e Florença. Neste período, o fascismo definitivamente integra-se a um programa violentamente anti-socialista e inaugura a política do *squadrismo*, uma tática paramilitar, que implicava o ataque dos fascistas contra as sedes das organizações operárias, socialistas e anarquistas, por meio de expedições punitivas (Blinkhorn 2009, 39). Entre meados de 1920 e 1922, os fascistas atacaram sedes de partidos de esquerda, organizações operárias católicas, tipografias de jornais socialistas e do sindicalismo de os matizes. De 1920 a 1922, o fascismo cresceu de menos de mil integrantes para duzentos e cinquenta mil aderentes (Blinkhorn 2009, 40) e na medida que se expandiu, integrou veteranos de guerra (sua base inicial), a juventude escolarizada de classe-média, profissionais liberais e trabalhadores burocráticos das grandes e pequenas cidades. Na zona rural, os fascistas eram recrutados entre as camadas mais altas da sociedade, dos grandes e médios proprietários de terra, camponeses proprietários (Blinkhorn 2009, 40), administradores etc.

A atividade sindical, que flerta com o início de um processo insurrecional, no entanto, é desmobilizada, seja por dificuldades organizativas dos próprios organismos sindicais seja pela rápida reação do governo, que oferece à CGdL, formas vagas de “controle sindical” das fábricas (Venza 2004, 215), esvaziando o processo mobilizatório. O refluxo que se segue é acompanhado de perseguição às lideranças sindicais, com prisão de Armando Borghi, dirigente da USI. A sede de *Umanità Nova* – o principal jornal anarquista da Itália – é invadida e seus redatores são presos. Malatesta é encarcerado e processado com a acusação de complô e incitação à atentado (Venza 2004, 217). Fabbri é absolvido das acusações e decide se mudar para Corticella, uma pequena região

no município de Bolonha (Fabbri 2002, 105), local onde trabalhará como professor, até sua nova mudança domiciliar, em 1922.

O anarquismo é fortemente atingido pela vaga repressiva e as organizações do movimento operário de todas as tonalidades ideológicas, assistem ao fechamento de suas sedes, com baixíssima capacidade de reação. É nesse contexto de avanço do fascismo, de refluxo do movimento operário e de repressão estatal, que Luigi Fabbri, produzirá, no calor dos acontecimentos, sua obra, intitulada, “A contrarrevolução preventiva: reflexões sobre o fascismo”.

A análise do fascismo de Luigi Fabbri

Fabbri escreve sua análise sobre o fascismo, em outubro de 1921. Nesse período, o militante já possuía mais de trinta anos de anarquismo, diversas passagens pela prisão e um amplo cabedal de debate político, no interior do socialismo e do anarquismo. Durante os anos anteriores e os seguintes, Fabbri polemizará com os bolcheviques, debatendo conceitos caros ao campo do socialismo. Sua análise sobre o fascismo, será sem dúvida alguma, a de maior fôlego e que investirá maiores energia de seu autor. No campo do marxismo, as contribuições de Antonio Gramsci e José Carlo Mariátegui por exemplo, são devidamente reconhecidas, como análises pioneiras, publicadas em 1920 e 1921. Mas a contribuição de Fabbri, sequer é mencionada na esmagadora dos estudos sobre o fascismo.

De qualquer modo, Fabbri se junta aos que, parafraseando o pesquisador do fascismo Michael Mann, “levaram o fascismo à sério” (Mann 2008, 11). David Renton coloca que diante a ascensão do fascismo italiano, na década de 1920, a maioria dos críticos, enfatizou “a natureza temporária de seu movimento e a marginalidade na Itália como um todo” (Renton 2024, 103). Fabbri considera que o fascismo, ligava-se a uma tentativa da classe dominante em aplastar um processo revolucionário em solo italiano e, portanto, explicava-se por questões que eram estruturais.

Para Fabbri, o fascismo vinculava-se à própria estrutura da sociedade capitalista italiana, mas não podia ser resumido a uma simples defesa instrumental das classes dominantes. Fabbri considerava que o fascismo não era um fenômeno singular à Itália e que suas características encontravam ascendência histórica a partir de outros movimentos reacionários da modernidade.

À título de sistematização e dentro do campo do marxismo do período, Renton propõe três leituras possíveis sobre o fascismo no período entreguerras. A primeira, que ele caracteriza como a escola “esquerdista” de análise sobre o fascismo. Esta estava ligada à fração de esquerda do Partido Comunista Italiano e era representada pelo comunista Amadeo Bordiga. Na sua contribuição ao congresso da Internacional Comunista, em 1922, Bordiga desenvolveu a tese que

considerava o fascismo como um truque nas mãos da classe dominante capitalista, uma forma de coerção estatal realizada pela burguesia e cujo principal objetivo era esmagar o movimento operário (Renton 2024, 106). Esta análise é caracterizada por Michael Mann de uma análise *instrumental* das motivações de classe do fascismo (Mann 2008, 165-174), onde os fatores econômicos foram em sua visão, superdimensionados. Para Bordiga, o fascismo era compreendido como um “ataque subsidiário dentro dessa ofensiva” (Renton 2024, 107) e mesmo após a tomada do poder por Mussolini, Bordiga considerava que o fascismo “não acrescentou nada à ideologia e ao programa tradicionais da política burguesa” (Bordiga *apud* Renton 2024, 107).

A segunda análise, caracterizada como uma análise à direita, era esboçada por membros do Partido Socialista Italiano, que entendiam o fascismo como um movimento difuso, um movimento de massa autônomo do controle do capitalismo (Renton 2024, 110-11), que agia com seus próprios instintos e “independia do apoio capitalista” (Renton 2024, 111). Tal tese era sustentada pelo socialista Giovanni Zibordi, que em 1922, publicara um opúsculo intitulado “Crítica socialista do fascismo”.

Por fim, Renton classifica uma terceira escola de análises sobre o fascismo, que é identificada como a escola *dialética*. Nessa abordagem, o fascismo era compreendido tanto como um movimento de massas autônomo, quanto um movimento ligado às classes dominantes capitalistas. Dialética, porquanto combinaria a análise que evidenciava a ligação do fascismo com os objetivos da classe dominante e um movimento que obtinha “apoio das massas” (Renton, 2024, 115-117) e possuía uma dinâmica própria. No campo do marxismo, tal análise foi engendrada a partir de longos debates, representados pelas contribuições de Karl Radek, Giulio Sas e Clara Zetkin. Em junho e julho de 1921, um pouco antes da publicação do opúsculo de Fabbri, o terceiro congresso da Internacional Comunista, não debateu o tema do fascismo e foi apenas no quarto congresso, realizado em novembro e dezembro de 1922, que as discussões sobre o fascismo foram aprofundadas (Renton 2024, 114-115).

O fascismo era compreendido num contexto de “mudanças das relações de forças entre as classes” (Renton 2024, 118). O fascismo tanto estaria ligado às classes dominantes em sua reação anti-operária, quanto agia de maneira independente das elites capitalistas e pré-capitalistas (Renton 2024, 119-120), somente a partir de 1923, essa abordagem passou a ser a dominante dentro da Internacional Comunista. De maneira pioneira, Fabbri entendeu o fascismo a partir de uma análise que integrou ambas as dimensões, antes portanto, das elaborações da III Internacional.¹

¹ Renton classifica Fabbri como parte dessa tradição dialética, apesar de não evidenciar adequadamente seu pioneirismo. Renton, 2024, 160.

Para ele, o fascismo italiano possuía um contexto histórico preciso, sendo “o produto mais natural e legítimo da guerra” e “representa a continuação em nível nacional da guerra mundial iniciada em julho de 1914 e ainda não terminada” (Fabbri 1921, 4). Fabbri entendia a 1ª Guerra como um catalisador da experiência fascista, sendo o conflito fascista, um prolongamento do conflito bélico, em solo italiano. Outros estudos já demonstraram a importância da Primeira Guerra² e do paramilitarismo fascista na sua formação, onde o paramilitarismo conferia “uma identidade social concreta e abrangente” (Mann 2008, 145). O fascismo se alimentou da ideia da “nação em armas” e da guerra total. Consolidada pela Primeira Guerra Mundial, esta ideia brutalizou a política e disseminou o paramilitarismo civil como uma alternativa (Mann 2008, 100-101), que resolveria os problemas políticos pela força. Para Fabbri a “guerra de 1914-1918 foi travada não apenas nas fronteiras, mas também no interior de cada nação” (Fabbri 1921, 4) e o fascismo seria um produto das hostilidades de classe aprofundadas durante a guerra. Era uma “resposta às necessidades de defesa das classes dominantes na sociedade moderna” (Fabbri 1921, 5) pois “a guerra era necessária para deter os avanços do proletariado às custas do capitalismo” (Fabbri, 1921 8).

Para ele, o fascismo era parte de uma contrarrevolução preventiva, pois os patrões não tinham sua margem de lucro desejada e sua autoridade ia diminuindo cada vez mais, com seus prestígios e lucros (Fabbri 1921, 13). Aqui ressalta-se que Fabbri não considera tal contrarrevolução como uma reação à perda dos lucros, mas principalmente a perda da autoridade dos patrões.

Ao contrário de análises mecanicistas, que por exemplo, serão desenvolvidas na fração esquerda do Partido Comunista Italiano e da chamada escola “esquerdista”, Fabbri não considera o fascismo como um simples “truque nas mãos da classe dominante capitalista” (Renton 2024, 106). Para Fabbri a “ameaça proletária uniu a classe dominante, da qual o fascismo hoje constitui uma espécie de milícia e ponto de encontro, em um bloco” (Fabbri 1921, 6), uma “convergência de interesses, ambições e poderes ameaçados pela revolução” (Fabbri 1921, 14). O fascismo “forneceu uma resposta excepcional a essa necessidade por parte da burguesia” (Fabbri 1921, 14). Para ele, a classe dominante não é composta apenas pela burguesia, mas também dos “estratos mais retrógrados, por todas as castas que sobrevivem de forma parasitária sob a égide do Estado ou que administram suas ramificações” (Fabbri 1921, 14). Para Fabbri, em torno da classe dominante, agrupam-se “classes ou subclasses e categorias para as quais a situação atual não oferece nenhuma

² “Sem a Grande Guerra, o fascismo provavelmente não teria passado de uma nota de rodapé da história”. Mann, 2008, 21.

perspectiva”, como “a pequena burguesia, muitos funcionários e professores, certas profissões e assim por diante” (Fabbri 1921, 14).

A composição social do fascismo foi fartamente debatida pela historiografia do fascismo, com um setor, erroneamente caracterizando o fascismo como uma “manifestação essencialmente da classe média ou média inferior” (Mann 2008, 32) com um grupo de pesquisadores compreendendo o conceito de classe-média, como “qualquer um que não seja proletário nem das classes mais altas (Mann 2008, 33)”. Em 1923, Salvatorelli sustentava que o fascismo “era um movimento independente de descontentes de classe-média” e Karl Radek, como o “socialismo da pequena-burguesia” (*apud* Mann 2008, 34). Outras teorias, como as teorias psicológicas de Fromm e Reich também identificarão como espinha dorsal do fascismo os intelectuais sem trabalho, soldados reformados, estudantes, comerciantes e demais trabalhadores liberais, de colarinho branco (Mann 2008, 35).

Fabbri avalia que no início do fascismo, este era “uma criatura miserável e sombria; minúsculos grupos espalhados aqui e ali pela península, sem seguidores de qualquer importância e em mau estado de espírito com a própria classe dominante” (Fabbri 1921, 19). Seu contingente neste período “era formado principalmente por estudantes e ex-oficiais do exército, alguns profissionais liberais e aquele segmento do chamado elemento “intervencionista” de 1914” (Fabbri 1921, 19). Foi este último segmento, que atuou como o “autor e organizador” do fascismo, pois “quase todos os seus membros tinham sido jornalistas, organizadores, oradores públicos [...] eles conheciam as técnicas de organização, a linguagem retórica que desperta a imaginação e suscita ressentimentos” (Fabbri 1921, 19). O paramilitarismo fascista dos *squadri* era utilizado assim, como uma ferramenta de mobilização reacionária, que compunha uma das identidades nucleares dos fascistas em seu período inicial. Pesquisadores como Mann (2008) e Blinkhorn (2009) apontaram de maneira precisa, que o ultranacionalismo e estatismo radical (de “baixo para cima”) dos primeiros fascistas italianos, se alimentavam de uma ambiguidade presente na própria formação política italiana. O recém-fundado Estado italiano era uma monarquia limitada com uma constituição e sistema político parlamentarista (Blinkhorn 2009, 16), cujas bases eleitorais no século XIX eram estreitas e foram se alargando lentamente (Blinkhorn 2009, 17).³ Ser liberal na Itália não era sinônimo de ser democrata, a maioria dos parlamentares entendia o liberalismo, como uma monarquia limitada, um parlamento eleito por uma minoria de ilustrados e um Estado que

³ Em 1870 a Itália possuía aproximadamente, 32 milhões de italianos com cerca de meio milhão e eleitores. Em 1881 eram 2 milhões de eleitores e em 1921, três milhões. Blinkhorn, 2009, 17.

mantivesse a separação com a Igreja, salvaguardando o direito de propriedade e os privilégios sociais (Blinkhorn 2009, 20-21).

Havia, portanto, uma divisão interna no Estado italiano, um *Estado-dual* com um executivo não-eleito (um monarca), comandantes militares e um regime ministerial clientelista (Mann 2008, 106) e do outro lado, um parlamento aberto ao sufrágio universal – naquele momento limitado – e, portanto, eleito. As mudanças no vetor parlamentar italiano não foram acompanhadas de modificações no executivo (Mann 2008, 107) e o executivo seguiu dominado por camadas reacionárias, ligadas à monarquia e ao antigo regime. Durante a década de 1890 e 1900, conservadores e militares procuraram “provocar o retorno a um sistema de governo mais autoritário” (Blinkhorn 2009, 23), sendo impedidos pela oposição dos setores mais liberais e democráticos. O fascismo deste modo, alimentava-se de uma crise de mudança para um governo liberal, a crise de um estado semi-autoritário em transição (Mann 2008, 111).

Ao combinar as táticas de ações ilegais e legais, mas naquele momento, principalmente ilegais, o fascismo italiano, por meio de um paramilitarismo militante, conseguiu incidir no Estado-dual (principalmente a partir de 1920), reforçando sua face autoritária e esvaziando sua face republicana. Para Fabbri apesar “da tendência republicana ainda professada por alguns líderes, o fascismo tornou-se cada vez mais uma força de apoio não apenas às instituições econômicas e militares do capitalismo e do nacionalismo, mas também à própria instituição monárquica” (Fabbri 1919, 26).

Em 1919, as eleições de novembro se deram em meio a uma crise da representação liberal e com avanço eleitoral dos socialistas. No início de 1919 foi fundado o Partido Popular Italiano (PPI), um partido de extração católica que nas eleições abocanharia mais de 100 cadeiras na câmara italiana, enquanto os socialistas ganhariam 156 cadeiras. Os liberais e seus aliados ficariam com menos da metade da câmara (Duggan 2016, 223). A primeira participação eleitoral do fascismo foi um retumbante fracasso. Em Milão, até então sua única base significativa, os fascistas amealharam menos de 5 mil votos de 275 mil e assistiram seus concorrentes socialistas, colherem uma vitória eleitoral esmagadora, em sua principal base (Blinkhorn 2009, 39).

Fabbri cedo compreendera que as eleições e o parlamentarismo não eram suficientes para impedir o fascismo, não apenas pela sua descrença anarquista nas mudanças pela via eleitoral, mas por sua análise, que considerava que os fascistas (até o momento do texto, em 1921) buscavam principalmente as vias da ilegalidade. Para ele o sucesso nas eleições administrativas de 1920, não foram suficientes para impedir o fascismo e pior, criavam a ideia que os operários, apelassem passivamente para a lei enquanto os fascistas se aliavam à polícia e as forças de segurança (Fabbri 1921, 22).

O crescimento eleitoral dos socialistas desregulou ainda mais, o frágil sistema político italiano e o equilíbrio da balança desse *Estado-dual*. Somado a isto, com o crescimento explosivo da inflação no verão de 1919, uma onda de saques e greves varreu o território italiano (Duggan 2016, 225). Não à toa, é um consenso entre os pesquisadores (Blinkhorn 2009, 39; Duggan 2016, 225) de que a partir de 1920, o fascismo entra num novo momento histórico. Primeiro há um abandono de quaisquer resquícios sindicais em seu programa político, segundo, galvaniza-se a consolidação de um violento anti-socialismo fascista, com o aumento crescente de sua violência paramilitar, principalmente na região agrária do Vale do Pó e na Toscana (Blinkhorn 2009, 39).

As ocupações de fábricas em setembro de 1920, desorganizaram o que alguns pesquisadores caracterizaram como “fontes de ordem e segurança constitucionais anteriores” (Mann 2008, 111) gerando preocupações das classes dominantes em relação aos direitos de propriedade e ordem social. Essas preocupações eram transnacionais e possuíam o regime bolchevique como uma eterna fonte de ameaça naquele momento. Não à toa, o ascenso da violência fascista italiana, se deu exatamente, no descenso do movimento operário. A Itália era para Fabbri, “o país mais revolucionário da Europa, depois da Rússia” e o país teria entrado em colapso se “não fosse o apoio de uma força armada de gendarmes e soldados” (Fabbri 1921, 9). Fabbri, avalia este processo do seguinte modo:

Do início de 1919 em diante, houve uma verdadeira intoxicação. Centenas de milhares de pessoas compareceram a todas as praças públicas da Itália: a imprensa socialista e revolucionária foi tomada de assalto: as assinaturas de jornais subversivos atingiram números que antes eram considerados fabulosos. Os partidos proletários, especialmente o partido socialista, e os sindicatos estavam se tornando enormes, massivos. A revolução estava na boca de todos: e, de fato, a revolução tinha o apoio da maioria e seus adversários estavam se preparando para ela. As eleições de novembro de 1919, disputadas com base em um programa radical, quadruplicaram o número de deputados socialistas e viram a derrota dos partidos de guerra, levando essa intoxicação a patamares arrebatadores. Mas a revolução não veio e não foi concretizada. [...]

Em princípio, o espetáculo foi esplêndido e impressionante: até mesmo os privilegiados, os poderosos e os ricos ficaram impressionados e esperavam um colapso. Mas esse colapso nunca aconteceu. Como era natural, já que ninguém de fato se empenhou em fazê-lo (Fabbri 1921, 10).

Para Fabbri, em “três ocasiões específicas [...] as instituições da monarquia estiveram a um passo de serem derrubadas” (Fabbri 1921, 10), a primeira, quando a “Guarda Real ainda não havia sido criada”, a segunda, “no final de junho de 1920, durante a revolta militar em Ancona” e a terceira “durante as ocupações de fábricas em agosto e setembro de 1920” (Fabbri 1921, 11). A retaliação e repressão ao movimento operário por “estado de sítio, leis de emergência, prisões em massa e proibição de agremiações não era mais viável”, pois “poderia muito bem ser suficiente para lidar com as minorias anarquistas e ultrarrevolucionárias, mas era impotente e inadequada [...] no que dizia respeito às grandes massas do proletariado” (Fabbri 1921, 12). Neste vácuo de espaço

político, o fascismo aparece como uma das opções de solução da crise política e social e começa uma mudança na sua composição social.

Apesar de reconhecer que parte das fileiras fascistas são formadas por professores, pequeno-burgueses e profissionais liberais (Fabbri 1921, 6), o anarquista italiano percebe ainda que em 1921, sua composição social vai se modificando e passa a ter a “adesão cada vez mais numerosa, embora pequena em relação às massas, de elementos operários” (Fabbri 1921, 33). Essa adesão de massas de parte da classe trabalhadora ao fascismo tornar-se-á mais expressiva nos anos seguintes e segundo Fabbri se explicavam por inúmeros motivos. O primeiro, “pelo crescente desemprego” (Fabbri 1921, 34) e porque parte dos trabalhadores buscava obter um emprego a partir das ligas autônomas do fascismo, que também “prometiam a inserção no mercado de trabalho, a defesa dos salários etc.” (Fabbri 1921, 34). Apesar da importância de os sindicatos fascistas não poder ser exagerada, segundo Fabbri, “o fato de os trabalhadores terem aderido ao fascismo por vontade própria merece ser analisado” (Fabbri 1921, 34). O segundo motivo seria a “educação dada às massas trabalhadoras, especialmente em certas praças onde ser socialista equivale a ser um sindicalista e onde todo o socialismo consiste em se organizar para receber mais, trabalhar em melhores condições” e “até mesmo votar no deputado que defende os direitos sindicais” (Fabbri 1921, 34). Isso faz com que os trabalhadores “não prestem muita atenção à cor diferentes da bandeira da associação ou da agência de empregos se os benefícios que lhe são prometidos forem os mesmos” (Fabbri 1921, 34). A burocratização sindical, o que o autor chamava de *funcionarismo*, tornava a prática militante da propaganda e do recrutamento sindical como profissões e esvaziavam o significado de luta, em detrimento de uma rotina burocrática. O terceiro motivo era relativo ao que se convencionou chamar de *unicidade sindical*.

Outra causa da degeneração é o sistema antilibertário de tornar a organização, e talvez uma determinada organização com a exclusão de todas as outras, obrigatória para todos os trabalhadores em um ofício, sob pena de ficarem desempregados, serem boicotados e, às vezes, situações ainda piores. Em muitos lugares, criou-se o aforismo indiscutível de que qualquer pessoa que não esteja organizada é um fura-greve! Para Fabbri, a dificuldade do Estado italiano em lidar com grandes massas operárias na órbita do socialismo e em contextos políticos pré-revolucionários, fez com que a classe dominante passasse a enxergar nos fascistas, uma possibilidade de suprimi-los (Fabbri 1921, 34).

Ao adotar um sistema de organização sindical compulsória, Fabbri aponta, que o movimento operário italiano, removeu das organizações sindicais “o conteúdo idealista e todo o espírito de luta, e constitui um germe de dissolução no seio destas” (Fabbri 1921, 37). Para Fabbri a violência fascista foi o “reagente que evidenciou os danos da organização imposta, sem a qual certos elementos dos trabalhadores não teriam se voltado para o fascismo.” Para o italiano, “deixados livres, eles teriam se juntado voluntariamente à nossa organização por convicção

posteriormente, ou teriam permanecido indiferentes” (Fabbri 1921, 37). Fabbri considerava que “a filiação compulsória aos sindicatos” violou o princípio de livre-associação e preparou o terreno para a disseminação do fascismo dentro da classe operária. Para ele, obviamente, os erros dos socialistas e operários, são uma explicação para “o fato do fascismo ter sido capaz de se desenvolver [...] em certos ambientes que, por sua natureza, deveriam ser refratários a eles”, mas “de forma alguma, uma justificativa do próprio fascismo” (Fabbri 1921, 38).

Para o anarquista italiano, a falta de organização do movimento operário e dos setores do socialismo (incluindo os anarquistas) facilitou o ascenso fascista, conjuntamente com sua fé na legalidade. O desgaste do movimento operário com a opinião pública, para Fabbri “aumentou a sensação de mal-estar em todos os que não faziam parte formalmente das fileiras socialistas ou que não pareciam fazer parte delas” (Fabbri 1921, 15). E no que diz respeito à sua defesa, Fabbri avalia que se o movimento operário “tivesse resistido prontamente aos primeiros ataques fascistas com o vigor, a violência e o comprometimento necessários, o fascismo poderia ter nascido natimorto”. Faltou ao movimento operário, a formação de uma “resistência, não esporádica e eventual, mais ou menos individual ou grupal e por demais limitada, mas geral” (Fabbri 1921, 30) e a “mera ideia de formar núcleos ‘Arditi del Popolo’ foi preventivamente reprimida das formas mais enérgicas – com proibições, ameaças, buscas e prisões” (Fabbri 1921, 31), aproveitando a baixa amplitude dessa forma de resistência. E o “parte do bom efeito moral do arditismo é neutralizada por um fato oposto [...], a adesão cada vez mais numerosa, embora pequena em relação às massas, de elementos operários” (Fabbri 1921, 33).

Outro erro do movimento operário, para Fabbri, foi que “o proletário optou por apelar passivamente para a lei, até mesmo essa fraca trincheira foi demolida pelo inimigo por muitos lados” (Fabbri 1921, 22). A partir daí, o fascismo passou a receber “toda assistência em termos de financiamento e armas” (Fabbri 1921, 23). Portanto, “houve uma contrarrevolução sem nunca ter havido uma revolução”, uma verdadeira contrarrevolução preventiva propriamente dita, da qual o fascismo foi o fator mais ativo e impressionante”. A partir de uma “atividade combinada em três frentes: violência fascista ilegal, repressão governamental legal e pressões decorrentes do desemprego” (Fabbri 1921, 19) o movimento operário entrava em refluxo. Para este, a aliança dos fascistas com a polícia foi fundamental para seu avanço.

os Guardas Reais e os fascistas patrulhavam juntos e, na sede da polícia, os fascistas encontravam uma casa longe de casa, e os policiais e os Guardas Reais montavam guarda do lado de fora da sede do Fascio. Tive a certeza de que, em mais de uma ocasião, os fascistas também usaram caminhões da polícia e do exército para reabastecer e transportar suas armas. (Fabbri 1921, 21).

Sobre as forças armadas italianas, Fabbri naquele momento avaliava que “todos os oficiais são fascistas e que o Estado-maior não é estranho ao fascismo”, apesar de considerar que estas são

mais cautelosas (Fabbri 1921, 21). Cabe dizer que naquele momento, não havia nenhuma experiência de regime fascista, tampouco, havia total clareza sobre qual seria o programa de seus aderentes. Mas o fascismo consolidava-se como um movimento de massas. Fabbri nesse momento, muito prematuramente compreendeu que o fascismo não podia ser compreendido apenas por seus líderes. Para Fabbri “Os fascistas, mesmo vários de seus líderes que acreditam seriamente que estão liderando o movimento, na realidade não passam de agentes de um fenômeno mais forte que eles, que os arrasta” (Fabbri 1921, 38). Para Fabbri, uma correta compreensão do fascismo, deveria distinguir os interesses das lideranças das massas mais amplas fascistas.

Eu disse acima que o fascismo é uma manifestação volitiva dos interesses da classe dominante, mas preciso me corrigir. Isso é verdade em parte, especialmente para certos elementos que estão à frente do fascismo e tentam dominá-lo, guiá-lo, empurrá-lo ou mantê-lo além ou dentro dos limites, de acordo com o que os interesses, a conveniência política, a conveniência do momento etc. aconselharem. Mas, embora isso continue sendo verdade, pelo menos em parte, para os líderes, não é mais verdade para as massas fascistas (Fabbri 1921, 38-39).

O fascismo para Fabbri não é “aquele que está contido nas forças de combate regulares e seus filiados”, pois ao “redor de seus membros regulares, afiliados e recrutas, há toda uma série de simpatizantes e fascistas de ação, entre lojistas, vendedores, fazendeiros e agentes rurais, proprietários de terra, atendentes, jornalistas, etc.” (Fabbri 1921, 63).

A partir do outono de 1920, Fabbri avalia que “o fascismo adquiriu o defeito das massas, a impulsividade, ou seja, mover-se cada vez mais pela força de seu próprio peso e pelo impulso dos elementos obscuros e inconfessáveis” (Fabbri 1921, 39) e que o fascismo “perdeu a vantagem dos pequenos grupos, de se movimentar livremente e só fazer realmente o que eles querem. [...] Agora, há muitas coisas que os líderes fascistas estabelecem e gostariam de fazer, mas que as massas fascistas não sentem e não fazem; na verdade, às vezes fazem exatamente o contrário (Fabbri 1921, 39).

Em sua avaliação, isso tornava o fascismo ainda mais incontrolável e capaz de “atos mais impressionantes de violência, brutalidade e destruição” (Fabbri 1921, 63). Ao considerar que o fascismo se massificou, Fabbri calibra a análise deste fenômeno, com a percepção de que seria preciso compreendê-lo também de “baixo para cima”, tendo em vista que o movimento fascista era mais amplo que suas lideranças.

Durante o período em que o texto de Fabbri foi produzido, os fascistas faziam discussões sobre a formação de seu partido, fato que desembocou na fundação do Partido Nacional Fascista (PNF) em 1921. O texto de Fabbri contém contraditoriamente, opiniões produzidas antes da fundação do partido e depois, pois assim que o partido fascista foi fundado, Fabbri rapidamente fez ajustes numa das partes do texto, mas ao que tudo indica, não ajeitou as anteriores. Sobre a transformação de movimento em partido, Fabbri aponta que “ele pode muito bem existir e se

autodenominar como é agora, mas em substância será algo totalmente diferente, composto de elementos diferentes” (Fabbri 1921, 61). Não acreditando em nenhum tipo de moderação, Fabbri aponta que “o fascismo do porrete, da arma e do fogo, que espera superar a crise nascida da guerra com a contrarrevolução preventiva, esse fascismo não renunciará à violência” e para ele “continuará a existir como é, a menos que seja superado por uma força maior” (Fabbri 1921, 63). “Eu já disse por que não acredito muito que o fascismo renuncie à ilegalidade e à violência” (Fabbri 1921, 64). O fascismo já era um movimento de massas e seu programa amalgamava monarquismo, nacionalismo, livre-comércio e antissocialismo. Para Fabbri

O programa foi redigido de forma a permitir que o fascismo permaneça como está, destrutivo e violento, enquanto lhe convier, mas que possa retornar à legalidade caso encontre algum benefício nela. Todos os preconceitos são habilmente evitados, e as declarações teóricas mais imprecisas deixam todos os caminhos abertos. O único objetivo claramente proclamado é a contrarrevolução a todo custo, por todos os meios e sem barreiras, para a preservação do estado e do regime capitalista. O fascismo declara em seu programa sua aspiração de governar a Itália, de estabelecer um Estado forte e soberano que reconheça e defenda a função social da propriedade privada. Trata-se, portanto, de um programa de luta não apenas contra a revolução, mas também contra o socialismo e contra o proletariado que, por qualquer meio, tende à igualdade e à liberdade, à libertação do trabalhador assalariado da escravidão, ao fim da exploração de seu trabalho. [...]

O restante do programa, de natureza prática, sobre a política interna e externa, o exército e a marinha, a escola, o judiciário, a legislação social, etc., baseia-se nos princípios acima e não é diferente do programa nacionalista. Com relação à forma política do Estado, sem nomeá-la, o fascismo aceita implicitamente a monarquia “na medida em que os valores nacionais encontram expressão e proteção nela”, ou seja, protegendo efetivamente o militarismo e o capitalismo. Caso contrário - a ameaça é implícita, mas muito clara - um pronunciamento ou golpe de Estado pode substituí-la por qualquer forma política diversa (Fabbri 1921, 62).

Para Fabbri o governo era impotente e ao mesmo tempo, cúmplice do fascismo (Fabbri 1921, 67) e diferenciava o liberalismo teórico burguês, do liberalismo real. Se o liberalismo teórico advoga um Estado “superior aos partidos e às classes, imparcial e equipado com as mais delicadas balanças de precisão para pesar o certo e o errado [...] esse Estado ideal poderia muito bem esmagar o movimento fascista”. E Fabbri vaticina: “será que esse estado ideal existe? Sem chance!” (Fabbri 1921, 64). Fabbri afirma que “em todas as configurações o Estado sempre foi o expoente dos interesses de uma classe contra outra” e o fascismo foi “o enterro definitivo da concepção democrática do Estado” (Fabbri 1921, 64). Para ele “não é verdade que o Estado seja, como dizem os marxistas, meramente o comitê de negócios da burguesia, subordinado a ela em tudo e destinado a morrer com ela”. Para Fabbri, “ele poderia sobreviver a ela e criar uma nova classe dominante. O Estado também é, por si só, uma fonte de privilégio econômico e político” (Fabbri 1921, 64).

Para Fabbri, o fascismo sobrevive com base em interesses particulares, mas em detrimento do interesse geral, não apenas do proletariado. Para Fabbri, o regime italiano “cava um desastre ainda mais calamitoso e catastrófico” (Fabbri 1921, 64). O fascismo, ao se colocar com sua violência “fora da lei ordinária” e assumindo “as funções de repressão e reação, próprias do Estado,

destitui o próprio Estado” e com as “simpatias das classes dominantes” segue como um “aliado do Estado, um aliado cansativo, exigente, inconveniente, comprometedor, insubordinado, como queira; mas é um aliado. Como é possível que o Estado pense seriamente em destruí-lo” (Fabbri 1921, 64-65). Para ele: “Em suma, de forma alguma, sob qualquer ponto de vista, convém ao Estado - nem em um sentido positivo nem negativo - colocar-se violentamente contra o fascismo”. Essa possibilidade só seria realizada – segundo o autor – se “a maioria da classe dominante, visse um meio melhor de salvação no reformismo com tendências socialistas, mas que não afetasse o direito à propriedade.” (Fabbri 1921, 64-65) Fabbri apontará que uma

minoria burguesa e uma minoria socialista [...] têm essa ilusão, que pode ter sido compreensível e talvez possível antes da guerra”, mas que, com a tremenda crise que se aproxima e se precipita cada vez mais, seria seguida pela mais terrível desilusão. (Fabbri 1921, 64-65).

E mesmo se os socialistas reformistas conseguissem operar essa aliança com a burguesia, contra o fascismo, num governo de turno, isso levaria ao abandono de seu programa.

O socialismo no poder teria, então, ao seu lado, juntamente com o regime monárquico, a burguesia mais pacata e acomodada, assim como a polícia e o judiciário, que não deixariam de se voltar para o novo sol por interesse próprio e pelo hábito de ficar ao lado dos que estão no poder; em outras palavras, ele teria os meios para conter o fascismo, que seria automaticamente abandonado por todos aqueles que se juntaram a ele por oportunismo. Mas, em contrapartida, não precisaria mais ser “socialismo”; teria que defender a propriedade privada e o Estado, teria que se posicionar cada vez mais sensivelmente contra as massas cujos interesses estavam em desacordo com o Estado e os proprietários; e não poderia nem mesmo implementar, por causa da crise econômica e social que estava abalando o mundo e que não cessaria por enquanto, aquelas reformas em benefício do proletariado que teriam sido possíveis antes da guerra. Em uma palavra, ele se esgotaria, se desacreditaria, se esvaziaria. Seria, de fato, a maior e mais verdadeira vitória do fascismo!

[...]

Acontecerá, com o fascismo à parte, o que aconteceu em proporções menores na França em 1848, após a revolução socialista-republicana em fevereiro. Os socialistas, que haviam entrado no governo com a burguesia radical, desacreditaram a si mesmos e à revolução em poucos meses. (Fabbri 1921, 67-68).

Fabbri avalia que só existiriam dois outros meios para combater o fascismo. O primeiro seria “recorrendo à força proletária, armando os trabalhadores em sua defesa, ou simplesmente deixando-os livres para se armarem e se defenderem contra o fascismo” (Fabbri 1921, 69). Esse primeiro meio seria completamente inviável, pois “é natural que o Estado jamais faça tal coisa, e se acautele contra ela como um enorme perigo” (Fabbri 1921, 69). Outro meio seria o Estado suplantar o fascismo “não combatendo-o, mas, por sua vez, desempoderando-o, tornando-se mais violento do que ele é contra o proletariado, contra o socialismo, contra a liberdade; ou seja, fazendo uma reação estatal anti-proletária” (Fabbri 1921, 69).

Os meios poderiam ser muitos: ditadura militar, estado de sítio, decretos-lei, todos aqueles, em suma, com os quais as classes dominantes provaram ao longo da história que conseguem transitar de uma legalidade para outra. Pode-se chegar ao ponto de restabelecer o governo absoluto ou um regime semelhante, como está sendo tentado na Hungria. (Fabbri 1921, 69).

Para Fabbri a “reação do Estado, francamente antiproletária, tornaria o fascismo inútil para a classe dominante; e ele deixaria de existir por falta de função e por falta de alimento”. Neste sentido, nos países em que governos autoritários e semi-autoritários tivessem iniciativa nessa repressão ao socialismo e ao movimento operário, o fascismo teria um rival à altura e perderia seu protagonismo. Fabbri achava pouco provável que o fascismo se moderasse, para ele, o fascismo se consolidaria como “um instrumento de coerção violenta, como uma espada de Dâmocles continuamente pendurada sobre a classe trabalhadora” (Fabbri 1921, 75). Por isso, a luta contra o fascismo “só pode ser travada com eficácia atacando-o por meio das instituições políticas e econômicas das quais ele emana e das quais se alimenta” (Fabbri 1921, 75).

Tudo isso vem confirmar o que já foi dito, que o fascismo é um ramo do grande tronco estatal-capitalista, ou uma filiação dele. Lutar contra o fascismo deixando seu genitor perene intacto e, de fato, iludir-se pensando que se pode encontrar nele um defensor contra o outro, é continuar a ter um e o outro sobre os ombros, cada dia mais pesados e opressivos. Matar o fascismo só é possível se a ação defensiva contra ele, imposta pelas circunstâncias, não for separada do ataque às suas fontes: o privilégio do poder e o privilégio da riqueza. (Fabbri 1921, 76-77).

Para o combate ao fascismo portanto, Fabbri aponta a necessária unidade de forças contra organizadas contra o fascismo e numa perspectiva de maior simultaneidade possível (Fabbri 1921, 77). Para o anarquista italiano, o fascismo por meio da audácia de seus líderes, aproveitou um momento de fraqueza do movimento operário, fruto de equívocos e limites dos próprios organismos sindicais e políticos e de um contexto favorável, à sua disseminação.

Conclusões

A partir do que foi previamente analisado, podemos sistematizar a concepção de Fabbri sobre o fascismo. Em primeiro lugar, Fabbri avalia a natureza estrutural do fascismo como uma reação das classes dominantes ao avanço do movimento operário pós-Primeira Guerra Mundial, especialmente, após as ocupações de fábricas na Itália e as greves de 1919-1920. As ocupações de fábricas, ainda que derrotadas e de curto prazo, esgarçavam os limites da economia moral da classe dominante, pois atingiam o núcleo duro dos valores burgueses do direito de propriedade. O fascismo surgia não apenas como um fenômeno instrumental das classes dominantes, mas ele próprio possuía uma autonomia relativa, formalizada na dinâmica de baixo para cima de seus aderentes.

Em segundo lugar, a composição social e dinâmica de massas do fascismo era avaliada de maneira heterogênea. Sua base inicial proveio de ex-combatentes, estudantes, profissionais liberais e pequeno-burgueses, mas na medida em que se expandiu para a classe trabalhadora – por promessas de empregos e pela desilusão da burocratização sindical – Fabbri avalia, que o fascismo possuía o “defeito das massas”. A partir da ação violenta ilegal com apoio tácito do Estado, o

fascismo pode se espalhar pelo tecido social. Em terceiro lugar, Fabbri aponta as falhas do movimento operário que facilitaram a ascensão fascista, como a fé na legalidade, a passividade diante da violência fascista, a confiança no Estado liberal (cúmplice do fascismo), as práticas autoritárias de filiação compulsória dos trabalhadores e a falta de uma resistência nacional organizada.

Em quarto lugar, a dualidade do Estado italiano, com um parlamento eleito (com socialistas e católicos ganhando espaço) e um executivo autoritário (monarquia, forças armadas, judiciário) aprofundou uma divisão no interior das classes dominantes, com uma parte vendo o fascismo como um aliado inconveniente contra a “ameaça vermelha”. Ao aprofundar essa divisão, o fascismo agiu como braço ilegal do Estado e recebeu apoio logístico e material das elites mais reacionárias. Em quinto lugar, o fascismo é entendido como um fenômeno transnacional, fruto de modificações globais oriundas da guerra total e da crise do capitalismo, com potencial de replicação em outros países, sua ideologia combina nacionalismo extremo, antissocialismo e defesa da propriedade privada, podendo se adaptar a contextos diversos. Em sexto lugar, a estratégia antifascista deveria se concentrar no ataque às suas bases materiais (Estado e capitalismo), não apenas no confronto direto, mesclando estratégias de autodefesa proletária, superação do reformismo e negação de alianças com a burguesia num eventual governo socialista, o que levaria ao abandono do programa socialista e o consequente descrédito do socialismo.

Por fim, a originalidade de Fabbri é combinar as duas dimensões de análise do fascismo. O italiano analisa tanto o papel de dominação de classe do fascismo, quanto sua autonomia, desenvolvendo uma análise dialética, que combina a compreensão do papel das elites e das massas fascistas nesse fenômeno. Assim como incorpora fatores culturais, institucionais e políticos, à análise econômica. Sua obra é pioneira ao identificar o fascismo como um fenômeno moderno e autoritário, antecipando debates que só se consolidariam anos depois na esquerda.

Referências bibliográficas

- Antonioli, Maurizio. “A U.S.I. O sindicalismo revolucionário italiano”. Em *História do Movimento Operário Revolucionário*, ed. Eduardo Colombo *et al.* São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004.
- Berner, Camilo. *El Delirio racista*. Cidade do México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2010.
- Blinkhorn, Martin. *Mussolini e a Itália Fascista*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- Bray, Mark. *O Manual Antifascista*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- Duggan, Christopher. *História concisa da Itália*. São Paulo: Edipro, 2016.
- Eksteins, Modris. *A sagração da primavera: a Primeira Guerra Mundial e o nascimento da modernidade*. Campinas: Vide Editorial, 2021.

- Fabbri, Luce. *Fascismo: definição e história*. São Paulo: Tenda de Livros, 2019.
- Fabbri, Luce. *Historia de un hombre libre: Luigi Fabbri*. Montevideo: Editorial Nordán-Comunidad, 2002.
- Fabbri, Luigi. *Dittatura e rivoluzione*. Ancona: Libreria editrice internazionale, 1921.
- Fabbri, Luigi. *La Controrivoluzione Preventiva. Riflessioni sul fascismo*. Milano: Zero In Condotta, 2009.
- Fabbri, Luigi. “O Estado e a Revolução: sobre o livro de Lênin do mesmo nome”. 1920. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/fabbri/1920/mes/90.htm>. Acesso em 22 dez. 2025.
- Fabbri, Luigi. “Revolução não é ditadura: gestão direta das bases do socialismo”. 1919. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/fabbri/1919/mes/90.pdf>. Acesso em 22 dez. 2025.
- Guerín, Daniel. *Fascismo e Grande Capital*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2021.
- Lamendola, Francisco. “Em memória de Luigi Fabbri”. Em *Umanità Nova*, 6-11-1988. Disponível em: <https://www.katesharpleylibrary.net/2rbpdf>. Acesso em 22 dez. 2025.
- Levy, Carl. “Anarchism and Syndicalism in Italy”. Em *The Cambridge History of Socialism. Vol 1*, ed. Marcel van der Linden. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.
- Mann, Michael. *Fascistas*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- Moura, Maria Lacerda de. *Fascismo: filho dileto da igreja e do capital*. São Paulo: Entremares, 2018.
- Paris, Robert. *As origens do fascismo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- Renton, David. *Fascismo*. São Paulo: Usina Editorial, 2024.
- Rocker, Rudolf. *Nacionalismo y Cultura*. Ciudad de Mexico: Cajica, 1962.
- Santos, Kauan Willian dos. “Internacionalismo, questões étnico-raciais e luta de classes na imprensa e na militância anarquista diante dos movimentos fascistas e do corporativismo no Brasil (1930-1945)”. *Revista Faces de Clío*, 11 n. 20 (2024): 139-158.
- Venza, Claudio. “O anarco-sindicalismo italiano durante o “Biennio Rosso” (1919-1920)”. Em *História do Movimento Operário Revolucionário*, ed. Eduardo Colombo *et al.*. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004.
- Walt, Lucien van der. Schmidt, Michael. *Black Flame. The Revolutionary Class Politics of Anarchism and Syndicalism*. Oakland: AK Press, 2009.
- Walt, Lucien van der, e Steven Hirsch. “Repensando o anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária: a experiência colonial e pós-colonial”. Traduzido por Rafael Viana da Silva. Em *Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA)*, 2024.

Recebido: 02 de junho de 2025

Aprovado: 21 de novembro de 2025

**Alforrias e libertos na ascensão da economia cacaueira do sul da Bahia:
Ilhéus, 1810-1850**

*Manumissions and freedmen in the rise of the cocoa economy in southern Bahia:
Ilhéus, 1810-1850*

*Manumisiones y libertos en el auge de la economía del cacal en el sur de Bahía:
Ilhéus, 1810-1850*

Marcelo Loyola*

<https://orcid.org/0000-0002-1860-0616>

Ivanice Ortiz**

<https://orcid.org/0000-0003-1567-2291>

Raíza da Hora***

<https://orcid.org/0000-0002-0304-3386>

RESUMO: Esse artigo analisa a prática da alforria e os libertos em Ilhéus, município do sul da Bahia, região nordeste do Brasil. O recorte temporal da pesquisa (1810-1850) foi determinado pelas fontes utilizadas no estudo, quais sejam: Livros de Notas, inventários *post mortem* e relatos de viajantes estrangeiros. Nesse período, a economia de Ilhéus estava crescendo e o cultivo de cacau se alastrou na localidade junto com outras culturas, num processo marcado pela presença da escravidão. Esse estudo investiga a libertação dos escravizados por meio de pesquisas em cartas de alforria, pretendemos verificar as características das manumissões (alforrias), dos libertos e o

* Docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB- DCHT), Campus XVIII (Eunápolis). Doutor em História (USP), pesquisador do Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL-USP) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Historiografia e Ensino de História – GEPHENS (UNEB).

E-mail para contato: marceloandrade@uneb.br

** Docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB-DCHT), Campus XVIII (Eunápolis). Doutora em História (UFMG), coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPE) da UNEB, pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Historiografia e Ensino de História – GEPHENS (UNEB).

E-mail para contato: iortiz@uneb.br

*** Docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB-DCHT), Campus XVIII (Eunápolis). Doutora em História (UFBA), coordenadora do projeto de pesquisa "Escravidão e Liberdade na Cidade da Bahia no século XVIII" e pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Historiografia e Ensino de História – GEPHENS (UNEB).

E-mail para contato: raizahora@uneb.br

contexto de ascensão da economia cacauera, inserindo o estudo entre as pesquisas históricas atinentes ao tema.

Palavras-chave: Ilhéus. Escravidão. Alforrias. Cacau.

ABSTRACT: This article analyzes the practice of manumission and the freed individuals in Ilhéus, a municipality in southern Bahia, northeastern Brazil. The temporal scope of the research (1810-1850) was determined by the sources used in the study, namely: Notary Books, post-mortem inventories, and accounts from foreign travelers. During this period, the economy of Ilhéus was growing, and cocoa cultivation spread throughout the region alongside other crops, in a process marked by the presence of slavery. This study investigates the liberation of enslaved individuals through research on manumission letters, aiming to verify the characteristics of manumissions, the freed individuals, and the context of the rise of the cocoa economy, situating the study within the historical research related to the topic.

Keywords: Ilhéus. Slavery. Manumission. Cocoa.

RESUMEN: Este artículo analiza la práctica de la manumisión y los libertos en Ilhéus, un municipio del sur de Bahía, en la región noreste de Brasil. El período temporal de la investigación (1810-1850) fue determinado por las fuentes utilizadas en el estudio, a saber: Libros de Notas, inventarios post mortem y relatos de viajeros extranjeros. Durante este período, la economía de Ilhéus estaba en crecimiento y el cultivo de cacao se expandió en la localidad junto con otros cultivos, en un proceso marcado por la presencia de la esclavitud. Este estudio investiga la liberación de los esclavizados a través de investigaciones en cartas de manumisión, con el objetivo de verificar las características de las manumisiones, de los libertos y el contexto de ascenso de la economía cacaotera, situando el estudio entre las investigaciones históricas relacionadas con el tema.

Palabras claves: Ilhéus. Esclavitud. Manumisiones. Cacao.

Como citar este artigo:

Loyola, Marcelo, Ivanice Ortiz, e Raiza da Hora. “Alforrias e libertos na ascensão da economia cacauera do sul da Bahia: Ilhéus, 1810-1850”. *Locus: Revista de História*, 31, n. 2 (2025): 240-263.

Introdução

A alforria é um tema da escravidão brasileira que conta com amplos estudos, abrangendo diferentes áreas do país. Os estudiosos abordaram diversos aspectos desse processo, ampliando nosso entendimento acerca das particularidades do fenômeno da libertação dos escravizados no Brasil. Em linhas gerais, os pesquisadores destacaram os seguintes pontos a respeito de suas principais características: 1. A prática da alforria foi comum na história da escravidão brasileira; 2.

A alforria podia ser obtida em pias de batismo, em testamentos, inventários *post mortem*, ações civis de liberdade e em registros nos Cartórios; 3. Alcançar a alforria nem sempre significava se livrar da escravidão; 4. A alforria podia ser revogada por diversos motivos; 5. Muitos libertos viviam em condições precárias (Mattoso 1972; Schwartz 1974; Eisenberg 1987; Chalhoub 1990; Paiva 1995).

Esses pontos foram tratados pela historiografia dentro de perspectivas teóricas diferentes, com metodologias e objetivos próprios de cada pesquisador(a), os quais apresentam interpretações variadas acerca dos fatores que atuaram sobre a prática da alforria e suas consequências para a escravidão no Brasil.

Nesse estudo iremos investigar as alforrias registradas em Cartório de Notas. Trata-se de um tipo de alforria que na maioria das vezes era decorrente de acordos e negociações entre os escravizados e seus proprietários, envolvendo relações com interesses e sentimentos complexos. As tratativas para obtenção da alforria podiam demorar anos, até mesmo décadas, até que a pessoa escravizada pudesse oficializar sua carta de alforria no Cartório. Mesmo assim, dependendo do acordo, o alforriado podia ficar sujeito a cumprir determinada condição que restringiam o pleno gozo da “liberdade”.

Até antes da lei do Ventre Livre (1871), a alforria podia ser revogada por ingratidão e por outros motivos. Outrossim, mesmo após essa lei, a condição de liberto era precária e estava permeada por diversos riscos, entre eles a possibilidade de retorno ao cativeiro (Grinberg 2006; Silva 2000; Pinheiro 2015)¹.

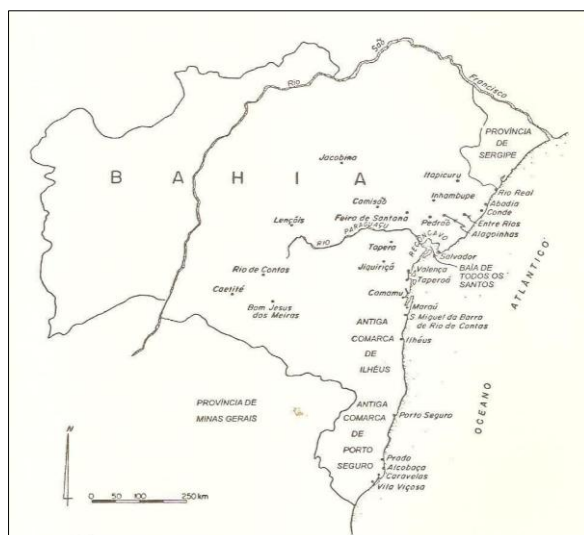
Apesar da precariedade estrutural do liberto, a prática da alforria se manteve durante todo o período da escravidão no Brasil, indicando que muitos escravizados buscaram a libertação por via legal, como era o caso da alforria. Essa prática, disseminada na história da escravidão brasileira, contribuiu para a formação de uma população considerável de pessoas libertas e livres, composta por indígenas, africanos e afro-brasileiros (crioulos) que construíram famílias e redes de parentesco e solidariedade dentro e fora do cativeiro, as quais exerceram papel importante na libertação das pessoas escravizadas (Oliveira 1988; Bellini 1988; Gonçalves 2017; Andrade 2019; Ortiz 2020; Hora 2024).

Esse artigo analisa a prática da alforria e os libertos em Ilhéus, município do sul da Bahia, nordeste do Brasil. O recorte temporal da pesquisa (1810-1850) foi determinado pelas fontes utilizadas no estudo, quais sejam: Livros de Notas, inventários *post mortem* e relatos de viajantes

¹ BRASIL, Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871. Art. 4º- § 9º Fica derogada a Ord. liv. 4º, titl 63, na parte que revoga as alforrias por ingratidão. In: *Coleção de Leis do Império do Brasil, 1808-1889*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em: 20 fev. 2025.

Ilhéus, 1800-1850

A Bahia, após as guerras de independência do Brasil (1822), ingressou em fase de prosperidade econômica, graças à abertura dos mercados brasileiros ao comércio exterior e às condições externas favoráveis ao açúcar, que provocaram aumento do número de engenhos e o incremento do tráfico de africanos na província (Mattoso 1992; Schwartz 1988; Barickman 2003). Esse contexto econômico favorável repercutiu em várias comarcas, inclusive nas localizadas no sul da Bahia, cujas ligações comerciais com Salvador, capital da província, estavam se intensificando.



Fonte: Barickman, Bert J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 37.

A Figura 1 mostra o mapa da Bahia com a comarca de Ilhéus, distante cerca de 450 quilômetros ao sul de Salvador. Seu território tinha aproximadamente duzentos quilômetros de costa, limitando-se com a vila de São Miguel da Barra do Rio de Contas, ao norte, e com a comarca

de Porto Seguro, ao sul. No início do século XIX, esse território, rico em madeiras, água doce e solos férteis, ainda era pouco explorado do ponto de vista do seu potencial econômico. A maioria dos seus habitantes era formada por indígenas, africanos e afro-brasileiros (crioulos), que viviam como pessoas livres, libertas e escravizadas, além dos quilombos e dos aldeamentos indígenas espalhados na região (Reis 1996, 332-372; Freitas e Paraíso 2001; Mott 2010, 195-293).

Nessa comarca, a expansão da fronteira agrícola foi impulsionada pelos engenhos de açúcar, pelas plantações de cana, cacau, café e outras culturas que se alastraram na localidade, além da exploração de madeiras e da produção de farinha de mandioca (Campos 2006; Dias 2011).

A posse de cativos estava disseminada em Ilhéus, mas os dados sobre a população escravizada são escassos, dada a ausência de censos demográficos nessa época. Localizamos apenas 21 inventários *post mortem* de Ilhéus, distribuídos entre 1806 e 1850, entre os quais, 65% tinha ao menos um cativo no patrimônio, totalizando 72 escravizados.² Os registros e batismo de Ilhéus (1823-1843) contém informações sobre 451 pessoas escravizadas (75 homens, 186 mulheres e 190 crianças) (Mahony 2001, 99).

Os inventários, os Livros de Notas e a historiografia, indicam que a produção de açúcar era uma das principais atividades econômicas da localidade, mas havia muitos escravistas que eram lavradores, dedicando-se à agricultura de subsistência, conjugada com outras atividades.

O engenho Santana, por exemplo, era a maior unidade escravista de Ilhéus dessa época, com cerca de 222 cativos em 1828 (Schwartz 2001, 111). O alferes Guilherme Frederico de Sá, membro de família rica, foi o maior escravista que localizamos nos inventários. Antes de falecer, em 1838, ele possuía vinte mil covas de mandioca, vinte cativos, acessórios para fabricação de farinha e outros bens.³

Cacau e café, por sua vez, despontaram como culturas novas nesse contexto. Segundo Angelina N. Rolim Garcez (1977, 48), “nessa época o cacau não competia em igualdade de condições com os demais produtos de cultivo de curta duração e de consumo imediato, a exemplo da mandioca, do milho, do feijão e de outras culturas”. Mary Ann Mahony (2009, 740-741), salientou que muitos lavradores de cacau eram pobres, descendentes de indígenas e escravizados que pertenciam aos grandes proprietários locais, destacando ainda que:

O grande atrativo da lavoura cacauera residia no fato de não se precisar de muito capital nem de braços para cultivá-la, especialmente quando comparada com as lavouras de cana e fumo, os dois grandes produtos de exportação da Bahia na época. Era, portanto, uma cultura aberta a todo mundo,

² Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciária (SJ), Ilhéus, Inventários.

³ Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciária (SJ), Ilhéus, Inventário de Guilherme Frederico de Sá, Est. n/c, Cx. 15, Maço 3552, Doc. 1, 07 nov. 1838.

desde os mais pobres até os senhores de engenho com seu capital já empregado em engenhos, escravos e plantações e cana (Mahony 2009, 740-741).

A maioria dos habitantes de Ilhéus tinha acesso relativamente livre às terras, aos rios e ao mar, podendo desenvolver suas atividades de subsistência, complementando suas economias com o cultivo de cacau e café, produtos de exportação. A maior parte dos escravistas localizados nos inventários possuía, em média, de um a três cativos. Valentim de Oliveira, por exemplo, faleceu em 1806 e era dono da metade de um barco novo; da escravizada Catharina (angolana) e de dois crioulinhos, entre outros bens.⁴ Francisco Furtado da Silva morava na rua do Porto e tinha uma lancha de pescaria antes de falecer, em 1817, quando possuía trinta alqueires de sal, o cativo José (crioulo) e outros bens.⁵

A exploração de madeiras e o cultivo de mandioca eram atividades disseminados em Ilhéus. O vigário José de Lemos, por exemplo, faleceu em 1813 possuindo vários pranchões de jacarandá, além de uma casa, com oratório, a escravizada Joaquina (angolana), e seu filho pequeno.⁶ Outro escravista, José Jacinto Bezerra, falecido em 1816, tinha entre seus bens, duas moradas de casa, utensílios domésticos, uma canoa de vinhático e o cativo Manoel, avaliado em Rs. 130\$000⁷. Em 1833, Lino José da Costa possuía uma plantação com cerca de sete mil covas de mandioca, uma canoa, plantações de arroz e o crioulo Zacarias, idoso, doente, avaliado em Rs. 150\$000⁸.

A partir da década de 1830, o cacau começou a comparecer nas exportações da Bahia. Segundo Gregório Bondar (1938, 127), “as exportações de cacau da Bahia, quase todas provenientes do município de Ilhéus, continuaram crescendo em ritmo acelerado, sendo que em 1840 foram exportadas 103 toneladas e em 1850 essa cifra triplicou, atingindo 304 toneladas”.

O governo provincial, por sua vez, passou a incentivar a instalação de colônias agrícolas nessa época, quando várias famílias, nacionais e estrangeiras, se instalaram na localidade. Em 1818, a freguesia de Ilhéus tinha 2.400 almas (Spix e Martius 1981, 176). Em 1845 esse número passou a cerca de 2.745 habitantes, com população cativa estimada em aproximadamente 700 pessoas (Mahony 2001, 99). Na ocasião do censo de 1872, a população de Ilhéus era de 5.682 habitantes, dos quais 1.051 (18%) escravizados⁹.

Junto com os colonos estrangeiros vieram os projetos de abertura de estradas, invasão de terras indígenas e derrubada das florestas, num processo marcado pelo recrudescimento da

⁴ APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de Valentim de Oliveira, Est. 02, Cx. 863, Maço 1332, Doc. 1, 12 nov. 1806.

⁵ APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de Francisco Furtado da Silva, Est. 02, Cx. 863, Maço 1332, Doc. 7, 10 mar. 1817.

⁶ APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de José de Lemos, Est. 02, Cx. 863, Maço 1332, Doc. 3, 23 set. 1813.

⁷ APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de José Jacinto Bezerra, Est. 02, Cx. 863, Maço 1332, Doc. 5, 25 out. 1816.

⁸ APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de Lino Jose da Costa, Est. 02, Cx. 863, Maço 1332, Doc. 12, 07 nov. 1833.

⁹ *Recenseamento Geral do Império do Brasil em 1872*. Disponível em: <http://www.biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em 20 de fev. 2025.

escravidão. Em 1822, por exemplo, foi criada a colônia São Jorge dos Ilhéus, formada por 28 casais de alemães, num total de 161 indivíduos, entre eles havia ferreiros, padeiros, relojoeiros, alfaiates, carapinas e maquinistas (Lyra 1982, 29). Em Caravelas, extremo sul da Bahia, a colônia Leopoldina, fundada em 1824, chegou a possuir 50 mil pés de café e cerca de cem cativos (Carmo 2010, 25-26).

O avanço das lavouras contribuiu para intensificar as atividades econômicas de Ilhéus. A partir de 1830, as plantações de cacau e café aparecem com mais frequência na documentação, indicando que essas culturas estavam se alastrando na localidade. Em 1840, Pedro Gonçalves de Araújo vendeu para Eusebio Marques do Amaral, “[...] uma sorte de terra denominada de Alagoa, com vários pés de café, pelo valor de 126 mil reis [...]”¹⁰. Em 1846, a fazenda de Anna Telles de Menezes, localizada próximo ao rio Fundão, possuía plantações de café e seis escravizados.¹¹

Em 1848, Caetano José de Figueiredo vendeu “[...] uma plantação de cacau no rio da Cachoeira desta vila, no lugar chamado Caz, pela quantia de trinta e cinco mil réis [...]”¹². Em 1849, a fazenda do francês João Segismundo Cordier possuía sete cativos e mais de dois mil e quinhentos cacaueiros, entre os quais, mais da metade tinha entre 10 e 12 anos de idade, indicando que essas plantas eram cultivadas desde os anos de 1830.¹³

Em meados do século XIX, o cacau já era um produto importante para a economia de Ilhéus (Avé-Lallemant 1980, 74). Nessa época, alguns donos de engenho estavam começando a cultivar o fruto. Em 1850, o engenho Itacanoeiras, por exemplo, tinha dezessete escravizados e cem pés de cacau, entre outros bens.¹⁴ A fazenda Cabana, possuía um cativo, plantações de cacau, café e coco em 1856.¹⁵ Guilherme Mor, dono da fazenda Boa Vista, faleceu em 1856 possuindo, entre outros bens, um cativo e quase dois mil cacaueiros.¹⁶ João Adolfo Schmidt também faleceu em 1856 e sua maior riqueza eram os 1.300 pés de cacau que ele possuía.¹⁷ A fazenda Bom Retiro tinha duzentos pés de cacau em 1856, quando a esposa do proprietário faleceu.¹⁸

As alforrias

¹⁰ APEB, Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, Escritura de Compra e Venda, L. 09, fl. 101, 05 out.1840.

¹¹ APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de Ana Telles de Menezes, Est. 2, Cx. 783, Maço 1250, Doc. 7, 31 out.1846.

¹² APEB, Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, Escritura de compra e venda, L. 11, fl. 25, 04 nov.1848.

¹³ APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de João Segismundo Cordier, Est. 2, Caixa 754, Maço 1220, Doc. 14, 26 maio 1849.

¹⁴ APEB, S.J. Ilhéus, inventário de Maria Luíza da S. Trindade. Est. 02, caixa 783, maço 1250, doc. 08, 09 de out. 1850.

¹⁵ APEB, S.J. Ilhéus, inventário de Florentina Maria dos Reis. Est. 02, caixa 783, maço 1250, doc. 11, 08 de ago. 1855.

¹⁶ APEB, S.J. Ilhéus, inventário de Guilherme Mor. Est. 02, caixa 783, maço 1250, doc. 14, 06 de fev. 1856.

¹⁷ APEB, S.J. Ilhéus, inventário de João Adolfo Schmidt. Est. 02, caixa 786, maço 1253, doc. 10, 01 de fev. 1856.

¹⁸ APEB, S.J. Ilhéus, inventário de Francisca de Jesus. Est. 02, caixa 783, maço 1250, doc. 09, 26 de ago. 1856.

Os Livros de Notas do Tabelionato de Ilhéus contêm registros de várias negociações realizadas na localidade, sendo possível levantar informações sobre oitenta e sete cartas de alforrias, registradas entre 1810 e 1852.

Livros/períodos	Registros		Média anual
	Nº	%	Nº
Livro 5 (1810-1815)	7	8,0	1,15
Livro 6 (1822-1825)	19	22,0	4,75
Livro 7 (1832-1834)	15	17,2	3,75
Livro 8 (1835-1838)	21	24,1	5,25
Livro 9 (1838-1841)	10	11,5	2,5
Livro 10 (1841-1847)	12	13,8	1,71
Livro 11 (1848-1852)	3	3,4	0,6
Total	87	100,0	2,6

Tabela 1: Distribuição das alforrias. Ilhéus, 1810-1850

Fonte: APEB, SJ, Livros de Notas de Ilhéus, nºs 5a 11, 1810-1852.

A Tabela 1 mostra a distribuição das cartas de alforrias nos Livros de Notas do Cartório de Ilhéus. Algumas lacunas temporais aparecem entre os Livros 5, 6 e 7, que podem ser explicadas, talvez, em razão do sumiço de alguns livros, ou devido às páginas deterioradas (illegíveis) que a documentação apresenta. Esse total de manumissões, portanto, pode estar subestimado.

Nosso ponto de partida foi o ano de 1810, em que consta o registro da alforria de Marcelina, no Livro nº 5¹⁹. O último registro contabilizado ocorreu em 1848, no Livro nº 11, quando o senhor João Baptista Floresta alforriou o cativo Domingos²⁰.

A maior parte dos registros das alforrias deu-se entre os anos de 1822 e 1838, período de crescimento econômico e avanço da lavoura cacauceira em Ilhéus. Esse contexto podia apresentar maiores oportunidades de ganho para os escravizados, mas também podia significar indisposição dos escravistas em alforriar seus cativos, especialmente os adultos, principais ativos de produção da época.

A distância entre o tempo de concessão e o do registro das alforrias no Cartório chamou nossa atenção. O escravizado Joaquim, africano, pagou ao seu proprietário, Domingos José Dantas, a quantia de Rs. 210\$000 pela sua alforria, constando na documentação que ela foi concedida em 1816, porém, só foi registrada seis anos depois, em 1822.²¹ A crioulinha Caetana, cuja mãe pertencia ao casal formado por Antônio José da Siqueira e Maria do Carmo, obteve a alforria condicional

¹⁹ APEB, Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 5, fl. 2F, 18 dez.1810.

²⁰ APEB, Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 11, fl. 35F, 13 dez.1848.

²¹ APEB, Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 6, fl. 18V, 02 nov. 1822.

mediante o pagamento de Rs. 30\$000, feito não se sabe por quem, no entanto, a carta foi concedida em 1815 e só foi registrada dez anos depois, em 1825.²²

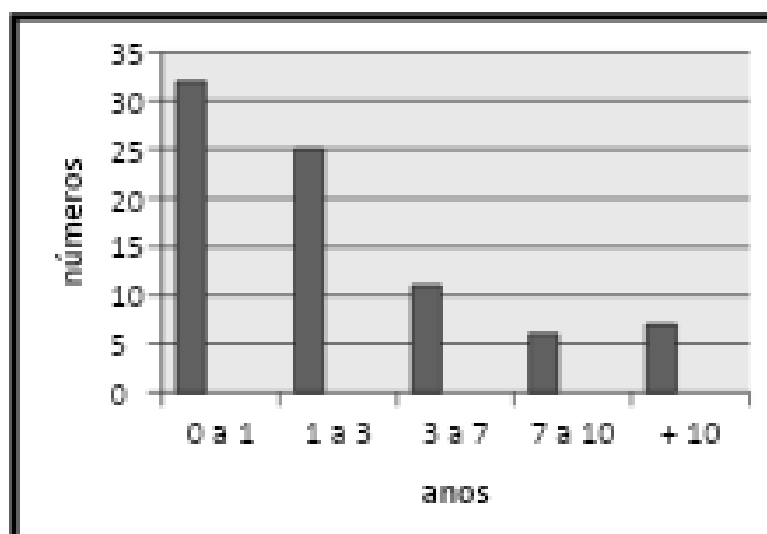


Gráfico 1: Variação de tempo entre a concessão e o registro das alforrias. Ilhéus, 1810-1850

Fonte: APEB, SJ, Livros de Notas de Ilhéus, n^{os} 5 a 11, 1810-1852.

O tempo entre a concessão e o registro da alforria em Cartório podia ser de uma década. Em Ilhéus, na maior parte das vezes esse período foi de menos de um ano, como se ver no Gráfico 1. Ademais, alguns testamentos e inventários abertos nessa época contém alforrias que não foram localizadas nos referidos Livros de Notas, que podem ajudar a entender tais distâncias.

O escravizado Luiz, crioulinho, de dois anos e meio de idade foi alforriado em 1812, nas terças do inventário do seu senhor, Ignácio Nunes de Souza, pelo valor de Rs. 25\$000.²³ Outra alforria ocorreu durante a partilha dos bens de Guilherme Frederico de Sá, falecido em 1838, quando a crioula Maria Joaquina, idosa, apresentou a quantia referente ao preço de sua avaliação (Rs. 150\$000) e solicitou a liberdade.²⁴ Outro caso foi o de Antônio, crioulo, liberto em 1838 no testamento de Caetano Francisco de Figueredo, com a condição de acompanhar e servir o senhor e o cônjuge deste até a morte.²⁵

Os herdeiros desses cativos, recém libertos, podiam contestar as alforrias e as negociações se estenderem por anos a fio, o que também pode explicar a demora entre a concessão e o registro da alforria em Cartório. De todo modo, incluímos essas três cartas em nosso banco de dados e contabilizamos 90 manumissões em Ilhéus, que resultaram em 92 alforriados, pois em dois casos

²² APEB, Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 6, fl. 71V, 16 maio 1825.

²³ APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de Ignácio Nunes de Souza, Est. 02, Cx. 863, Maço 1332, Doc. 15, 11 ago.1812.

²⁴ APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de Guilherme Frederico de Sá. Est. n/c, Cx. 15, Maço 3552, Doc. 1, 07 nov. 1838.

²⁵ APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de Caetano Francisco de Figueredo, Est. 03, Cx. 1270, Maço 1739, Doc. 3, 03 nov. 1838.

mais de um cativo foi liberto. Para sistematizar os dados agrupamos as alforrias em quatro decênios, de acordo com a condição das manumissões (alforrias)²⁶.

Condição	Onerosas		Não Onerosas	
Períodos	Nº	%	Nº	%
1810-1819	5	5,6	3	3,3
1820-1829	16	17,8	4	4,4
1830-1839	36	40,0	6	6,7
1840-1849	17	18,9	3	3,3
Total	74	82,3	16	17,7

Tabela 2: Distribuição das alforrias por períodos e condição. Ilhéus, 1810-1850

Fonte: APEB, SJ, Livros de Notas de Ilhéus, nºs 5a 11, 1810-1852.

A maior parte das alforrias registradas no Cartório de Ilhéus foram onerosas, 74 (82,3%), assim consideradas todas aquelas pagas e/ou condicionadas; as demais, 16 (17,7%) foram obtidas de forma gratuita e incondicional. Entre estas últimas, quatro foram concedidas a adultos do sexo masculino e dez às pessoas do sexo feminino, entre os quais seis eram crianças, sendo duas sem identificação do sexo. Isso nos permite concluir que em Ilhéus, na maior parte das vezes o ônus da libertação do cativo recaiu sobre os escravizados, num processo que envolvia questões afetivas, étnicas e religiosas (Nishida 1993; Bellini 1988; Ferreira 2007).

Essa quantidade de alforrias em Ilhéus pode parecer pequena se comparada com a realidade de Salvador, 6.104 alforrias (1805-1850) ou com a do Rio de Janeiro, 4.835 alforrias entre 1840-1849, (Mattoso 1972, 45; Florentino 2005, 349). Todavia, se comparada com outras áreas do Brasil, distantes dos pontos terminais do tráfico de africanos e com economia inseridas em contextos regionais, ela não destoa muito. Em Montes Claros, norte de Minas Gerais, Alisson Freitas de Jesus (2007, 203) encontrou 145 manumissões entre 1830-1849; Alessandra Caetano Gomes (2008, 105), encontrou 118 alforrias em Uberaba-MG (1830-1850) e 211 em Franca-SP (1825-1850); Marcelo Santos Matheus (2012, 174), encontrou 102 alforrias em Alegrete-RS, registradas entre 1832 e 1850.

Do ponto de vista qualitativo, a prática da alforria em Ilhéus seguiu de perto aquilo que, em linhas gerais, perpassou todo o processo de manumissão dos cativos no Brasil do século XIX, ou seja, os escravistas não estavam dispostos a libertarem gratuitamente os escravizados mais valiosos: adultos, saudáveis, do sexo masculino. Embora a historiografia ofereça exemplos dessas ocorrências, na maioria das vezes isso acontecia quando o escravista estava no leito de morte (testamento) e, sobretudo, quando não tinham herdeiros necessários (Ferraz 2010; Silva 2010).

²⁶ As alforrias foram agrupadas de acordo com as datas de registros em cartório. As três alforrias não localizadas nos Livros foram incluídas na tabela com base nas datas dos testamentos e inventários.

Os cativos constituíam parcela considerável do patrimônio das famílias, sendo bens de alto valor comercial, disputados com frequência entre os herdeiros. Em Ilhéus, a escravizada Florência, por exemplo, teve a alforria registrada por uma de suas proprietárias, Rosa Joaquina de São Jose, que recebeu Rs. 50\$000 da cativa, liberta pela metade:

[...] cuja outra metade pertence a minha irmã Delfina Maria, que a houvemos por legitima da finada minha tia, Roberta Maria [...] Referida escrava que nos pertence forro como de efeito ha por forra liberta [...] Ficando sujeita a outra metade pertencente a dita minha irmã, podendo em virtude da presente gozar da metade de sua liberdade (APEB, Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 9, fl. 38F, 20 jun. 1839).²⁷

A situação de Florência mostra a complexidade das relações escravistas e as dificuldades que as pessoas submetidas à escravidão enfrentavam para se libertar do cativeiro. A princípio, a manumissão eram uma possibilidade aberta aos escravizados, mas dependia da vontade do senhor, que muitas vezes exigia pagamento em dinheiro e/ou em prestação de serviços. Cabia, portanto, às pessoas escravizadas desenvolver habilidades para alcançar a alforria: algumas optaram em manter bom relacionamento com o senhor, prestando “bons serviços”, outras construíram relações de compadrio, amizade e desenvolveram economias próprias. Essas estratégias, conjugadas no tempo, podiam ser eficientes ou insuficientes para a pessoa conseguir a própria libertação, mas permitia libertar um filho, a esposa ou um avô (a), por exemplo. As famílias se mobilizavam de várias formas para livrar os parentes da escravidão, mesmo sabendo que em certos casos o ganho com a libertação podia ser parcial.

x

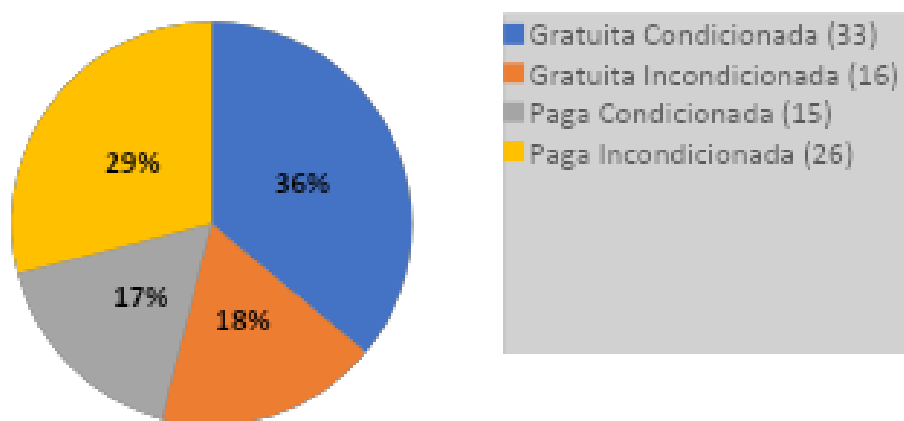


Gráfico 2: Tipos de alforrias. Ilhéus, 1810-1850

Fonte: APEB, SJ, Livros de Notas de Ilhéus, nºs 5 a 11, 1810-1852

²⁷ APEB, Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 9, fl. 38F, 20 jun. 1839. Atualizamos a grafia da época para o português atual, mantivemos a forma original no que diz respeito ao vocabulário e a construção das frases.

O Gráfico 2 mostra alto percentual de alforrias que condicionavam a pessoa liberta a continuar acompanhando e prestando serviços ao senhor, ao cônjuge ou parentes destes, normalmente até a morte dos mesmos. Em Ilhéus, 36% das alforrias foram desse tipo, que classificamos como “gratuitas condicionadas”, ou seja, aquelas obtidas sem a contrapartida financeira, mas com imposição de condições a serem cumpridas pelos libertos; 17% foram do tipo “pagas condicionadas”, em que os cativos ou familiares pagaram pelas alforrias, mesmo assim, o liberto também devia cumprir condições. Isso significa que nessa localidade, mais da metade dos alforriados (53%) não rompeu os vínculos com a escravidão logo após a obtenção da alforria.

Outras cartas foram classificadas como “pagas incondicionadas”, isto é, os cativos pagavam e em seguida se tornavam plenamente libertos (29%). Somente 18% foram do tipo “gratuita e incondicional”, ou seja, quando não houve pagamento em dinheiro, nem imposição de cláusulas suspensivas ao gozo da liberdade.

No entanto, devemos ressaltar que entre os libertos de forma gratuita e incondicional (18%), havia muitas crianças, que certamente permaneciam no cativeiro junto com as mães. Nesses casos, é possível inferir que os escravistas obtinham um ganho político ao libertar uma criança cuja mãe permanecia no cativeiro, o mesmo deve ter ocorrido com os libertos sob condição, que deviam continuar prestando serviços ao senhor.

Em 1824, uma criança descrita como “Esmeria, mulatinha, filha da escrava Victoria”, recebeu alforria gratuita, porém com a condição de acompanhar e servir o seu senhor até a morte.²⁸ Caso o senhor fosse idoso, essa criança podia entrar no gozo da liberdade após a morte deste, algo que podia não demorar muitos anos para acontecer. Entretanto, se a mãe dessa criança continuasse no cativeiro, o efeito da alforria na vida da menor podia ser relativo. Sendo a mãe escravizada, os herdeiros podiam continuar explorando a menor, por outro lado, os familiares da criança também podiam mobilizar estratégias para afastá-la da escravidão, convidando-a a morar com os libertos.

Em Ilhéus e em outras partes do Brasil, mesmo após a obtenção das alforrias, as relações de dependência podiam se prolongar por anos. Em Salvador, os estudiosos (as) do tema adotaram diferentes critérios de classificação das alforrias. Kátia Maria de Q. Mattoso (1972, 45) utilizou apenas dois: alforrias pagas 2.558 (42%) e gratuitas 3.546 (58%), impossibilitando saber os percentuais das condicionadas. Mieko Nishida (1993, 248-249), ao analisar o período de 1808-1842, levantou dados sobre 1.577 alforrias, entre as quais 558 (35%) foram classificadas como pagas e 1.019 (65%) como não pagas, entre estas últimas, 266 (17%) eram condicionadas e 753 (48%) incondicionadas.

²⁸ APEB. Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 6, fl. 49VF, 20 mar. 1824.

No Rio de Janeiro, os estudos sobre as manumissões também se preocuparam com outras questões e a classificação das alforrias obedeceu a critérios próprios de cada autor (a). Mary C. Karasch (2000, 460) classificou as 904 cartas de alforrias registradas entre 1807 e 1831 da seguinte forma: compradas 356 (39%); condicional 195 (22%); incondicional 182 (20%) e dadas em testamento 171 (19%). Manolo Florentino (2005, 349), por sua vez, estudou a prática das alforrias no Rio de Janeiro entre 1840-1871, classificando as alforrias em grátis, servir e pagas. Para o período entre 1840-1849, ele constatou que 2.349 (48%) foram grátis; 1.147 (24%) tinham prestação de serviços, e 1.339 (28%) foram pagas.

Embora esses exemplos não nos autorizem afirmar categoricamente que no Brasil a maior parte das alforrias eram obtidas por meio da compra e/ou prestação de serviços, como ocorreu em Ilhéus, outros estudiosos do assunto se preocuparam em aprofundar as análises das características das manumissões, permitindo constatar, por exemplo, que alforrias do tipo gratuita e incondicional representavam a menor parcela das cartas registradas em Cartório de Notas.

Em São Paulo, Enidelce Bertin (2004, 83) encontrou 917 alforrias entre 1800 e 1850, das quais apenas 229 (25%) eram gratuitas incondicionais. Esse percentual foi de 28% entre as 875 alforrias investigadas em Rio de Contas, alto sertão da Bahia, entre 1800-1850 (Almeida 2012, 125); em Montes Claros (MG), ele foi de 29% entre as 145 alforrias estudadas por Alysso F. de Jesus, distribuídas entre 1830 e 1849 (Jesus 2007, 203); em Franca (SP) entre 1825-1850, e em Uberaba (MG) entre 1830-1850, os índices foram de 29% e 30%, respectivamente (Gomes 2008, 105).

Os preços médios das alforrias variavam de acordo com as características do cativo. Em Ilhéus, o menor valor pago por uma alforria era de uma criança, de nome Lúcia, descrita como crioula, mulatinha, filha de Antônia, escravizada que pertencia ao casal formado por Luiz Gonzaga Lopes e Maria do Nascimento, que alforriou a criança em 1834, pelo valor de Rs. 10\$000, pago nas terças da senhora.²⁹ Por outro lado, o valor mais alto de uma alforria foi pago por Benta Januária, mãe do escravizado de nome Francisco, descrito como crioulo, adulto, propriedade de Joaquim José da Costa Seabra, que em 1848 recebeu Rs. 500\$000 pela alforria incondicional do cativo.³⁰

Períodos	<u>Alforrias Avaliadas</u>		Preços médios (em mil réis)
		Nº %	
1810-1819	3	6,8	51\$660
1820-1829	14	31,8	127\$312

²⁹ APEB, Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 7, fl. 71F, 22/02/1834.

³⁰ APEB, Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 11, fl. 28F, 11/11/1848.

1830-1839	19	43,2	116\$376
1840-1849	8	18,2	238\$750
Total	44	100,0	137\$849

Tabela 3: Preços médios das alforrias por períodos. Ilhéus, 1810-1850

Fonte: APEB, SJ, Livros de Notas de Ilhéus, n^{os} 5a 11, 1810-1852.

Em Ilhéus, os preços que as pessoas escravizadas ou seus familiares pagaram pelas alforrias não destoam muito daqueles praticados em outras áreas do Brasil. No Rio de Janeiro, nos primeiros lustros do século XIX, o preço médio foi de Rs. 167\$568 para alforrias de homens, e de Rs. 151\$602 para as de mulheres (Karasch 2000, 452), já em Salvador, entre 1829-30, tais preços foram de Rs. 266\$000 e Rs. 102\$000, respectivamente (Mattoso; Klein; Engerman 1988, 66).

Além dessa realidade, onde os cativos estavam inseridos em grandes centros urbanos e pontos terminais do tráfico de escravizados, os preços médios das alforrias em Ilhéus também não se distanciaram muito dos verificados em outras partes do Brasil. Em Rio de Contas, sertão da Bahia, por exemplo, Kátia Lorena Novais Almeida (2012, 200) encontrou preços médios que, no período de 1800 e 1850, variaram entre o mínimo de Rs. 99\$000 e o máximo de Rs. 431\$000; em Uberaba (MG) e Franca (SP) a variação foi entre Rs. 100\$000 e Rs. 500\$00 no período de 1825 a 1850 (Gomes 2008, 131-132) e em Porto Alegre (RS), entre 1800-1835, os preços das alforrias variaram entre Rs. 111\$000 e Rs. 300\$000 (Aladrén 2009, 75-76).

No caso de Ilhéus, como na maioria das localidades brasileiras, os libertos do sexo feminino superavam os do sexo masculino em número absolutos e percentuais, elas somavam 57 (62%) dos alforriados, enquanto eles perfizeram o total de 35 pessoas (38%). Uma das explicações para essa questão pode estar relacionada com os preços das alforrias, que variava de acordo com o sexo, como se ver na Tabela 4, que inclui somente as alforrias pagas.

Sexo	Alforrias Pagas		Preços Médios
	N	%	(em mil réis)
Masculino	14	37,8	162\$000
Feminino	23	62,2	132\$712
Total ^a	37	100	143\$794

Tabela 4: Preços médios dos alforriados por sexo. Ilhéus, 1810-1850

Fonte: APEB, SJ, Livros de Notas de Ilhéus, n^{os} 5a 11, 1810-1852.^a – Não inclui as alforrias com preços descontados nas terças dos inventários.

Em média, os preços das alforrias das mulheres eram mais baixos que o dos homens, algo que também foi verificado em outras partes do Brasil. Para os escravizados, libertar a mulher significava que os futuros filhos estariam livres, já que até antes da Lei 2.040 de 1871 (Ventre Livre) vigorava no Brasil o princípio do parto segue o ventre. Como observou Karasch (2000, 453) “Os escravos preferiam às vezes libertar primeiros suas esposas, para que os filhos nascessem livres”

No entanto, a questão parece ser mais complexa. As mulheres possuíam habilidades história no pequeno comércio de rua e poderiam se prostituir, o que lhes conferia vantagens sobre eles. Ademais, normalmente elas estavam mais próximas dos seus senhores/as, amparando-os na doença e, às vezes, em outros "momentos de fraquezas", o que de certa forma influenciava as relações construídas dentro dos regimes escravistas, como argumentou Eduardo França Paiva:

No período do cativo elas estiveram mais próximas de seus proprietários e parece terem, perfeitamente, sabido tirar proveito dessa oportunidade. Dos intercursos sexuais à sustentação econômica e ao bom tratamento das doenças dos senhores, elas tudo fizeram e não permitiram escapar qualquer chance que as levasse à libertação (Paiva 1995, 103).

Além da questão atinente ao sexo, outra peculiaridade na obtenção das alforrias diz respeito à idade dos cativos. Em Ilhéus, entre os 92 alforriados que investigamos foi possível constatar que 33 (36%) eram crianças, descritas nos documentos como “pardinho”, “mulatinho”, “crioulinho”, sendo que alguns casos aparece a idade ou a denominação filho/filha de escrava.

A maior parte dos alforriados era composta por adultos 56 (61%), assim classificados todos aqueles que não tiveram a idade mencionada no documento, sendo que apenas 3 (3%) eram idosos ou velhos. Os preços das manumissões também variavam de acordo com a idade do cativo, como mostra a Tabela 5, que inclui apenas as alforrias pagas.

Idade	Alforrias Pagas		Preço Médio
	Nº	%	(mil réis)
Crianças	8	21,6	82\$500
Adultos	27	73,0	166\$310
Idosos	2	5,4	85\$000
Total ^a	37	100	143\$794

Tabela 5: Preços médios dos alforriados por idade. Ilhéus, 1810-1850

Fonte: APEB, SJ, Livros de Notas de Ilhéus, n^{os} 5a 11, 1810-1852.

^a – Não inclui as alforrias com preços descontados nas terças dos inventários.

O preço médio das alforrias das crianças corresponde praticamente à metade do preço das alforrias dos adultos. Provavelmente, esse fato influenciava a decisão da família na hora de libertar um parente da escravidão, dadas as dificuldades econômicas da maioria das pessoas escravizadas. Todavia, os preços médios encobrem as particularidades que merecem ser explicadas.

Em 1840, por exemplo, foi pago Rs. 200\$000 pela alforria do escravo João, crioulinho com 5 anos de idade, que teve a alforria comprada de modo incondicional pelo seu pai, “[...] cujo escravo por haver recebido de seu pai Jose Felipe a quantia de duzentos mil réis lhe dou a liberdade de hoje em diante que gozara como se livre nascesse sem que jamais se possa constranger a servidão.”³¹

Em contrapartida, o escravizado Calisto, adulto, pagou pela sua alforria Rs. 16\$000, destinado a uma capela de missa a ser rezada pela alma do senhor. No entanto, sua alforria era condicional, de modo que ele deveria acompanhar e servir o seu senhor até a morte, só depois de cumprir essa condição ele poderia “dispor de sua vida como bem quisesse e entendesse.”³² Esses exemplos mostram que cada alforria apresenta peculiaridades, revelando diferentes caminhos e situações enfrentados pelos cativos para se libertarem da escravidão.

A presença expressiva de libertos do sexo feminino e de crianças pode ser um indicativo da constituição de famílias escravizadas em Ilhéus. As cartas de alforrias permitem verificar a atuação de vários familiares resgatando parentes do cativeiro.

Ano de registro	Alforriado(a)	Idade	Pagante/Valor (mil réis)	Tipos de Alforrias
1815	Lourenço	4 anos	Joaquim Vaz (Pai)	Grat. Incond.
1832	Barbeana	Adulta	Avó (250\$000)	Pg. Incond.
1835	Maria Romana	Adulta	José Manoel (Esposo)	Pg. Incond.
1837	Francisca	Criança	Pagou c/ outro escravo Gregório José (Pai)	Pg. Incond.
1837	Anna Valentina	Criança	Pagou c/ outra escrava Domingos Pereira (Avô)	Pg. Incond.
1840	João	5 anos	(40\$000) Jose Feliipe (Pai)	Pg. Incond.
1840	Maria	Adulta	(200\$000) Pai (400\$000)	Pg. Incond.
1840	Margelena	2 anos	Pai (30\$000)	Pg. Incond.
1842	Felipe	2 anos	Antônio José da S. Quadrado (Pai)	Pg. Cond.
1843	Desidério	5 anos	(40\$000) Francisco Cyrillo de Magalhães (tio/padrinho)	Pg. Incond.
1848	Francisco	Adulto	(180\$000) Benta Januária (Mãe)	Pg. Incond.
			(500\$000)	

Quadro 1: Alforriados com alforrias pagas por parentes. Ilhéus, 1810-1850

³¹ APEB, Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 9, fl. 68V, 19 fev. 1840.

³² APEB, Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 7, fl. 63V, 31 out. 1833.

Fonte: APEB, SJ, Livros de Notas de Ilhéus, nºs 5 a 11, 1810-1852.

O Quadro 1 mostra a presença de familiares resgatando parentes da escravidão. No dia 22 de março de 1823, por exemplo, Joaquim Vaz compareceu no Cartório de Ilhéus para registrar a compra que fez do escravizado Lourenço, descrito como cabrinha, de aproximadamente quatro anos de idade, filho da escravizada que pertencia a Francisco Falia, que o vendeu pelo preço de Rs. 40\$000. Nessa negociação, o comprador fez a seguinte revelação, “[...] conheço que é meu filho o dito escravo que comprei de que faço menção e para libertar meu sangue e lhe dar a liberdade fiz esta compra a fim de forrar como com efeito o forro e o tenho forrado de minha livre vontade [...]”.³³ Em seguida, o pai de Lourenço registrou a alforria do filho, de forma gratuita e incondicional.³⁴ Em Ilhéus, vários pais resgataram filhos do cativo.

No que diz respeito à origem dos libertos, constatamos que a maioria, 79 (86%) era formada por crioulos, pessoas que provavelmente nasceram em Ilhéus, ao passo que os de origem africana representaram 11% dos alforriados (as). Entre estes, quatro foram descritos como africanos, dois de origem Mina e os demais eram de Angola, Congo, Nagô e Haussá.

A baixa representação dos africanos entre os alforriados de Ilhéus refletir as características da população escravidão na localidade, que não recebia muita influência do tráfico atlântico. Apesar do avanço das plantações de cacau em Ilhéus nessa época, o produto ainda não tinha importância significativa na economia baiana, cujos principais artigos de exportação eram açúcar, fumo e algodão (Barickman 2003, 56-57). Portanto, a demanda por trabalhadores era baixa em Ilhéus, ao contrário de Salvador e do Rio de Janeiro, locais de desembarque do tráfico e grandes centros urbanos do Brasil, onde o percentual de africanos entre os alforriados foi de 49% e entre 40 e 50%, respectivamente (Mattoso 1972, 38; Karasch 2000, 451; Florentino 2005, 349).

Não percebemos diferenças significativas entre os tipos de alforrias obtidas por crioulos e africanos em Ilhéus. Três africanos conseguiram pagar pela sua libertação, todos eram homens, entre estes um deveria cumprir condição. Os demais obtiveram alforrias de forma gratuita, porém, em apenas um caso ela ocorreu de forma incondicional. Essas pessoas, assim como os crioulos, enfrentaram desafios semelhantes para se livrarem da escravidão por meio da alforria, ou seja, poucos conseguiram pagar e/ou obter a libertação imediata. A única diferença é que em Ilhéus nenhuma africana, entre as investigadas nesse estudo, conseguiu comprar a alforria, ao contrário das crioulas, que o fizeram.

Os libertos

³³ APEB, Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 6, fl. 32F, 23 mar. 1823.

³⁴ APEB, Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 6, fl. 33F, 23 mar. 1823.

Na maioria das vezes, a carta de alforria expressa o protagonismo dos senhores escravistas, ressaltando seu “poder” na concessão do “benefício”. Desse modo, ficamos sem saber muita coisa sobre a atuação dos escravizados. Como eles se articulavam para conseguir comprar as alforrias? Quais eram suas possíveis economias? Como as famílias se organizavam para resgatar parentes da escravidão?

Infelizmente, as alforrias compulsadas não permite responder todas essas questões. No entanto, algumas pistas sobre os libertos foram encontradas em inventários *post mortem* e testamentos.

Em 1832, por exemplo, o alforriado Emigídio, descrito como preto de nação Mina, teve a alforria coartada no valor de Rs. 250\$000, “[...] tendo pago 160 mil e ficando devendo o restante para pagar o mais breve que puder, logo que tenha lavouras para vender [...]”.³⁵ Assim, ficamos sabendo que Emigídio era lavrador, mas não conseguimos identificar qual artigo ele cultivava.

Outros casos trazem mais informação. Em agosto de 1812, por exemplo, foi aberto o inventário de Ignácio Nunes de Souza. No testamento, que acompanha o processo, consta que ele era preto forro e entre os bens arrolados em seu patrimônio havia seis escravizados, entre os quais havia o crioulinho Luiz, com 12 anos de idade, liberto de forma gratuita e incondicional nas terças do inventário, pela quantia de Rs. 25\$000.³⁶

Em novembro de 1838, foi aberto o inventário de Caetano Francisco de Figueredo, que tinha 65 anos de idade e era filho natural de Caetana da Cruz, descrita como preta, de nação Gegê. No testamento, que também acompanha o processo, ele mandou rezar missa pela alma de quem o criou e o libertou. Assim, ficamos sabendo que Caetano Francisco era preto forro, na época detinha a posse de cinco cativos, entre eles dois africanos. No testamento ele libertou o crioulo Antônio, de forma gratuita, porém, com a condição de acompanhar e servir o casal até a morte. Ademais, ele deixou Rs. 50\$000 para o escravizado de nome Diogo (crioulo), ainda moço, pescador e marinho, e outros Rs. 50\$000 para Joaquim, africano, idoso, também escravizado, pescador e prático de embarcações.³⁷

Esses casos servem para ilustrar a complexa rede de relações sociais que os escravizados de Ilhéus construíram. Aos 65 anos de idade, Caetano passou parte de sua vida no cativeiro, obteve a sua alforria e se tornou escravista, dono de cinco cativos, da casa em que residia, construída de taipa e coberta de telha, avaliada em Rs. 150\$000 e de uma lancha velha com utensílios de navegar, armada de garoupeira e panos usados, avaliada em Rs. 225\$000, dentre outros bens.

³⁵ APEB, Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 7, fl. 26V, 17 set. 1832.

³⁶ APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de Ignácio Nunes de Souza. Est. 02, Cx. 863, Ms. 1332, Doc. 15, 11 ago. 1812.

³⁷ APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de Caetano Francisco de Figueredo. Est. 03, Cx. 1270, Ms. 1739, Doc. 3., 03 nov. 1838.

Provavelmente, Caetano trabalhava na navegação junto com seus cativos. A proximidade com eles pode ter influenciado a sua decisão de beneficiar alguns escravizados com alforria e dinheiro.

Contudo, não devemos criar uma imagem idealizada desses relacionamentos. Encontramos casos em que a pessoa escravizada ofereceu outro cativo em troca da própria alforria, como aconteceu com Felipe, de nação Congo, que em 1836 ficou liberto incondicionalmente “[...] por haver permitido por outro, de nome Antônio, de nação Congo, sua pessoa, que aceitei por não lhe desmerecer em presença e como faço de minha livre vontade lhe passo o presente título de liberdade que gozará de hoje em diante [...]”³⁸.

Como o africano Felipe, escravizado em Ilhéus, conseguiu obter outro cativo e oferece-lo em troca de sua alforria? Quais meios ele utilizou para formar pecúlio?

As pessoas submetidas à escravidão desenvolveram várias estratégias de resistência. O acesso ao crédito, por exemplo, era uma possibilidade de criar condições para formar pecúlio. O vigário José de Lemos, envolvido na exploração de madeiras, oferecia crédito à população de Ilhéus antes de falecer, em 1813. Entre seus devedores constam escravizados como Pedro, dono da menor dívida (Rs. \$160), e João, que tinha a mais alta (Rs. 1\$120). Nesse inventário, uma dúzia de madeira jacarandá, pronta para o embarque, foi avaliada em Rs. 13\$000.³⁹ Essa atividade podia gerar renda para os cativos e libertos de Ilhéus, inclusive, na revolta do engenho Santana, em 1789, eles reivindicaram o direito de explorar madeira “[...] poderemos cada uma cada um tirar jacarandás ou qualquer pau sem darmos parte para isso” (Schwartz 2001, 112).

As irmandades religiosas também forneciam crédito à população livre, liberta e escravizada de Ilhéus. Quando faleceu, em 1817, Francisco Furtado da Silva tinha quatro filhos com a preta forra Eulália e devia Rs. 43\$200 à Irmandade do Santíssimo Sacramento⁴⁰. Manoel do Nascimento, crioulo forro, devia Rs. 6\$660 à irmandade de São Benedito, dívida paga pelo liberto Caetano Francisco de Figueredo, falecido em 1838, anteriormente analisado.⁴¹

Certamente, escravizados e libertos em Ilhéus desenvolviam suas economias próprias, por meio de atividades agrícolas, da pesca, da exploração de madeiras, da prestação de serviços, entre outras atividades. Ao visitarem Ilhéus em 1818, os estrangeiros Spix e Martius (1981, 178), descreveram que “[...] crustáceos, mariscos e peixes, juntamente com bananas e farinha de

³⁸ APEB, Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, L. 8, fl. 42F, 21 maio 1836.

³⁹ APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de José de Lemos, Est. 02, Cx. 863, Maço 1332, Doc. 3, 23 set. 1813.

⁴⁰ APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de Francisco Furtado da Silva, Est. 02, Cx. 863, Maço 1332, Doc. 7, 10 mar. 1817.

⁴¹ APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de Caetano Francisco de Figueredo, Est. 03, Cx. 1270, Maço 1739, Doc. 3, 03 nov. 1838.

mandioca constituem a usual alimentação dos habitantes do litoral [...]” Em Ilhéus, a lagoa do Itaípe era famosa por ser muito rica em peixe, podendo ter sido utilizada como fonte de pesca para alimentação e comércio (Maximiliano 1989, 342).

Outra atividade capaz de gerar renda para cativos e libertos de Ilhéus era a produção de farinha de mandioca. Ignácio Nunes de Souza, preto forro, casado com Maria Felizarda, vivia dessa atividade antes de falecer, em 1812. O casal morava na rua São Bento, em casa coberta de telha, possuía cinco mil covas de mandioca, acessório para fabricação de farinha e seis cativos.⁴²

Desde o período colonial, a produção de farinha de mandioca estava disseminada em Ilhéus (Dias 2011). Na primeira metade do século XIX, pessoas de diversas condições sociais fabricavam esse artigo, desde o alferes Guilherme Frederico de Sá⁴³, membro de família rica, até pessoas alforriadas, como Ignácio Nunes de Souza.⁴⁴

Essas pessoas, egressas do cativeiro, também estavam envolvidas com produção de cacau e café. Em 1839, por exemplo, Antônio Quintino, crioulo forro, vendeu para Manoel Cardoso da Silva “[...] um quinhão de terra na costa do Mamoã, com uma pequena porção de pés de café, coqueiros e dois pés de laranjeiras, tudo por cinquenta mil réis [...]”.⁴⁵ O escravizado João, trabalhava na fazenda de cacau denominada Santa Cruz, propriedade do francês João Segismundo Cordier, onde eram cultivados 2.877 pés de cacau, sendo que oitenta e quatro cacauzeiros não foram avaliados porque pertenciam ao aludido cativo. Neste caso, considerando que um pé de cacau foi avaliado em Rs. 3\$000, a plantação de João equivalia a 63% do preço de sua avaliação no inventário, que foi de Rs. 400\$000.⁴⁶

Considerações finais

Esse artigo analisou a prática da alforria em Ilhéus na primeira metade do século XIX, precisamente entre 1810-1850. A maior parte das manumissões se concentrou entre 1832 e 1848, com média anual de libertação entre 1,7 e 5,2 escravizados, numa população cativa estimada em cerca de 700 indivíduos nos anos 1840 (Mahony 2001, 99). Em Salvador, entre 1819 e 1888, a média anual foi de 500 alforrias, representando cerca de 4% a 6% da população escravizada urbana (Mattoso, Klein e Engerman 1988, 61-62). Esses dados sugerem que, embora a prática da alforria fosse disseminada no Brasil, proporcionalmente ao total da população escravizada, poucas pessoas conseguiam se livrar do cativeiro por meio da alforria, sobretudo pela compra.

⁴² APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de Ignacio Nunes de Souza, Est. 02, Cx. 863, Maço. 1332, 11 ago. 1812.

⁴³ APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de Guilherme Frederico de Sá, Est. n/c, Cx. 15, Maço 3552, Doc. 1, 07 nov. 1838.

⁴⁴ APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de Ignácio Nunes de Souza. Est. 02, Cx. 863, Ms. 1332, Doc. 15, 11 ago. 1812.

⁴⁵ APEB, SJ, Livro de Notas do Tabelionato de Ilhéus, Escritura de Compra e Venda, L. 09, fl. 57, 23 nov. 1839.

⁴⁶ APEB, SJ, Ilhéus, Inventário de João Segismundo Cordier, Est. 2, Caixa 754, Maço 1220, Doc. 14, 26 maio 1849.

Ademais, a imposição de cláusulas suspensivas ao pleno exercício da “liberdade” atingiu em torno de 53% dos alforriados em Ilhéus, obrigando muitos libertos a continuarem acompanhando e servindo o senhor até a morte, como ocorreu em outras partes do Brasil. Desse modo, é fundamental considerar que nem todo alforriado era inteiramente livre, como salientou Paiva (1995, 108) “[...] quem tem o dever de comprovar sua liberdade, livre não é”.

Outros autores, como Stuart B. Schwartz (1988, 142-143), destacou que tanto a alforria, quanto a permissão para que os cativos cultivassem suas roças, funcionou como o melhor meio para os senhores obterem a quantidade e a qualidade de trabalho desejada.

Essa dinâmica também se apresentou em Ilhéus, com alto índice de mulheres e crianças entre os libertos. A princípio, a alforria era uma possibilidade aberta a todos, mas na prática eram necessários anos de trabalho, dedicação e economia para alcançá-la. Ademais, as articulações dos cativos e dos seus familiares foram determinantes em muitas ocasiões.

Em Ilhéus, certamente os escravistas utilizaram a alforria para reforçar o paternalismo e manter as antigas relações de servidão e fidelidade dos libertos. No entanto, os cativos também obtinham vantagens nesse processo, do contrário não teriam empenhado anos de economia e dedicação ao trabalho para alcançar a alforria. Assim, esse documento, bem como suas implicações, não eram um simulacro, um engodo. As pessoas se empenharam para emergir da escravidão por via legal, algumas conseguiram, de fato, outras continuaram no caminho. De todo modo, suas ações impactaram suas vidas e dos seus familiares.

Referências bibliográficas:

- Aladrén, Gabriel. *Liberdades Negras nas paragens do Sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2009.
- Almeida, Kátia Lorena Novaes. *Alforrias em Rio de Contas – Bahia, século XIX*. Salvador: EdUFBA, 2012.
- Andrade, Marcelo Loyola de. “Nos labirintos da liberdade. Das alforrias na lavoura cacauceira (Ilhéus-BA, 1810-1850) à discussão historiográfica acerca das manumissões no Brasil do século XIX”. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2019.
- Avé-Lallemant, Robert. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe: 1859*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.
- Barickman, Bert J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- Bellini, Lígia. ““Por amor e por interesse”: a relação senhor-escravo em cartas de alforrias”. Em *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. org. João José Reis, 73-86. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- Bertin, Enidelce. *As alforrias na São Paulo do século XIX: liberdade e dominação*. São Paulo: Humanitas, 2004.
-

- Bondar, Gregório. *A lavoura cacauceira da Bahia*. Relatório e Anuário do Instituto de Cacau da Bahia. Salvador, 1938.
- Campos, João da Silva. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. 3 ed. Ilhéus: Editus, 2006.
- Carmo, Alane Fraga do. “Colonização e escravidão na Bahia: A Colônia Leopoldina (1850-1888)”. Dissertação de Mestrado, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2010.
- Chalhoub, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- Dias, Marcelo Henrique. *Farinha, madeiras e cabotagem: a Capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial*. Ilhéus: Editus, 2011.
- Eisenberg, Peter. “Ficando Livre: As alforrias em Campinas no século XIX”. *Estudos Econômicos*, 17, n. 2 (1987): 175-216.
- Ferraz, Lizandra Meyer. “Entradas para a liberdade: formas e frequência da alforria em Campinas no século XIX”. Dissertação de Mestrado, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2010.
- Ferreira, Roberto Guedes. “A amizade e a alforria: um trânsito entre a escravidão e a liberdade (Porto Feliz, SP, século XIX)”. *Afro-Ásia*, n. 35 (2007): 83-141.
- Florentino, Manolo. “Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871”. Em *Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*, org. Manolo Florentino, 331-366. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- Freitas, Antônio Fernando Guerreiro de, e Maria Hilda Baqueiro Paraíso. *Caminhos ao encontro do mundo: a capitania os frutos de ouro e a princesa do Sul. Ilhéus, 1534-1940*. Ilhéus: Editus, 2001.
- Garcez, Angelina Nobre Rolin. “Mecanismos de formação da propriedade cacauceira no eixo Itabuna/Ilhéus, 1890-1930”. Dissertação de Mestrado, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1977.
- Gomes, Alessandra Caetano. “As alforrias em duas regiões do sudoeste escravista, 1825-1888”. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008.
- Gonçalves, Victor Santos. *Escravos e senhores na terra do cacau: alforrias, compadrio e família escrava (São Jorge dos Ilhéus, 1806-1888)*. Ibicará: Via Litterarum, 2017.
- Grinberg, Keila. “Reescravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX”. Em *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*, org. Silvia Hunold Lara e Joseli Maria Nunes Mendonça, 101-128. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- Hora, Raiza Cristina Canuta da. “Protagonismo materno na conquista da liberdade: Salvador, 1750-1770”. Tese de Doutorado, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2024.
- Jesus, Alysson Freitas de. *No sertão das Minas: escravidão, violência e liberdade, 1830-1888*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007.
- Karasch, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- Lyra, Henrique Jorge Buckingham. “Colonos e Colônias: uma experiência de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX”. Dissertação de Mestrado, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1982.
- Mahony, Mary Ann. “Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauceira da Bahia”. *Especiaria, Cadernos de Ciências Humanas*, 10, n. 18, (2009): 738-793.
-

- Mahony, Mary Ann. ““Instrumentos Necessários” Escravidão e Posse de Escravos no Sul da Bahia no século XIX, 1822-1889”. *Afro-Ásia*, n. 25-26, (2001): 95-139.
- Matheus, Marcelo dos Santos. *Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.
- Mattoso, Kátia M. de Queirós, Herbert S. Klein, e Stanley L. Engerman. “Notas sobre as tendências e padrões dos preços de alforrias na Bahia, 1819-1888”. Em *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. org. João José Réis, 60-72. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- Mattoso, Kátia M. de Queirós. 1972. “A propósito de cartas de alforrias: Bahia 1779-1850”. *Anais de História*, Ano IV, Assis, Brasil, 1972.
- Mattoso, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.
- Maximiliano, Príncipe de Wied-Neuwied. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.
- Mott, Luiz. *Bahia: inquisição e sociedade*. Salvador: EdUFBA, 2010.
- Nishida, Mieko. “As alforrias e o papel da etnia na escravidão urbana: Salvador, Brasil, 1808-1888”. *Estudos Econômicos*, 23, n. 2, (1993): 227-265.
- Oliveira, Maria Inês Cortes de. *O liberto: seu mundo e os outros*. São Paulo: Corrupio, 1988.
- Ortiz, Ivanice Teixeira Silva. “Meus filhos e minhas crias: escravos de Leite e de pé no seio da família, na rota do tráfico e na luta pela liberdade (Caetité, Alto Sertão, 1830-1871)”. Tese de Doutorado, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.
- Paiva, Eduardo França. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.
- Pinheiro, Fernanda Domingos. “Impedidos de “tratar da vida”: os desafios enfrentados pelos libertos na sociedade colonial”. *Revista de História (USP)*, v. 172, (2015): 01-22.
- Porro, Antônio. “Cacau e chocolate: dos hieróglifos maias à cozinha ocidental.” *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 5, n. 1 (1997).
- Reis, João José. “Escravos e coiteiros no Quilombo do Oitizeiro, Bahia, 1806”. Em *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*, org. Reis, João José e Flávio dos Santos Gomes, 332-372. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- Schwartz, Stuart B. 1974. “A manumissão dos escravos no Brasil colonial – Bahia, 1684-1745”. *Anais de História*, Ano VI, 1974.
- Schwartz, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.
- Schwartz, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- Silva, Patrícia Garcia Ernando da. “Últimos desejos e promessas de liberdade: os processos de liberdade em São Paulo (1850-1888)”. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2010.
- Silva, Ricardo Tadeu Caires. “Os escravos vão à justiça: a resistência escrava através das ações de liberdade. Bahia, século XIX”. Dissertação de Mestrado, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2000.
- Spix, Johann B. Von, e Karl F. P. Von Martius. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

Recebido: 17 de março de 2025
Aprovado: 21 de novembro de 2025